



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXV - Nº 783

JAN/FEV/MAR/ABR 99



**A GUERRA
GUARANÍTICA**
**Uma guerra
invulgar e incômoda**
Silvino da Cruz Curado



Editorial

O SIMBOLISMO DA CAPA

Durante muito tempo, West Point foi a única universidade militar dos Estados Unidos da América. Até meados do século XIX, quase todos os engenheiros militares eram formados por meio de uma educação técnica...

A informação vem do assessor militar brasileiro junto à Academia Militar de West Point no período 1996-1998.

Não difere muito o acontecido no Brasil.

Pela carta régia de 15 de janeiro de 1699, dirigida ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, o rei de Portugal, D. Pedro II, criava uma Aula de Fortificação, tendo como local de funcionamento previsto as fortificações existentes na cidade, por conterem o material necessário à explicação da obra fortificada.

Essa aula, a cargo de um lente de nomeação régia, transplantava, para o Brasil, o modelo de ensino adotado por Portugal. Destinava-se, no caso, ao ensino de engenharia que atendesse às necessidades de construção e manutenção das fortalezas do sistema de defesa da Colônia e aos interesses por conhecimentos matemáticos dos artilheiros que as guarneciam. Não obstante, os engenheiros formados por essa forma atuavam, também, em trabalhos que iam da arquitetura militar à civil, da urbanização à cartografia, das minas à hidráulica.

Em 1792, dois anos após a criação, em Lisboa, da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro, sendo instalada na Casa do Trem. Com um curso de seis anos de duração, o último era dedicado a assuntos de engenharia e arquitetura civis.

A 4 de dezembro de 1810, foi criada, por D. João VI, a Real Academia Militar, dentro do seu projeto de tornar o Brasil a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Ela absorveu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro. Inaugurada, em 23 de abril de 1811, na Casa do Trem, ano seguinte transferiu-se para o edifício a ela destinado no Largo de São Francisco e, a partir de 1823, abriu matrícula a civis, sem o compromisso de que seguissem a carreira militar. Dava origem, assim, a um novo tipo de diploma, o de engenheiro civil, designação surgida na Inglaterra em 1761, distinguindo o seu campo de trabalho daquele exercido pelo engenheiro militar.

Essa situação perdurou até 1874, quando a Escola Central, sediada nas instalações do Largo de São Francisco e, à época, destinada à formação acadêmica do oficial do Exército, transferiu-se para a fortificação da Praia Vermelha, onde se processava sua formação técnico-militar. É quando vem à luz a Escola Politécnica do Largo de São Francisco, destinada à formação exclusiva do engenheiro civil.

Eis, em rápidas pinceladas, a história do ensino de engenharia no Brasil, de 1699 a 1874.

Ela propõe-se a explicar o simbolismo da capa da presente edição: além de referenciar o tricentenário da carta régia que criou, em 1699, a Aula de Fortificação, focalizar aspectos que, ignorados pelo grande público, deixam campo livre para a desinformação – tão ativa em nossos dias – tentar desvirtuarizar o papel do militar na sociedade brasileira.

Assim como a engenharia civil, quantas outras profissões e especializações profissionais não nasceram entre os muros de um quartel? E quantas não foram as vezes em que iniciativas no campo do desenvolvimento – governamentais ou privadas – vieram buscar, nos quartéis, os profissionais melhor credenciados para implementá-las e desenvolvê-las?

355

Titulo: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



329374

290637

v.85, n.783, jan./mar. 1999 BFD

engenharia existente

stados

artilheiros desse país n

receberam

Sumário

EDITORIAL	01
CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA <i>Luiz Felipe da Silva Neves</i>	04
AMÉRICA DO SUL: VOCAÇÃO GEOPOLÍTICA <i>Therezinha de Castro</i>	13
A GUERRA GUARANÍTICA, UMA GUERRA INVULGAR E INCÔMODA <i>Silvino da Cruz Curado</i>	29
RELAÇÕES TRABALHISTAS NO BRASIL – VELHAS PRÁTICAS E NOVAS REALIDADES <i>Ney Prado</i>	41
COMBATE ÀS ATIVIDADES ILEGAIS NO PANTANAL MATO-GROSSENSE <i>Nilson Reis Boiteux</i>	67
CASTIGO OU REDENÇÃO? <i>Marco Antonio Cunha</i>	78
O NOVO CICLO DA GUERRA <i>Luiz Claudio S. Gomes</i>	90
O BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ EM OPERAÇÕES <i>Marcelo Rodrigues Goulart</i>	95
MARIA QUITÉRIA DE JESUS <i>Manoel Soriano Neto</i>	111
BIBLIEX ANO 117 <i>Luiz de Alencar Araripe</i>	118
A BATALHA DE KRUSK <i>Almir Santos</i>	131
COMENTÁRIOS	
Intelectual, Militar, História e Sociedade <i>L. P. Macedo de Carvalho</i>	137
O Brasil e a Argentina Unidos na Edificação do Mercosul <i>Manoel Pio Correa Junior</i>	140
A Defesa Nacional e a Tecnologia <i>Aldo Alvim</i>	145
A Organização das Nações Amigas e a Paz Mundial <i>Manoel Cambeses Junior</i>	147
INFORMAÇÕES	150
DESTAQUES DA IMPRENSA	154
ÍNDICE REMISSIVO	176

Considerações sobre a Guerra¹

*Luiz Felipe da Silva Neves **

Matéria extraída da aula inaugural do Curso
História da Guerra Fria, proferida pelo autor no VII
Encontro de História, sobre o tema *Violência*.
(Outubro de 1996.)

Umberto Gori sintetiza o significado da análise científica da guerra: *a guerra sempre foi objeto de reflexão da parte do homem, mas somente há pouco tempo os cientistas sociais estudam sistematicamente o fenômeno (Maquiavel foi talvez o primeiro autor moderno a lidar com o tema), na tentativa dele tirar sua mística de força inelutável (...) e fazê-lo voltar ao âmbito dos fenômenos conhecidos e, portanto, controláveis e previsíveis.*²

Outro intelectual italiano, Clemente Ancona, autor do artigo *Guerra*, da Encyclopédia Einaudi, aponta que os dois textos básicos

existentes sobre o tema são o famoso - controvérsio, mitificado e bastante chato - *Vom Kriege* (publicado primeiramente em 1832-34) de Clausewitz, e o *Theory of Games and Economic Behavior* (1947), de John von Neumann e Oskar Morgenstern.³

Um conhecido estudioso norte-americano do tema, Quincy Wright, diz que: *no sentido mais amplo, a guerra é um contato violento de entidades distintas, mas semelhantes. Nessa concepção, uma colisão de estrelas, uma luta entre um leão e um tigre, o encontro de duas tribos primitivas e as hostilidades*

entre duas nações modernas – seriam todas uma forma de guerra. Essa definição abrangente foi elaborada para finalidades profissionais por juristas, diplomatas e militares e para efeito de discussão científica...⁴

É o mesmo Wright o responsável pelo verbete *guerra* no *Dicionário de Ciências Sociais* da FGV (RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1986, 2v), em que, dentre muito, lemos que a guerra se refere (...) às hostilidades internacionais que não envolvam o emprego da força armada, como, por exemplo, guerra econômica, guerra psicológica, guerra ideológica e guerra fria.

* Professor do Departamento de História da UFF.

¹ Selecionado pelo PADECENE.

² in *Dicionário de Política* (org. Norberto Bobbio et. al.), Brasília, UNB, 1992 (or. it. 1983), p. 571 (v1).

³ E. Einaudi, v.14, *Estado - Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, p.348.

⁴ Wright, Q. *A Guerra*, RJ, Bibliex, 1988, p. 3 (original publicado em 1942, 2v.).

Mas... – continua o autor –, o termo refere-se, em seu sentido mais concreto, a hostilidades de extensão considerável, conduzidas por forças armadas governamentais durante um período definido de tempo, como a Guerra da Criméia, a Guerra Sino-japonesa. Nesse sentido, a guerra é uma série mais ou menos contínua de batalhas e campanhas entre os beligerantes, embora, em alguns casos, os prolongados intervalos de armistício, as suspensões das atividades hostis – como na Guerra dos Cem Anos e na Guerra dos Trinta Anos – e as mudanças dos beligerantes ativos e o desenvolvimento das hostilidades em palcos separados – como na I e II Guerras Mundiais – tornem difícil decidir se o conflito deve ser considerado como uma ou muitas guerras.⁵

Hobsbawm, pensando sobre o período de 1914 a 1945, oportunamente escreve: *A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas*

colunas ruíram. Não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos.⁶

Vamos continuar nossa reflexão por meio da pena de Eric Hobsbawm: *A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar, pois, como observei o grande filósofo Thomas Hobbes, a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida. A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do breve século XX, foi sem dúvida um desses períodos.*

Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.⁷

Recuaremos bastante no tempo agora, a fim de atingirmos uma visão panorâmica de como a guerra vem sendo tratada ao longo dos milênios.

Das primitivas civilizações pouco sabemos devido à escassez das fontes. Hoje em dia essa desculpa é falaciosa; o que acontece é que, nós, brasileiros, dispomos de quase nada, mesmo em língua estrangeira. Na verdade, o tema praticamente não é tratado pelos intelectuais do nosso circuito.

O polemologista⁸ Gaston Bouthoul mostra coisas interessantes do Velho Testamento acerca do assunto, no item *Doutrinas teológicas da guerra:*

É digno de nota – escreve o pensador francês – verificar que, quando nasceu o monoteísmo, entre todos os atributos possíveis (...), conferiram-se, de preferência ao Deus único, atributos

⁵ Op. cit., p. 533-34.

⁶ Hobsbawm, E. Era dos Extremos, SP, Companhia das Letras, 1995, p. 30.

⁷ Idem, p. 2241.

⁸ Polemologia (do grego *polemos*, guerra + *logos*, estudo); estudo da guerra enquanto fenômeno sociológico. O termo foi criado por Bouthoul em 1946 (*Cent Millions de Morts*).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA

guerreiros: foi o deus dos Exércitos".⁹

Em Isaías, 66, lemos: *Não é pelo fogo que o Eterno faz seus julgamentos, é por seu gládio que ele castiga toda carne. E serão em grande número aqueles que o Eterno matará... e quando sairdes vereis os cadáveres dos homens que se rebelaram contra mim.*¹⁰

E ainda: *Eis a tempestade do Eterno, o furor explode, a borrasca se precipita, funde-se sobre a cabeça dos maus. A cólera ardente do Eterno não será aplacada até que tenha cumprido os desígnios de seu coração* (Jeremias, 30).¹¹

Outro bom exemplo de escrituras sagradas belicosas encontra-se no Alcorão, no qual a propagação do islamismo por meio das armas é um dever religioso. *A guerra é um ideal, uma ordem de Deus: fazei a guerra àqueles que não acreditam em Deus nem no dia da verdadeiro, que não consideram proibido o que Deus e seu apóstolo proibiram: e àque-*

*les homens das Escrituras que não professam a verdadeira religião. Fazei a guerra a eles até que paguem o tributo com suas próprias mãos e sejam submetidos.*¹²

O famoso paraíso de Maomé é reservado unicamente aos guerreiros mortos em combate.¹³ É fácil acharmos exemplos parecidos, dos vikings aos astecas, sendo que sobre este último povo - e sua relação com a guerra - talvez se deva contar alguns dados interessantes ... Afinal, a forma básica de ascensão social entre os astecas era por intermédio do sucesso na guerra, sucesso esse expresso na captura de inimigos.

De volta ao tema, prossegue Bouthoul: *O cristianismo primitivo teve para com a guerra uma atitude vigorosamente original; amaldiçoou-a e rejeitou-a em bloco. Quem com ferro fere com ferro será ferido. Orígenes, Tertuliano, Santo Ambrósio rejeitam categoricamente o emprego da violência para qualquer fim. O*

*dogma da não-violência retomado por Tolstói e Gandhi, é essencialmente uma invenção cristã.*¹⁴

Contudo, a realidade secular se impõe. Santo Agostinho - bem consciente das contradições entre o Velho e o Novo Testamento - desenvolve uma teodicéia,¹⁵ que justifica a guerra na medida em que pode ser a expressão da vontade divina: *Se Deus, por prescrição especial, ordena matar, o homicídio torna-se virtude.*

Mas as Cruzadas, principalmente, é que irão pôr à prova a habilidade dialética dos teólogos. E se São Bernardo se faz defensor racional da guerra santa, existem igualmente clérigos preconizando sem moderação os procedimentos mais bárbaros.

Na célebre teoria da guerra justa, Santo Tomás formula as condições que podem transformar a atividade guerreira em empresa agradável a Deus. São elas: *1^a, a autoridade do príncipe; 2^a, uma causa justa 3^a, a reta intenção.*¹⁶

⁹ Bouthoul, G. *A Guerra*, SP, Disel, 1964, p.13.

¹⁰ Apud Bouthoul, *op. cit.*, p. 13.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Idem, p.13-14.

¹³ Idem, p.14.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Aqui, creio eu, no sentido de uma "teologia desenvolvida com o auxílio exclusivo dos meios racionais, sinônimo de Teologia Natural". Larousse, p. 3130.

¹⁶ Bouthoul, *op. cit.*, pp. 14-15.

Afastando-me das posturas orientais e gregas acerca da guerra, por questões principalmente de espaço, vamos rapidamente tocar nas relações de uns poucos pensadores modernos com a guerra.

Comecemos com Maquiavel, de quem todos conhecem a fórmula: *toda a guerra é justa, desde que necessária*. Ele defendia principalmente a guerra preventiva – idéia que seduziu não poucos nos séculos que lhe seguiram – a qual ele julgava ser a única realmente razoável.¹⁷

Após Maquiavel, até o começo do século passado, não há mais teorias positivas sobre a guerra, exceto doutrinas de teólogos ou de juristas.¹⁸

Kant, num *Projeto de Paz Perpétua*, define (...) certo número de princípios que muito se aproximam dos que presidiram o Pacto de Wilson, da Liga das Nações. Além disso, propõe submeter a decisão da guerra

ou da paz à aprovação de cada cidadão (...). Kant no entanto conclui: *a paz perpétua é impraticável, mas pode ser indefinidamente aproximada*.¹⁹

Quanto a Hegel, fico com os dois pés bem para trás, a fim de não ser chamado, igualmente com o famoso jornalista e escritor norte-americano William Shirer, de um dromedário frente a uma catedral gótica.²⁰

É, pois, ainda por meio da pena de Gaston Bouthoul, que prosseguimos: *Geralmente é esse filósofo (Hegel) considerado apologista desavergonhado da violência e da guerra (...). Não é menos verdade que Hegel defende o caráter civilizador da violência (...). Napoleão, que admirava perdidamente antes de sua derrota, era para Hegel, o Espírito universal a cavalo*.²¹ Vale ainda lembrar que Hegel achava o Estado a criação suprema do homem, e sabemos muito bem qual era o modelo de Estado para o pensador prussiano...

No que toca a Nietzsche, é notório o quanto são caras as suas idéias aos belicistas. Afinal, ele escreveu diversas exaltações à guerra, tais como: *Devem vocês amar a paz como meio de novas guerras e a paz curta mais do que longa... dizem vocês que a boa causa é que santifica a guerra; digo-lhes: a boa guerra é que santifica qualquer causa...*

No entanto, a ambigüidade da linguagem lírica de Nietzsche é muitas vezes de tal sorte que se pode perguntar se, glorificando a guerra, ele não estava se referindo às lutas morais (...), pois sua obra²² contém também terríveis ataques ao espírito gregário e solene de certa tradição pangermanista.²³

Essa reflexão inicial sobre a guerra é importante para que possamos tentar entender o mais plenamente possível o nosso objeto de estudo, a Guerra Fria. Pois, com essa reflexão, é nosso desejo, dentre outras coisas, refutar a clássica afirmação

¹⁷ Idem, p. 22.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Idem, p. 16.

²⁰ Foi dessa forma que meu querido colega Leandro Konder se referiu a Shirer (*Ascensão e Queda do III Reich*, 4 v.) frente ao hegelianismo, quando este ousou colocar Hegel como parte do escasso e eclético arsenal teórico do nazismo. Ver *Introdução ao Fascismo*, RJ, Graal, 1977 (existem edições mais recentes).

²¹ Bouthoul, *op. cit.*, p.17.

²² "As obras de Nietzsche tiveram um efeito explosivo sobre uma geração; ele é um daqueles pensadores como J. J. Rousseau, a quem o leitor pode interpretar de várias maneiras, conforme as suas predileções e os seus interesses", JOLL, James. *A Europa desde 1870*, Lisboa, Dom Quixote, 1982, p. 251.

²³ Idem, p. 18.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA

de Clausewitz – e tão repetida até hoje! – de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Consciente de que a natureza da guerra geralmente não é abordada pelos historiadores militares, e que é impossível negar o desinteresse do acadêmico brasileiro com temas como guerra, militarismo, forças armadas, armamentos – um exemplo disto é a história do Exército Brasileiro, que tem um estrangeiro (brasiliense) como seu maior especialista – desejo chamar a atenção do leitor para pontos que julgamos instigantes, os quais passarão a ser enfocados.

MARX, ENGELS E O MARXISMO

É o Professor V. G. Kiernan, da Universidade de Edimburgo, autor do longo e útil verbete *Guerra*, no *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore²⁴, quem nos fala agora: *Marx e Engels cresceram no período imediatamente posterior aos 25 anos*

*de guerras revolucionárias e napoleônicas, que correspondeu a um longo intervalo de paz na Europa, entre 1815 e 1854, e bem pode ter contribuído para levá-los a não considerar a guerra como a mais importante das atividades humanas. Eram, além disso, jovens progressistas de origem burguesa, que cresciam sob um regime político bem pouco simpático, a monarquia militar prussiana.*²⁵

Pouco espaço havia para guerras nas mentes dos dois ao longo dos anos 40, quando estavam às voltas com os modos de produção econômicos. Em a *Ideologia Alemã* (1845-46), admitiram a freqüência do conflito armado, mas reduziram-lhe a significação dizendo que os conquistadores tinham de adaptar-se ao sistema produtivo que encontravam...

Em 1848, porém, Marx, Engels e seus amigos da Liga Comunista defenderam uma guerra revolucionária contra a Rússia (...). Desde então, e até o fim de suas vidas, as questões relativas à guerra se impuseram à sua atenção, e, com relação a tais

*questões, desenvolveram interesses divergentes, mas complementares: Marx no sentido de questões mais teóricas, Engels ocupando-se dos métodos e da evolução técnica da guerra.*²⁶

Mais adiante, continua Kiernan: *sobre as relações entre economia e a guerra em épocas modernas, Marx e Engels expressaram vários pontos de vista, nunca reunidos de maneira regular.*

Em um artigo escrito em maio de 1853, Marx afirmou que nada, a não ser uma crise econômica, poderia provocar a guerra de que se falava, e que poderia provocá-la mais por motivos políticos do que por motivos rigorosamente econômicos. (New York Daily Tribune, 14-6-1853).

Veio a guerra, a Guerra da Criméia (1854-56), atentamente observada pelos dois ilustres amigos.

Marx e Engels decepcionaram-se (...) ao verem que a luta na Criméia era empreendida com muito menos disposição do que lhes parecia necessária. Engels deplorou a incompetência dos comandantes, a decadência da arte da guerra: Marx receava que a guerra pudesse definhar sozinha e sacudiu a cabeça ante a raça domesticada dos homens do presente.²⁷

²⁴ Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988 (1º ed. inglesa de 1983).

²⁵ Idem, p. 169.

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ Idem, p. 170.

É ainda Kiernan quem escreve, mais adiante: *Marx compreendeu que os exércitos poderiam exercer certa atração popular (...), mas, a partir de 1848, ele e Engels passaram a lutar pela abolição dos exércitos regulares e sua substituição, não por milícias burguesas do tipo da Guarda Nacional, na França, mas por um povo armado, mais democrático.*²⁸

Em seus últimos anos, (Marx) preocupava-se, cada vez mais, com o perigo da guerra. Não era possível pensar-se agora numa guerra revolucionária, ela não era necessária, pois os partidos socialistas cresciam e pareciam capazes de tomar o poder dentro de pouco tempo por si mesmos. E um conflito travado com as terríveis armas novas representaria um retrocesso terrível para o socialismo e para a civilização.²⁹

De volta à pena de Bouthoul, vamos ver como um autor não-marxista, mas íntimo do nosso tema, sintetiza Marx e os marxistas frente à guerra:

... em primeiro lugar, se nos depara a idéia funda-

mental que baseou a pregação de Gracchus Babeuf (1760-1797): sempre houve apenas uma guerra eterna: a dos pobres contra os ricos.

Uma segunda posição do marxismo a propósito das guerras é a adoção da tese maquiavélica da guerra diversão combinada com a noção (...) de mistificação. As classes dirigentes desviam o povo da luta de classes, sugerindo-lhes paixões nacionais ou religiosas.

A essas tendências acrescenta-se uma explicação das causas de guerra, clássica nas doutrinas socialistas, a saber que os conflitos armados têm sua origem nos antagonismos econômicos. Ponto de vista dos mais importantes, pois sublinha e põe em evidência um dos aspectos principais e inseparáveis dos conflitos armados. (Cf. Engels, *Anti-Dühring*, caps. 2, 3, e 4).³⁰

Podemos terminar este tópico por intermediário de V. G. Kiernan: *Pouco depois de 1918, os comunistas advertiram quanto ao perigo de outra guerra mundial (lembro que eles não foram,*

nem de longe, os únicos a fazer isso). Desde a experiência de 1941-45, com suas perdas incalculáveis para a Rússia, os marxistas - com exceção dos chineses - deram grande ênfase à prevenção da guerra como a mais premente necessidade da humanidade. Numa declaração formal em 1961, na realidade uma rejeição ao aventureirismo maoísta³¹ e da sua tese da inevitabilidade da guerra, os outros partidos comunistas afirmaram - e nisso não estavam sendo muito exatos - que o marxismo nunca havia considerado a guerra como o caminho para a revolução. Enquanto isso, o estudo histórico da guerra e da sociedade progredia ativamente, embora muita coisa ainda precise ser melhor discutida.³²

MAS, AFINAL, POR QUE EXISTEM GUERRAS?

Ou o leitor acha que as guerras estão acabando, algo parecido com as sandices escritas por aquele japonês

²⁸ Idem, p. 171.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ Bouthoul, *op. cit.*, p. 27.

³¹ Hobsbawm nos conta que Mao - com cogumelos nucleares na cabeça - disse a um estupefato P. Togliatti: "Quem disse que a Itália deve sobreviver? Restarão 3 milhões de chineses e isso será o bastante para a raça humana continuar... *op. cit.*, p. 227.

³² Kiernan, *op. cit.*, p. 172.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA

que supunha que a história tivesse terminado com o fim do chamado Bloco Socialista? Perguntem a um granadense que tenha presenciado a invasão ianque, há poucos anos atrás. Foram vistas, eu incluso, na televisão (num documentário francês), numa filmagem rara para o grande público do Brasil, cenas estarrecedoras... há nisso também a questão do *state of the art* dos produtos bélicos (mísseis que dobram esquinas, aviões invisíveis, etc.), e isso não é só em relação aos artefatos fabricados nos EUA. Franceses, ingleses, alemães, italianos, russos, suecos... todos também planejam e desenvolvem armas sofisticadíssimas, enquanto que a distância social dos países ricos só tende a aumentar ainda mais em relação a nós, dos países pobres. Mas, por outro lado, guerras mundiais, ao que tudo indica, não teremos mais. Há sim, cada vez mais, infelizmente, a possibilidade de um atentado terrorista com arma nuclear.³³

Quanto à pergunta, afinal, por que existem guerras,

muitos dirão: *porque a guerra é a continuação da política por outros meios* - dai acrescente-se uma receita grega bastante antiga, mas ainda válida³⁴ e voilá cis um dogma... e logo envolvendo Clausewitz que, parece, era antidogmático... Bem, antes de refutar as suas idéias, tão erradas e tão repetidas, vamos travar contato com algumas observações que dizem respeito à nossa essência, conscientes de antemão que diversas questões estão e ainda ficarão muito tempo (?) sem resposta.

Comecemos por algumas posturas pessimistas: arqueólogo e antropólogo, Raymond Dart, após anos de escavações no sul da África (e dezenas de ensaios científicos), resumiu o que pensava sobre as origens da humanidade no livro *The Predatory Transition From Ape to Men* (1953), que diz: *Os anais sujos de sangue e saturados de carnificinas da história humana, desde os primeiros registros egípcios e sumerianos até as mais recentes atrocidades da II Guerra Mundial, estão de*

*acordo com o canibalismo primitivo universal, com as práticas de sacrifícios humanos e de animais ou seus substitutos, as religiões formalizadas, os costumes universais de escalarpelar, caçar cabeças, praticar mutilações físicas e a necrofilia proclamam a diferenciadora lascivie sanguinária, esse hábito predatório, essa marca de Caim que separa os homens dieteticamente de seus parentes antropóides e o associa aos carnívoros mais implacáveis.*³⁵

Um epígono de Dart, que obteve sucesso com seus livros, Robert Ardrey, dizia que *o homem é um animal predador cujo instinto é matar com uma arma (...), nós desfrutamos da violência nos esportes e em nossas diversões; é um resíduo de nosso passado como caçadores.*³⁶

Ardrey não foi a única voz - adverte-nos o famoso arqueólogo (hoje político) Richard Leakey - a proclamar publicamente a marca de Caim, e muitos psicólogos e biólogos esposam essa noção, notavelmente o ganhador do

³³ Ver o instigante artigo de Richard K. Betts "The New Threat of Mass Destruction" in *Foreign Affairs*, v77, nl, jan/fev 1998, p.26-41.

³⁴ Realmente não me recordo se foi Aristóteles na *Política* ou Platão na *República* quem disse ser o homem um animal político, de uma forma ou outra, creio que os dois disseram...

³⁵ Apud. Richard Leakey *A Evolução da Humanidade* SP/Brasília, Melhoramentos/UNB, 1981, p. 221 (original inglês do mesmo ano).

³⁶ Idem, p.222.

*prêmio Nobel, Konrad Lorenz, em seu livro A Agressão. Cineastas e escritores de ficção difundiram ainda mais a idéia entre o público com trabalhos como West Side Story, 2001: Space Odyssey (...). Foi um tema popular e muito bem recebido: os humanos são inatalemente inumanos, e isso explica em grande parte a miséria, o sofrimento e os atos de guerra no mundo.*³⁷

A longa citação reproduzida a seguir é de autoria de um historiador inglês, assaz caro à nossa temática – John Keegan. Ele lança diversas idéias instigantes sobre o que estamos pensando e, por isso, peço a maior concentração do leitor.

Por que os homens lutam? Os homens guerreavam na Idade da Pedra, ou o homem primitivo não era agressivo? Homens – e mulheres também – lutam, com tinta e papel, ferozmente em relação a essas questões. Não se trata de historiadores militares, que raramente se preocupam com as origens das atividades que relatam, mas de cientistas sociais e comportamentais. Os historiadores militares talvez fossem melhores historiadores

dores se se dedicassem a refletir sobre o que faz um homem matar o outro. Os cientistas da sociedade e do comportamento não têm outra escolha senão refletir sobre isso. O homem e a sociedade são seus objetos e, contudo, a maioria dos seres humanos durante a maior parte do tempo coopera para o bem comum. A cooperação deve ser tomada como norma, e a causa disso exige alguma explicação, embora não muito profunda, pois a observação comum estabelece que a cooperação é do interesse comum. Portanto, se não houvesse algum afastamento do princípio cooperativo, os cientistas sociais e comportamentais teriam pouco a fazer. Eles iriam explicar o previsível, uma tarefa pouco compensadora. É a imprevisibilidade do comportamento humano, sobretudo a do comportamento violento, em indivíduos e em grupos, que desafia a fornecer explicações. O indivíduo violento é a principal ameaça à norma de cooperação dentro de grupo violento, a causa principal da ruptura da sociedade.

Os estudos sobre comportamento individual e grupal tomam direções

³⁷ Idem, ibidem.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA

Em maio de 1986, em um encontro na Universidade de Sevilha, a maioria dos presentes assinou uma declaração, baseada na Declaração sobre Raça da UNESCO, condenado a crença na natureza violenta do homem em termos absolutos. A Declaração de Sevilha contém cinco artigos, cada um deles começando com “é cientificamente incorreto...”. O conjunto de artigos equivale a uma condenação de todas as caracterizações do homem como naturalmente violento. Sucessivamente, eles negam que herdamos uma tendência a fazer a guerra de nossos ancestrais animais, ou que a guerra ou qualquer outro comportamento violento está geneticamente programado em nossa natureza humana (e muito mais) ...

A declaração de Sevilha ganhou apoio de peso. Foi, por exemplo, adotada pela Associação Antropológica Americana. No entanto, ela não ajuda o leigo que está ciente de que a guerra tem origens antigas, sabe que os povos sobreviventes da Idade da Pedra, como os montanheses da Nova Guiné, são

indiscutivelmente belicosos, têm consciência de impulsos dentro de si mesmo, mas não têm conhecimentos específicos de genética ou neurologia necessários para tomar posição. Contudo, o debate entre as duas facções naturalistas é importante – na verdade, fundamental – tal como também o é aquele entre naturalistas e materialistas. Numa época esperançosa da história da humanidade, uma época de desarmamento efetivo e da adoção do humanitarismo como princípio nos assuntos mundiais, o leigo busca naturalmente a reafirmação de que os redatores da Declaração de Sevilha estão corretos. O sucesso obtido pela humanidade ao longo dos dois últimos séculos, na alteração para melhor das circunstâncias materiais da vida estimularia, então, o apoio à explicação materialista da violência humana organizada, na antecipação de que uma continuação dos esforços que derrotaram a doença, a escassez, a ignorância e as durezas do trabalho manual possa eliminar também a guerra. A sua história, a partir da Idade da

Pedra, tornar-se-á, então, assunto de antiquários, tão relevante para a vida cotidiana quanto as grandes navegações ou a ciência pré-newtoniana. Se, por outro lado, os autores da Declaração de Sevilha estão errados, se sua condenação da explicação naturalista da violência humana é meramente expressão de otimismo, então a explicação materialista também está errada e nossas expectativas de fim de século de que deixe de haver guerra não fazem sentido.³⁸

E Clausewitz, onde fica ele? Para muitos, no mundo todo, ele é, ainda hoje, o “papa” no assunto. No entanto, dele não se pode nem dizer que está superado, posto que desde o início, a sua premissa básica – a guerra é a continuação... – está errada. A guerra é uma atividade cultural que surgiu milênios antes da política. Outras refutações são óbvias, mormente após as armas nucleares. Leitura boa sobre esse tema são os livros de John Keegan (já citado) e os de Raymond Aron, notadamente, o *Pensar a Guerra, Clausewitz*, Brasília, UNB, 1986 (original francês de 1976). ☺

³⁸ John Keegan, *Uma História da Guerra*, SP, Companhia das Letras, 1995 (or.1993), p. 95-97.

América do Sul: Vocação Geopolítica

Therezinha de Castro*

Bem mais caracterizada como ibero-américa do que latina, contrastando com o setor anglo-saxônico, cortada pelo equador e pelo trópico de capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere, grosso modo, a categoria de continente do hemisfério sul.

Com a forma triangular, o setor mais largo do continente se concentra na zona equatorial terrestre, estreitando-se ao atingir a faixa temperada para afunilar-se no vértice meridional na frente sub-antártica polar. Advém dessa posição geográfica encontrarem-se nos dois extremos do continente áreas pouco favoráveis ao estabelecimento humano: o norte quente e chuvoso e o sul frio e estéril.

Tal contraste que se equilibra no setor das baixas latitudes, onde a população, para evitar as temperaturas mais quentes, notadamente nos países banhados pelo Pacífico, deu preferência às zonas andinas. Em contrapartida, os países banhados pelo Atlântico, pondo em contato América do Norte/Europa/África, têm seus principais centros demográficos no litoral, fazendo do Brasil, o mais populoso do conjunto. Tal fato vai gerar a oposição entre as duas vertentes oceânicas: a do Pacífico, *mar solitário*, de navegação extensiva, com feixes de circulação bem mais regional; e a do Atlântico, de navegação intensiva, com feixe de circulação intercontinental.

Quer pela oposição das duas vertentes oceânicas, quer pela existência das zonas repulsivas, implantaram-se áreas geopolíticas neutras que, por sua posição no *hinterland*, predispuaram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros.

OCUPAÇÃO

Contribuiria também para o dualismo geopolítico sul-americano o Tratado de Tordesilhas (1494) seccionando, como fronteira esboçada, as duas grandes vias de penetração continental – entregando a foz do Prata aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades para a expansão pelos Pampas e pelo Chaco; conceden-

* Professora. Do Corpo Permanente da ESG

do a embocadura do Amazonas aos portugueses, coincidentemente o seu setor sul, o melhor braço para a navegação, permitiu que os lusos se apossassem daquela planície setentrional.

Facilitada a penetração espanhola ao sul e a portuguesa ao norte, o continente sul-americano foi induzido, embora indiretamente, a uma bipartição aproximada: 8.500.000 km² para os portugueses e 9.300.000 km² para os espanhóis. Caberia aos Andes e ao federalismo castelhano impor o *cantonalismo geopolítico* à América Espanhola gerando-lhe vários núcleos geoistóricos e dividindo-a, posteriormente, em várias repúblicas. Por outro lado o relevo mais baixo e a centralização do Reino Português confirmariam o unitarismo do Brasil com um único núcleo geoistórico. O fator fisiopolítico justifica a superioridade territorial do Brasil no conjunto sul-americano, já que a Argentina que o segue em área, atinge apenas a terça parte da superfície brasileira.

O espaço português posicionado em longa faixa atlântica, mais próxima da África e da Europa, contou com a vantagem dentro do contexto econômico, colo-

cando o Brasil em maior contato com Portugal; dentro do enfoque geoestratégico iria se caracterizar como centro de assaltos e tentativas de fixação por parte de elementos estrangeiros. Do outro lado, no setor do Pacífico, embora contando com a desvantagem geoeconómica da distância para com a metrópole, face ao isolamento, ficavam os espanhóis menos expostos aos invasores.

A conquista desordenada e a tendência à continentalidade exporia mais a metrópole espanhola com vasta área de disputa na América com outros vizinhos colonizadores. Assim, a zona de disputa iria se estender desde a América do Norte até a do Sul.

FISIOPOLÍTICA

Sabendo-se que as massas continentais se distribuem no Hemisfério Norte formando um grupamento em semicírculo centrado no Pólo Norte, a América do Sul se posiciona no Hemisfério Meridional ou Marítimo, no qual a Antártica se constitui no território mais considerável da metade inferior do planeta.

A América do Norte se orienta mais para o quadrante oeste, enquanto a América do Sul oferece exemplo típico de desvio continental para o leste. Assim, o meridiano de Lima, cidade na esfera do Pacífico Sul, passa por Washington na dependência do Atlântico Norte. Esse *entorse continental* caractORIZA a América Meridional como América do Leste, criando a *zona de estrangulamento do Atlântico*, levando Recife a distar 18 graus de longitude de Dakar e 10 graus de Cabo Verde, a terra mais ocidental da África.

Considerando-se o meridiano de zero grau de Greenwich, toda a massa continental americana se concentra no Hemisfério Oeste ou Ocidental, entre os 36 graus do Cabo Branco no nordeste brasileiro aos 160 graus do Cabo Príncipe de Gales no Alaska. Nesse posicionamento, observa-se que a América do Sul está bem mais isolada pelo Oceano Pacífico, encontrando-se a grande distância da Austrália, que com ela se defronta numa linha leste-oeste, no setor do chamado *Crescente Externo Insular*.

Envolvendo-se em duas vertentes oceânicas, o conti-

nente sul-americano caracteriza-se por duas zonas longitudinais.

A primeira é formada pelos Andes, cadeia de montanha prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000km, formando verdadeira barreira ao longo do Oceano Pacífico e levando a América do Sul a voltar-se bem mais para o Atlântico em seu *destino manifesto*.

A segunda é constituída por três planícies, Orenoco, Amazônica e Platina, e três planaltos, Guianas, Central ou Brasileiro e Patagônia, que se intercalam e são estruturalmente partícipes do Atlântico.

Nos Andes, o sistema de transfusão entre as duas vertentes oceânicas se encontra nos *passos e nós*.

Os *passos*, passagens naturais nos colos das montanhas, possibilitam o contato entre as duas vertentes. Esses acidentes geográficos andinos mais importantes estão no sul: o de Upasllata, entre a Argentina e o Chile, foi aproveitado pela única transcontinental do continente, entre Buenos Aires/Valparaíso; o de Santa Rosa leva o sistema ferroviário boliviano até Árica, no Chile. Enquanto Upasllata une as duas vertentes, o de Santa

Rosa só o fará quando se complementar o trecho Santa Cruz de la Sierra, já conectada com Santos no Atlântico, e Cochabamba

*Caberia aos Andes
e ao federalismo
castelhano impor o
cantonalismo geopolítico
à América Espanhola
gerando-lhe vários
nícleos geoistóricos
e dividindo-a,
posteriormente, em
várias repúblicas.*

Os *nós* ou *nudos* apresentam-se sob a forma de planaltos circundando um alto pico. Enfeixando várias ramificações andinas, são centro de dispersão de águas em linhas de menor resistência do terreno, acima dos 3.000 metros de altitude e entre 5° e 15° de latitude sul. A importância funcional desses acidentes geográficos relacionados ao Atlântico se concentra na posição que ocupam no anfiteatro amazônico. O *nó* de Pasto, na Colômbia, e o de Loja, no Equador, se direcionam para os vales do Putumayo e Marañon, respectivamente, aguardando vias hidrográficas de acesso ao Atlântico ainda por se desenvolverem.

Já o *nó* de Cerro de Pasco, no Peru, se divide entre os vales amazônicos do Marañon e Purus, enquanto que o de Vilcanota ou de Cuzco prolonga o de Pasco na direção do Madeira.

A Bacia Amazônica se constitui numa sub-região de conexão entre as duas áreas de importância geoestratégica - a do Caribe e a do altiplano boliviano, considerando este último uma espécie de *heartland* do continente. Em consequência, quando melhor aproveitada a Bacia Amazônica, com a integração, poderá se transformar de zona de repulsiva em pólo de atração. Na oportunidade, essas aberturas andinas levarão para o Atlântico riquezas potenciais de zonas geopolíticas neutras do continente.

As planícies Amazônica, do Orenoco e Platina são servidas por redes hidrográficas que levam a América do Sul, em seu *destino manifesto*, a se voltarem para o Atlântico, do qual são tributárias.

Buscam também o Atlântico, declinando para ele, os planaltos das Guianas e da Patagônia. Já o Planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição, esse

planalto demonstra vocação continental de enlace entre as bacias Amazônica e Platina.

Por sua posição e configuração, envolvendo o centro geográfico do continente em área geopolítica neutra, o Planalto Brasileiro favoreceu a penetração para o oeste, permitindo que os portugueses, detentores de núcleo geoistórico à beira do Atlântico, conquistassem vasto *hinterland* da América do Sul.

Dentro, pois, do enfoque fisiopolítico, podemos concluir que:

- a unidade andina contribuiu, de início, para a implantação de um único estabelecimento colonial - o espanhol, estendendo-se de norte para o sul, na vertente isolada do Pacífico;

- a variedade na vertente mais disputada do Atlântico favoreceu a implantação de vários estabelecimentos coloniais - o espanhol, o português, o inglês, o holandês e o francês;

- no setor dependente do Pacífico, sem nenhuma grande bacia hidrográfica, com litoral pobre em articulações, em grande parte desvinculado do interior, quer pelos *nós e passos*, projeta-se bem mais para forte associação com o Atlântico;

- a vocação geopolítica de atração do Atlântico se liga à presença de importantes bacias hidrográficas, associadas às articulações litorâneas, onde o relevo mais baixo favorece intensa vinculação com o *hinterland*.

PARTILHA POLÍTICA

Embora a fisiografia não se apresente tendente a uma unificação política, vemos também que não impõe a desagregação.

Com uma superfície de cerca de 18.300.000km², o continente sul-americano apresenta grande número de paisagens, nas quais o traçado das fronteiras políticas faz com que a população da América do Sul viva, em parte divorciada de sua vocação geopolítica.

Em função da linha de Tordesilhas, fronteira esboçada de 1494, o território espanhol, voltado para o Pacífico possuía trechos no Atlântico, onde os 2.800.000 km² dos portugueses concentravam a melhor e mais bem posicionada parcela. A fronteira esboçada que, segundo Everardo Backheuser, era bem mais uma antefronteira (fronteira antes de ser), e que, nos primeiros anos da

colonização eram arbitrárias contribuindo para que fossem elaborados mapas inexatos e incompletos.

No entanto, essa fronteira esboçada iria, por coincidência, refletir o posicionamento das metrópoles na Península Ibérica. Aí, a Espanha, voltada para o Mediterrâneo, possuía nesgas litorâneas no Atlântico, onde o retângulo territorial ocupado por Portugal concentrava a melhor parcela.

Dentro do contexto fisiopolítico a ocupação do continente sul-americano refletiria, grosso modo, o posicionamento da Espanha e Portugal na Península Ibérica. Na Europa, haviam, os portugueses, se instalado em áreas de altitudes mais baixas, ficando os espanhóis com os territórios mais elevados da meseta. Na América do Sul, a divisão acordada em 1494 dotava os portugueses de setor litorâneo menos elevado, ficando os espanhóis com os mais altos.

Com a progressiva ocupação da América do Sul, a divisão política colonial refletiria contingências geohistóricas da Península Ibérica. No espaço espanhol, a descentralização refletia uma Espanha geopolitica-

mente constituída por Confederação de Reinos comandados por Castela, a quem coube expulsar de vez os árabes de Granada, em 1492. Por isso, oito cidades da América Hispânica passavam logo a ter função de comando, transformadas em *Audiências*. No setor português, a centralização era herança do Reino de Portugal que, sem conhecer o esfacelamento feudal, já no século XII se unificara, expulsando os árabes. Em consequência, num nítido contraste com a América Espanhola só duas cidades, cada qual da sua vez, funcionaram como capital Salvador de 1549 até 1763 e Rio de Janeiro, refletindo a tendência geopolítica portuguesa de Guimarães e Lisboa. Tanto em Portugal quanto no Brasil, esses centros urbanos se posicionavam nos respectivos núcleos geoistóricos.

Podemos também observar que a divisão colonial da América Hispânica iria, na época, refletir as contingências geoeconômicas e geoestratégicas do continente.

No Vice-Reinado do Peru, se concentrava toda a economia mineira. Além de zona de passagem das riquezas peruanas, predominava a

atividade agrícola no Vice-Reinado de Nova Granada. Criado por imperativos defensivos para impedir a posse da área pelos portugueses, o Vice-Reinado do Prata, surgido em 1763, se concentrava na pecuária.

Por imposição geoestratégica, surgiram as *Capitanias Gerais*. A da Venezuela, para barrar o avanço nas Guianas e pôr um termo no contrabando feito por piratas e flibusteiros no Caribe. A do Chile, em função do isolamento da área posicionada em ângulo morto do Pacífico Sul, na praticamente abandonada rota do Estreito de Magalhães.

A vocação atlântica da América do Sul levaria o setor hispânico a manter-se com áreas dependentes dessa vertente: os Vice-Reinados do Peru e de Nova Granada voltados para o Atlântico Norte via Istmo do Panamá; isolados e de costas um para o outro, o Vice-Reinado do Prata, no ângulo terminal do Atlântico, e a Capitania Geral do Chile, desejosa de uma saída por essa vertente, quer pela Patagônia ou pelos Estreitos no sul do continente.

Já o Estado do Brasil, associado ao Reino Unido de Portugal e Algarve, uno

tanto política como economicamente, manteve sua vocação atlântica, já que em seu núcleo geoistórico se estabeleceram todos os seus ciclos econômicos.

O ciclo da cana-de-açúcar posicionava o nosso Nordeste como ecumênico estatal, mantendo a capital em Salvador. Com o ciclo da mineração, no momento em que se intensificava a tensão na foz do Prata com os espanhóis, a capital era transferida para o Rio de Janeiro. Observando-se que em três ciclos iniciais de nossa vida econômica, se aos da cana-de-açúcar e mineração associarmos o de característica recoletora que foi o do pau-brasil, se desenvolveram na mais estreita dependência do Atlântico. Toda comunicação entre as Capitanias Hereditárias só podia ser efetuada pelo mar e, até mesmo as *Entradas*, expedições oficiais para o interior, eram proibidas além da linha de Torde-silhas.

Em 1580, unindo-se as monarquias ibéricas, desaparecia essa fronteira esboçada, iniciando-se, com as *Bandeiras*, devidamente legalizadas pelo Governo de Madri, a penetração para o *hinterland*. Impunha-se a

vocação continental castelhanana com a capital interiorizada em oposição a maritimidade de Lisboa.

Herdava também o Brasil os inimigos europeus da Espanha hegemônica - holandeses, ingleses e franceses, destacando-se então a Bandeira de Antônio Raposo Tavares (1628-48), que enlaçou, pelo interior, as Bacias do Prata e Amazônica, e a de Pedro Teixeira (1637-39) que, face o perigo de invasores estrangeiros instalados na região guianense, penetrou na Amazônia.

Por outro lado, a união ibérica impunha, ao Estado do Brasil, a descentralização, com a criação do Estado do Grão-Pará e do Maranhão comandado, provisoriamente, por S. Luiz e, depois, defendido pela fortificada cidade de Belém. A junção seria automática, com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve, em 1816.

Em se tratando da partilha política da América do Sul se impõem os fenômenos da conjunção e disjunção.

A coesão foi mais forte no setor atlântico, ocupado em sua maior parte pelo Brasil, dentro do princípio de que a montanha produz

o fenômeno cantonalista, enquanto vales e planícies unem. A descentralização imposta pelas oito Audiências faria surgir as oito Repúblicas de língua espanhola, criando entre si fronteiras políticas que anularam o conjunto geoistórico.

REGIÕES NATURAIS

No século XIX, criadas as várias unidades geopolíticas independentes das metrópoles, as circunstâncias locais conseguiram imprimir caráter determinante a espaços geográficos sul-americanos. Nessas condições adotando a classificação de Levi Marrero, distinguimos quatro regiões naturais integradas ao conjunto continental: Caribe, Pacífico, Interior e Atlântica.

A REGIÃO DO CARIBE

Aí os Andes envolvem dois países - a Colômbia e a Venezuela, bifurcando-se em vários ramos a partir do Nô de Pasto, para terminarem circundando o Golfo ou lago de Maracaibo, o maior da América do Sul (13.000km^2) em zona de potencial petrolífero. Aí

divergem a Colômbia e a Venezuela em questão de fronteira, por não terem chegado a um consenso sobre a divisão do mar territorial.

Além da cordilheira, estendem-se os *llanos*, terras baixas pertencentes à Bacia do Orenoco. É a geografia Ilhanera que vai distinguir geopoliticamente, a Venezuela da Colômbia. Nessa zona plana transandina localizaram-se logo as maiores densidades populacionais e os núcleos produtivos da fase colonial venezuelana, contrastando com a Colômbia, onde a ocupação se mantém nos Andes na *estreita fluvial*, onde se encaixaram, em profundas gargantas, as Bacias do Atrato e Madalena/Cauca.

Isoladas do centro mineiro andino, as populações ilhaneras passaram a viver mais em função do Mar das Antilhas, mantendo intenso contrabando com invasores estrangeiros. Daí a região haver sido transformada na Capitania Geral da Venezuela, separada do Vice-Reinado de Nova Granada, para ficar sob maior controle de Castela, no século XVIII.

Atualmente, o ecuménico estatal venezuelano, comandado por Caracas e secundado por Cumaná, Barre-

lona e Maracaibo, se caracteriza por seu tráfico mais intenso voltado para o exterior e pela estreita dependência com o núcleo geopolítico do Orenoco/Caribe.

Contrasta, pois, com a Colômbia, caracterizada por uma dualidade fisiopolítica. Mais da metade do território colombiano é formado por planícies envolvidas nas Bacias do Orenoco e Amazônica, onde se concentra a sua área geopolítica neutra. O ecúmeno estatal colombiano, comandando por Bogotá, encontra-se em zona andina.

No único país bioceânico da América do Sul, o porto de Buenaventura, no Pacífico, não exerce o papel preponderante de Cartagena/Barranquilla, no Caribe. Assim, tanto a Colômbia como a Venezuela estão bem mais voltadas para o Caribe, mar formado pelo Atlântico, contrastando com a Região Andina propriamente dita (Equador/Peru/Chile), inteiramente dependentes do Pacífico.

Ocupando uma área de 948.000km², a Bacia do Orenoco é fechada pelos Andes e pelo Planalto das

Guianas. Geopoliticamente antagônico, o Orenoco se constitui, ao mesmo tempo, na artéria em cujos braços se unificou e se divide o espaço político venezuelano. É que o seu sul se constitui em vasta área geopolítica neutra, visto que, curiosamente, as nascentes desse rio só foram descobertas em 1951.

Se, sob o ponto de vista fisiopolítico, o solo llanero facilitou a penetração espanhola, a irregularidade do relevo planaltino da Guiana dificultou-a, favorecendo as invasões holandesa, inglesa e francesa que acabaram por formar *quistos geopolíticos* nessa cunha isolada do continente, voltada para o Caribe.¹

Guiana em dialeto indígena significa *costa selvagem, país das águas*. Assim o litoral guianense é baixo e pantanoso, sem grandes rios que favoreçam a penetração. Por outro lado, a homogeneidade estrutural do planalto é notória, como é também característico o seu isolamento geográfico em face do Atlântico da Bacia do Orenoco e da Bacia Amazônica, justificando a

sobrevivência geopolítica da Guiana, colonizada pelos ingleses, do Suriname, pelos holandeses, e da Guiana Francesa, um Departamento de Ultramar francês. O que impediu, por outro lado, que a América do Sul viesse a se constituir numa completa Ibero América.

REGIÃO DO PACÍFICO

Ainda bem digitados, os Andes, percorrendo o Equador e Peru, já se caracterizam por uma comunicação mais facilitada em função dos Nós de Pasto, Loja, Cerro Pasco e Vilcanota.

Até 2 graus de latitude sul a região andina equatoriana se assemelha à da Colômbia meridional; daí haverem os espanhóis reunido essas áreas no Vice-Reinado de Nova Granada. Aí a passagem andina foi denominada, por Humboldt, como *avenida dos vulcões*, linha vulcânica que só vai ressurgir, aos 14 graus de latitude sul, com o vulcão peruano Misti, nas imediações de Arequipa, continuando na direção da Bolívia, Chile e Argentina.

¹ Cunha isolada do continente onde, além da Colômbia, a Venezuela tem um contencioso com a Guiana, reclamando 2/3 de seu território e, por sua vez, a Guiana com o Suriname, no setor do Red River, na fronteira com o Brasil.

Zona de violentos terremotos, pontilhada por cerca de 60 vulcões extintos ou em plena atividade, as altitudes vão se elevando do Equador para o Peru e, na fronteira entre esses dois países formou uma zona de tensão lideira, conhecida como a *Questão de Cônodo*.

A semelhança do que ocorre na Venezuela e na Colômbia, as áreas interiorizadas que se seguem aos Andes vão baixando, até se transformarem em planícies. São as *Yungas* integrantes da Bacia Amazônica, cobertas por selvas equatoriais frondosas, bem regadas pelas chuvas e que, na Bolívia, já recebem o nome de *Florestas*.

A *Yunga* ou a Floresta, desde a Colômbia, passando pelo Equador e o Peru para atingir a Bolívia, e fazendo fronteira com o Brasil, caracteriza-se, grosso modo, como área geopolítica neutra, com presença das *fronteiras-faixa*, ou seja, despoçoadas, destaca que os países sul-americanos se encontram aí de costas uns para os outros, transformando em pouco ativo o Pacto Amazônico.

Desde a Colômbia até a Bolívia, incluindo-se o Equador e o Peru, as maiores

densidades demográficas se concentram no setor andino, onde se interpenetram os núcleos geoistóricos e ecuménicos estatais dos quatro países.

A depressão longitudinal costeira do Equador é melhor ocupada que a *Yunga*, sobretudo no delta do Guayas, planície aluvial baixa, estrangulada na altura de Guayaquil, porto que monopoliza o comércio, concorrendo geopoliticamente com Quito a 2.480 metros de altitude.

Essas cidades se completam nas duas províncias básicas do Equador Pichincha e Guayas, conectadas por um corredor interior estreito. Guayaquil à costa e Quito à serra fazem, com o porto de Las Esmeraldas, de melhor posicionamento com relação ao Canal do Panamá e consequentemente na via Atlântico, o ativo triângulo geopolítico do país.

Assim, podemos dizer que a costa equatoriana contrasta com a pobreza da linha desértica marítima peruana. A vida aí se concentra nos oásis petrolíferos que se estendem de Guayaquil até a Ponta Paita.

Enquanto Quito se acentuou na cordilheira, Lima, a capital do Peru, sofre

maior atração do Pacífico, sem se envolver nele diretamente. Isso porque a *porta de saída* da capital peruana é Callao, a 120km de Lima.

No Chile, os Andes formam duas cadeias paralelas, facilmente cruzadas nos passos das seções central e setentrional. Passagens naturais nos colos das montanhas, esses passos sempre salvaguardavam os interesses do Chile pelo Atlântico, sobretudo o Passo de Upasilla, aproveitado pela transcontinental Buenos Aires/Santiago/Valparaíso.

No estreito território chileno, entre os Andes e o Pacífico, os cursos d'água são numerosos, mas não permanentes, ocasionando inundações no período das chuvas. Mas é entre as cadeias paralelas de montanhas que se estende o deserto ou *puña*, com destaque para o Atacama, desprovista de qualquer tipo de vegetação, paisagem desértica onde a economia se liga aos salitrários.

Embora o Aconcágua, ponto mais alto do continente sul-americano, com seus 7.000 metros, se situe no setor meridional dos Andes, a partir dos 40 graus de latitude sul as montanhas que se repartem entre o Chile e o

Argentina vão perdendo em altitude e se povoando de lagos glaciares, entre os quais o Buenos Aires, Viedma e Argentino onde, só em 1996, se resolveram pendências fronteiriças.

Na Terra do Fogo, a zona montanhosa submerge para formar os arquipélagos antárticos. Nesse setor, estendendo-se para a Antártica, Chile e Argentina emitiram decretos reivindicando áreas polares que se justapõem com as da Inglaterra, cuja partilha o Tratado de Washington, de 1960, vem protelando.

No entanto, no setor terminal sul do continente, o Chile conseguiu envolver-se no Atlântico através do Canal de Beagle, obtendo, por arbitramento, as Ilhas Nueva, Lenox e Picton.

Observando-se que a disposição vertical dos Andes contribuiu para a ocupação humana em sentido norte-sul, onde Santiago, a capital, posicionada no vale longitudinal do rio Mapocho busca o Pacífico. Esse oceano banha a fachada do país prolongada por cerca de 40 graus geográficos, entre os paralelos de 18 graus e 56 graus de latitude sul. O Chile é, pois, uma franja oceânica com largura variando dos 100 aos 350km,

só alcançando sua maior extensão na Terra do Fogo onde tem 460km.

REGIÃO INTERIOR

Os Andes são mais compactos, largos, ao sul do Nô de Vilcanota, envolvendo o Peru meridional e a Bolívia, e atingindo 600km na altura do paralelo de 18 graus de latitude sul. Trata-se, pois, de um autêntico altiplano, o denominado *Pamir da América do Sul*, com 830km de norte para sul e 120km de leste para oeste. Nesse altiplano, a febre da mineração deteve os espanhóis, que deixaram de levar em conta a fisiopolítica. Assim, parte do altiplano ficava geopoliticamente ligado ao Vice-Reinado do Peru, enquanto a parte meridional, embora sem se integrar, iria girar na órbita do Vice-Reinado do Prata.

Caracterizando-se por um sistema hidrográfico fechado, destaca-se, no Altiplano Boliviano, o Titicaca, o lago mais alto do mundo (3.850 metros). Considerado, também, como uma das massas d'água doce mais extensas da Terra (6.900 km²) verte suas águas para o salobro Lago Poopo.

Estão nesse altiplano as nascentes de tributários da Bacia Amazônica que, na planície interiorizada da Bolívia, drenam sua área geopolítica neutra que contrasta com o setor andino, onde está o ecumônimo estatal no eixo La Paz-Sucre.

Localizada no nó mais estratégico das vias de comunicação, conservou La Paz a categoria de capital por se encontrar no Departamento do mesmo nome, o mais próximo do Oceano Pacífico, onde a Bolívia mantém com o Chile uma zona de tensão. Não se conforma o Governo boliviano de haver perdido, em 1833, a sua saída marítima - finda a Guerra do Pacífico, pelo Tratado de Ancón o Chile ficou com Tacna e Árica pertencentes ao Peru e Antofagasta, o litoral boliviano. Considerada como uma das áreas mais cruciais do continente, a devolução desse território litorâneo é, sem dúvida, a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acenada em tempos de crise.

Mais baixa que La Paz (3.600 metros), Sucre (2.850 metros) é o quarto nome que teve esse núcleo urbano boliviano. Os índios dão-lhe o nome de *Charcas*, região que se atolava por se encon-

trar no *divortium aquarium* dos sistemas fluviais Platino e Amazônico. Era também conhecida como Chuquisaca quando os espanhóis, descobrindo o prata, deram-lhe o nome de La Plata. Antes de tomar o nome de Sucre, em homenagem a Antonio José de Sucre, o fundador da República, foi como Audiência de Charcas, desde 1559, a célula política do que se chamava Alto Peru. Diferindo de La Paz, vivendo em função do ouro de Lima, Sucre, à sombra das minas de prata do Potosí, entrava para a órbita do Vice-Reinado do Prata.

Assim, La Paz e Sucre revelam o dualismo não só geopolítico como também fisiopolítico da Bolívia, numa área de transição - entre o Chile e o Peru de um lado, e entre a Argentina, o Paraguai e o Brasil do outro. Por sua posição cêntrica e população diluída, não suportou a gravitação de seus vizinhos. Sem fronteiras naturais, regrediu em pouco mais da metade de sua área, perdendo ou cedendo territórios.

Contrastando frontalmente com a Bolívia, por sua unidade geográfica, coesão psicossocial e forte centralização política, destaca-se o Paraguai. O fator des-

sa unidade reside no baixo relevo da planície do Chaco, entrecortada por rios que lhe conferem a característica de *mesopotâmia da América do Sul*.

A disposição das linhas fluviais transforma o Paraguai, embora país interiorizado, num núcleo que se aproxima do mar, confirmado a tese de Ratzel de que: *o rio em territórios planos e em países meridionais é a força de atração entre os distintos povos ribeirinhos*. Para Ratzel, as diferenças nacionais numa mesma bacia hidrográfica se imprimem, correlativamente, por três setores de seu curso - inferior, médio e superior, justificando a vida própria assegurada à Argentina e ao Uruguai no curso inferior ou foz do Prata, enquanto os territórios no curso superior são mais isolados, sendo o caso da Bolívia tanto na Bacia Platina quanto na Amazônica. Já o Paraguai, no curso médio da Bacia do Prata, servindo como traço de união entre a jusante e a nascente, transformou-se em zona de passagem, passando a sofrer incontestável ação do Atlântico. Por isso, complementando a ação geoviária de Buenos Aires com relação ao

Paraguai, o Brasil mantém Corredores de Exportação. Tanto o Corredor de Paranaguá como o de Santos fluem para Mato Grosso do Sul, transformado no centro geoeconômico para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia. No entanto, pelo posicionamento de Assunção, comandando o ecumeno estatal, o Paraguai é bem mais caracterizadamente atlântico que a Bolívia.

REGIÃO ATLÂNTICA

O caso específico do Uruguai envolve algumas exceções geopolíticas. Contradiz, por exemplo, a tese de Ratzel de que, sendo país na foz do Prata, banhado por litoral atlântico próprio, poderia viver bem mais independentemente do que vive. É que, não sendo Estado-faixa-fluvial como o Paraguai, a interdependência do Uruguai se condicionou ao dualismo geoistórico que lhe trouxe como herança o fenômeno da instabilidade geopolítica.

Ante o secessionismo platino no momento da emancipação política, o Governo português reconheceu, de imediato, a independência do Paraguai (1811), e, como

sempre interessado na foz do Prata, invadiu o Uruguai (1816), que ficou como Província da Cisplatina associada ao Brasil até 1828.

Independente, a despeito da dupla colonização, o Uruguai não chegou a se transformar num país bilingüe, muito embora se caracterize como Estado-tampão, em zona de influência luso-hispânica, característica observada ao se tomar o rio Negro como divisória geopolítica e a vinculação às últimas ramificações do planalto meridional brasileiro e dos Pampas argentinos. Assim, o Uruguai, o menor país sul-americano, posicionado entre o Brasil e a Argentina, os dois maiores, tem com os dois, um procedimento, tanto do ponto de vista geopolítico quanto geoconômico, de intensa convivência.

Dentro da estratégia do Governo português em ocupar a foz dos grandes rios como ponto de apoio para a conquista do *hinterland*, o núcleo geoistórico da Argentina, no estuário do Prata foi incorporado em 1530 ao Reinado de Portu-

gal. Ficando, no entanto, despovoado, cairia, seis anos depois nas mãos dos espanhóis, que aí fundavam Buenos Aires pela primeira vez. O estabelecimento português na outra margem do Prata, na Colônia do Sacramento (1680) transformaria a área numa zona de fricção, onde o fenômeno de fronteiras vivas² foi constante até o século XIX.

A implantação dessa zona de fricção contribuía para o estabelecimento das seguintes diretrizes geopolíticas:

- enquanto os portugueses mudavam a capital do Estado do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro (1763), por se encontrar esta mais próxima da zona de contenda que Salvador, os espanhóis criavam o Vice-Reino do Prata, para melhor defender a região;

- enquanto os espanhóis ocupavam os campos interiorizados do Uruguai, para manter os portugueses ilhados na Colônia do Sacramento, o Governo de Lisboa iniciava a colonização do Rio Grande de S. Pedro (1740), para deter o avanço hispânico;

- no confronto, impunha-se primeiro a Argentina, dominada pelo centripetismo de Buenos Aires, centripetismo que promoveu a formação do espaço territorial argentino e provocou o esfacelamento do Vice-Reinado do Prata. Isso porque contra esse centripetismo iria se sobrepor o cantonalismo paraguaio, boliviano e uruguai que, no centrifugismo, provocado pela descentralização administrativa das Audiências, quebraria a unidade do Vice-Reinado do Prata no século XIX.

Em 1813, no *Congresso de Tucumán*, se os portenhos tivessem acatado a idéia dos arribenhos e andinos para a interiorização da capital, talvez pudesse ter sido salva a unidade do Prata. A luta entre Charcas, Tucuman e Buenos Aires pela capitalidade do país que se formava já havia tido precedente histórico nos Estados Unidos, onde Nova York, Filadélfia e Boston perseguiam o mesmo ideal. A capital artificial, Washington, que salvou a federação no norte, poderia ter conservado a união do Vice-Reinado do Prata.

² Classificação que aceita a tese de Backheuser quando afirma: a fronteira-viva, em essência, é uma região de fricção, através da qual, mais dia menos dia, surgem ou se agravam conflitos internacionais, políticos, ou de ordem fiscal administrativa, ensejando demonstrações de força militar. Já Brunhes e Vallaux preferem o termo fronteira de tensão, considerando-a fronteira-morta, quando livre de contendas, por se haver chegado a um acordo.

AMÉRICA DO SUL: VOCAÇÃO GEOPOLÍTICA

Justificando o centripetismo e rechaçando o federalismo de Artigas, Juan Alvares afirma: *o rio da Prata é a artéria através da qual se comunicam com a Europa através de vastas zonas do território brasileiro, boliviano e paraguaio, além das províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. Sujeitar os produtos de imensa região ao porto único de Buenos-Aires - desprovido naquela época, de diques e até de*

água profundas - era empresa que só pela força poderia prosperar. No entanto, ante as dificuldades de conciliar os interesses portenhos, arribenhos e andinos, declarava Justo J. De Urquiza, em sua Mensagem ao Congresso, de 1854: *Nossos distúrbios passados estão fundamentados sobre essa inopportuna disposição das populações; nossas futuras discordias virão desta mesma causa.*

Em face dos fenômenos geopolíticos - da luta da

Argentina contra o centro-fugismo, do Uruguai como Estado-Tampão, do Paraguai como caracterizada mesopotâmia e da Bolívia como polo de atração - o Brasil, maior país, pelo fator presença, se constitui no múltiplo vetor da América do Sul.

PRESENÇA DO BRASIL

Ocupando quase metade do espaço territorial sul-americano - 47.3%, posi-

AMÉRICA DO SUL

REGIÕES NATURAIS			
País	Capital	Área (km ²)	População (1994)
CARIBE			
Colômbia	Bogotá	1.141.749	34.000.000
Guiana	Georgetown	214.969	748.000
Guiana Francesa	Caiena	91.000	114.800
Suriname	Paramaribo	163.265	404.000
Venezuela	Caracas	912.050	20.600.000
PACÍFICO			
Chile	Santiago	756.626	13.800.000
Equador	Quito	272.000	11.300.000
Peru	Lima	1.285.000	22.900.000
INTERIOR			
Bolívia	La Paz e Sucre	1.098.581	7.700.000
Paraguai	Assunção	406.752	4.600.000
ATLÂNTICO			
Argentina	Buenos Aires	2.766.889	33.500.000
Brasil	Brasília	8.547.403	151.523.000
Uruguai	Montevideu	176.215	3.100.000

Fonte: *Almanaque Abril (1995)*

cionava-se o Brasil na larga porção oriental do Atlântico Sul.

O nosso total de fronteiras (23.086km) se reparte entre os 15.719km de limites terrestres e 7.367km de litoral. No conjunto brasileiro, 18% da extensão territorial são formados pela faixa de 250km que acompanha o litoral, 42% se encontram entre os 250km e 1.000km da orla litorânea, enquanto os restantes 40% estão além dos 1.000km. Tais porcentagens comprovam ser o Brasil um país do tipo marítimo, associando-o ainda ao tipo continental, pela presença no continente sul americano, caracterizando-o como múltiplo vetor.

Articula-se o Brasil, grosso modo, com os Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, bem como com as duas grandes bacias fluviais tributárias do Atlântico e eixos viários de penetração no *hinterland* - a Amazônica e a Platina.

Enquanto o Planalto das Guianas busca o Atlântico, declinando em sua direção, o *Golfão Amazônico*, no sentido inverso, é porta natural de penetração para o *hinterland* da planície que encerra a maior rede hidrográfica do mundo, com

7.000.000km², se nela incluirmos a Bacia Tocantins/Araguaia. Cerca de 70% desse complexo fisiopolítico, compreendendo a mais vasta planície sedimentar do globo, se encontra em território brasileiro, envolvendo-nos nos restantes 30% com a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia e a região guianense, caracterizando-nos como múltiplo vetor em face dos nossos condôminos.

Zona caracterizadamente despovoada, formando em todos os países uma área geopolítica neutra, face a ingerências internacionais, por fatores geoestratégicos, levariam o Brasil a firmar, em 1980, com os demais países interessados, o *Pacto Amazônico*.

Por sua vez, o Planalto Central, ou Brasileiro, forma uma espécie de triângulo com a base voltada para o norte, o vértice apontando para o sul, declinando nas duas áreas, bem como para o interior. Assim, uma das características desse planalto é a de se encontrar afastado dos setores litorâneos, os mais povoados, que integram o ecúmeno estatal brasileiro. Caracterizando-se como área geopolítica neutra, levaria o Governo a implantar a nova

capital em Brasília para melhor atenuar os desniveis.

No plano fisiopolítico, sua importância se prende a ser, esse planalto, o centro dispersor e divisor de águas de três importantes bacias hidrográficas - a do S. Francisco, genuinamente brasileira, a Amazônica e a Platina, que se dividem entre várias nações. Assim, no contexto continental, o Planalto Central ou Brasileiro foi o núcleo interiorizado da unidade nacional (S. Francisco) e de alargamento territorial dos bandeirantes portugueses - pelo Prata, no sentido direcional sul e, pelo Amazonas, dentro da diretriz leste-oeste.

Em seu declive para o interior o planalto cede lugar ao Pantanal Mato-grossense, complementado pela região do Chaco, extensa área baixa, numa distância de 1.170km de norte para sul, desde a divisória do Mamoré até as paisagens pampeanas. Essa última paisagem é logo notada, já que o vazio demográfico do Chaco/Pantanl contrasta com a ocupação pastoril dos Pampas.

Área geopolítica neutra, de fronteiras - faixa despovoadas, o Chaco se transformou em zona de tensão, que

provocou a guerra entre o Paraguai e a Bolívia, conflito só terminado em 1938, com o Governo de La Paz perdendo o setor Boreal para o Paraguai, quando, desde 1888, havia perdido o setor Central para a Argentina.

A conexão geográfica do Brasil com seus vizinhos continua do Chaco para os Pampas. A região pampeana, numa extensão de 647.500 km², forma um leque aberto para o interior a partir da foz do Prata, numa distância radial de 500 a 640km, atingindo território argentino, uruguai e brasileiro, recebendo nesse último o nome de zona da *Campanha do Rio Grande do Sul*.

É domínio de *campos limpos* de melhores pastagens que, na parte meridional do Planalto Brasileiro, se transformam em floresta temperada, de fácil exploração, contrastando com a selva equatorial amazônica, bem mais variada em espécie, mas de difícil penetrabilidade. A planície pampeana difere da que lhe segue para o interior - o Chaco ou Pantanal Mato-grossense - onde já surgem os *campos cerrados* de gramineas se alterando com tufo florestais, em geral matas ciliares. Comparati-

vamente, são as pradarias lhaneras repetindo-se no *hinterland* da Bacia do Prata.

A partir do Brasil, o Uruguai e as províncias arribenhas argentinas (Corrientes, Missiones, Entre Rios), o plano uniforme dos Pampas, ainda com vegetação herbácea, se apresenta com a ondulação das *coxilhas*. É, no entanto, ao sul, que os Pampas se constituem na zona pecuarista mais produtiva do continente, até serem interrompidos pelos primeiros degraus do Planalto da Patagônia, que enlaça o litoral alto do Pacífico com o baixo do Atlântico.

Da Patagônia alta, desértica e fria, já não participa mais o Brasil como múltiplo vetor, mas é este o terminal da chamada *diagonal semi-árida* que, na massa continental sul-americana, começa no litoral semi-árido do Nordeste Brasileiro, atravessando o nosso Centro-Oeste para penetrar no Chaco e contornar os Pampas.

Com um espaço imenso e diversificado, as nossas diretrizes geopolíticas devem-se ater ao princípio básico de que, como múltiplo vetor, para dominá-lo efetivamente, temos que nos

dedicar a obra integracionista para absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras. Com os regionalismos, mas sem cantonalismos constituído por três ilhas geoconômicas, tem o Brasil que integrar seu *hinterland* subdesenvolvido. Contamos para tal com o fenômeno da assimilação, que caracterizou a colonização portuguesa tornando o Brasil, no conjunto da América do Sul, o país mais mestiço - vantagem destacada por Jacques Lambert: *se a América Andina é cada vez mais uma América Indígena e a América do Prata, cada vez mais uma América Européia, o Brasil constitui uma América Brasileira, de predominância européia accentuada, conquanto original.*

CONCLUSÃO

A vocação geopolítica da América do Sul, no Hemisfério marítimo onde se posiciona, é bem marcada por sua geografia. A região de planície forma uma espécie de semicírculo com duas pontas centradas nos estuários do Prata e do Amazonas. Os Andes na retaguarda, o Planalto das Guianas ao norte e o da Pata-

gônia ao sul emolduram esse semicírculo, enquanto o Planalto Central ou Brasileiro se impõe como plataforma giratória entre as duas portas de entrada no continente. Pela disposição, tanto a Bacia do Orenoco e, sobretudo, a Platina e a Amazônica se constituem em área de atuação geopolítica e geoeconómica dentro da esfera exclusiva do Atlântico – vocação atlântica ainda não explorada pelo Altiplano Boliviano, a despeito de se manter hidrograficamente nessa vertente oceânica, por ter, como o Brasil, seu território integrado nas Bacias Amazônica e Platina.

O Brasil com o Uruguai e a Argentina, integrados na Região Natural Atlântica, se beneficiam do melhor posicionamento nesse oceano. Mas o Brasil que alia o seu posicionamento à presença, é o único país do continente sul-americano a contactar-se com as demais regiões naturais, como *múltiplo vetor*:

- com a Região do Caribe ou Marginal do Caribe (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) unindo as vertentes do Atlântico/Pacífico, mas se posicionando com o Canal do Panamá, no Atlântico Norte. Pelo fator coloni-

zação, é a parte do continente sul-americano menos coesa com a presença da cultura hispânica, inglesa, holandesa e francesa. É, na atualidade, a área mais vulnerável do continente, não só pela presença da vasta área geopolítica neutra da Amazônia mas, sobretudo, se levarmos em conta o estágio geopolítico dito *infantil*, ainda de futuro incerto dos dois países não ibero-americanos e do Departamento do Ultramar Francês;

- com a Região do Pacífico (Equador, Peru e Chile), países apoiados no conjunto geográfico Andes/Pacífico, dois fatores que contribuem para o maior isolamento desses países, tanto no setor continental como para o resto do mundo - isolamento que só transcontinentais, quer ferroviárias quer rodoviárias, poderão minorizar. Levantando-se em conta o fator colonização há coesão na área, tanto pelo elemento espanhol quanto pela presença do autóctone inca;

- com a Região Interior (Bolívia e Paraguai) que, na vivência de *países enclausurados*, estão na contingência de seus vizinhos em busca de saídas marítimas.

Em 1977, o Brasil firmou o *Acordo de Cochabamba* com a Bolívia, para estender os trilhos da ferrovia Santos – Santa Cruz de La Sierra até essa cidade, que já se conecta com Arica no Chile. Trata-se do pólo de atração leste, que leva vantagem, com o pólo de atração sul, para Buenos Aires. Isso porque Santos se encontra a 1.600km de costa acima de Buenos Aires, enquanto a distância Santos – Santa Cruz de La Sierra é mais curta em 700km, que a desta cidade boliviana até a capital argentina. Lá o pólo de atração norte será importante, porém a longo prazo. A via deverá valer-se do Madeira-Mamoré, captando o transporte pelo rio Grande, francamente navegável a partir de Cuatro Ojos, localizada a 200km ao norte de Santa Cruz de La Sierra. Observando-se que só quando forem suficientemente fortes os meios necessários para que se procedam as conexões, os pólos de atração da Bolívia estarão naturalmente vinculados ao Atlântico, tal como já ocorre com o Paraguai.

Continente-ilha cercado por dois oceanos, sua marcante vocação geopolítica atlântica levaria os países

(Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) a iniciarem o processo de integração que redundaria no MERCOSUL. Com a filiação do Chile e Bolívia, em 1996, envolve essa zona de livre comércio todo o Cone Sul enlaçando o Atlântico e o Pacífico. Aderindo, a Venezuela estará dando o grande passo para a integração sul-americana, desfazendo-se o fato de estarem os países de costas uns para os outros, com seus

ecúmenos estatais distanciados.

A integração se faz via MERCOSUL, que virou marca com logotipo para constar nos produtos e até passaporte dos cidadãos, mostrando que, do setor econômico, passam os associados deste bloco à união cultural, que a identidade histórica irá cimentar.

Lembrando que o MERCOSUL representa hoje o quinto maior Produto Interno

Bruto (PIB) mundial, o Presidente Fernando Henrique Cardoso abriu, em dezembro de 1996, a XI Reunião de Cúpula, em Fortaleza, no Ceará, onde entre medidas de teor econômico tratou-se de maior intercâmbio entre universitários, troca de voluntários para ações sociais, envio de *capacetes brancos* para missões de paz, aumento de linhas aéreas que operam na região e a construção de uma sede em Montevidéu. ☺

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Therezinha de. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. BIBLIEC. Rio: 1995.
- _____. "América do Sul: Aspectos Fisiopolíticos em Confronto" - *A Defesa Nacional* n.º 696 - julho/agosto de 1981.
- _____. "Vocação Atlântica da América do Sul." *A Defesa Nacional* n.º 681 - janeiro/fevereiro de 1979.
- CORREIA, Natália. "Somos todos Hispanos" - Idéias e Figuras - Caderno *O Jornal*. Lisboa: 1996.
- MALAGRIDAS, D. Carlos Badia. *El Factor Geográfico en la Política Sulamericana*. Madri: 1919.
- MARRERO, Levi. *Viajemos por América*. Havana: 1957.

Chefes, Líderes e Pensadores Militares *Michael Lee Lanning*

Livro contendo notas biográficas e valiosas informações sobre a vida e a obra de cento e dez importantes chefes, líderes e pensadores militares, de reconhecida atuação através dos tempos. Constitui-se em adequada fonte de pesquisa ao alcance dos estudiosos da História Militar.

Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEC

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: 0800-238365

A Guerra Guaranítica, uma Guerra Invulgar e Incômoda

*Silvino da Cruz Curado**

Comunicação apresentada ao XXIV Congresso Internacional de História Militar – *A Guerra e o Encontro de Civilizações a partir do Século XVI*, realizado em Lisboa, no período de 24 a 29 de agosto de 1998.

Guerra Guaranítica, ou Guerra das Missões, é assim chamada por ter sido levada a cabo contra os índios guaranis das Missões Jesuíticas do Paraguai, localizadas em territórios, ao tempo espanhóis, e que hoje se repartem pelo Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil.

Tendo decorrido de 1754 a 1756, considero-a uma guerra invulgar por combinar forças dos dois países ibéricos, tradicionalmente inimigos, e não contra um inimigo externo comum, mas contra índios fiéis vassalos do Rei da Espanha.

É igualmente uma guerra incômoda, por ter conduzido ao esmagamento, por forças de duas importantes potências mundiais

da época, de milícias dos índios, tendo estes a razão do seu lado.

Estamos em presença de um caso tardio de encontro de civilizações. De um lado, a civilização européia já com alguma influência local e, do outro, o caso híbrido dos índios das Missões. Estes, convertidos ao catolicismo e afastados da vida selvagem que antes levavam, eram mantidos totalmente segregados da sociedade espanhola, sendo tutelados pelos padres jesuítas, que os consideravam umas inconstantes crianças grandes, sempre prontos a ceder aos apelos das suas tradições rácicas.

A pequena guerra iria ter as mais drásticas consequências, estando na origem de processos complexos que

levaram, quer à extinção da poderosa Companhia de Jesus, quer à dispersão e acelerado desaparecimento dos índios guaranis, quer ainda, a novos conflitos bélicos na região, entre portugueses e espanhóis.

Além dos interesses das duas monarquias envolvidas, dos da Companhia de Jesus e das radicais mudanças que ocorriam na Europa, tiveram importância decisiva no processo as personalidades dos principais intervenientes nele, quer em Lisboa e Madri quer na América e, sobretudo, a deficiente percepção e avaliação das situações, num mundo onde a informação e as ordens levavam meses para chegar. Não desejando ninguém a guerra, que falta fizeram as modernas técni-

* General do Exército Português

cas de controle de crises e de estabelecimento de medidas de confiança!

Correndo os riscos de todas as simplificações excessivas, que a limitação do tempo impõe, vejamos, em breves traços, como se originou esse problema.

Os portugueses tinham largamente ultrapassado o limite, nunca materializado no terreno, das 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, estabelecido no Tratado de Tordesilhas, chocando-se com os espanhóis que avançavam em sentido contrário. Os conflitos eram inevitáveis, a menos que se estabelecessem novos limites e esses fossem demarcados no terreno.

Reclamavam os espanhóis da situação na América, mas esqueciam-se do que tinham avançado no outro lado do globo, ocupando as Filipinas, situadas na área atribuída a Portugal pelo mesmo tratado.

Voltando à América, é de salientar, pelo interesse que tem para este caso, a fundação, em 1680, por iniciativa da Coroa Portuguesa, que considerava o rio da Prata como limite sul do Brasil, da Colônia do Sacra-

mento, em frente de Buenos Aires, origem de continuados conflitos. Contestava a Espanha que a colônia se localizasse em território português. Tomada pelas armas no próprio ano da sua fundação e logo a seguir devolvida para esclarecimento dos limites, foi novamente tomada em 1705, para voltar a ser devolvida na sequência do Tratado de Utrecht de 1715.

Justifica-se essa referência porque, por aquele tratado, a Espanha cedeu a Portugal toda a ação e direitos que pretendia ter sobre o *território* e Colônia do Sacramento pelos quais poderia vir a oferecer, no prazo de ano e meio, um *equivalente* que Portugal aceitaria ou não. Foi essa hipótese de *equivalente* que, não tendo sido concretizada naquele momento, foi retomada mais tarde, como veremos, para desgraça dos guaranis e dos jesuítas.

Aparentemente, estaria fixado o limite sul do Brasil, que se estenderia até o rio da Prata. Mas o Governador de Buenos Aires, inconformado, logo propôs e obteve concordância da sua Coroa para que, por *território* da

Colônia, se entendesse apenas o espaço que, a partir da fortificação, era coberto por tiro de canhão. Os conflitos continuaram.

Aconteceu, no entanto, uma excepcional situação de bom entendimento entre os monarcas peninsulares, decorrente do fato de Fernando VI de Espanha, de espírito pacífico, ser casado com Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esta exercer grande influência sobre o marido. Foi assim possível negociar o Tratado de Madri de 1750¹, da maior importância para o Brasil pois, pela primeira vez, lhe foram reconhecidas dimensões semelhantes às atuais.

No referido tratado, estabeleceram-se limites a demarcar no terreno por acidentes de fácil identificação, com base no que cada país ocupava no momento, estabelecendo-se, contudo, algumas correções através de cedências entre as Coroas.

A Espanha estava particularmente interessada na Colônia do Sacramento para ficar com a posse exclusiva de todo o rio da Prata e acabar com o contrabando que portugueses e ingleses realizavam através daquela praça. Portugal exigiu, mes-

¹ Texto do Tratado em CHAVES, 1943, p. 141 - 157.

mo com risco de malogro da demorada e muito persistente negociação², que lhe fosse cedido, como *equivalente*, território a oriente do rio Uruguai, no qual se localizavam sete das 30 aldeias das Missões Jesuíticas.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos, no Brasil, que pela parte portuguesa dirigiu as negociações, pretendia criar, no Sul, uma província poderosa, que se alargasse até o rio Uruguai, e pudesse fazer face aos espanhóis que ali eram mais fortes³.

D. José de Carvajal, o ministro que conduziu as negociações pela parte espanhola, resistiu durante um ano para ceder as sete aldeias⁴, sobretudo pelo receio do que iria suceder aos índios e das reações dos jesuítas. Portugal, no sentido de forçar a decisão, dispôs-se a aceitar, quanto ao destino dos índios, qualquer das três soluções possíveis:⁵ continuarem todos nas sete

aldeias; saírem todos para o território espanhol; e ficarem ou saírem de acordo com o próprio desejo.

Decidiu-se a Espanha a entregar as aldeias sem os 30.000 índios que as habitavam e por um dos tais erros de percepção anteriormente anunciados, Carvajal, no dizer do embaixador português, *tinha por certo que cedidas as aldeias a Portugal todos os índios seguiriam aos jesuítas que os tinham doutrinado para onde os quisessem levar e que nem um só ficaria nelas*.⁶

As Missões tinham milícias⁷ que podiam mobilizar 20.000 soldados e dispunham, além das armas tradicionais, de dezenas de armas de fogo por aldeia e até de alguma artilharia. Forças de 4.000 índios destas milícias foram utilizadas pelos governadores espanhóis contra os portugueses, na Colônia do Sacramento, em 1681, 1705 e 1735, e na tentativa

de fundação de Montevideu, em 1723.

Além dos índios, havia que temer a reação dos padres da, até aí, muito poderosa Companhia de Jesus. Contudo, o Padre-Geral, não desejando abrir qualquer conflito que pudesse ser aproveitado contra os jesuítas, acedeu ao pedido do Rei da Espanha para ordenar os curas das missões que efetuassem a mudança dos índios das sete aldeias para outros locais em território espanhol.

Não podiam os padres das Missões, absorvidos pelos cuidados com os *seus filhos* ter a percepção das profundas alterações que se preparavam na Europa. Impossível para eles admitir que a Companhia não fosse capaz de convencer o Rei da injustiça que se cometia com os índios, do risco de se perderem para a fé e do perigo que representava, para os interesses da Espanha, a aproximação dos por-

² Carta de 16 de março de 1749, do Secretário de Estado, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, para o Embaixador de Madri, Visconde Tomás da Silva Telles, em CORTESÃO, 1953, Doc. LXXX.

³ Carta de 14 de setembro de 1749, do Secretário de Estado para o Embaixador em Madri, em CORTESÃO, 1953, Doc. CIII.

⁴ Cartas do Embaixador em Madri para o Secretário de Estado de 11 de fevereiro, 2 de abril, 29 de abril, 8 de maio, 13 de maio, 20 de junho, 29 de junho, 2 de agosto, 21 de setembro e 13 de outubro de 1749, em CORTESÃO, 1953, Doc. LXVI, LXXII, LXXV, LXXVIII, LXXIX, XC, XCII, C, CII, e CX.

⁵ Carta de 30 de março de 1749, do Embaixador em Madri para D. José de Carvajal, em CORTESÃO, 1953, Doc. LXXI.

⁶ Carta de 21 de setembro de 1749, do Embaixador em Madri para o Secretário de Estado, em CORTESÃO, 1953, Doc. CII.

⁷ MALLMANN, 1986, p. 249-254, descreve a milícia missionária sem lhe atribuir grande eficiência. Por isso, quando era utilizada pelas autoridades (mais de cinqüenta vezes em cem anos), recebia enquadramento e treino de oficiais espanhóis, desempenhando, os padres, a função de capelões militares, como se depõe de uma declaração do Padre Gardiel, transcrita em TESCHAEUR, 1921, p. 97. Na revolução dos comunitários convocou o Governador de Buenos Aires 12.000 índios.

tugueses das Missões e, até, das minas de Potosí. Desencadearam, por isso, uma campanha de representações próprias, dos bispos e das autoridades da região, a Madri e a Roma, primeiro no sentido de ser anulado o tratado e, mais tarde, pedindo maiores prazos para a mudança.

Com a subida ao trono de D. José, coube a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, dar execução ao tratado contra o qual tinha algumas reservas. Temia que os espanhóis procurassem apoderar-se da Colônia do Sacramento sem que fosse possível, devido à oposição dos índios, receber ou conservar as sete aldeias.⁸ Naturalmente, porém, desejava que se procedesse às demarcações dos novos limites e que à parte portuguesa não pudesse ser atribuída a culpa de quaisquer demoras. Fez, por isso, nomear Comissário Régio para as demarcações e mútuas entregas, na

divisão meridional, a Gomes Freire de Andrade, governador da extensa Capitania do Rio de Janeiro, com provas dadas, e militar capaz de cumprir a missão.

Pela parte espanhola foi nomeado o Marquês de Valdelirios e foi, ainda, nomeado pelo Padre-Geral, como comissário jesuíta para a entrega pacífica dos sete povos das Missões, o padre Luís Altamirano. Qualquer deles verificou rapidamente que a percepção que tinha da respectiva missão estava longe de corresponder à realidade. Esperavam ir, revestidos da maior autoridade, desempenhar uma rápida missão que lhes granjeasse honra, glória e alguma recompensa. Deparavam-se com a rebelião dos índios e, no mínimo, a completa discordância dos jesuítas que, só na observância do voto de obediência, procuravam, com desigual empenhamento, levar os índios a mudarem-se com velhos,

crianças e 700.000 cabeças de gado, para lugares incertos, a centenas de léguas de distância! Nem um nem outro estiveram à altura da difícil situação.

As demarcações só foram iniciadas, a partir da costa, em 23 de novembro de 1752. Logo em 26 de fevereiro do ano seguinte, em Santa Tecla, foi a primeira partida demarcadora impedida de continuar por índios armados que teriam dito estarem a cumprir ordens dos jesuítas.⁹

O padre Altamirano, que entretanto se deslocara às Missões, não só não conseguiu a mudança dos índios como teve que fugir para não ser morto. De nada serviram outras medidas como o envio de um vice-comissário e a tentativa frustada de retirar os padres das aldeias. Acabou acusando os seus irmãos de falta de colaboração e a admitir que só à vista da força os índios se submeteriam.¹⁰

⁸ Primeira carta *secretissima*, de 21 de setembro de 1751, de Sebastião José de Carvalho e Melo para Gomes Freire de Andrade, em CASTRO E ALMEIDA, 1936, p. 191 - 198 e VARNHAGEN, 1975, tomo IV, p. 146-151.

⁹ Em face desta resistência retiraram-se os espanhóis para Montevidéu e os portugueses para a Colônia do Sacramento, o que Gomes Freire considerou prejudicial e não justificado ante o pequeno efetivo dos índios que se apresentaram, ainda que referissem a proximidade de muitos mais. A instrução secreta de 20 de dezembro de 1752, que regulava a atuação dos comissários da partida, é o documento LXIX em CORTESÃO, 1960. Gomes Freire reagiu, no ofício de 24 de março de 1753, para o Marquês de Valdelirios, em García, vol. I.II, p. 451.

¹⁰ O padre Altamirano procurava, acima de tudo, salvaguardar a honra da Companhia e não acusava diretamente os padres aos comissários ou ao ministro. Mas as cartas dirigidas ao padre Rábago, confessor de Fernando VI, ao padre Céspedes, assistente da Espanha em Roma e ao próprio Padre-Geral continham as mais perigosas acusações como as que se transcrevem: *Y hace tiempo que los indios se habrían trasladado si los Padres lo hubieran querido de verdad. Por propia experiencia me consta ser ellos los verdaderos causantes de la rebelión y de la vergüenza que dahi resulta para nuestra madre Compañía*, carta, de 22 de julho de 1753, ao padre Rábago, em KRATZ, 1954, p. 110-111. Estas cartas, interceptadas pelo governo, muito contribuiram para que a Corte de Madri se convencesse da culpabilidade dos padres.

Impacientava-se Gomes Freire pelo arrastamento do processo. Para ele, desde o início, toda a culpa da resistência dos índios pertencia aos padres da Companhia, do que repetidamente avisava Lisboa, onde, pouco depois, começavam igualmente a chegar relatos da falta de colaboração dos jesuítas portugueses às demarcações na Amazônia. Não é de admirar que o futuro Marquês de Pombal se fosse tornando um inimigo implacável da Companhia.

Ante a situação, resolveu o comissário espanhol, Marquês de Valdelírios, de acordo com instruções secretas que trouxera de Madri, entregar ao Governador de Buenos Aires, General D. José Andonaegui, em 27 de março de 1753, a ordem régia que o encarregava, em caso de resistência dos índios, de ir com a tropa que lhe parecesse, incluindo todo o possível auxílio armado português, executar a entrega das aldeias.

Andonaegui, já com 75 anos, dispondo de escassos

efetivos e pouca vontade de partir para a guerra, iniciou demorados preparativos bélicos, em especial a convocação de forças de milícias das principais cidades do seu governo. Mas, ainda na esperança de não necessitar de as utilizar, enviou aos índios as mais arrasadoras ameaças. Mais uma errada percepção da situação que teve efeitos desastrosos. Os índios não só não se amedrontaram, como mais se sentiram impelidos a responder também com a guerra.¹¹

Os jesuítas, certos de que a anunciada guerra destroçaria as Missões, passaram a recorrer, ainda sem sucesso, a expedientes extremos para convencer os índios a aceitarem a mudança pacífica, enquanto, por outro lado, voltaram às suas desesperadas representações, desta vez no sentido de se suspenderem os preparativos das hostilidades. Mas estas não só não chegaram às mãos de Fernando VI como foram consideradas mais uma prova da oposição dos referidos padres.

Finalmente, em 24 de março de 1754, fixou-se o plano de operações. Andonaegui, marcharia ao longo do rio Uruguai para ocupar as aldeias mais próximas deste. Gomes Freire seguiria da Colônia do Sacramento para o Rio Pardo, donde marcharia a ocupar as aldeias mais próximas, começando pela de Santo Ângelo. Essas primeiras ocupações deveriam ter lugar cerca do dia 15 de julho, trocando-se logo correios para ajustamento da conduta posterior.¹²

Desconheciam os Comissários e o Governador de Buenos Aires, quando aprovaram este plano, que os índios, já em 23 de fevereiro, tinham iniciado as hostilidades, atacando sem sucesso a guarda do Rio Pardo. O relatório português, datado do dia imediato e referindo que os índios eram comandados por um padre da Companhia, mais convenceu Gomes Freire e as Cortes de Lisboa e Madri de que os jesuítas eram os verdadeiros rebeldes.¹³

¹¹ MATEOS, 1951, p. 245-246.

¹² Ata, de 24 de março de 1754, da conferência realizada na ilha de Martim Garcia, entre Gomes Freire, o Marquês de Valdelírios e Andonaegui, sobre a forma de como ocuparem as aldeias das Missões, documento 17.290, em CASTRO E ALMEIDA, 1936.

¹³ Cópia de uma carta, de 24 de fevereiro de 1754, do Alferes José da Silva Matos para o Governador Paschoal de Azevedo relatando um ataque de índios às forças portuguesas do Rio Pardo, em CORTESÃO, 1963, documento CLI: (...) porque na madrugada do dia 23 do corrente lhe acometerão os Indianos, que se bem se contaria passavam de mil, comandados por hum P. da Companhia(...). Por carta de 15 de abril (documento CLI), comunicou Gomes Freire ao futuro Marquês de Pombal: (...) se resloverão os Tapes ao assalto, vindo mais de mil capitaniados por hum P. da Comp., como V. Ex.⁴ verá da cópia n.^o 2, escrita por hum Alferes ao Gov. Do Rio Grande (...). Sobre esse ataque ver Breve notícia, de 4 de março de 1754, documento 19.224, em CASTRO E ALMEIDA, 1936.

Pressionado por Madri, Andonaegui acabou por lançar a operação no decorso de um inverno extremamente rigoroso e escolheu um itinerário perpendicular aos afluentes do rio Uruguai, cujas enchentes e pântanos lhe dificultaram a progressão. A lama, a neve e o gelo destruíram as fracas pastagens que tinham escapado a um verão exageradamente seco, e os animais da coluna, sem outro alimento, foram morrendo ou ficando incapazes. De nada valeu enviar pedidos de novos animais à aldeia das Missões mais próxima, a ocidente do rio Uruguai, porque também aí tinha chegado a rebeldia. E, assim, em 10 de agosto, tendo levado mais de 70 dias para vencer 70 léguas, viu-se Andonaegui forçado a retirar, quando ainda estava a 25 léguas do rio Ibicuí. A defesa deste fora confiada aos índios da margem ocidental do rio Uruguai, deixando livres os dos Sete Povos para enfrentarem

Gomes Freire. Seguido por cerca de 300 índios que lhe roubavam cavalos e faziam pequenas escaramuças, decidiu-se o Governador mandar atacá-los, do que resultou o número impressionante de 230 mortos e 72 prisioneiros, segundo os espanhóis, e cerca de metade, segundo os jesuítas.¹⁴

Entretanto, Gomes Freire teve que percorrer, com parte das suas forças, 150 léguas até a Vila do Rio Grande, onde reuniu seu exército e tomou conhecimento de novo ataque falhado dos índios ao Forte do Rio Pardo.¹⁵ Marchou mais 87 léguas até ao referido forte para dali sair, em 25 de agosto, na direção da aldeia de Santo Ângelo. Também ao general português, apesar dos seus esforços, impediu o rigoroso inverno de chegar às Missões a 15 de julho, como fora planejado.¹⁶

Em 7 de setembro, chegou ao passo do rio Jacuí, que naquele momento não era vadeável e se achava defendido por uma força de

índios entrincheirada. E foi só na noite seguinte que teve conhecimento que Andonaegui tinha suspendido a marcha para as Missões, não o informando, contudo, da data em que tencionava voltar à ação. Assegurada a passagem do rio, considerada uma vantagem para o prosseguimento da campanha, ali permaneceu 75 dias, inquietado pelos índios e pela subida das águas, até receber comunicação do general espanhol de que só daí a seis meses se poderia retomar a atividade.¹⁷

Gomes Freire, que sendo auxiliador não podia agir na falta do auxiliado, negociou uma trégua com os índios e retirou-se, primeiro para o Rio Pardo e, depois para o Rio Grande, propondo que, numa segunda campanha, se juntassem as forças dos dois países em Santa Tecla e seguissem daí, em conjunto, para as Missões. Assim, se veio a fazer, mas só em 1756, pois Andonaegui, só passado o inverno de 1755, estava em condições de retomar as operações.

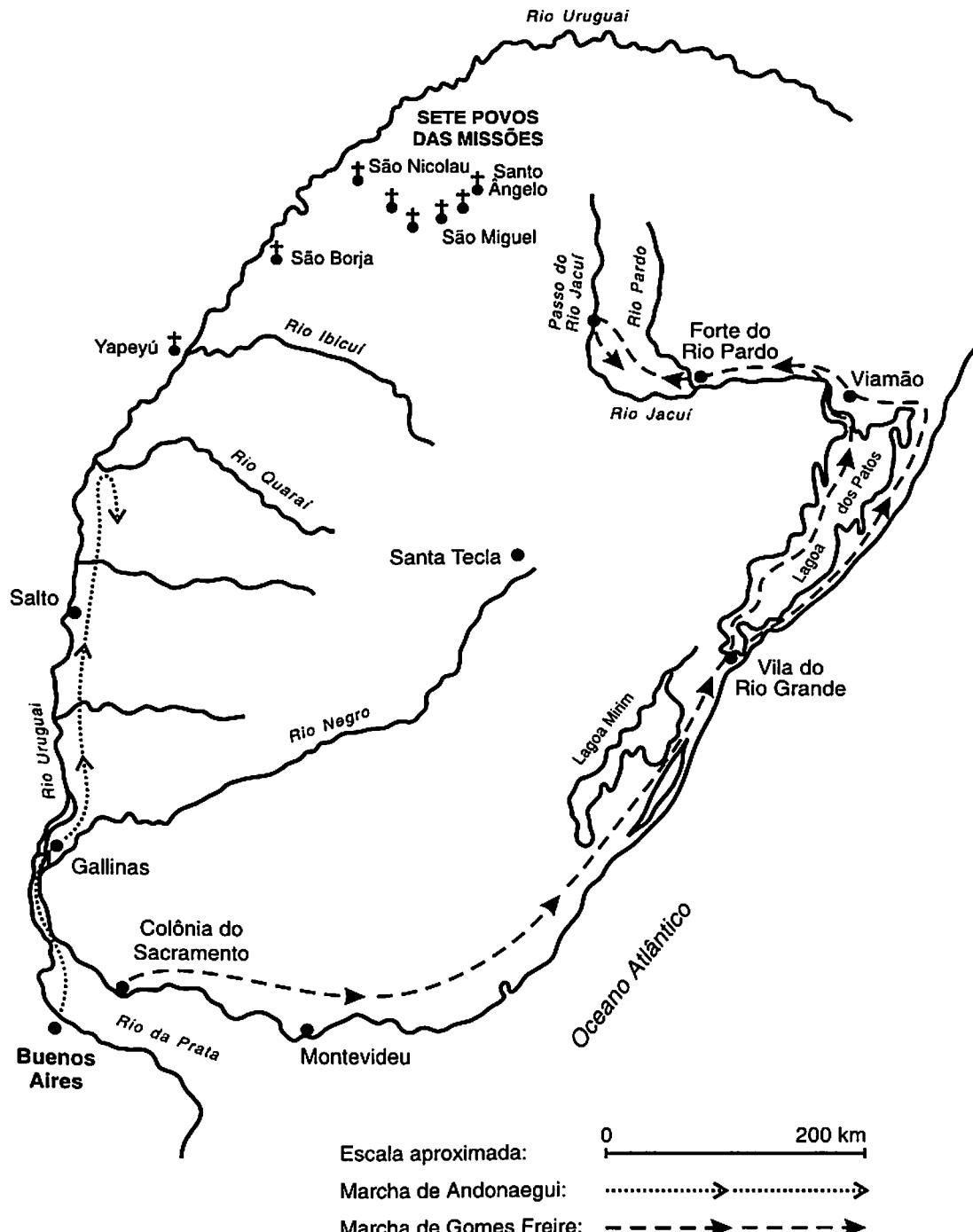
¹⁴ A Primeira Campanha de Andonaegui é descrita em MATEOS, 1951, p. 295-305, em KRATZ, 1954, p. 112-116 e em TESCHAUER, 1921, pp. 243-247.

¹⁵ Ofício de Gomes Freire, de 23 de junho, em CASTRO E ALMEIDA, 1928, p. 369. A versão portuguesa difere da que é apresentada pelos três historiadores jesuítas citados na nota anterior, os quais seguem os relatos da época dos padres Tadeu Henrís (em GARCIA, 1930, pp. 473 -544) e Bernardo Nusdorff (em TESCHAUER, 1922, p. 191-507).

¹⁶ A Primeira Companha de Gomes Freire é descrita em CUNHA, 1853, p. 157-201.

¹⁷ (...) o conservar as Tropas em aquele passo 75 dias, alguns pelas grossas enchentes no ultimo risco, chegando a fazer-se a vivenda e a comida sobre as arvores e sendo o trato de humas a outras em canôas, só vendo se acredita e se percebe (...) carta de Gomes Freire, de 3 de dezembro de 1754, em CASTRO E ALMEIDA, 1928, p. 399.

A GUERRA GUARANÍTICA, UMA GUERRA INVULGAR E INCÔMODA



Esboço 1 – A GUERRA GUARANÍTICA – 1ª Campanha (1754)

Muito tinha mudado a Europa. Ainda em 1754, falecera o ministro Carvajal e o sucessor, Ricardo Wall, informou a Fernando VI do que se passava na América, decidindo este que não se faltasse à sua palavra e se cumprisse o tratado. Em meados de 1755 desenca-deou, o futuro Marquês de Pombal, um plano para terminar, de forma concer-tada, com a influência dos padres da Companhia nas Missões e nas Cortes de Portugal e Espanha.¹⁸ Por outro lado, instruiu o Em-baixador em Madri para lan-çar a idéia de se manter a demarcação de limites esta-belecidos no tratado e se abandonarem as cedências mútuas, continuando Por-tugal com a Colônia e a Espanha com as sete aldeias das Missões.¹⁹

Fernando VI considerou que seria prejudicial para a América, por constituir um mau exemplo, recuar perante a resistência dos rebeldes e, pelo contrário, determi-nou medidas para se lhes fazer a guerra *com toda a*

força e despediu o seu con-fessor, o jesuíta padre Fran-cisco Rábago, por meio do qual seus irmãos sempre esperaram obter a anulaçāo da cedēncia das Missões.²⁰

Reunidos Gomes Freire e Andonaegui na região de Santa Tecla, em 16 de janeiro de 1756, dali seguiram para as Missões.²¹ Pouco depois começaram os índios a atacar elementos ou forças iso-ladas e a fazer a guerra de terra queimada que, se tivesse sido mantida e levada ao extremo, levantaria um sério problema aos aliados pela falta de pastagens. Mas, em 7 de fevereiro, numa ação mais significativa, foi morto o Capitão Sepé, o comandante dessas guardas avançadas, considerado um chefe capaz e, por isso mes-mo, partidário de uma atua-ção guerrilheira.

Nicolás Nengiru, chefe dos 2.000 índios que já se achavam na região, resolveu vingar a morte de Sepé e instalou suas forças num morro ligeiramente fortifi-cado, no qual se opôs à pas-sagem dos exércitos aliados.

Foi essa decisão precipitada, pois ainda se aguardava a chegada de muitos índios e havia posições mais fortes à retaguarda. O armamento de que dispunham não era adequado para fazer face a forças regulares com signifi-cativa artilharia, e faltava disciplina, efetiva unidade de comando e acordo acerca da forma de atuar.

Estava-se a 10 de fevereiro e teve lugar a maior ação de toda a guerra que ficou conhecida como a batalha de Caiabaté. Uma espécie de batalha de Canas, célebre pelo duplo envolvimento, como a considera o General Paula Cidade, ou apenas a hecatombe, matança ou carnificina que outros consi-deram? Os relatos portu-gueses e espanhóis valori-zaram a vitória, referindo números de mortos variá-veis entre 1.200 e 1.700, en- quanto os dos jesuítas a pretenderam diminuir, re-gistando apenas 300 a 600.²² O fato de somente se terem verificado entre 127 e 154 prisioneiros e as perdas luso-espanholas terem sido insig-

¹⁸ Carta Secretíssima do Secretário de Estado para o Conde de Unhão, de 25 de junho de 1755, em CORTESÃO, 1963, documento XLIII.

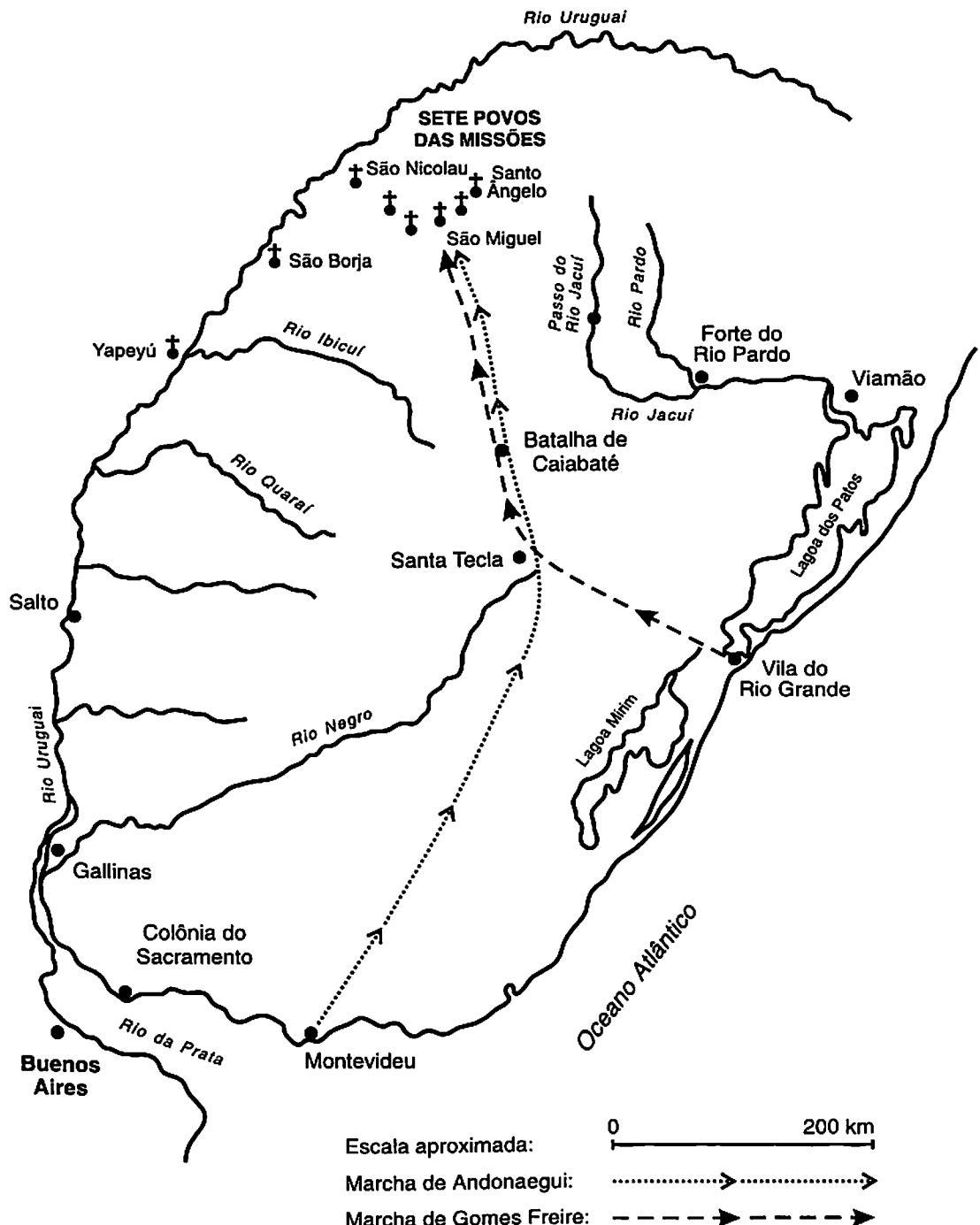
¹⁹ Idem, de 27 de junho de 1755, documento XLVII.

²⁰ Carta do Conde de Unhão para Sebastião José de Carvalho e Melo, de 6 de Outubro de 1755, em CORTESÃO, 1963, documento LVI.

²¹ A Segunda Campanha é descrita em MATEOS, 1952, pp. 75-101, em KRATZ, 1954, p. 149-161, em TESCHAUER, 1921, p. 256-280 e em CUNHA (testemunha presencial), 1853, p. 200-321.

²² De acordo com TESCHAUER, 1921, p. 267, o Capitão Rodrigues da Cunha indica 1.400 índios mortos, D. Francisco Grael (oficial espanhol) 1.200, o Padre Henris 600, o Padre Nusdorffer 600, o Padre Escandon 400, o historiador Southey 1.500, o historiador Francisco Bauzá 1.511, e o Governador Andonaegui 1.700. KRATZ, 1954, p. 152, indica que o Padre Gutiérrez mencionou apenas 300 mortos.

A GUERRA GUARANÍTICA, UMA GUERRA INVULGAR E INCÔMODA



Esboço 2 – A GUERRA GUARANÍTICA – 2ª Campanha (1756)

nificantes parece confirmar ter havido excessos por parte das forças dos dois países.

Ainda tentaram, os índios, flagelar as colunas ou mesmo detê-las, mas, não logrando qualquer êxito, entraram os exércitos, em 17 de maio, na aldeia de São Miguel, previamente incendiada e abandonada pelos índios. Na noite de 19, foi ocupada sem resistência a aldeia de São Lourenço. Seguidamente foram-se apresentando os padres e algumas autoridades das aldeias, mas a maioria dos guaranis fugira para os matos ou para as estâncias.

Do ponto de vista militar, a Guerra Guaranítica estava terminada. Continuava, porém, a faltar que as populações aceitassem transferir-se para território espanhol. Sem essa condição satisfeita, Gomes Freire não podia receber as aldeias nem entregar a Colônia do Sacramento. Carvalho e Melo de tudo culpava a Companhia, contra a qual lançou uma frenética campanha, quer em nível

interno quer diplomático, que muito contribuiu para a sua extinção, em 1773.

Com o falecimento da rainha e pouco depois do Rei da Espanha, desapareceram os últimos criadores do Tratado de Madri. O sucessor, Carlos III, assinou, em 1761, o Tratado do Pardo, que anulou o de Madri. Os conflitos entre portugueses e espanhóis iriam recomeçar no sul do Brasil logo no ano seguinte.

Que recordar desta estranha guerra que tenha interesse para a História Militar? Fica, pelo menos, uma idéia da forma como, naquela época, se fazia a guerra numa área extensa, desprovida de vias de comunicação e de quaisquer recursos. Havia que vencer distâncias consideráveis e transportar tudo o que se necessitava. Gomes Freire, por exemplo, na primeira campanha, percorreu, só na ida, cerca de 1.500 quilômetros!

Por outro lado, os bois e cavalos necessários dependiam das pastagens para a

sua alimentação e arruinavam-se com freqüência, quer por falta daquelas, quer pela extrema dureza dos improvisados caminhos que tinham de percorrer. Só assim se comprehende o impressionante número de animais que, à partida, incluía cada coluna. Atente-se, a título de exemplo, no exército de Andonaegui, em 1774. Para um efetivo da ordem de 1.250 militares e 400 peões, partiu com 11.000 cavalos, 1.500 bois para a tração de 200 carros e 5.000 vacas para abate.²³ Gomes Freire, na segunda campanha, para um efetivo semelhante, partiu com 4.030 cavalos e muares, 1.816 bois para 152 carros e 2.823 reses de abate.²⁴ Imagine-se a área de pastagem necessária para tanto gado e os problemas de segurança que punha a sua guarda! E a extensão das colunas dos trens que chegavam a atingir dez quilômetros? Teriam sido objetivos apropriados para a guerrilha dos índios se tivessem chefias competentes. ☰

²³ MATEOS, 1952, p. 291 e 296.

²⁴ CUNHA, 1853, p. 201. Gomes Freire utilizava menos cavalos porque sua infantaria deslocava-se a pé.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, De Paranhos, *Os Dragões do Rio Pardo*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1954.
- BARBA, Enrique M., *Don Pedro de Cevallos*, 3^a ed., Madri, Ediciones de Cultura Hispânica, 1988.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *O espaço missionário e a geopolítica pombalina*, in *Anais do V Simpósio de Estudos Missionários*, Santa Rosa (RS), 1983, pp. 59-76.
- _____. *A política pombalina no Sul do Brasil*, in *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, São Paulo, 1983, pp. 9-11.
- BRASIL, Assis, *Batalha de Caibaté*, Porto Alegre, Editora Globo, 1935.
- BRAZÃO, Eduardo, *Os Jesuítas e a delimitação do Brasil de 1750*, Braga, Livraria Cruz, 1939.
- CALMON, Pedro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, vol. IV, 1961.
- CAEIRO, José, *História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (Séc. XVIII)* Lisboa, Editorial Verbo, vol. I (livro), 1991.
- CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedrosa, Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina (Economia e Política Externa)*, 2^a ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- CASTRO E ALMEIDA, Eduardo, *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. L e vol. 71, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1936 e 1951.
- CÉSAR, Guilhermino, *História do Rio Grande do Sul (Período Colonial)*, Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- CHAVES, Omar Emir, *Fronteiras do Brasil (Limites com a República da Colômbia), Os Tratados*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1943.
- CIDADE, Francisco de Paula, *Lutas ao Sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1948.
- CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Lisboa, Livros Horizonte, 4 vol., 1984.
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, parte IV - Negociações, tomos I e II, parte V - Execução do Tratado, 1953, 1960, 1963.
- _____. *Manuscritos da Coleção de Angelis*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, VII - Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802), 1969.
- COUTO, Jorge, *Os conflitos com as reduções jesuíticas da província do Paraguai: a guerra guaranítica*, in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Alfragide, Ediclube, vol. V, 1993.
- CUNHA, Jacinto Rodrigues da, *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai*, in *Revista do IHGB*, tomo XVI, 3^a série, n.^o 10 e 11, 2^º e 3^º trimestres, 1853, p. 137-321.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa, *História do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954.
- DONATO, Hernâni, *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, São Paulo, IBRASA, 1987.
- FERREIRA FILHO, Arthur, *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1960)*, 2^a ed., Porto Alegre, Editora Globo, 1960.
- GARCIA Rodolfo (dir.), *Documentos sobre o Tratado de 1750*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LII, 1930 e vol. LIII, 1931, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1938.
- GAY, João Pedro, *História da República Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do Rio da Prata até aos nossos dias, anno de 1861* in *Revista do IHGB*, 1^º, 2^º, 3^º e 4^º trimestres, 1863, p. 5-120, 185-268, 351-447, 589-838.

A GUERRA GUARANÍTICA, UMA GUERRA INVULGAR E INCÔMODA

- GÓMEZ, Ángel Barral, *Rebeliones indígenas en la América Española*, Madri, Editorial Mapfre SA., 1992.
- GUTIERREZ, Ramón, *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*, Rio de Janeiro, Unesco, 1987.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO - PERFIL DE UM Povo*, Brasília e Rio de Janeiro, Estado-Maior do Exército, vol. I, 1972.
- KRATZ, Guillermo, *El tratado hispano-portugués de límites de 1750 y sus consecuencias*, Roma, Institutum Historicum S. I., 1954.
- LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro e Lisboa, tomo VI, 1945
- LOPES, Maria da Graça Fortes Rocha Ribeiro, *A demarcação dos limites meridionais do Brasil e a Guerra dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai na Corografia Brasílica do P. e Aires do Casal*, Lisboa, Faculdade de Letras da U. L., 1992, policopiado.
- LUZ SORIANO, Simão José da, *História do Reinado de D. José e da Administração do Marquês de Pombal*, Lisboa, Tipografia Universal, tomo I, 1867.
- MALLMANN, Alfeu Nilson, *Retrato sem retoques das Missões Guaranis*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.
- MATEOS, F., *El tratado de límites entre España y Portugal de 1750 y las Misiones del Paraguay (1751-1753) in Missionalia Hispanica*, n.º 17, Madri, 1949, p. 319-378.
- _____. *La Guerra Guaranítica y las Misiones del Paraguay. Primera Campaña (1753-1754)*, in *Missionalia Hispanica*, n.º 23, Madri, 1951, p. 241- 316.
- _____. *La Guerra Guaranítica y las Misiones del Paraguay. Segunda Campaña (1755-1756)*, in *Missionalia Hispanica*, n.º 25, Madri, 1952, p. 75-121.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro*, 5^a ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- PORTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*, vol. I, in *Publicações do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 9, 1943.
- QUEVEDO, Júlio, *Aspectos das Missões no Rio Grande do Sul*, 2^a ed., Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997.
- _____. *A Guerra Guaranítica*, São Paulo, Editora Ática, 1996.
- ROCHA POMBO, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc., vol. II, 1953.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. VI, 1982.
- SEVERAL, Rejane da Silveira, *A Guerra Guaranítica*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1995.
- SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, São Paulo, Edições Melhoramentos, vol. III, 1977.
- SOUZA JÚNIOR, Antônio de, *Caminhos Históricos de Invasão*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950.
- TESCHAUER, Carlos, *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, Porto Alegre, Livraria Selbach, 3 vol., 1918, 1921, 1922.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, 8^a ed., São Paulo, Edições Melhoramentos, tomo IV, 1975.
- VIANNA, Hélio, *História do Brasil*, 15^a ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1994.

Relações trabalhistas no Brasil: Velhas práticas e novas realidades¹

Ney Prado*

Tida como a legislação de trabalho mais avançada do mundo, na época em que foi elaborada, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é, hoje, um instrumento esgotado para regular as relações trabalhistas. Este artigo analisa as causas e estabelece as premissas de novo contrato social.

A primeira metade do século XX se caracterizou pelo predomínio das ideologias, pela crescente hiper-trofia do Estado, pela proliferação de regimes autocráticos e pelas grandes conflagrações.

No Brasil, esse período foi marcado por uma dramática sucessão de movimentos revolucionários, em 1922, 1924, 1930 e 1932, que culminaram em dois eventos antípodas: a instituição do Estado Novo, reforçando a ditadura pessoal de Getúlio Vargas, em 1937, e a reconstitucionalização da democracia representativa, em 1946.

Foi, entretanto, entre esses dois marcos que o inegável talento político de Vargas, esvaziando, hábil e simultaneamente, os discursos ideológicos de esquerda e de direita, produziu o modelo trabalhista formalmente mais bem estruturado de sua época: a *Consolidação da Leis do Trabalho*, promulgada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943.

Apresentada como a legislação do trabalho mais avançada na época, a *Consolidação das Leis do Trabalho* — a CLT, como viria a ser chamada — representava a culminância da política nacional-populista de Getúlio Vargas. Foi recebida com ufanismo pelas elites polí-

ticas e ungida pela confiança popular com fundamento na mística do dirigismo estatal e, em consequência, na excelência do protecionismo legal nas relações entre capital e trabalho.

Do ponto de vista absoluto e, por isso, eminentemente formal, gerou durante muito tempo um ufanismo até certo ponto justificável. Ninguém denega a existência de uma sistemática bem construída, institutos bem definidos, uma processualística simples e um sistema judiciário aparelhado para aplicá-la. Enfim, ai estão todos os elementos necessários à existência de uma proteção ao trabalhador avançada e modelar.

* Jurista e Cientista Político.

¹ Selecionado pelo PADECUME

Se isso é verdade, então o que está faltando? Por que, não obstante o seu alto nível ético, nossa legislação do trabalho vem sendo descumprida na maioria das relações laborais que se travam no País? Por que vem sendo objeto de constantes críticas negativas por parte de quase todos os setores da sociedade brasileira?

A razão é simples: o atual modelo revela pelo menos cinco deficiências insuperáveis: os vícios técnicos, os custos econômicos, a ineficácia da Justiça do Trabalho, o descumprimento habitual das leis e decisões judiciais e o seu descompasso com a nova realidade nacional e internacional.

Desde logo, e como não poderia deixar de ocorrer, os vícios do modelo se acumulam, e tornam-se mais evidentes e vêm se agravando com o passar do tempo. Meio século revelou defeitos de origem, de forma e de conteúdo que cada vez mais concorrem para torná-lo inadequado para o eficaz regramento dos fenômenos sociais a seu cargo.

Não menos importantes, e hoje cada vez mais considerados pelos analistas políticos e econômicos, são os custos do modelo.

De fato, dentre os custos institucionais mais ponderáveis nas relações econômicas, hoje fundamentais para definir investimentos e fluxo de capitais e, por isso, decisivos para o desenvolvimento de um país, estão os custos com os encargos trabalhistas e os encargos sociais.

Na aferição dos encargos, alguns mensuráveis outros não, deve-se considerar os custos psicológicos, os econômicos, os políticos, os sociais e os jurídicos, inclusive os da preservação e da solução dos conflitos, a par dos custos impostos pela regulação e pela fiscalização de seu cumprimento.

Um modelo interventionista, assim como o nosso, chega a ser mais oneroso no campo das relações de trabalho que no próprio campo da tributação, afetando direta ou indiretamente as próprias categorias envolvidas: o trabalhador, que vê escassear as oportunidades de emprego e de progressão; o empregador, que não se estimula para investir; o consumidor, que deixa de beneficiar-se pela falta de competição; a empresa, que não se aperfeiçoa para com-

petir; o sindicato, que perde espaço para reivindicar; a sociedade, que não se desenvolve, e o Estado, que perde receita para investir nas suas atividades próprias.

Como séria agravante, a Justiça do Trabalho, criada como uma alternativa barata, pronta e desburocratizada para a solução dos conflitos, tornou-se cada vez mais onerosa, pesada e ineficiente.

Algumas das causas da sua disfuncionalidade atual apontadas pela doutrina são a incapacidade de resolver questões geradas por conflitos coletivos atípicos, a complicação procedural, o alto custo e a burocratização de sua estrutura, o despreparo intelectual e a visão estreita de boa parte dos juízes, e a criação de novos direitos pela Constituição de 1988.

Ela decorre principalmente de uma crise conjuntural do Estado brasileiro, altamente burocratizado, incompetente, interventionista e nepotista.

Parece inequívoco que as leis trabalhistas e seus respectivos procedimentos judiciais não mais fornecem respostas adequadas aos novos tipos de demandas, tanto do ponto de vista

qualitativo quanto quantitativo. Essa realidade tem levado as partes a procurar resolver suas pendências fora da competência jurídico-processual da Justiça do Trabalho.

Até mesmo como resultado dessa ineficiência, o descumprimento das leis e das decisões judiciais tem posto em risco todo o modelo, dando azo à explosiva expansão da economia informal, à proliferação de greves abusivas e, o que é pior, ao desacato sistemático à ordem jurídica instituída.

Alguns indivíduos e empresas fizeram a opção pela informalidade por vontade própria; a grande maioria, no entanto, permaneceu à margem da legislação, porque, se tivessem que cumprir-la integralmente, seus negócios se tornariam inviáveis.²

Culmina, enfim, a constatação, hoje cada vez mais evidente, de que o modelo não ficou apenas obsoleto, mas, além disso, tornou-se um estorvo ao desenvolvimento do País, tal o seu grau de descompasso com a nova realidade nacional e internacional.

Além de contribuir para reduzir a competitividade da

economia nacional, o modelo atual, dogmático, positivista e inflexível, contrasta aberrantemente com os sistemas pragmáticos, autonomistas e flexíveis que caracterizam os países de vanguarda, nos quais as relações entre os fatores de produção já evoluíram da confrontação para a cooperação.

Embora deva-se reconhecer uma excepcional resistência da Consolidação das Leis do Trabalho, se considerada em seus fundamentos e regras principais, é inegável que hoje o modelo trabalhista vanguarda de 1943, passado mais de meio século, está ultrapassado, tanto pela desconformidade com a vigência de novas políticas internas quanto por sua imprestabilidade para sustentar a inserção internacional competitiva do País num mundo em processo expansivo de globalização econômica.

De fato, o modelo varguista ainda se conserva exageradamente intervencionista, corporativista e reconhecidamente anacrônico e totalmente superado pelas novas relações de parceria entre capital e

trabalho, e pela nova postura não-interventiva que se exige do Estado.

Nos últimos cinqüenta anos ocorreram no mundo e na sociedade brasileira profundas transformações políticas, econômicas, sociais e jurídicas, com sérias implicações nas relações de trabalho. Mas, salvo pequenas alterações, o sistema trabalhista brasileiro se mantém estruturalmente o mesmo.

A CRISE DO MODELO VARGUISTA

A crise vivida pelo modelo varguista pode ser classificada como sendo: de legalidade, de legitimidade, de licitude e de funcionalidade.

A crise de legalidade, atrelada à inegável crise do Estado, advém da superação das concepções monistas jurisdicistas tradicionalmente dominantes, superação decorrente das postulações e das idéias individualistas e pluralistas.

O individualismo, por se posicionar a favor da autonomia individual e da sacralidade dos contratos; o

² Ney Prado, *A Economia Informal e o Direito no Brasil*, Editora Ltr, São Paulo, 1991, p.105.

pluralismo, ao criar seus próprios espaços sociais e retirar do Estado o monopólio de produção e aplicação do direito.

O nosso *legalismo*, calcado no positivismo jurídico, nos tem levado à crença ingênua de que os conflitos de interesses no âmbito das relações de trabalho são mais adequadamente resolvidos por intermédio da regulamentação legal do que pela negociação direta entre as partes. Persiste na cultura trabalhista a confusão entre o papel da norma como estimuladora do progresso e o seu papel como geradora do progresso, independentemente dos processos reais da sociedade. *A norma facilita ou dificulta o progresso, mas já mais materialmente o gera. A materialização do progresso pertence à ordem dos fatos não à dos preceitos.*³

A crise de legitimidade repousa no fato de que há um manifesto descompasso entre a origem do atual modelo intervencionista e corporativista, e as exigências impostas pela democracia e o pluralismo vigentes no Brasil.

A política operária de Getúlio Vargas guarda, desde os primórdios, e acentua com o correr dos anos, dois objetivos: isolar do conjunto do operariado o socialismo marxista, garantindo, através da conciliação, os interesses maiores das classes tradicionais, identificados com o capitalismo; e assegurar o apoio político de uma força, que o desenvolvimento industrial e urbano tendia a projetar para o primeiro plano nos embates eleitorais.⁴

É difícil classificar o regime imposto por Vargas. Todavia, certas características nos possibilitam definir o seu perfil. As mais importantes para a análise comparativa do modelo trabalhista varguista e da sua evolução até nossos dias são: ideologia confusa e vazia de conteúdo; caráter autoritário e desprezo pelas liberdades civis; concentração do poder na pessoa do líder, no caso Getúlio Vargas, que o exerce em torno de suas próprias ambições e projetos políticos; marcante componente emocional de mobilização, manipulação e controle da massa trabalhadora; utilização de técnicas de

persuasão, exacerbão de expectativas e promessas demagógicas; acentuado dirigismo governamental; nacionalismo exacerbado; rejeição ao sindicalismo atuante, por meio do controle do Ministério do Trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Justiça do Trabalho; política oficial de cooperação e harmonização entre capital e trabalho; e acentuada compulsão paternalista e distributivista.

A crise da licitude está fundada na crescente perda de confiabilidade do aparato burocrático trabalhista, em razão da prática de fisiologismo, corporativismo, desperdício de recursos, nepotismo e até mesmo corrupção por parte de alguns de seus agentes, consante nos tem noticiado reiteradamente a mídia.

Por último, a crise de funcionalidade, resultante da perda de capacidade técnica do sistema para atender às reais finalidades a que teoricamente se propõe.

Não basta a CLT e a Constituição elencarem um infinidável número de liberdades e garantias para o

¹ Hélio Jaguaribe, *Três Problemas e Seis Cenários*, Folha de S. Paulo 21 de julho de 1998, P. A-3.

⁴ Dicionário de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986, p. 518.

trabalhador. O problema não é uma questão de número e de forma, mas de qualidade e de eficácia. Em resumo, o importante é saber se o que está escrito na lei atinge efetivamente as suas finalidades. Se fosse um problema meramente quantitativo, a Constituição original dos Estados Unidos não teria o prestígio e a confiabilidade que tem perante o mundo. Merece ser lembrado que a Constituição francesa de 1958 deixou de tratar as relações de trabalho, *limitando-se a dizer em seu art. 34 que 'a lei determina os princípios fundamentais (...) do direito do trabalho, do direito sindical e da previdência social'*. No entanto, nem por isso é menor no país a força sindical⁵.

É preciso, portanto, avaliar, com espírito crítico e de forma desapaixonada, a adequação do atual modelo trabalhista à luz dos seus resultados concretos.

Nesse sentido, importantes perguntas se impõem ao analista: o trabalhador brasileiro, o destinatário principal da lei, está sendo efetivamente protegido? A

legislação do trabalho atual atende aos interesses do empregador, da empresa, dos sindicatos, da sociedade e do próprio Governo? Suas normas facilitam a solução dos problemas sociais?

Persiste na cultura trabalhista a confusão entre o papel da norma como estimuladora do progresso e o seu papel como geradora do progresso.

Estimulam a expansão do mercado de trabalho? Estão consentâneas com o estádio de desenvolvimento do País? Contribuem para a promoção do bem-estar geral e a criação de uma sociedade mais justa e solidária?

As respostas a essas intrigantes e complexas indagações exigem comprovação empírica. Somente a evidência concreta é capaz de mostrar se o modelo varguista é ou não funcional em nossos dias. A verdade pura e simples é que, depois de meio século de existência, temos um modelo trabalhista de alto nível ético, mas

que é, não obstante, em boa parte, descumprido na prática. Sua disfuncionalidade é notória, porque mais de 50% da população economicamente ativa do País está na informalidade; porque restringe excessivamente o gerenciamento das empresas em função da rigidez e da inflexibilidade da maioria de suas normas; porque dificulta as fusões e incorporações das empresas pela vultosidade do passivo trabalhista; porque enfraquece os sindicatos, lhes tirando boa parte da sua autonomia; porque dificulta a elaboração de políticas públicas, em razão das inúmeras normas pétreas contidas na Constituição; porque multiplica as demandas judiciais, em razão da inexistência de mecanismos de autocomposição; porque encarece o custo da produção, pelos altos encargos sociais; porque dificulta a integração do Brasil num mundo globalizado e competitivo. No concernente ao número de processos judiciais, ostentamos o título de campeões mundiais.

Enquanto no Brasil as relações de trabalho dão

⁵ I. G. Nascimento Silva, *A Constituinte e os Direitos Sociais*, *O Globo*, 13 de dezembro de 1986. O artigo faz uma excelente análise dos direitos sociais nas Cartas Políticas.

ensejo a dois milhões de ações trabalhistas por ano, na França, no Japão e na Alemanha esse número é de apenas alguns milhares.⁶

As crises de legalidade, legitimidade, licitude e funcionalidade revelam à saciedade que o atual modelo intervencionista de origem varguista esgotou-se. Tal como se apresenta hoje, ele conspira perigosamente contra a modernização do País e das suas relações capital-trabalho. Daí a necessidade imperiosa de se repensá-lo.

Tudo isso está a indicar que é chegado o momento da mudança: a ingente necessidade da superação da crise pela adoção de um novo e funcional modelo trabalhista. Estão dadas as condições históricas, políticas, econômicas, sociais e científicas para esse salto qualitativo e, quiçá, para realinhar o País na vanguarda da modernidade no campo das relações entre os novos fatores de produção: capital, trabalho e conhecimento.

Resta, portanto, considerar as causas – exógenas e endógenas – da crise do modelo intervencionista brasileiro. É a melhor forma

para se chegar a uma convicção quanto à necessidade de uma mudança, com vistas à materialização de uma solução que seja mais moderna, mais adequada, menos onerosa e mais eficaz para o País.

AS CAUSAS EXÓGENAS DA CRISE

A nova ordem mundial

O modelo intervencionista trabalhista é retrógrado porque se situa na contramão da História.

De fato, hoje a inadequação histórica desse tipo de modelo é um dado incontestável, diante da velocidade com que o mundo mudou. Não só no plano externo, como no interno; não só no plano dos fatos, como no das idéias.

No plano dos fatos, *depois de cinqüenta anos, existe um novo mundo. E as pessoas nascidas nele não conseguem imaginar o mundo em que seus avós viviam e no qual nasceram seus pais. Estamos atualmente atravessando uma dessas transformações. Ela está criando a sociedade pós-capitalista.⁷*

A chamada *nova ordem mundial* resulta de mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais tão abruptas que grande parte da humanidade, mesmo bem informada, ainda não se deu conta de sua extensão e profundidade.

De fato, a História recente tem experimentado uma aceleração de seus processos que desafia a compreensão. Enquanto grande parte do século atual foi rotineiramente previsível, com suas crises políticas e conflagrações mundiais, a última década consistiu em uma sucessão de surpresas e de imprevistos.

Adentramos a época da pós-modernidade. Entenda-se por pós-modernidade o mundo dito pós-industrial, caracterizado pela presença das máquinas inteligentes substituindo cada vez mais o trabalho braçal e pela substituição progressiva do trabalhador maquinizado das antigas linhas de produção industriais pelo trabalhador participante das novas linhas de produção pós-industriais.

O trabalhador carregador de pedras cede lugar, cada dia mais, ao tra-

⁶ Donald Stewart Jr., *A organização da sociedade segundo uma visão liberal*, Editora Instituto Liberal, 1997, p. 65.

⁷ Peter Drucker, *Sociedade Pós-Capitalista*, Pioneira Editora, São Paulo, 1994, 3^a ed. p. XI.

*lhador construtor de catedrais.*⁸

Essa transformação não está concluída, mas já provocou significativas mudanças. Propiciou a falência do chamado *socialismo real* e o desaparecimento do império soviético; promoveu o declínio das ideologias; gerou a crise do próprio Estado e de suas políticas do *welfare state*; impulsionou a revolução científico-tecnológica; ampliou a robótica e a conseqüente queda no nível de emprego; internacionalizou a economia; forçou as integrações regionais; enfraqueceu as organizações sindicais; reformulou as relações de trabalho na Nova Europa, na Ásia, nos Estados Unidos e na América Latina.

As surpresas foram tão profundas que um novo ramo do conhecimento se desenvolveu para habilitar o homem a conviver com as possibilidades do futuro, multiplicando-se os métodos prospectivos para avaliar tendências e estimar possibilidades.

Com o desaparecimento do último grande império, o soviético, os regimes políticos socialistas entra-

ram em declínio. O que já vinha em crise não resistiu ao último grande impacto. Foi o preço de sua ineficiência, por não ter dado solução aos grandes desafios contemporâneos. Como doutrina política e suporte de vários partidos no Ocidente perdia sua aura, quase mística, que decorria das simpáticas, mas utópicas propostas igualitárias.

Não lhe restou mais que se transformar para sobreviver, principalmente em simbiose com a democracia ou o liberalismo, produzindo os híbridos sociodemocráticos e socioliberais.

Por outro lado, o Estado, independentemente da natureza do regime, também entrou em crise. Quando não logrou transformar-se para adequar-se às circunstâncias rapidamente cambiantes, defasou-se perigosamente, perdendo eficiência no desempenho de suas funções essenciais. O excesso de funções acabou por torná-lo pesado e ineficiente, quando não o descaracterizando, para deixar de ser o provedor de interesses da sociedade e transformar-se no provedor egoísta de seus próprios interesses institu-

cionais. Tornou-se necessário aliviá-lo das funções supérfluas e que distorcem sua missão precípua, revertendo o processo intervencionista que produziu tantos males, como o mega-Estado totalitário, o Estado autocrático e o Estado socialista.

Paralelamente, no campo econômico a revolução científico-tecnológica, deflagrada no início do século, com as novas teorias metodológicas da física, com Heisenberg, Plank e Einstein, produziu a revolução nas comunicações. Como resultado conseqüente, passou a ser possível a difusão do conhecimento, das informações e da técnica em escalas jamais sonhadas. Reduzidas as distâncias, abriu-se a era da globalização para produzir, na economia, um verdadeiro mercado mundial.

Nesse mercado mundial, fruto do conhecimento, a competição é decisiva. Para sustentá-la, a sociedade - e não mais o Estado - é decisiva. Ganhou força a idéia de que o Estado não foi criado para competir, mas para servir. No universo da competição o Estado é mero espectador. No máximo, um agente de fomento.

*Eduardo Mascarenhas, *Brasil: de Vargas a Fernando Henrique*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994, p. 19.

No campo social, notadamente no setor laboral, não foram menos importantes os impactos da nova ordem mundial. O desenvolvimento tecnológico, exigindo precisão e rapidez, trouxe a automação e a robótica, com sérios reflexos negativos no nível de desemprego, agravando o problema social de países que já se ressentiam do excesso demográfico. Outros reflexos propiciaram a redução do salário real, o surgimento do *dumping* social e o ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho. O mercado de trabalho, colhido pela crise, com suas clássicas proteções laborais, desenvolvidas desde a virada do século, tampouco teve condições de absorver os novos desafios sob a direção do Estado. Como decorrência, vários países foram levados a encontrar soluções autônomas, desburocratizadas, rápidas, eficientes e, sobretudo, justas para as partes. As respostas variam de país para país. Mas, em comum, retiram do Estado tudo que ele não tinha mais condições de realizar eficientemente no campo das relações de trabalho. Nos modelos da Comunidade Européia, da Ásia, dos

NICs (*New Industrialized Countries*), do Japão e dos Estados Unidos, exploraram-se soluções democráticas e autônomas. Na própria América Latina, o fim dos governos autoritários abriu espaço para esses modelos mais dependentes do diálogo, da negociação e de resultados objetivos que da imposição unilateral de soluções artificiais, quando não de inspiração ideológica.

No plano das idéias, a liberdade, reconquistada na luta contra os belicismos e as ideologias, expandiu-se rapidamente como valor político, econômico, social e, por certo, trabalhista. A liberdade nas relações de trabalho, que havia sido soterrada em muitos países pelo *estatismo*, voltou a reclamar seu espaço. Os novos institutos trabalhistas passaram a estar profundamente informados pelo valor liberdade, uma afirmação consequente da elevação do nível de consciência da sociedade e dos trabalhadores.

Os novos valores geraram novos conceitos. A revolução das comunicações produz a revolução do conhecimento, que deixa de ser luxo para tornar-se necessidade. No campo

econômico, o conhecimento assume o nível de fator de produção, tanto ou mais importante que os fatores clássicos: o capital e o trabalho. A revolução do conhecimento penetra e altera profundamente todas as instituições e torna obsoletas as que não consegue alterar. Penetra nos governos, pressionando-os para atender a novas demandas dessa nova sociedade do conhecimento. Penetra nos sindicatos, pressionando-os para atender a novas demandas de classes de trabalhadores cada vez mais conscientes. Penetra nos negócios, pressionando-os para serem mais rápidos e lucrativos. Penetra no trabalho, pressionando-o a co-participar mais proximamente dos processos produtivos. Penetra no Direito, por fim, pressionando-o a dar respostas mais eficientes e mais rápidas aos conflitos de interesses, forçando-o a livrar-se do conceitualismo hermético e do processualismo esclerosante. No plano jurídico, o Direito se estende dos fatos às idéias, sendo, portanto, sensível às alterações que ocorrem em um e outro plano. Os conflitos são sempre o campo mais delicado das relações

humanas e o desaguadouro das crises de toda natureza.

O Direito do Trabalho, expressão de uma complexa realidade socioeconômica, termina por ser um dos ramos jurídicos mais demandados. Dele se exige maior adaptabilidade do que dos demais. Mas nem sempre a resposta está à altura. Tanto quanto os demais, pela extrema dependência de definições estatais, acaba por ser burocrático, complicado e lento.

A sociedade contemporânea descobriu com a crise do Estado a real dimensão do seu custo para a sociedade. Um dos aspectos desse custo é o aparato jurídico de prevenção e solução dos conflitos. Conclui-se que o bom Direito é aquele que além de solucionar adequadamente os conflitos, o faça com o menor custo econômico e social para a sociedade.

Não se trata apenas de perseguir uma Justiça barata, mas desdobrar uma ordem jurídica que justifique suas soluções materiais e formais em termos de custo-benefício. A ordem jurídica tradicional, extremamente voltada a um conceito abstrato de Justiça, pode ser terrivelmente injusta quan-

do não produza os resultados sociais que dela se espera. O custo de manter esse tipo de ordenamento jurídico por vezes é muito maior do que adotar soluções mais rápidas, mais simples e menos sofisticadas para dirimir os conflitos.

A nova ordem nacional

É inegável que o Brasil, mais do que nunca, está se inserindo no mundo. Isso ocorre em todos os planos, notadamente a partir dos dois últimos governos. No plano político, a afirmação da democracia, neste final de século, parece ter decretado o fim do ciclo perverso do autoritarismo *versus* populismo na vida brasileira.

A prática democrática se estabilizou, embora falte muito ainda para se alcançar uma autêntica vivência democrática.

No plano econômico o aprendizado não foi menos traumático. O esgotamento do modelo de desenvolvimento consolidado no segundo pós-guerra, baseado na substituição das importações, deixou de ser reconhecido em seu devido tempo e o País perdeu mais de uma década tentando remendar em vez de mudar.

As pressões também vieram de fora para dentro: as demandas da economia de mercado, no nível mundial, forçaram a adaptação da economia fechada do País para um modelo semi-aberto que, agora, encontra no êxito interno um novo impulso para atingir o estádio de economia livre e de mercado. Um programa de privatizações, de flexibilização de monopólios estatais e de desregulação das atividades produtivas está em marcha. Ao que tudo indica, a economia deixa de ser um produto estatal para ser, cada vez mais, resultado do trabalho da sociedade. O Estado está perdendo a posição de dirigente absoluto para se tornar mais um dos agentes, com responsabilidades definidas de equilíbrio e de fomento.

No plano social, o enfrentamento entre capital e trabalho, que alimentou tantos conflitos e atrasou tanto o desenvolvimento, está chegando ao fim, como já ocorreu em outros países. O enfrentamento está cedendo lugar à reconciliação e a uma fase de parceria entre os fatores de produção, capaz de estimular a economia em níveis além das mais otimistas expectativas. Na

negociação dessas parcerias cresce o papel dos sindicatos, que abandonam o comportamento de confrontação para adotar o comportamento construtivo da busca de resultados. Aos poucos, a preocupação com o empregado cede lugar à preocupação com o emprego. Com isso, os objetivos passam a ser a eliminação do desemprego e a absorção do trabalho informal pelos sistemas de produção. As centrais sindicais, que reapareceram no processo de redemocratização, passam a definir o seu papel e a se posicionar em relação a esses temas. Preparam-se para desempenhar importante papel na construção do modelo de mudança.

Finalmente, o próprio Governo dá sinais de que está amadurecendo para enfrentar o problema trabalhista. Algumas de suas medidas recentes, ainda que paliativas, procuram enfrentar os aspectos mais críticos do intervencionismo com novos instrumentos jurídicos, ou seja, a redução de encargos, as novas formas de contrato de trabalho e a flexibilização da jornada de tra-

balho e dos contratos individuais do trabalho.

Todas essas transformações externas e internas revelam que o Brasil de hoje pouco tem a ver com a era Vargas.

Presentemente, como em 1930, vivemos uma crise de paradigmas. Nesse novo quadro o modelo trabalhista atual não encontra mais lugar. O velho paradigma varguista de cunho autoritário, corporativista, socializante, estatizante, nacionalista, paternalista, positivista, ideologizado, envelheceu. Não cabe aqui indagar se, em algum momento, o modelo teve virtudes.

Provavelmente, sim. Caso contrário, não teria sobrevivido mais de 50 anos, em diferentes regimes políticos.

Mas, o fato incontestável é que estamos vivendo os últimos estertores dos paradigmas implantados a partir da Revolução de 1930. Por isso a dialética entre o velho e o moderno está marcando, de forma cada vez mais intensa, os debates destes últimos anos.

Nesse debate, de um lado ficarão os conservadores retrógrados, favoráveis à manutenção do atual mode-

lo; do outro, os verdadeiros progressistas, a favor da sua modernização.

Os primeiros, não obstante posarem de campeões da inovação, de fervorosos humanistas, de portadores de grande sensibilidade social, na verdade, não passam de retrógrados travestidos de progressistas. Nas judiciosas palavras de Diogo Figueiredo Moreira Neto: *em última análise são passadistas de boa fé que continuam a adorar o bezerro de ouro estatal ou corporativistas de má-fé, que continuam a adorar seus próprios privilégios.*⁹ Continuarão assim a defender, dogmaticamente, a ampliação da proteção ao empregado sem se preocupar com a sobrevivência da empresa; a enfatizar a importância do direito do trabalho sem levar em conta os aspectos econômicos do trabalho; a privilegiar o direito do trabalho sobre o direito ao emprego; a estimular o conflito de classes, ao invés da parceria; a priorizar o sistema de unicidade sindical compulsória sobre o de pluralidade sindical; a defender a contribuição sindical compulsória ao invés da

⁹ Diogo Figueiredo Moreira Neto, *Reforma Econômica para Reinsertir o Brasil na Modernidade*, p. 3.

voluntária; a preferir a representação sindical por categoria ao invés da representação por empresa; a advogar o princípio da irreduzibilidade salarial, ao invés da flexibilização; a apoiar a remuneração fixa, ao invés da remuneração pelo resultado; a defender a jornada de trabalho rígida, ao invés da individualização do tempo do trabalho; a defender o direito de greve irrestrito, ao invés das limitações ao exercício abusivo da greve; a priorizar a solução estatal dos conflitos, ao invés das formas alternativas de autocomposição; a defender o poder normativo da Justiça do Trabalho ao invés da negociação direta entre as partes; a lutar pela continuidade da representação classista ao invés da magistratura togada; a reafirmar as vantagens do intervencionismo estatal na economia ao invés de fortalecer a livre iniciativa; e continuarão a defender, enfim, a primazia do Estado sobre o indivíduo e a sociedade.

Os falsos progressistas não encontram justificativas para a modernização das nossas leis trabalhistas. Mas as justificativas para a sua

adequação ao mundo de hoje não faltam. *Quando não fossem outras, pela longevidade, de cinqüenta anos, da estrutura básica legal do nosso ordenamento jurídico.*¹⁰

AS CAUSAS ENDÓGENAS DA CRISE

Os vícios do modelo intervencionista

Para os que estão preocupados com a criação de um novo e moderno modelo trabalhista para o Brasil, torna-se irrelevante saber se, no passado, a legislação trabalhista atendeu, de alguma forma, os reclamos dos atores sociais e do Governo. O fulcro da questão é saber se, atualmente, ela preenche, num contexto democrático, pluralista e globalizado, as suas verdadeiras finalidades. E é nesse sentido que se torna importante estudar os vícios de origem, de forma e de conteúdo ainda presentes em nosso atual modelo laboral, por meio de análise comparativa entre as condições objetivas e subjetivas existentes na era Vargas e as

condições presentes no atual momento da nossa história.

Na sua gênese, a CLT, tanto quanto a Constituição de 1937, se ressentem da ilegitimidade dos regimes impostos, que não nasceram do consenso democrático e que ignoraram o povo, enquanto destinatário de suas normas e senhor de seu próprio destino.

Mas, além de ilegítimo, ou até mesmo por sê-lo, o modelo é inautêntico, porque transplantou vivências, conceitos e institutos da *Carta del Lavoro*, um paradigma controvertido, mesmo na sua época de maior prestígio, em que era apregoado como a grande realização do fascismo.

Em terceiro lugar, o modelo da CLT é demagógico, porque não resultou de nenhuma demanda política. Foi oferecido como panacéia social, no bojo de um regime autocrático e mais preocupado com o culto à personalidade do ditador. Mas, ainda que a CLT não fosse intencionalmente demagógica, na prática tornou-se um produto demagógico, independentemente da intenção de

¹⁰ Amauri Mascaro Nascimento, *Princípios e Fundamentos do Anteprojeto de Modernização das Leis Trabalhistas. A Modernização da Legislação do Trabalho*, Editora Ltr, São Paulo, 1994, p. 7.V

quem a produziu. Consequentemente, a figura do demagogo, que pode ou não estar por trás do produto, perde importância para o próprio resultado demográfico que consiste, efetivamente, no despertar ou no exacerbar falsas expectativas.

Finalmente, ele é preconceituoso, porque se baseia num confronto necessário entre trabalhador e empresário, como se ambos fossem inimigos inconciliáveis que necessitassem, respectivamente, de tutela e de polícia. Esse preconceito fez da CLT um instrumento de atraso social, implantando a enganosa mentalidade do confronto, e a mais enganosa ainda figura do Estado conciliador.

Sob o aspecto formal, o modelo intervencional em vigor é detalhista, inflexível e contraditório.

Uma Consolidação que contém novecentos e vinte e dois artigos, subdivididos em incontáveis parágrafos, incisos e alíneas, alterados por mais de cem leis posteriores, tem contra si o seu próprio tamanho. Marca do Estado onipresente e onisciente, que tudo busca

prever e regular, por desconfiar da própria sociedade. O detalhismo passa do nível regulamentar e torna-se o paraíso dos despachantes e dos leguleios, que se tornam parasitas e saprófitos de seus defeitos.

A própria Constituição de 1988, no capítulo concernente aos direitos dos trabalhadores, tornou-se um minicódigo do trabalho, demasiadamente prolixo, detalhista, um exagero de normatividade, que não se compadece com a natureza e o nível do instrumento legislativo de que se trata.

Há uma grande quantidade de dispositivos constantes do texto, que transborda do natural âmbito das disposições que devem constar de uma Constituição. Sem distinção entre o que realmente deve ser matéria constitucional e o que poderia ser objeto de legislação complementar, ordinária e até regulamentar.

Na verdade, o nosso texto constitucional pretende abranger quase todos os aspectos da relação capital-trabalho, na medida em que dispõe, de forma exuberante, a respeito de hipóteses específicas. Enxugar a nossa

legislação do trabalho ao máximo, em todos os níveis, é o melhor caminho para estimular e assegurar a prática da autonomia individual e coletiva, e se chegar à democratização das relações capital-trabalho.

Além de detalhista, o modelo intervencionista da CLT revela-se extremamente inflexível.

Por força do excessivo intervencionismo estatal instituiu-se, entre nós, *um sistema pesado e inflexível que, dentro da velha tradição patrimonialista e juridicamente formalista, passou a ser de predominio da legislação social sobre o contrato e do aparato da Justiça Trabalhista sobre a negociação entre as partes.*¹¹ Ou como bem sintetiza José Pastor: *Temos muita lei e pouco contrato: muito julgamento e pouco entendimento.*¹²

A imposição de um modelo trabalhista rígido e inflexível não é apenas um defeito técnico muito grave da elaboração legislativa. Na verdade, é uma forma de totalitarismo normativo, espécie tão ou mais nociva que o totalitarismo tradicional. Seu resultado é inibir

¹¹ Roberto Campos, *A Falsa Baiana*, Folha de S. Paulo, 20 de dezembro de 1994, p. 2-2.

¹² José Pastore, *Encargos Sociais no Brasil e no Exterior*, Edição SEBRAE, Brasília, 1994, p. 18.

o funcionamento normal das relações trabalhistas. Ao impor normas rígidas o legislador substitui as partes, dificulta o diálogo, bloqueia o processo da livre negociação, dificulta os incentivos à produtividade e impede a sociedade de criar, quebrando-lhe a espontaneidade natural, na busca de seu caminho. Mas, além de detalhista, e inflexível, a nossa legislação do trabalho é contraditória.

Na sua versão original revelou-se um documento sistemático e lógico na forma e coerente com a conjuntura e o regime autoritário vigentes na época. No entanto, a CLT passou a apresentar, com o decorrer do tempo, em razão do surgimento de novos preceitos constitucionais, leis ordinárias, regulamentos e portarias, sérias e incontornáveis contradições em muitos de seus dispositivos.

Amauri Mascaro Nascimento, ilustre professor titular de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), em um de seus desabafos, chegou a dizer: *Não consigo mais dar aulas com a CLT na mão. Eu ensino uma coisa e a*

CLT diz outra. Ela sequer foi adequada à Constituição. Por exemplo, a CLT diz que a jornada semanal de trabalho é de 48 horas, mas a Constituição reduziu-a para

Uma Consolidação que contém novecentos e vinte e dois artigos, subdivididos em incontáveis parágrafos, incisos e alíneas, alterados por mais de cem leis posteriores, tem contra si o seu próprio tamanho.

44 horas. Não dá. Os alunos que fazem as provas pela CLT vão mal, podem ser reprovados e não têm culpa¹¹, acrescenta o professor.

No campo das relações coletivas, a Constituição de 88 se contradiz, pelo menos nestes pontos: pretendeu atribuir independência financeira aos sindicatos, mas manteve o imposto sindical obrigatório (art. 8º, IV, *in fine*); pretendeu tirar o Estado das negociações coletivas, mas manteve o poder normativo da Justiça do Trabalho (art. 144, § 2º); pretendeu eliminar o corporativismo sindical, mas manteve a representação classista nos Tribunais (arts.

111 a 117); pretendeu garantir a liberdade sindical, mas manteve o sistema de unicidade sindical (art. 8º).

Ora, todas essas espanhitas contradições não são apenas exemplos inocentes de descuido técnico ou de curiosos deslizes dos constituintes. Infelizmente, não: elas comprometem seriamente a implementação das normas constitucionais e, por consequência, de todas as normas legais ordinárias que àquelas se vinculam. Por isso, o modelo trabalhista brasileiro deveria ser coerente para que pudesse ser mais facilmente aplicado e interpretado, dentro da lógica jurídica. Lamentavelmente, não o é.

É, todavia, no conteúdo onde se localizam os mais sérios vícios do modelo intervencionista em vigor.

Fruto de uma época em que se buscava retirar as grandes verdades da vida social dos gabinetes, a era das ideologias, o modelo da CLT é, antes de tudo, utópico. Fundado em premissas idealizadas e voltado a finalidades ideologizadas, revelou-se de todo irrealizável, ainda porque não considerou a própria evolução das circunstâncias circunjacentes à relação entre o capital e o trabalho. Foi um

¹¹ Folha de S. Paulo, 18 de maio de 1996.

modelo fechado em si mesmo, nas próprias idéias. Além do mais, é corporativista, como não podia deixar de ser, dada sua origem fascista, eis que fundado na falsa presunção da possibilidade de organização social através da definição jurídica e da regulamentação das profissões, dando origem, no tempo, a uma legislação volumosa e complexa que regulamenta mais de uma centena de atividades diferenciadas.

Saliente-se que o corporativismo não só beneficia as entidades sindicais, mas alcança também a estrutura governamental encarregada de mantê-la. Assim, ao lado do corporativismo sindical, existe igualmente o corporativismo estatal.

Por exemplo, a *Justiça do Trabalho*, na sua estrutura cara e emperrada, favorece a juizes, togados e classistas, aos procuradores do trabalho, aos funcionários públicos que lá estão empregados, aos advogados. Há uma imensa convergência de interesses corporativistas que, em sua soma, constituem uma teia imensa de difícil superação, que enriquece o sistema e contribui decisivamente para sua manutenção.¹⁴

Além do mais, o modelo está impregnado de idéias socialistas, repetindo os mesmos erros da busca-outrace da igualdade por meio do Estado.

Preocupados exageradamente com a igualdade, nossos legisladores perderam de vista a liberdade, que continua a ser a marca mais nítida da dignidade humana, da qual a liberdade econômica é um dos seus inextricáveis aspectos, não podendo ser limitada senão para coibir o seu exercício anti-social ou para atender a reclamos absolutos da segurança da Nação.

Por outro lado, ao privilegiar o coletivo sobre o individual e subordinar o econômico ao social, a CLT fez uma opção unilateral pelo fator trabalho. Com isso ampliou consideravelmente os direitos dos empregados sem considerar os necessários incentivos para o desenvolvimento livre e competitivo também do capital e da tecnologia que o qualificam. Ignorou o fato de que tanto capital como tecnologia são, afinal, trabalho acumulado qualitativamente, transformado e cristalizado para ser uti-

lizado na produção de mais trabalho.

Preocupados ainda com a distribuição de benefícios aos trabalhadores, por meio da lei, esqueceram de que somente é possível a distribuição real de renda e de maior *justiça social* nas etapas avançadas do capitalismo.

Na verdade, um modelo distributivista socializante, que se assenta em bases ideológicas românticas; que se fundamenta na crença do voluntarismo reformista; que se embasa no conceito abstrato de igualitarismo; que defende a necessidade da intervenção do Estado como promotor direto do progresso social; que se utiliza do Direito como instrumento de distribuição de riquezas; que não se preocupa com os meios (custos) necessários à implementação das medidas que contempla, não pode mais prosperar.

Outro vício marcante do modelo é o excessivo intervencionismo do Estado nas questões trabalhistas.

Getúlio Vargas, em treze anos (de 1930 a 1943), instituiu e consolidou um modelo marcadamente in-

¹⁴ Antônio Álvares da Silva, *Marcos Legais do Corporativismo no Brasil, O Mundo do Trabalho*, Editora Página Aberta, São Paulo, 1994, p. 126.

tervencionista, exercido em vários níveis e de variados modos. Na autonomia individual o intervencionismo se manifesta em todas as fases do contrato, por meio de princípios e de preceitos que restringem a vontade de empregados e de empregadores. Na autonomia sindical se manifesta pelos princípios e regras impostos pelo Estado na sua organização e atuação. Na autonomia coletiva se manifesta pelos princípios e regras impostas pelo Estado sobre os procedimentos negociativos entre as respectivas categorias laborais. Na autotutela se manifesta especialmente na definição jurídica das greves e quando fixa limites quanto ao seu exercício. Na solução de conflitos se manifesta pelas competências judiciais expressadas constitucionalmente.

Portanto, no modelo trabalhista herdado de Vargas, em grande parte ainda em vigor, o intervencionismo estatal é a regra, não a exceção.

Uma das consequências do intervencionismo estatal nas relações de trabalho é a redução e a perda da liber-

dade individual e a dos grupos secundários; o poder passa das mãos do indivíduo e da sociedade para o Estado. Outra consequência é o risco que representa para o Estado Democrático de Direito. Pouco a pouco a concentração de poder leva os governantes a perderem de vista as limitações da lei. A legislação passa a ser *interpretada*, e *justificativas* são encontradas para atender a novas finalidades definidas pelo super-Estado. Outra consequência é a frustração popular, a decepção da grande massa trabalhadora que está sendo levada enganosamente a esperar do Estado uma resposta pronta e eficaz na solução de seus problemas. Mas o pior do estatismo está no efeito desincentivador que provoca na iniciativa individual e grupal.

O paternalismo é outro sério vício do modelo.

De fato, ainda é voz predominante entre os jusselaboristas que o Direito do Trabalho nasceu e continuará a ter função protecionista.¹⁵ Sem essa proteção jurídica o empregado estaria

sempre sujeito aos desígnios do empregador.

Nessa concepção, o Estado se vê na obrigação de tutelar os trabalhadores como se fossem todos incapazes, imbeles ou imbecis. *A dependência paternalista da ação do Estado está intimamente relacionada à crença no papel e à excessiva confiança na burocacia.*¹⁶

Para os legisladores protecionistas, escrever no papel uma CLT é torná-la efetivamente um sistema eficaz de proteção ao trabalhador; é como se *as palavras tivessem o poder mágico de dar realidade e corpo às idéias por ela representadas.*¹⁷

Por outro lado, a confiança excessiva na burocacia muitas vezes nos faz esquecer essa verdade: os supostos protetores estão melhores do que os protegidos.

O equívoco do modelo *sub censura* é imaginar que o Estado é uma entidade benevolente e capaz. Ocorre que acabar com a “exclusão” dos pobres por via de legislação benevolente é uma falácia. Na verdade, como a realidade demonstra, o Estado é “mais excludente que includente”.

¹⁴ Como dizia Alexandre Gallart Folch, visa compensar com uma superioridade jurídica a inferioridade econômica do operário.

¹⁵ Diogo Figueiredo Moreira Neto, *Dádiva do papel*, in Carta APEC 197, p. 18.

¹⁶ Oliveira Vianna, *O idealismo da Constituição*, Edição de Terra de Sol, Rio de Janeiro, 1927, p. 25.

O modelo trabalhista vigente, por excesso de protecionismo, é profundamente discriminatório. Por via de consequência, tem gerado inúmeras injustiças.

De fato, a ênfase exagerada ao princípio da isonomia acaba deformando o seu resultado, produzindo uma legislação perversa. Na ânsia de atender a todos os trabalhadores, indistintamente, nossa legislação trabalhista acaba por dar tratamento igual a situações desiguais. Considera empregado, com iguais direitos, tanto um próspero gerente quanto um ajudante de pedreiro.

Ademais, o modelo intervintivo é injusto também com os que estão fora do seu círculo de proteção, como os trabalhadores na informalidade e os completamente desempregados.

Com efeito, para os que têm emprego protegido a lei estabelece uma série de benefícios. Para os que estão excluídos da relação formal, por motivo do aumento dos custos estabelecidos pela lei, a alternativa não é dedicar-se a outra atividade senão o desemprego ou o emprego na economia informal, à

margem da lei e de seu controle.¹⁸ Para esse trabalhador informal, o único bem de que pode dispor é o seu trabalho e, por isso, seu maior custo é a instabilidade laboral; não só por sua total falta de segurança no emprego quanto pela não menos aflitiva falta de segurança do emprego.

A razão dessa anomalia está no fato de que historicamente nossos legisladores sempre emprestaram maior importância ao Direito do Trabalho do que ao direito ao trabalho.

Ademais, o modelo também é injusto com os pequenos empresários que não podem, realisticamente, atender às exigências da legislação trabalhista sem pagar o preço de grandes sacrifícios. Os empresários informais vivem, eles próprios, os riscos da ilegalidade, podendo ser, a qualquer momento, detectados, sancionados, executados judicialmente e até obrigados a encerrar suas atividades.

No tocante às empresas, as leis trabalhistas atribuem idênticas responsabilidades, independentemente de seu

porte econômico e finalidade. Não importa se uma simples oficina de fundo de quintal sediada num vilarejo do Nordeste ou se uma poderosa multinacional localizada numa próspera megalópolis da região Sudeste;¹⁹ se com ou sem finalidade lucrativa.

Sobre tudo isso, existe ainda a injustiça geográfica: o legislador ordinário federal, em geral, não atina que a uniformidade nacional da legislação acaba produzindo normas injustas e, às vezes, inaplicáveis uniformemente, num país como o nosso, de dimensões continentais e diversificado em termos sociais e econômicos. Tratar um cortador de cana do Nordeste do mesmo modo que um empregado de uma multinacional é, positivamente, ignorar o sentido regional da lei. Outro vício do modelo é a sua onerosidade. Constitui ponto pacífico, entre os estudiosos do Direito Econômico do Trabalho, que a legislação trabalhista tem sérios e diretos reflexos na composição dos custos das empresas, da sociedade como um todo e até do Estado.

¹⁸ Gustavo Marques, *Regulación del Mercado de Trabajo en América Latina*, Edições IESE, Chile, 1994, p. 1.

¹⁹ Ney Prado, *Economia Informal e o Direito no Brasil*, Editora Ltr, São Paulo, 1991, p. 107.

É bem verdade que todo tipo de regulamentação tem seus custos. Mas o fulcro do problema está em saber se os custos compensam os benefícios que produzem. Tudo se resume, portanto, numa questão de relação custo-benefício.

Estudos sérios e convincentes nos revelam que os custos trabalhistas, assumidos compulsoriamente pelos empregadores, chegam a 101,95%. Mas é importante salientar, que, na verdade, esses custos superam, e de muito, esse percentual. Isso porque na tabela apresentada pelo professor José Pastore não estão computados os custos públicos, decorrentes da intervenção compulsória do Estado na fiscalização das normas e na solução dos conflitos trabalhistas.

Os custos do setor público podem ser divididos basicamente entre os vinculados ao Poder Judiciário e os vinculados ao Poder Executivo. Quanto aos primeiros, consistem nos associados à Justiça do Trabalho (em sentido restrito), tendo como fonte de mensuração seu orçamento. Os segundos são os associados à parte do Poder Executivo, em especial o

Ministério do Trabalho, a Procuradoria do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), tendo também no orçamento público sua fonte primária de mensuração. Porém, de maneira nenhuma tal mensuração

Historicamente nossos legisladores sempre emprestaram maior importância ao Direito do Trabalho do que ao direito ao trabalho.

corresponde à totalidade dos recursos investidos.

De fato, uma parcela dos custos passa pelo mercado e pode ser avaliada diretamente. É o caso dos salários e honorários de advogados trabalhistas, dos peritos judiciais, das despesas de locomoção e as horas não trabalhadas colocadas à disposição da Justiça pelas partes e testemunhas, bem como as despesas decorrentes da fiscalização. Sem falar nos custos psicológicos, aos quais os agentes estão submetidos, quando se defrontam com litígios judiciais, que poderiam ser interpretados como custos, desde que as partes estivessem dispostas a dispensar

recursos (monetários ou não) para se livrarem deles.

O grave, todavia, é que muitos estudiosos no assunto estão chegando à conclusão de que o custo da solução dos conflitos, por meio da Justiça do Trabalho, ultrapassa o valor das causas julgadas. O professor e juiz Antonio Álvares da Silva apresenta-nos um dado estatístico que nos leva a refletir. Ele toma o valor do orçamento federal para a Justiça do Trabalho (R\$ 1,274 bilhão) e o divide pelo número de reclamações trabalhistas que dão entrada anualmente em todo o País na primeira instância (1,5 milhão). O resultado é que o custo de cada processo na Justiça do Trabalho fica próximo de R\$ 850,00. Um valor que chega a superar a maioria dos valores pagos em acordos ou mesmo decorrentes de sentenças na Justiça Trabalhista.

Nesse enorme elenco de defeitos, gostaríamos de acrescentar mais um: o seu caráter recessivo.

Do jeito que está hoje - obsoleto, caótico e iníquo - o sistema trabalhista brasileiro transformou-se em um dos principais fatores restritivos ao próprio desenvolvimento geral do País.

Tal afirmativa, pelo menos do ponto de vista econômico, parece ser um paradoxo. Isso porque, *de 1930 a 1980, durante meio século, o Brasil foi um dos países que mais cresceram no mundo. Em apenas cinquenta anos, partiu de uma economia agro-exportadora atrasada e atingiu a honrosa condição de oitava economia industrial do planeta. Ao longo de cinco décadas foi o Brasil, e não qualquer outro país, o grande tigre da economia mundial.*²⁰

Aí reside o paradoxo do estatismo: num primeiro momento, diante de fatores conjunturais favoráveis, internos e externos, o estatismo pode propiciar o crescimento econômico e se dar ao luxo de conceder aos trabalhadores, pelo menos no plano formal, um número desproporcionalado de direitos trabalhistas. Num segundo momento, todavia, o interventionismo estatal não consegue tornar a economia auto-sustentável, com o estancamento na produtividade geral, engendrando crise econômica, ética e social no lugar do progresso.

As consequências recessivas mais notórias freqüentemente apontadas e empiricamente comprovadas do atual modelo trabalhista são: o aumento da inflação, a inibição aos investimentos, o desemprego, o êxodo do capital produtivo, a má distribuição de renda, a multiplicação das atividades e dos agentes da economia informal.

A rigor, todos perdem com esse sistema intervencivo. Sobre o total da massa trabalhadora pesam os custos do desemprego; sobre uma boa parte das empresas pesam os custos da sobrevivência; sobre os consumidores pesam os custos do aumento no preço dos produtos; sobre o Estado pesam os custos pela perda de receita; e sobre a economia do País pesam os custos pela impossibilidade de competir no mercado internacional globalizado.

Por isso vivemos hoje um conflito de paradigmas. De um lado, o modelo Vargas, de cunho interventionista, recessivo e retrógrado; do outro, os modelos não-intervencionistas, mais funcionais e modernos.

A lógica econômica moderna conflita com a lógica

trabalhista tradicional. Daí porque é fundamental mudar-se de paradigma. E partir para um modelo não-intervencionista.

Sem urgentes mudanças em nosso sistema trabalhista, o Brasil não conseguirá resolver grande parte de seus problemas. E, mais do que isso, estará perpetuando o seu atraso histórico em relação às principais potências.

A BUSCA DE UM NOVO MODELO DE CARACTERÍSTICAS NÃO-INTERVENCIONISTAS

O desafio metodológico

A crítica do arcaico modelo trabalhista vigente e a construção de um modelo voltado ao progresso são desafios difíceis e complexos. Por isso mesmo, extraordinariamente estimulantes. O primeiro desafio consiste em lograr superar a velha visão das relações trabalhistas e do seu peculiar Direito, desvencilhando-os das vicissitudes e das distorções que os desfiguraram. Isso é problemático e difícil. Ainda persistem fundamentais diferenças entre como o tema é visto e compreendido por setores retrógrados da

²⁰ Eduardo Mascarenhas, *op. cit.*, p. 216.

sociedade, em oposição a como é encarado e entendido pelos que se propõem a abordá-lo com isenção crítica e com atualidade.

No campo do Direito do Trabalho, a leitura retrógrada tem seguido uma orientação corporativa, tendenciosa, dogmática, superficial, disciplinarmente restrita e geograficamente limitada.

É corporativa porque interessada em manter os privilégios e as vantagens obtidos, embora a eles não corresponda nenhum benefício para a sociedade como um todo; é tendenciosa porque parte de uma premissa antiquada: de que o trabalho protegido é apenas o assalariado, desconsiderando o fato de que outros fatores econômicos também desempenham inúmeras modalidades de trabalho, igualmente dignas de proteção; é dogmática porque se funda em pressupostos ideológicos e, por isso, apriorísticos e acríticos, rechaçando quaisquer argumentos referidos a resultados, apenas por considerar que deve ser mantida a integridade cerebrina do modelo, desconsiderando sua desatualização; é superficial porque o conhecimento do tema se dá apenas em nível

empírico, pelo menos para a grande maioria dos que continuam dando tácito apoio ao modelo vigente. Os argumentos são, via de regra, emocionais. Neles predominam os *slogans*. Quase sempre os mitos e palavras de ordem se substituem aos valores; é disciplinarmente restrita, porque os que dispõem de conhecimento científico específico do Direito do Trabalho muitas vezes não se beneficiam da visão multidisciplinar dos problemas, o que os impede de considerar adequadamente as implicações políticas, econômicas, sociais e filosóficas. É o caso de muitos doutrinadores, advogados e magistrados trabalhistas que, por isso, se aferram, exclusiva ou prevalentemente, às suas técnicas operativas do positivismo jurídico; finalmente, é geograficamente limitada porque o entendimento dos problemas laborais tende a se circunscrever apenas à experiência nacional, ligada à própria vivência local ou regional do modelo vigente, com desconhecimento da célebre evolução dos institutos trabalhistas em outros países e das lições da doutrina estrangeira.

Com tão amesquinada visão, até mesmo especialistas acabam tornando-se arredios às mudanças, desconfiados do novo, apegados às rotinas, quando não xenófobos, apenas por temerem o que não conhecem.

O desafio principiológico

O segundo desafio consiste na superação dos princípios que ainda permanecem impregnando a mentalidade de muitos opositores da modernização das relações trabalhistas.

O modelo intervencionista considera primacial a ordem artificial imposta pela vontade impositiva do Estado, própria das sociedades deliberadamente organizadas segundo o racionalismo construtivista, que Hayer denomina de *taxis*, uma sociedade que se vale de regras legais positivas, *thesis*, para desigualar pessoas e grupos; apoia-se sobre a preponderância da igualdade sobre a liberdade, sob o pressuposto de que, como a igualdade inexiste na natureza, cabe à sociedade humana construí-la historicamente; defende o princípio da proteção do trabalhador em relação ao empregador (não exatamente ao

Estado...) por ser a parte mais fraca e vulnerável; está relacionado a um modelo político estatizante, mais precisamente autocrático e totalitário, já que tende à ampliação da ação do Estado sobre tantas relações sociais e econômicas quanta seja possível; preconiza a presença do Estado no campo do trabalho em tríplice atividade: legislativa, baixando a norma do trabalho; administrativa, realizando a fiscalização do trabalho; e judiciária, julgando os dissídios trabalhistas; e privilegia a norma editada pelo Estado, em detrimento ou com abandono das soluções normativas e compositivas autônomas.

Em oposição ao modelo prefigurado, o modelo não-intervencionista, defendido pelos liberais, apresenta características antípodas. Retorna à primazia da ordem espontânea, que vem assegurada pelo teste histórico da experiência, rejeitando o construtivismo racionalista que se fundamenta no princípio de que o homem pode alterar as instituições humanas arbitrariamente, sempre e quando desejar, porque foram criadas por ele; dá prevalência à

liberdade sobre a igualdade, ainda porque através da liberdade é possível lograr alcançar a igualdade de oportunidades, ao passo que, impondo-se a igualdade jamais se poderá criar uma sociedade livre; estimula a solidariedade e a coordenação entre os fatores de produção, tratados equanimemente, não privilegiando qualquer deles, rejeitando assim qualquer tipo de protecionismo nas relações trabalhistas; abandona o estatismo, partindo do pressuposto de que, assim como o Estado não deve ser agricultor, comerciante, industrial ou banqueiro, tampouco deve gerir interesses sociais competitivos, que rápida, barata e eficientemente se acomodam e progridem sem sua intervenção; deixa de priorizar a ação normativa, fiscalizadora e julgadora do Estado, sob a alegação de que, embora razoável, e até necessária, deverá ser sempre subsidiária aos mecanismos espontaneamente gerados pela própria sociedade, à busca de maior eficiência e sem ônus para os contribuintes; dá preferência às regras autônomas, bem como a soluções negociadas, admitindo a regra heterô-

noma, apenas quando esteja em jogo algum princípio indisponível do Estado Democrático de Direito, como, por exemplo, os direitos e garantias individuais.

As resistências às mudanças

Pode-se distinguir duas ordens de resistência às mudanças do modelo vigente: as resistências culturais e as resistências corporativas.

As primeiras são mais arraigadas e podem ser defendidas mais abertamente: as resistências, quando se aninham na cultura, prendem-se a posturas intelectuais ou sentimentais incompatíveis com os postulados desintervencionistas. No Brasil, são facilmente detectáveis o socialismo, o estatismo e o positivismo jurídico. A pregação socialista, que penetrou e se disseminou no País ainda no século passado, tornando-se regime de governo e ideologia de exportação em grande número de países, sempre procurou explorar o seu viés igualitário. Nessas condições, arraigou-se a suspicácia contra qualquer tendência ou medida que, fundando-se na desintervenção, prestigie a liberdade. O socialista vê, no avanço

da liberdade nas relações de trabalho, um retrocesso inadmissível no que considera a marcha progressista do igualitarismo. Não obstante a visão mecanicista e maniqueísta, esse pensamento tem sido um óbice sempre presente nas sociedades menos desenvolvidas à aceitação do pluralismo, como via competitiva natural de ascensão social.

A reação dos socialistas contra as idéias modernizadoras repousa, basicamente, em três caricaturas do pensamento liberal apontadas por Guy Sorman: que o liberalismo é uma ideologia de países ricos, portanto inadequada para o Brasil; que os liberais são antiestatais e, como tal, não admitem a presença do Estado; e, por último, que os liberais são insensíveis ao problema social.

Os três argumentos não encontram apoio nos fatos. Quanto à alegação de que o liberalismo é ideologia de países ricos, o próprio Guy Sorman nos adverte para o fato de que *ele foi inventado num país pobre, que pode ser a Inglaterra do século XVIII ou a França do começo do*

século XIX. Eram países pobres com uma elite muito rica. A grande preocupação dos pensadores da época era a de como sair dessa pobreza. E, sobretudo, como se poderia sair dessa sociedade que estava bloqueada, com uma imensa massa miserável na base de uma aristocracia muito rica no topo. E se os países ricos hoje se dizem liberais é porque o liberalismo os enriquece.

Histórica e filosoficamente, eu diria que o liberalismo é, antes de mais nada, um modo de sair da pobreza. E o importante é, sair democraticamente dessa pobreza.²¹

Tampouco procede o argumento de que os liberais são contra o Estado. Ainda é Sorman quem nos lembra que: *O Estado moderno é uma criação da filosofia liberal. Antes que os liberais o inventassem não havia Estado, havia indivíduos que, algumas vezes eram reis, algumas vezes ditadores e que eram proprietários de coisa pública.²²* Os liberais, portanto, não são contra o Estado. Criaram-no e continuam a aceitá-lo. Mas não se cansam de sustentar que as liberdades têm preexistência ao Direito, ao Estado e a qualquer ordem social; que a empresa é, em princípio, privada porque precedeu ao Estado como instituição. A diferenciação qualificatória só veio a ser necessária quando o Estado passou também a ser empresário. Se alguma idéia tem, em doutrina jurídica, quase unânime aceitação é a de que o Direito Público é uma diferenciação do Privado, e não o contrário.

Finalmente, a terceira caricatura: que os liberais não têm nenhum interesse pela justiça social, pois são partidários de uma sociedade sem proteção, de alto risco, de uma economia identificada com a lei da selva. Também aqui a alegação é improcedente.²³ Os socialistas confundem prudência no distributivismo com insensibilidade social. As críticas negativas endereçadas à CLT pelos liberais têm sua justificativa. Levada pelo atrativo social do distributivismo, tanto ela quanto a atual Constituição não consideraram corretamente a quantidade e erraram na dosagem. Desconsideraram o nível de desenvolvimento do País e a exis-

²¹ Palestra realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Revista da Associação Comercial*, n. 1.216, dezembro de 1985.

²² Ibidem

²³ Ney Prado, *Os Notáveis Erros dos Notáveis*, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1987, p. 107.

tência dos meios necessários à implementação das medidas generosamente concedidas.

A segunda resistência cultural repousa no estatismo. Os intervencionistas, com sua crença quase religiosa na superioridade do Estado sobre a sociedade, repudiam qualquer redução dos poderes a ele conferidos. A persistente visão hegeliana do Estado, presente em todas as grandes ideologias da primeira metade do século, deixou profundas marcas nas sociedades menos desenvolvidas, como a do Brasil. Acostumamo-nos a conviver com seus mais encontradiços consectários políticos: o patrimonialismo, o paternalismo e o assistencialismo. Depender do Estado passou a ser, para muitos brasileiros, quase uma condição de vida, difícil de ser afastada.

A mitificação do Estado não é nova nem acidental. Realmente, muitos fatores concorrem para que ela se dê. A própria concepção do Estado, como *entidade concreta*, dotada de poder próprio e personalidade, o vulgariza.

O homem comum passa a *acreditar* no Estado, como

se tratasse de um ser todo-poderoso, capaz de resolver os problemas comuns. Homens cultos, embora racionalmente tenham disso consciência, muitas vezes não se libertam da sensação de dependência do Estado, no pressuposto de que apenas ele é eticamente confiável.

*Acontece que o Estado é uma abstração; ele não sente prazer ou dor, ele não tem esperanças ou receios, e o que julgamos seus propósitos são na verdade os propósitos dos indivíduos que o dirigem. Quando pensamos concreta, e não abstratamente, verificamos que em vez de 'o Estado', certas pessoas é que têm mais poder do que o que cabe, à maioria dos homens. E assim a glorificação de 'o Estado' vem a ser, de fato a glorificação de uma minoria governante. Nenhum democrata pode tolerar uma teoria tão fundamentalmente injusta.*²⁴

A realidade internacional nos vem apontando a reversão da tendência centrípeta e estatizante que marcou este século: os povos, com maior consciência do social, anseiam por espaço para o livre

desenvolvimento de grupos não-estatais.

Há uma crescente convicção popular de que é necessário devolver, ao homem e às entidades secundárias, econômicas e sociais, o seu legítimo espaço de liberdade, perdido neste século marcado pela prevalência do Estado sobre o homem, da criatura sobre o criador, da forma sobre a essência. Parece que duas guerras mundiais e as grandes ditaduras, de esquerda e de direita, e a terrível ameaça do catacлизmo nuclear pelo menos alertaram as consciências de que tudo tem seu limite, tudo tem seu termo de moderação, inclusive o Estado.²⁵

O positivismo jurídico pode ser considerado também um poderoso núcleo de resistência à mudança de um modelo que foi concebido e implantado em seu fastígio dogmático. Os *legalistas* confiam, de forma quase absoluta, no poder da norma escrita e no acerto da dogmática para resolver os problemas sociais. Essa afirmação da supremacia da norma positiva sobre qualquer outra expressão normativa, comenta Giorgio Balladore Pallieri, prescinde inte-

²⁴ Bertrand Russell, *A Autoridade e o Indivíduo*, Zahar Editores, 1977, p. 103.

²⁵ Ney Prado, *Os Notáveis Erros dos Notáveis*, Forense, Rio de Janeiro, 1987, p. 123.

ramente de qualquer outro elemento lógico que não seja a própria positividade. Torna-se, assim, muito difícil para os "legalistas" a aceitação de uma ordem jurídica que contenha uma pluralidade de fontes normativas, em que o valor prevaleça sobre a literabilidade.

A segunda ordem de resistência é a corporativa. É mais pessoal e até egoística, reunindo os beneficiários de privilégios e de vantagens produzidos pelo modelo vigente, que não aceitam perdê-los. Opõem-se à modernização das relações capital-trabalho certos setores políticos, profissionais e empresariais por temerem que quaisquer mudanças nas instituições regedoras das relações de trabalho possam retirar-lhes os benefícios, vantagens ou privilégios.

O *corporativismo político* envolve uma variada gama de militantes, que arrimaram suas carreiras políticas no poder interventivo do Estado. Nas se incluem parlamentares fisiológicos; políticos de oposição que não desejam fortalecer o Governo; agentes do Executivo e até

mesmo juízes, todos que vêm na desintervenção uma perda da sua importância pessoal ou funcional.

O *corporativismo sindical* conta com um certo tipo de sindicalista profissional que ascende graças às simpatias que angaria perante as autoridades, na maior parte das vezes com vistas às abundantes vantagens do vocalato da Justiça do Trabalho. O enfraquecimento do poder interventivo do Estado poria em risco sua liderança, já que ela não decorre de sua habilidade negociadora, mas da sua prestabilidade como intermediário junto ao Poder Público.

Por fim, o *corporativismo empresarial*, praticado por certos setores retrógrados, que preferem a 'segurança' do Estado aos 'riscos' da liberdade. Acham melhor que o Estado dite as regras do jogo do que negociar diretamente com os trabalhadores. Para esse tipo de empresário, a liberdade no campo trabalhista é uma perigosa abertura de espaço para reivindicações dos empregados. Por isso preferem afastá-la, ainda que o preço a pagar pelo interventionismo seja a perda de eficiência de sua empresa e o subdesenvolvimento do País.

NOVO DIÁLOGO E NOVO CONTRATO SOCIAL

Nada obstante os desafios culturais e as resistências de alguns setores da sociedade brasileira, o certo é que estão dadas as condições subjetivas e objetivas, externas e internas, para a mudança do atual modelo. Isso importa no surgimento de uma nova mentalidade intelectual, empresarial, governamental e laboral, todas menos dependentes do Estado e mais de si próprias, na busca conjunta por resultados práticos. É o que está felizmente ocorrendo. No plano econômico, concorre para o êxito das necessárias reformas a conjuntura internacional proclive à criação do mercado mundial, impondo-nos, internamente, a necessidade de realinhar as nossas instituições jurídicas para enfrentar a competição. No plano interno, dois fatos são relevantes: a decisão do Governo de abrir a nossa economia para o exterior e o plano de estabilização da moeda, com a consequente queda dos índices de inflação.

No plano social ascendeu, de há algum tempo, com força própria, o sindicalismo de resultado, voltado às

condições macroeconômicas e às soluções conciliatórias entre capital e trabalho. Com sua visão pragmática, está mais preocupado com o desemprego e menos com as reivindicações dos seus associados. O enfrentamento da crise do desemprego, a indispensável modernização das relações de trabalho e o avanço das idéias liberais são desafios novos colocados à consideração das lideranças sindicais.

Boa parte do empresariado, por seu turno, passou a assumir diferentes atitude e comportamento no seu relacionamento com os sindicatos de trabalhadores e suas respectivas lideranças.

Deixando de lado o preconceito tradicional, passou a aceitar, com naturalidade, o diálogo e a negociação direta com seus empregados ou por intermédio dos seus sindicatos. Surgiram em seu âmbito novos e ativos interlocutores, ocupando o espaço até então reservado às lideranças e entidades empresariais tradicionais.

No plano doutrinário, e não menos decisivamente, ascenderam em número, em importância e fundamentação as teses e metodologias modernizantes, defendidas

pelos mais respeitados nomes no juslaborismo do País.

Percebe-se, claramente, entre os doutos na matéria, a crescente convicção: de que o conhecimento multidisciplinar é a única solução para a correta apreensão de fenômenos complexos, como o são, de resto, os fenômenos sociais; de que a visão verdadeiramente moderna não pode ser restrita e fechada, mas, ao contrário, deve ser ampla e aberta; de que a crítica deve ser construtiva, despida de preconceitos pseudocientíficos, que só concorrem para confundir;

de que mais importante do que a intenção de proteger o empregado a todo transe é, a todo custo, defender a geração de empregos; de que o fator trabalho deve ser considerado em igualdade de condições com a livre iniciativa; de que o paternalismo, o assistencialismo e o distributivismo, embora bem intencionados, acabam desmontando o sistema produtivo de qualquer sociedade; de que a problemática trabalhista está permeável à influência

renovadora dos centros de conhecimento de todo o mundo e, necessariamente, voltada a inserção global do País; de que a ação normativa, fiscalizadora e julgadora do

Estado pode até ser razoável e necessária, mas há de ser sempre subsidiária; de que a regra autônoma, bem como as soluções negociadas, deve ter primazia sobre a regra heterônoma; de que a legislação, que bem servia no passado, pode perder o vínculo socioeconômico que lhe dá sentido e tornar-se disfuncional; enfim, de que a norma legal existe para ser aplicada, e não por suas qualidades formais.

No plano político, no Brasil, deve-se destacar a existência de um novo governo, com uma nova mentalidade, guindado pelo voto popular, de um país que está aprendendo a decidir pelo exercício da democracia das urnas, da mídia e da participação política em todos os níveis. Esse novo governo, assim ungido pela esmagadora maioria da vontade popular, empalideceu as minorias vociferantes, conservadoras e de viúvas ideológicas e tornou possível a reforma constitucional em curso que antes parecia impossível.

No campo trabalhista, essa tendência não se revela somente no Executivo, com sua preocupação em formular projetos modernizantes, como também no Judi-

ciário, com a adoção de uma jurisprudência flexibilizadora na interpretação da extensa regulação existente.

Tudo isso veio a concorrer para a abertura de um novo diálogo social, com vistas a um novo contrato social. Como meio, obrigando os atores a se definirem com relação à natureza e às características da mudança, o que importa em firmar os princípios e discutir os preceitos propostos. Como objetivo, visando a uma maior participação e maior eqüidade na distribuição dos custos e benefícios envolvidos em todo e qualquer processo que se volte a modernização.

AS PREMISSAS DO NOVO CONTRATO SOCIAL

Em primeiro lugar, está a imprescindível legitimidade, sem a qual o modelo não seria democrático e se confundiria com aqueles impostos por autocracias ou por ideologias de plantão. Assim, como qualidade originária inafastável está a consensualidade de sua instituição.

Em seguida vem a autenticidade, enquanto referência cultural absolutamente necessária. Há de ser a cul-

tura brasileira, seu *ethos*, com suas qualidades e defeitos. Há de ser, por isso, um modelo elaborado por brasileiros conscientes das condições das relações sociais, econômicas e de trabalho no País e no mundo.

Em terceiro lugar, a isenção. Isso significa o repúdio dos preconceitos do passado, a respeito de qualquer dos atores das relações laborais: do preconceito contra o trabalhador, que o considera incapaz e infeliz; do preconceito contra o empregador, que o considera inescrupuloso e explorador; do preconceito contra a sociedade que a considera desorganizada, caótica e imbele, se confrontada com a decantada superioridade ética e funcional do Estado, quando não com a sua infalibilidade.

Quanto à forma, o modelo deve ser sintético, flexível e coerente. A qualidade da síntese, para contra-arrestar a plethora normativa que cria confusão, a falsa idéia de segurança e uma burocracia corporativa que acaba sendo parasita das relações de trabalho. Por isso, a premissa formal mais importante é reduzir a normatividade a um núcleo mínimo de garantias de obrigatoriedade observância.

A flexibilidade, enquanto capacidade funcional do modelo de adaptar-se às rápidas mudanças internas e externas e de enfrentar as crises de toda a sorte, passa a ser a garantia da estabilidade. Não mais estável por ser “pétreo”, mas estável por ser flexível. A qualidade de coerência deve estar presente, não apenas internamente, entre princípios e preceitos trabalhistas, mas também externamente, em relação aos regimes políticos e econômicos vigentes, de modo a produzir uma ordem jurídica valiosa por igual e inequívoca quanto a seus comandos.

Outra premissa básica é o reconhecimento do pluralismo das sociedades contemporâneas, o que as torna participativas em face do Estado, não só na aplicação das normas quanto na sua criação e imposição. A partir do pluralismo, definir-se-á o que deve permanecer com o Estado, por ser da essência de sua índole coercitiva, e o que deve ser devolvido ao indivíduo e à sociedade. O modelo deve ser, assim, privatizante, admitindo um mínimo de intervenção estatal na autonomia individual, na autonomia sindical, na autonomia coletiva, na autotutela e na solução dos conflitos.

Sob o ponto de vista funcional, o modelo deve abandonar a ética das intenções, que se justificava idealisticamente, para adotar a ética dos resultados, em que os institutos e os atos concretos devem se justificar pelas efetivas vantagens que tragam a todos os atores trabalhistas.

A modernidade, mais que uma premissa, retrata uma qualidade e uma direção; resulta de um compromisso de abertura às tendências históricas, por ser preferível errar experimentando que errar repetindo fracassos.

Finalmente, o modelo deve ser lícito, no seu mais pristino sentido, de moralmente justo. Isso completa o tripé de juridicidade, que tem na legalidade e na legitimidade seus dois outros referenciais.

Como remate dessas considerações e à guisa de reforço das premissas do modelo proposto, ousa-se adiantar uma avaliação pessoal sobre este momento, com toda sua exposta complexidade política, econômica, social e jurídica.

Estamos diante de uma tendência claramente mani-

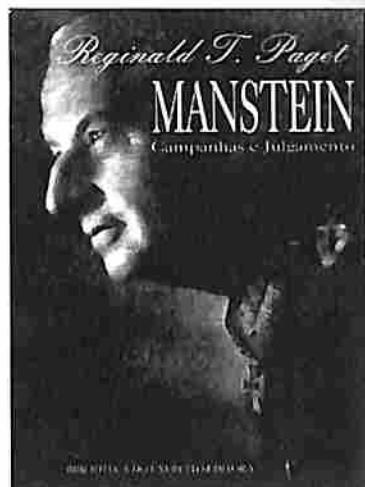
festada e em curso. Não mais de mera opção. Isso significa que vencer o desejo da modernidade nas relações de trabalho já deixou de ser um exercício alternativo, como tantas vezes foi no passado.

Hoje, uma reversão passadista das tendências em curso provocaria uma defasagem tão avassaladora que se refletiria sobre todas as instituições, comprometendo seriamente a vida política, a vida jurídica e o sistema produtivo do País. Por muito tempo. É um risco que não devemos, não podemos correr. ☐

Manstein Campanhas e Julgamento

Reginald T. Paget

Paget, através das alternativas do julgamento do Marechal-de-Campo Erich von Manstein, que faz preceder dos aspectos mais relevantes de sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial, convence o leitor, usando uma argumentação repassada de lógica admirável e contundente, sobre a farsa ostensivamente preparada como vindita de vencedores sobre vencidos.



Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: 0800-238365

Combate às atividades ilegais no Pantanal Mato-grossense

Nylson Reis Boiteux*

Fruto de sua vivência de sete anos como oficial de estado-maior da 9º Região Militar, o autor esboça uma organização para implementar as ações de combate contra atividades ilegais na região do Pantanal Mato-grossense.

É nosso dever proteger o maior patrimônio nacional, porque a Nação que destrói o seu solo, destrói a si mesma. Theodore Roosevelt.

O combate às atividades ilegais não só depende da ação enérgica dos órgãos específicos do Governo, tais como: IBAMA e Secretarias do Meio Ambiente, eis que tais órgãos atuam com poucos meios materiais e recursos insuficientes.

Precisamos, isto sim, coordenar todos os elementos interessados e envolvidos no problema nos três planos administrativos: federal, estadual e municipal. Sem essa medida e mais esforços na obtenção de fundos específicos, muito pouca coisa será obtida no combate às atividades ilegais e, por conseguinte, na preservação do Pantanal.

Muito embora já exista o Parque Nacional do Pantanal, medida que efetivamente representou um grande avanço na combinação da preservação dos recursos naturais dos mais lindos da Terra com o desenvolvimento regional, ainda estão acanhados os meios de defesa nele existentes.

Falar hoje em dia que a melhor proteção da natureza é deixá-la em paz, trata-se de conceito ultrapassado. É apenas teoria que não se combina com a realidade, pois ninguém pode negar a vocação natural do Pantanal para a criação de gado.

Além disso, é uma região de quase 230 mil quilômetros quadrados - do tamanho aproximado do Estado de São Paulo - e ali é possível desenvolver muito bem as duas culturas: a econômica, com os rebanhos, e a científico-cultural, além da turística, ideal a ser proporcionada com a criação do Parque Nacional do Pantanal recebendo todas as condições de proteção oficial.

A América do Norte, que enfrentou problemas graves no passado, atualmente pode apresentar a situação abaixo transcrita e cuja meta devemos também perseguir.

Se fizermos hoje o uso adequado de nossas florestas, seus recursos servirão para

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

as gerações futuras, disse James A. Crates, membro de uma equipe de seis mil integrantes do Serviço de Guardas Florestais dos Estados Unidos, cujas funções são: administração, proteção, melhoramento dos milhões de hectares de florestas nacionais e nos prados norte-americanos e a realização de pesquisa nas florestas e nos campos.

Cento e cinqüenta e cinco florestas nacionais norte-americanas abrangem aproximadamente 15% do total da área florestal do país, o que significa mais três vezes a extensão territorial da Nigéria. Quanto a Divisão de Silvicultura foi criada no Departamento de Agricultura dos EUA, em 1881, não existiam florestas preservadas, a salvo dos machados dos lenhadores. Em 1891, o Congresso aprovou a Lei da Reserva Florestal e, por volta de 1900, 18,6 milhões de hectares - um quarto da área da atual floresta nacional - foram preservadas sob os efeitos dessa lei.

O guarda-florestal, antes um vigilante severo que vivia uma vida dura nas matas, um policial que reprimia a ação dos lenhadores impedindo que devastassem as florestas, hoje ostenta grau



Patrulhamento ribeirinho ostensivo – Foto: Revista Exército Brasileiro.

universitário. Ele luta contra o fogo, inundações, desmoranamentos. É responsável não só pela proteção das florestas mas também por numerosas atribuições na permissão do uso das aguadas, da caça liberada, na produção de madeiras, no embelezamento, na recreação e no lazer para os cidadãos de hoje e de amanhã.

Algo que confunde o conservador Crates é a atitude de seus seis filhos que são *absolutamente contrários ao corte de qualquer tipo de árvore*. Esse excesso de zelo entre os jovens da nova geração tem-no levado

a visitar escolas como conferencista e até mesmo como reflorestador profissional.

Diz Crates: *Tenho que fazê-los entender que podemos cortar as árvores e replantá-las novamente se usarmos de boa técnica de administração. A floresta é uma riqueza renovável que poderá se esgotar somente por falta de cuidado ou métodos inadequados na derrubada de árvores.*

ESTRUTURA DE DEFESA

Uma área com as dimensões do Pantanal e, além do

mais, estando encravada nos dois Mato Grosso não pode ser administrada a não ser por Zonas sem preocupação de querelas bairrísticas, seja do Sul, seja do Norte.

A preservação de toda a flora e fauna mato-grossense e, em particular, a do Pantanal somente terá êxito com a pronta organização de um dispositivo de defesa enquadrando as Zonas idealizadas. O esquema abaixo exemplifica melhor a idéia.

Quanto ao Escalão Direção (1) poder-se-ia pensar na criação de 3 (três) subdelegacias que tivessem jurisdição, respectivamente, na Bacia do rio Paraguai, bacia essa que corta o Pantanal de norte a sul: Subdelegacia do Alto Paraguai, com sede em Cáceres; Subdelegacia do Médio Paraguai com sede em Co-

rumbá e Subdelegacia do Baixo Paraguai com sede em Porto Murtinho.

As jurisdições atribuídas às subdelegacias são as constantes do Anexo 1, incluso neste trabalho. Se possível, os limites entre esses órgãos deveriam apoiar-se em acidentes geográficos bem definidos ou, na falta desses, balizados por pontos ou acidentes característicos do terreno por forma a bem delimitar as responsabilidades funcionais e territoriais das subdelegacias. Problema a ser estudado posteriormente.

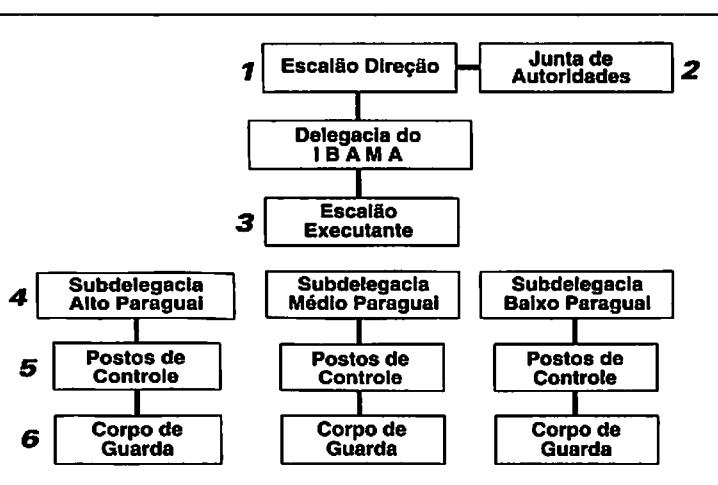
Como órgão de assessoramento e apoio ao Escalão Direção concebeu-se a Junta de Autoridades.

O Escalão Direção, além das funções normais desempenhadas pela Delegacia

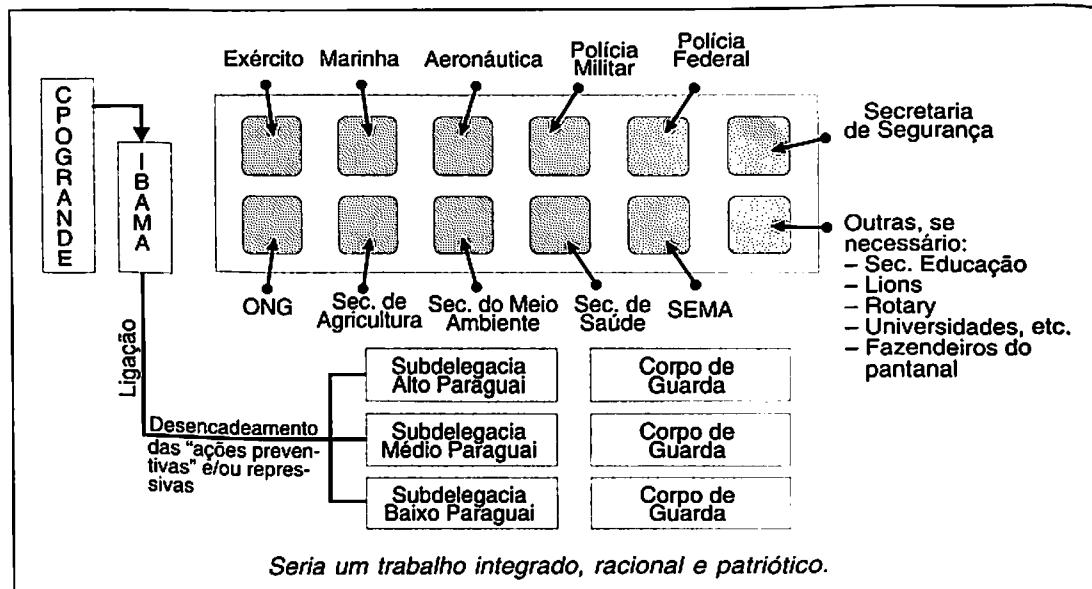
local do IBAMA, teria de início, e isso por se considerar a atual situação econômico-financeira do País, o apoio da Junta de Autoridades.

O que seria isso? Na realidade, um Centro de Operações Conjuntas (COC), onde tomariam assento, no *QG de Defesa*, todos os integrantes envolvidos, direta ou indiretamente, no problema. Assim, por exemplo:

A criação da Junta de Autoridades (2), por intermédio de seus representantes com delegação de competência bem definida, permitiria desde logo: reforçar enormemente a autoridade do IBAMA na área; desestimular, em parte, as ações clandestinas no Pantanal; às autoridades representadas, contribuir inegavelmente com considerável apoio de meios: viaturas, lanchas, homens, navios e aeronaves para o combate e repressão; a elaboração de Normas, Propostas, Projetos de Lei e de Planos de Operações para o emprego no Pantanal, enfim, um elemento “normativo” e “operativo”. Isso até que, no futuro, toda essa estrutura adquirisse personalidade própria com meios e homens que fosse inquestionavelmente o Dispositivo de De-



COMBATE ÀS ATIVIDADES ILEGAIS NO PANTANAL MATO-GROSSENSE



fesa mais adequado para a Área em estudo.

O funcionamento de todo esse COC se equivale, na prática, a um verdadeiro estado-maior, localizado em bom espaço físico em Campo Grande e dotado de modernos e eficientes meios de comunicação, particularmente entre a Delegacia, as Subdelegacias e o Corpo de Guardas, como veremos adiante, na apreciação do *Escalão Executante*.

Os elementos administrativos poderiam inicialmente reforçar o IBAMA, mediante requisição de funcionários, até que, no futuro, os quadros se ampliassem com recursos próprios o que seria o ideal.

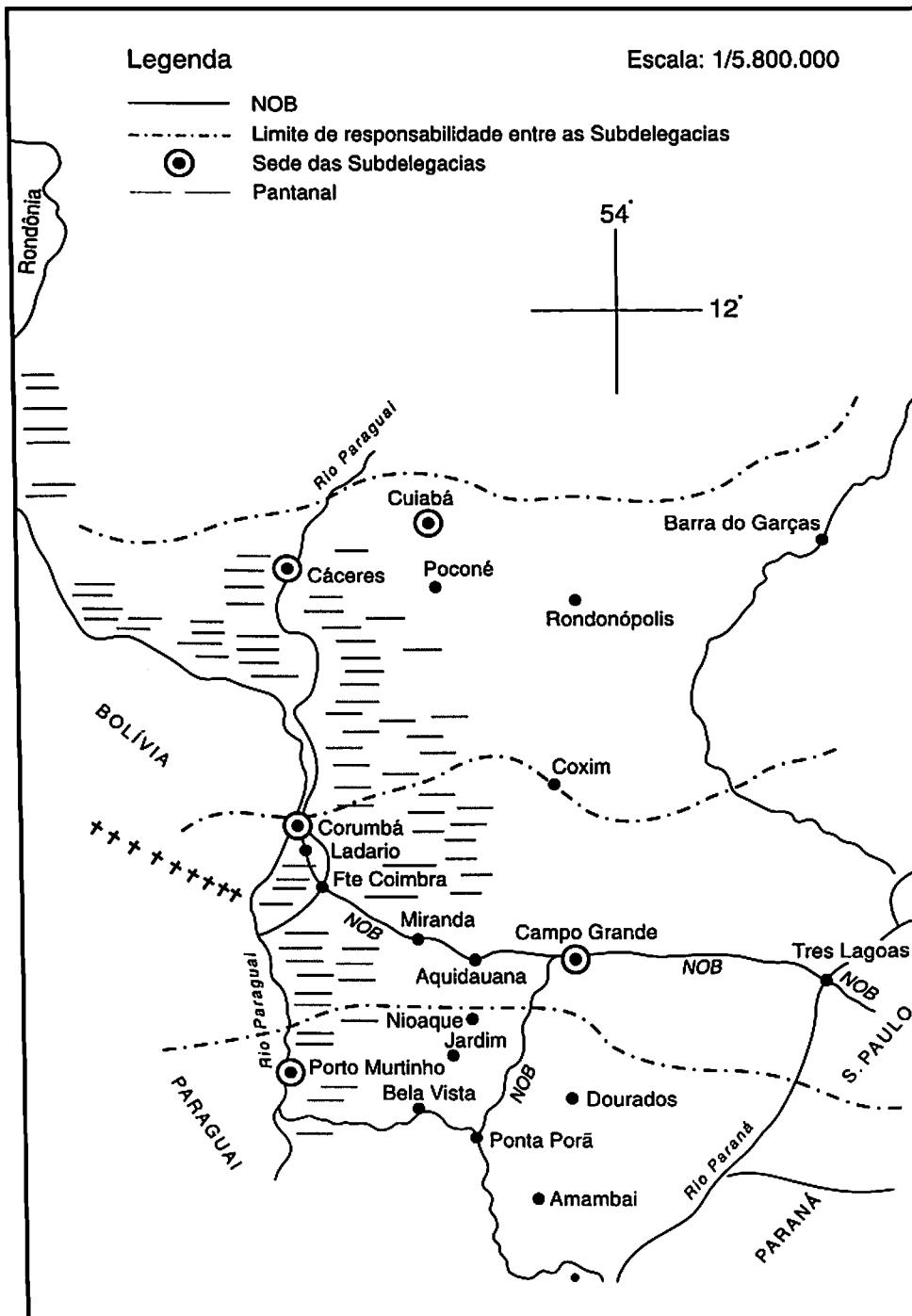
Quanto ao Escalão Executante (3), comportaria, sob o ponto de vista administrativo, a criação inicial de 3 (três) Subdelegacias para a divisão do Pantanal conforme já ficou linhas acima assinalado, considerando a sua grande dimensão territorial. Tal dispositivo proposto seria dotado inicialmente de um pequeno Corpo de Guardas Florestais os quais seriam distribuídos em pontos-chaves das Subdelegacias, conforme decisão conjunta do IBAMA assessorado pela Junta de Autoridades onde se exercearia certo controle ambiental e fiscalizador.

Esse Corpo de Guardas (6) da ordem de 20 homens, selecionados e instruídos,

perfeitamente aparelhados, inclusive com meios de locomoção fluviais, animais, viaturas e meios de comunicação e, numa fase mais adiantada, aéreos (helicópteros), com recursos financeiros (obtidos pela criação de Fundos Especiais) e apoio integral de todas as autoridades, particularmente das militares, teria por missão a vigilância, o combate ao caçador profissional e, sobretudo, zelar pela salvaguarda da flora e fauna.

Uma parte do Corpo seria fixa e a outra teria mobilidade necessária, de forma a poder atingir, mesmo precariamente no início, os inúmeros povoados e fazendas disseminados pelo Pantanal.

ANEXO 1 – Áreas das Subdelegacias



COMBATE ÀS ATIVIDADES ILEGAIS NO PANTANAL MATO-GROSSENSE

Tal organização poderia ter, e seria mesmo desejável, possuir enquadramento e instrução páramilitar. O Exército possui em Manaus - AM, um centro específico para a instrução militar e sobrevivência na selva (CIGS), onde, mediante convênio, se formariam os Guardas Florestais. Estágios posteriores na própria área de atuação, sob a supervisão dos técnicos especializados (IBAMA, SEMA, Secretaria de Agricultura) completariam a formação do homem.

Com essa estrutura, certamente, poder-se-ia melhorar de forma considerável a defesa da região.

Todo o aparelhamento de defesa projetado teria, necessariamente, que se valer de convênios e de recursos, sejam nacionais, sejam estrangeiros.

RECURSOS

A providência mais imediata é fazer um levantamento das necessidades materiais e de pessoal. A aquisição de barcos para a vigilância dos rios, veículos para a fiscalização em todas as áreas e contratar mais guardas para o serviço em novos postos. Isto, bem se sabe, depende de recursos pois temos que,

evidentemente, considerar a situação econômica do País.

A obtenção de fundos não é fácil, bem se sabe. Porém, considerando a situação singular do Pantanal poder-se-ia envidar todos os esforços e sensibilizar as áreas específicas no sentido de se prover de fundos oriundos de: leis especiais do Congresso Nacional; agências internacionais e nacionais especializadas, tais como o World Fund - USA, o World Wildlife Fund - USA e o World Wildlife Fund - 1196 Gland Switzerland; dotações orçamentárias aumentadas (IBAMA e Secretarias do Meio Ambiente, etc.) e doações.

Em síntese, necessitamos de reaparelhamento de defesa da fauna e da flora, preenchimento desse sistema com quadros capazes, e obtenção de recursos suficientes e intercâmbio constante com as agências especializadas.

MOBILIZAÇÃO POPULAR E ESTUDANTIL

Uma cooperação eficiente, se motivada, seria captada na esfera das sociedades conservacionistas, pelos Clubes de Serviço (Rotary, Lions). Igreja, Universidades, Escolas, Projeto Solidarieda-

de, orientando-os no sentido de promoverem campanhas de esclarecimento junto ao público, com fixação de placas, conselhos, instruções, pequenos cursos educativos, conferências, divulgações, filmes de curta metragem, slides, telefilmes, tudo de forma a desenvolver no homem a mentalidade favorável ao seu próprio interesse.

Seria trabalho a ser desenvolvido desde já, do curso primário ao superior. Precisamos plantar para as gerações futuras, visando à vigilância das florestas de preservação permanente, à fiscalização dos reflorestamentos obrigatórios de pessoas físicas e jurídicas, à prevenção e combate aos incêndios, à salvaguarda da fauna indígena, ao cumprimento da proibição da caça amadorística e à divulgação do texto do Código Florestal em todos os setores do Estado. Seria ação educativa e perseverante, enérgica e constante.

Na América, temos quem nos aponte esse proceder, pois nenhum outro povo melhor do que o do Norte se compenetrou do dever imposto às sucessivas gerações, de transmitir aos seus herdeiros as riquezas naturais que lhes foram legadas pelos seus maiores.

Tomar para norma tal exemplo é seguir um caminho útil, que nos levará à prosperidade e à benemerência dos pôsteros. Por felicidade nossa, em certas escolas, particularmente públicas, devido ao interesse de certos professores, com a

mens os vigilantes salvaguardas de nossa flora e, por conseguinte, da preservação de nossa fauna, cuidando com empenho de nossos recursos naturais para evitar a ação predatória e a ganância dos aproveitadores, quer seja pelo lucro, pelo fogo, pelo

Mato Grosso, se reunidos, apenas menor que o Estado do Amazonas.

Compara-se essa imensa vastidão ao conjunto Texas, Oklahoma, Kansas e Nebraska. Possui 1.166km de fronteira com a Bolívia e 1.331km com o Paraguai. Limita-se ainda essa grande unidade geográfica com cinco estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Amazonas e Rondônia.

A região do Pantanal dissocia a área sul do estado da área norte. Além disso, por comportar limites com a Bolívia, onde largo trecho ainda não está totalmente demarcado, há necessidade de que seja encarado o problema da vigilância e da guarda de fronteira, em particular a cavaleiro das principais vias de acesso existentes na região. O Pantanal é o campo ideal para guardas florestais leves, rápidos, destemidos e com alto sentido de mobilidade e agressividade contra o *courreiro*, o *contrabandista*, o *caçador clandestino*. Por outro lado, eles devem inspirar, às populações civis, aquele sentimento de segurança e de simpatia, apoiá-las e salvaguardá-las. Devem ter grande espírito de iniciativa, ser resistentes, bem treinados, adaptados ao terreno de Mato



Lancha pesada Taquari, navegando no Rio Paraguai – Foto: Revista Verde-Oliva, Nº 153.

criação de centros agrícolas vai-se despertando, entre os alunos, o gosto não só pela floricultura, que é o início de bem querer a terra, como para o cultivo de legumes e, daí, para a silvicultura. São essas escolas, assim dirigidas, merecedoras de prêmios e aplausos por serem, antes de tudo, centros de futuros agrônomo, técnicos rurais, engenheiros florestais em prol do levantamento do nosso Brasil, dai para a Escola Superior, um passo. A mentalidade já está plasmada e só prosseguir. Serão esses ho-

machado, pelos meios mecânicos, elétricos e, até mesmo, pelo crime contra a natureza de forma indiscriminada.

POR UMA ESTRUTURA DE DEFESA – Funcionamento

Operações

Numa área de 1.231.549 km², com uma extensão Norte-Sul de 1.854km e Leste-Oeste de 1.241km (na sua parte mais larga) e uma superfície que compreende a 14,81% do Brasil, são os dois

Grosso, à ação em quadro selvagem e desumano onde não falta também o aspecto de numerosas doenças tropicais, sem levar em consideração a atuação constante dos *contrabandistas* e *courreiros*. Nessas extensões imensas, os efetivos se diluirão extremamente e as ligações e informações terão papel preponderante para o controle, coordenação e ação nas respectivas áreas de atuação.

A vegetação facilita as ações dos aventureiros e dificultará às dos guardas florestais. Delicado e difícil é o apoio, particularmente o administrativo (comida, ração, combustível, suprimento etc.).

Os caminhos naturais de penetração dificultam consideravelmente os movimentos. As operações serão descentralizadas, em princípio. As ações de envergadura deverão ser cuidadosamente planejadas no COC e desencadeadas nas áreas das subdelegacias correspondentes. Economia de meios e ação de surpresa são fundamentais.

Na maioria das situações, o possível inimigo não terá capacidade física de construir frentes contínuas solidamente organizadas; as resistências normalmente se concentrarão em regiões importan-

tes, de onde se pode controlar determinada área, particularmente nos eixos dos principais caminhamentos, algumas localidades e vias de transporte.

Nessa manobra, em que a mobilidade das tropas e a rapidez das reservas é primordial, os elementos emprenhados pelo COC desempenharão papel importante se a sua organização permitir alta mobilidade e fluidez, reforçando ou atuando em apoio ao Corpo de Guardas.

Comunicações

Uma visualização do Sistema de Comunicações é proposto no Anexo 2.

Preocupação especial para o problema de manutenção do equipamento eletrônico deve receber continuada atenção.

O Corpo de Guardas necessita de rádios portáteis ou ultraportáteis, facilmente transportados à mão (*walk-talkie*) ou às costas dos operadores, com suficiente alcance operacional e direcional para entrar em rede diretamente com a cadeia e ou sistema que controla a operação ou, pelo menos, de celulares eficientes.

Os mensageiros deverão ser raramente utilizados, mas poderão ser intensivamente empregados entre as frações

como força de infiltração entre os *indesejáveis* da área, particularmente para colher informações. Os índios aldeados e amigos seriam de grande utilidade nessas missões.

Apoio Aéreo

O apoio aéreo seria caracterizado pelo largo emprego de helicópteros para pequenas distâncias e pelo emprego do *Buffalo C-115* para transporte a longa distância.

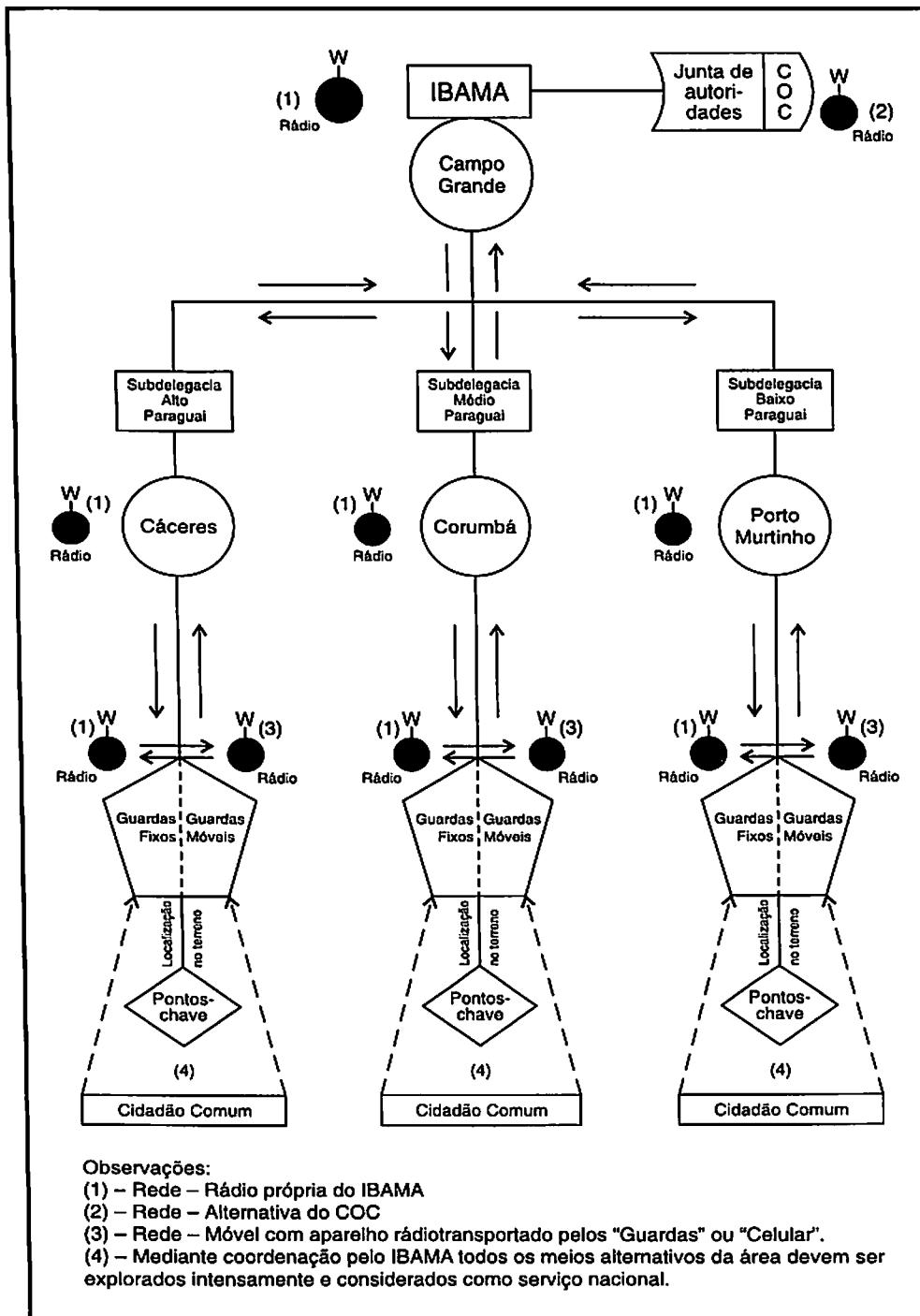
Poder-se-ia pensar em *chatas-base* para helicópteros na rede fluvial. Problemas para a Marinha opinar, seria de emprego valiosíssimo, se viável.

Suprimentos

O cardápio deve constituir-se basicamente de itens de alimentação regional, com aproveitamento ao máximo dos recursos locais.

O clima quente obrigará grande consumo d'água potável. Esta, nem sempre estará facilmente disponível, (poluição dos rios pelo garimpo, particularmente do mercúrio), exigindo tratamento para ser consumida. O levantamento e a análise prévia das aguadas impõe-se como condições imprescindíveis para a manutenção da saúde do

ANEXO 2 – Visualização do Sistema de Comunicações do Pantanal



Observações:

(1) – Rede – Rádio própria do IBAMA

(2) – Rede – Alternativa do COC

(3) – Rede – Móvel com aparelho rádiotransportado pelos "Guardas" ou "Celular".

(4) – Mediante coordenação pelo IBAMA todos os meios alternativos da área devem ser explorados intensamente e considerados como serviço nacional.

pessoal do Corpo de Guardas. O problema do equipamento e do tratamento são aspectos críticos.

Haverá necessidade de se dispor de suprimento de água potável, seja para consumo dos homens seja para atender a situação de emergência, quando os recursos hídricos estiverem contaminados.

Haverá igualmente necessidade de adaptação tanto do fardamento quanto do equipamento, que deverão ter características próprias quanto a cor, forma, pano etc.

O material de estacionamento deverá ser ventilado, com mosquiteiros e com redes.

O suprimento e o armazenamento da munição exige esforço e atenção constantes. A munição deve ser cuidadosamente armazenada para protegê-la da umidade, evitando-lhe a rápida deterioração.

No que se refere ao combustível e lubrificantes, deverão ser usados processos especiais de suprimento, particularmente o lançamento aéreo.

Saúde

A evacuação de doentes e feridos poderá ser feita por terra ou por via fluvial. Nos casos em que a rapidez de evacuação ou a intranspor-

tabilidade do paciente for imperiosa, usar-se-á o avião ou o helicóptero.

Todos os envolvidos em atividades no terreno deverão receber grupo de vacinas indicados pelas autoridades sanitárias.

Haverá necessidade de se manter permanentemente um estoque de soro antiofídico com os próprios homens e na sede das subdelegacias. A finalidade é óbvia. No material individual não deve faltar uma caixa de primeiros socorros.

Transporte

Se possível, será o motorizado. Mas haverá ocasiões como, por exemplo, de grande pluviosidade, que o tornará impraticável.

O meio básico será o próprio homem. Todavia, o emprego de animais tornar-se-á bastante comum. O cavalo pantaneiro seria de utilização eficiente. Deve-se prever a utilização do animal (selo, tração e carga), como valioso auxiliar nas operações e no apoio administrativo.

Haverá grande utilização de botes de borracha infláveis e embarcações ligeiras, devendo-se evitar, sempre que possível, o uso de equipamentos pesados.

Informações

É importante a formação de guias nativos, pelo aproveitamento de índios naturais da área e já aldeados. A finalidade é óbvia. Serviriam também como agentes de informação, infiltrados ou não junto aos contrabandistas, coureiros e caçadores clandestinos.

CONCLUSÃO

Ao longo do presente ensaio, procurou-se ressaltar que a presente forma pela qual as autoridades defendem o Pantanal (caso a mesma funcione efetivamente como sistema), já não vem respondendo às crescentes exigências da segurança e do desenvolvimento dessa importante área mato-grossense, assim como não corresponde às necessidades de preservação de sua fauna e de sua flora.

Do ponto de vista ecológico, face à rapidez com que se vem processando a devastação criminosa e indiscriminada do meioambiente o problema é prioritário e urgente. Não somente há o envolvimento de nacionais mas até mesmo extravasa para o quadro internacional, em face da característica e da

extensão da região fronteiriça com a Bolívia e o Paraguai, por onde se verificam freqüentes infiltrações de contrabandistas, coureiros e caçadores profissionais, os quais utilizando conhecimentos clandestinos penetram no território nacional por vastas regiões praticamente despovoadas. Tudo isso agrava o problema e compromete a própria Segurança Nacional.

O atual dispositivo é inadequado para o combate efetivo às nações ilegais e para a defesa da região.

A precariedade de recursos, as distâncias imensas e os poucos efetivos empenhados nas missões estão a exigir a

montagem de um dispositivo atualizado pronto a responder rapidamente ao primeiro indício de violação no Pantanal. E isso será fruto de um sistema de informações, operações e comunicações bem estruturado, bem explorado e em funcionamento permanente. Exige, também, a localização equilibrada do pessoal encarregado das tarefas específicas e de meios de transporte rápidos e eficientes para se obter a pronta resposta desejada.

É preciso pensar-se, também, na reformulação de leis, normas, portarias etc. que regulam o uso do Pantanal. Somente agindo dessa forma

poderemos com a consciência tranquila, cumprir o dever de cuidar e de preparar o meio para as gerações futuras.

Vale lembrar que, se a maioria dos homens públicos do passado, mais atentos aos seus interesses particulares e políticos do que aos da Nação, tivesse posto em prática alguma das providências que ao longo do tempo os patriotas e estudiosos vêm sugerindo, não fariam pesar sobre a geração atual e, até mesmo, a futura as soluções de muitos problemas vitais que dizem respeito ao nosso progresso material, social e moral. ☐

Seiscentas Léguas a Pé

Acyr Vaz Guimarães

Baseada em extensa e rigorosa pesquisa desenvolvida com abundância e precisão de dados fornecidos por Acyr Vaz Guimarães sobre a Campanha do Apa, a obra, com certeza, preencherá muitas lacunas nos conhecimentos dos estudiosos da Guerra do Paraguai. Em linguagem simples e envolvente, a crueza da guerra, a fome, a peste, tudo é retratado sem exceção, sobressaindo sempre o homem.

Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIED

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: 0800-238365

Castigo ou Redenção?

Marco Antonio Cunha*

O artigo aprecia a presença do negro no Exército Brasileiro, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança.

AGuerra do Paraguai marcou profundamente a história política do nosso País no final do século XIX. Os reflexos sociais e políticos dela resultantes foram decisivos para que algumas instituições deixassem de existir ou ganhassem relevância após o seu término. Repercuíram significativamente na aceleração do movimento abolicionista, principal fato gerador da falência do Estado Imperial Brasileiro e nas transformações que se fizeram sentir na estrutura e no pensamento norteador do Exército a partir de então.

Foi sob a égide de um Estado Imperial cujas estruturas tradicionais de produção estavam fundamentadas na exploração do negro e na grande propriedade rural,

que o Exército sentiu pesar sobre seus ombros a responsabilidade de recrutar grandes contingentes em todos os cantos do território nacional, para fazer face às forças de Solano López, na campanha da Tríplice Aliança. Com seus efetivos dramaticamente baixos, foi necessária uma imensa campanha de recrutamento, sem distinção de cor ou condição social, para formar os batalhões de *Voluntários da Pátria*.

Sendo mão-de-obra responsável pelas principais fontes de recurso do Estado e, portanto, imprescindível ao bom funcionamento do sistema econômico do Império, a inclusão do negro no rol dos mobilizáveis para integrar o Exército na luta contra o Paraguai gerou profundos antagonismos entre as necessidades imediatas do

Governo e a estrutura rigidamente hierarquizada, baseada no trabalho escravo.

Ao estudarmos as relações do negro com o estamento militar por ocasião daquele conflito, buscamos resgatar uma parcela da história humana do Exército de Osório e de Caxias e avaliar em que medida o recrutamento e a incorporação dos excluídos às fileiras do Exército, naquela oportunidade, poderiam ser interpretados como castigo, como desejam alguns autores, ou vistos como refúgio natural para quem buscava solidariedade e companheirismo.

O CORPO MILITAR ANTES DA GUERRA

Em todos os conflitos anteriores em que o Império esteve envolvido na região

* Coronel de Infantaria.

platina, destacou-se a presença da Guarda Nacional nos efetivos empregados, isto é, as forças eram provenientes da própria organização militar local. As tropas regulares enviadas da metrópole apenas reforçavam a estrutura existente com pessoal e material. Os oficiais superiores do Exército, eventualmente, desempenhavam funções de comando nas operações.

As Guardas Nacionais foram criadas para defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e das costas. (Art. 1º)

Observadas politicamente, as Guardas Nacionais representavam a elite escravista em armas e a garantia da centralização do poder nas mãos do Estado, através da concessão de privilégios aos segmentos proprietários, numa manifestação incontestável de manutenção do Pacto Colonial. Qualquer mudança nas relações de produção, provocaria a queda do sistema e, em consequência, a falência do Estado Imperial.

O Exército, por sua vez, após um período de descrédito, particularmente no Primeiro Reinado, quando D. Pedro I chegou a mobiliá-lo com mercenários, ajudou a inaugurar, a partir de 1850, um período de paz interna e de expansão econômica após as vitórias, dentre outras, contra Balaio, no Maranhão (1840), e os Farroupilhas, no sul (1845), que destacaram a figura de Caxias.

Um decreto, de 06.09.1850, revolucionou a estrutura do corpo de oficiais, instituindo normas rígidas de promoção por antigüidade, abolindo o sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade. Como consequência dessa lei, o corpo de oficiais deixou de ser uma força privilegiada tradicional, para transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional. Para justificar tais assertivas, John Schulz destacou três fatores: o declínio da elite dentro do generalato, a padronização da carreira e o declínio da participação de militares no Parlamento durante os últimos anos do Império.

Por ocasião das mudanças implantadas, os oficiais mais jovens e instruídos podiam ser considerados como inte-

grantes de um grupo de oposição. Acreditavam que os atrasos e as injustiças da sociedade escravista não poderiam ser eliminados dentro do sistema político corrupto do Império. Os jovens idealistas, contudo, estavam sozinhos. A grande maioria da classe política, constituída de fazendeiros e advogados, opunha-se a quaisquer modificações que pudessem ameaçar o sistema e a ordem vigente.

Dois fatos de capital importância estimularam a hostilidade dos oficiais subalternos contra a elite escravista: a campanha do Paraguai e o Movimento Abolicionista. Os políticos não estavam dispostos a mandar seus filhos para a frente de combate e se aproveitaram das verbas de guerra para vender seus escravos acima dos preços de mercado. O que sobrou de tais recursos serviu para enriquecer fornecedores de alimentos. Nos campos de batalha, o Brasil pôde contar, efetivamente, com os oficiais, os ex-escravos e os Corpos de Voluntários.

A FORMAÇÃO DOS CONTINGENTES

Ao eclodir a Guerra do Paraguai, o Governo Impe-

rial estava despreparado em homens e materiais. Não contava com reservas instruídas, em condições de pronto emprego, porquanto não havia serviço militar obrigatório. No período que antecederá o conflito, o valor da força de paz fixado pelo Parlamento era de 14.000 homens. Era difícil encontrar voluntários. A alternativa era o recrutamento forçado, já que os baixos salários, as punições com açoite e as abomináveis condições de vida, faziam do Exército uma opção pouco atraente, até para as classes menos favorecidas.

Solano López, presidente do Paraguai, dispunha, segundo o jornal *Anglo-Brazilian Times* de 08.08.1865, de 100.000 homens em um Exército, bem organizado.

Muito embora haja controvérsias sobre o efetivo paraguaio, o brasileiro era bem menor, o que levou o Governo Imperial a criar, pelo Decreto 3.371, de 07.01.1865, os Corpos Voluntários da Pátria, formados por todos os maiores de 18 e menores de 50 anos que se apresentassem espontaneamente para o serviço militar.

A Lei nº 602, de 19.09.1850, que reorganizou a Guarda Nacional, previa o forneci-

mento de Corpos Destacados, para defesa das praias, fronteiras e costas do Império, como Força Auxiliar do Exército de Linha. Fundamentado naquele instrumento legal, o Governo, em Lei nº 3383, de 21.01.1865, convocou 14.796 guardas nacionais para o serviço destacado. Como esse efetivo fosse insuficiente, novo contingente de guardas nacionais dos diferentes corpos foi destacado para participar do esforço de guerra. Tais contingentes prestaram relevantes serviços à Nação, seja pelo preenchimento dos claros existentes, seja como integrantes dos Corpos de Voluntários da Pátria.

Foram muitos, contudo, os óbices para a obtenção das cotas de voluntários para atender ao esforço de guerra. Os índices de deserção eram elevados, muito embora a maioria dos que chegaram à linha de frente tenha participado bravamente dos combates. Os indivíduos que pertenciam às classes mais pobres fugiam do serviço militar, escondendo-se no interior; os que dispunham de mais recursos, compravam escravos para substituí-los, subornavam recrutadores ou va-

liam-se de qualquer outro expediente ilícito que lhes permitisse livrar-se da luta.

No Rio de Janeiro, qualquer brasileiro com idade mínima e saúde regular podia ser detido e obrigado a assentar praça no Exército ou na Armada. Simples escravos trabalhando nas ruas para seus senhores, podiam ser arbitrariamente recrutados.

O esforço de mobilização nacional em decorrência de guerra, que o Estado buscava legitimar pela obtenção de apoio de todas as camadas da sociedade, com vistas à organização do Exército, trouxe às claras os laços e contradições que uniam e opunham senhores, cidadãos, despossuídos, e escravos na civilização do Império.

Tem sido objeto de discussão o caráter coercitivo da mobilização e recrutamento de soldados para a guerra. O fato é que, nas condições da época, o engajamento forçado de indivíduos das camadas populares, prática há muito consagrada, era a forma usual de abastecer um exército com material humano. Isso não ocorria somente no Brasil, mas em quase todos os países.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL

Pela necessidade de complementação das forças nacionais nas operações de guerra, o governo de Zácarias de Góes e Vasconcelos, por intermédio do Decreto 3725 A, de 06.11.1866, libertou os escravos da Nação que estivessem em condições de servir ao Exército, estendendo o benefício às mulheres daqueles que fossem casados. Discursando ao Conselho de Estado, em 1867, o Conselheiro José Tomáz de Araújo propôs a alforria de escravos para a prestação de serviço ao Exército. Enfatizou que a desvantagem numérica das forças brasileiras levava o povo ao desânimo e impunha ao Império medidas urgentes para salvar a dignidade nacional. Para reforçar o Exército e torná-lo capaz de empreender as operações necessárias contra Solano López, havia duas alternativas: o engajamento de estrangeiros ou a libertação de escravos. A primeira alternativa, segundo Nabuco, além de morosa e impopular, punha em risco a disciplina e a fidelidade, estando ainda sujeita a questões diplomáticas, devi-

do ao princípio da neutralidade. Na opinião do conselheiro, a emancipação dos escravos, principalmente os das capitais, afastaria o perigo que as aglomerações de excluídos representavam para a ordem pública. A na-

Nas condições da época, o engajamento forçado de indivíduos das camadas populares, prática há muito consagrada, era a forma usual de abastecer um exército com material humano. Isso não ocorria somente no Brasil, mas em quase todos os países.

ção passaria a contar, então, com homens livres que, antes de serem soldados, seriam cidadãos, condição essa garantida pela Constituição de 1824 e, que sentir-se-iam honrados em defender a Pátria que os teria libertado e à qual passariam a pertencer. Poderia contar com soldados devotados pelo reconhecimento da liberdade, disciplinados pelo seu hábito de obedecer. Schulz nos diz que, segundo o Times de 23.06.1869, nada menos do que 7.979 escravos foram libertados durante a

guerra para serem usados como substitutos de voluntários.

Um projeto para reforma da lei de recrutamento militar foi apresentado, em 1867, por uma comissão da Câmara de Deputados. Reformadores civis e militares desejavam um Exército de homens livres e não de escravos. Joaquim Manoel de Macedo, deputado e escritor, condenava a prática da compra de substitutos. A necessidade do aumento do efetivo de soldados para o Exército fez com que a abolição da escravatura fosse encarada como uma questão política durante a guerra.

AS FORMAS DE ARREGIMENTAÇÃO DO NEGRO

O grande contingente de negros que reforçou as forças brasileiras na campanha da Tríplice Aliança, foi arregimentado não somente como efeito do Decreto 3725 A, de 06.11.1866, mas também porque muitos senhores que ambicionavam projeção pessoal, enviavam escravos para a linha de frente, contando obter, com isso, o reconhecimento do Império, por sua partici-

CASTIGO OU REDENÇÃO?

pação no esforço de guerra. Outros ofereciam escravos para substituí-lo ou a um seu parente, no serviço militar. Joaquim Manoel Macedo acreditava que muitos brasileiros não se alistavam voluntariamente, por considerar que somente os pobres lutavam. O empenho dos cidadãos mais prósperos em escapar das fileiras do Exército, chegou a provocar a acusação do *Anglo-Brazilian Times* de que a elite, em geral, e os funcionários públicos, em particular, eram preguiçosos e sem patriotismo.

Durante a guerra, muitos escravos foram emancipados por seus senhores.

A promessa de alforria dos escravos engajados na guerra transformou os quartéis em ponto final das rotas de cativos que fugiam das fazendas do interior.

Os *capoeiras*, compunham grupos de negros ou homens pobres de todas as origens, que portavam facas ou navalhas e eram temidos por serem hábeis confeccionadores de golpes de corpo em brigas de rua. Junto com rameiras, prostitutas, vagabundos, estivadores, malandros, boêmios e policiais, os capoeiras faziam parte da fauna das ruas dos tempos

da Corte que assustava as camadas médias, e também a elite dirigente, no Rio de Janeiro do século XIX. Perseguidos pelo aparato policial, eram presença frequente nas páginas do crime, nos jornais da época.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, o governo da então província fez seguir bom número de capoeiras muitos por livre e espontânea vontade, outros, voluntariamente constrangidos. Figuras lendárias da copoeiragem carioca, como Manduca da Praia, foram obrigados a andar pelas ruas cercados de guardacostas, para se protegerem das truculentas patrulhas de recrutadores.

Integrando o 31º Corpo de Voluntários da Pátria, esse segmento marginal do Rio de Janeiro teve atuação destacada em importantes combates, principalmente nos assaltos a baioneta.

Sintomaticamente, nos registros do xadrez da Polícia da Corte deixaram de constar, entre 1866 e 1871, a prisão por capoeiragem.

ALGUNS NÚMEROS DA MOBILIZAÇÃO

Do efetivo de combatentes mobilizados para a cam-

panha contra López, destacam-se as contribuições das províncias do Rio Grande do Sul (33.803) com 27,46%, da Bahia (15.197) com 12,34% e da Corte (11.461) com 9,31%. De um total de 123.150 homens, somente 8.489, isto é, 6,89%, estão enquadrados na categoria *Recrutamento e Libertos*, segundo classificação do General Paulo de Queiroz Duarte.

No relatório do Ministro da Guerra de 1868, encontram-se dados incompletos (por conta de uma nota dizendo que muitas províncias ainda não haviam fornecido informações recentes) sobre o número de libertos alistados até abril daquele ano. Segundo tais dados, os escravos da Nação, africanos entrados no país após a proibição de 1850 e que estavam sob os cuidados do Governo Imperial, representavam 7,38% do conjunto. Verifica-se que a grande maioria de libertos estava relacionada em *Conta do Governo* (46,34%). Sob esse título estavam os escravos que haviam custado alguma importância ao Governo. Em segundo lugar figuravam os *Substitutos* (22,81%), que haviam sido mandados no lugar de seus donos ou parentes destes, possivelmente

por intermédio das Guardas Nacionais, seguiam-se os *Gratuitos*, cedidos espontaneamente por seus donos como ato patriótico. Em percentuais menores estavam os escravos da Casa Imperial (1,71%) e os dos Conventos (2,44%), que eram doações particulares daquelas entidades.

O NEGRO E O EXÉRCITO NA CAMPANHA DO PARAGUAI

As relações do Exército Brasileiro com o negro, remontam ao século XVII, quando ele ainda não estava formalmente organizado. A luta contra os holandeses em Pernambuco iria exigir provas admiráveis da bravura e do heroísmo dos combatentes brasileiros, entre os quais se destacaram os negros do regimento comandado por Henrique Dias. O símbolo do soldado negro na luta contra os holandeses foi Henrique Dias, que recebeu, do Rei de Portugal, o grau de cavaleiro da *Ordem de Cristo*, o posto de *mestre-de-campo* e o título de *moço fidalgo* e a nomeação de *cabo e governador dos crioulos, negros e mulatos*, com soldo de 40 cruzados. Sobre a sua bra-

vura na guerra é preciso dizer-se que vinha, como brasileiro, do seu amor à terra de nascimento e do seu apego em defendê-la contra o invasor, a despeito e acima das vacilações e transigência do colonizador português.

O Corpo de Lanceiros Negros, criado em Pelotas, em 1836, se constituiu em tropa de choque do Exército Farrapo. Era integrado por ex-escravos, habilíssimos nas lidas pecuárias, e tiveram papel de relevo na defesa da *República Rio-Grandense*.

Pacificado o Rio Grande do Sul, Caxias, ainda Barão, ao assinar a *Paz de Poncho Verde*, revelou-se um pioneiro abolicionista, assegurando a liberdade dos valorosos lanceiros negros, ao declarar na cláusula 4:

São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à Revolução. Em expediente de 23.06.1857, o Ajudante Geral do Exército encaminhou ao Ministro da Guerra uma relação nominal de 12 libertos vindos do Rio Grande do Sul, depois de pacificada essa província, empregados no serviço dos corpos e repartições militares.

A campanha da Tríplice Aliança teve que mobilizar contingentes de todas as

províncias do Império sem qualquer discriminação de raças, havendo, quanto aos negros, a declaração oficial de alforria, como era da tradição militar. Eles passavam, como os brancos, à condição de soldados combatentes.

A alforria de negros para servir ao Exército como soldado, não era uma medida adotada somente por ocasião do conflito com o Paraguai. Um exemplo disso está em um comunicado da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Público, datado de 12 de abril de 1825, *para seu conhecimento e expedição de ordens precisas à Junta da Fazenda da Província da Bahia a fim de que, por determinação de S.M. O Imperador, fosse dado a um reclamante da praça da Bahia, o justo valor de um escravo de sua propriedade, que se encontrava servindo no Batalhão de Artilharia de Posição. A justificativa apresentada pelo Secretário da Guerra era que não é de justiça que volte ao cativeiro semelhante indivíduo, mas antes deve continuar no Serviço Militar.*

CASTIGO OU REDENÇÃO?

Apesar da modernização que vinha sendo processada em sua estrutura desde 1850, o Exército, por ocasião da luta contra o Paraguai, vivenciava contradições internas. Sua formação, marcada por traços fortes de cidadania, dada a participação de todas as classes sociais, não se compatibilizava com a natureza escravista da sociedade imperial e seus padrões de hierarquia nobiliárquico-monárquicos.

Os critérios vigentes de premiação e castigo, impregnados de valores ultrapassados e preconceituosos, eram aplicados igualmente a todos os soldados, sem distinção de cor.

Os capoeiras, execrados pela ordem policial no Rio de Janeiro, puderam empregar com eficiência suas habilidades, na prestação de serviço de alta relevância no campo de batalha.

Terminada a guerra, os escravos que haviam fugido de sua situação servil para o serviço do Exército, foram considerados livres. Os senhores que tentaram recapturar seus escravos, quando estes retornaram dos campos de batalha, viram-se às voltas com as autoridades.

Um aviso do Ministério da Justiça, datado de 09.02.1870,

declarava que um indivíduo que se achava a mais de três anos no gozo de sua liberdade, e como livre servira na Armada, não só não deveria ser entregue à sua senhora que o reclamava como escravo, como deveria ser imediatamente posto em liberdade.

Em todos os casos que se apresentaram na época, a tônica era sempre a mesma: um voluntário da Pátria não poderia ser escravo. A participação de escravos na campanha do Paraguai deu novo impulso à luta pela sua emancipação.

O EXÉRCITO E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

Nos anos 80, oabolicionismo foi tema central, que mobilizou intensamente o corpo de oficiais. Reuniões abolicionistas presididas pelo General Severiano da Fonseca, eram comumente anunciadas nos jornais *O Soldado* e a *Tribuna Militar*. Os oficiais condenavam a convocação de ex-escravos por acreditarem que o Exército deveria ser constituído com cidadãos livres.

Em março de 1884, influenciada parcialmente pela ação dos militares, a

província do Ceará tornou-se a primeira a abolir a escravidão. No mesmo ano, naquela província, o jangadeiro Francisco do Nascimento, liderando seus companheiros de profissão, recusou-se a embarcar e desembarcar escravos. Tal fato teve grande repercussão no Rio de Janeiro. Por ter sido responsável pela recepção do jangadeiro Nascimento em seu quartel, o Tenente-Coronel Antônio de Sena Madureira foi exonerado do comando da Escola de Tiro de Campo Grande (RJ), o que provocou sérias consequências no âmbito militar. As sociedades abolicionistas multiplicaram-se em todo o território nacional e, em todas elas a presença de militares era marcante. No Ceará, o movimento abolicionista contava com o engajamento do General Tibúrcio Ferreira de Souza; em Alagoas destacava-se a ação do Coronel Honorário do Exército, Pedro Paulino da Fonseca; a Sociedade Libertadora da Escola Militar congregava nomes como Lauro Muller, Serzedelo Correia, Lauro Sodré, Ataíde Júnior e Jaime Benévolo.

Por terem se solidarizado, em setembro de 1887, com Joaquim Nabuco, por

sua eleição a deputado por Pernambuco, os alunos da Escola Militar foram punidos pelo Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. O incidente provocou a declaração de Deodoro da Fonseca: *Somente espírito partidário muito feroz ou, o que, mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que, permitido a todo cidadão e não foi ainda proibido ao soldado e, a de Joaquim Nabuco em defesa do Exército contra sua utilização pelo Governo na captura de escravos: A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o Governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo que há de mais nobre para o soldado. O governo quer empregar os soldados brasileiros como capitão-de-mato na pega de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa que a de soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão-de-mato?*

No início de junho de 1887, a violência de escravos em São Paulo, fez com que o Governo ordenasse o envio de tropas àquela

província, dando origem a sérios problemas de disciplina entre os oficiais, que afirmavam que a caça aos escravos constituía uma imoralidade e estava abaixo da dignidade do Exército.

A sucessão de fatos aqui citados, criou condições favoráveis a que o Clube Militar, em 20.10.1887, por intermédio do seu presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca, enviasse uma petição à Princesa Isabel solicitando que o Exército não fosse encarregado da captura de negros fugidos.

O PENSAMENTO DO NEGRO E A GUERRA DO PARAGUAI

O mais original e amplo dos estudos sobre a participação do negro na formação da raça brasileira foi-nos apresentado por Gilberto Freire, que com sua perspectiva de escritor, vê por dentro a introdução e penetração da raça negra no estofo social do nosso povo. Essa visão mais amena, até mesmo gostosa da questão, não consegue esconder, entretanto, que como escravos, a despeito de seu valor como força principal de trabalho, os negros compunham uma multidão obscu-

ra e sem voz própria, com sabedorias diferentes das nossas. Como escravo, o negro teve sua cultura perturbada; dela afastado bruscamente, misturou-se com outros grupos culturais. Os escravos negros não puderam manter íntegra a sua cultura, nem utilizar preferencialmente suas técnicas em relação ao novo meio. Não foi possível aos negros revelar e aplicar todo o seu conjunto cultural: ou porque ao contato com os outros grupos de negros, receberam ou perderam certos elementos culturais, ou porque, como escravos, tiveram sua cultura deturpada. Daí os sincretismos e os processos transculturativos. É possível que seja esta a razão pela qual o negro, no novo meio, nem sempre tenha sido um conformado, que aceitasse pacificamente o que lhe era imposto.

Por vezes, através de processos bastante expressivos (e o caso dos Palmares é típico) foi rebelado. Fugas rebeldes, insurreições, formação de quilombos denunciaram a reação do negro à situação que lhes era imposta. Em contrapartida, por intermédio, do hoje famoso *jeitinho brasileiro*, o escravo foi abrindo espaço onde lhe foi pos-

CASTIGO OU REDENÇÃO?

sível sobreviver e empenhar-se na busca da liberdade idealizada. Comprado, vendido, mandado, o escravo soube preservar sua parcela de autonomia, de humor, de ternura e de sonho. A miragem da alforria individual e, mais tarde, no século XIX, a da abolição da escravatura deram ânimo ao negro a buscar adaptar-se às aventuras sociais em que se viu envolvido.

Uns quinze anos antes da Abolição, foi instituído por um estatuto imperial, um *fundo de emancipação*, que deveria ser suprido por taxas pagas sobre escravos, impostos sobre a transmissão de propriedade dos escravos, subscrições, donativos, legados e, que na verdade esteve insuficientemente provido. Em geral, o escravo não podia contar com as leis. Para que pudesse se beneficiar das provisões legais em seu favor, precisava contar com o apoio de homens livres.

Em 1883, como parte da campanha abolicionista que tomava o País, apareceu *O Abolicionismo*, panfleto escrito por Joaquim Nabuco (1849-1910), onde ele divulgava a idéia de que a instituição da escravidão, e não a raça negra, originava os problemas; degenerado era

o homem que vivia em cativeiro, era o escravo e não o negro. Nabuco concebia a escravidão como relação

No início de junho de 1887, a violência de escravos em São Paulo, fez com que o Governo ordenasse o envio de tropas àquela província, dando origem a sérios problemas de disciplina entre os oficiais, que afirmavam que a caça aos escravos constituía uma imoralidade e estava abaixo da dignidade do Exército.

de dominação, que supõe uma mútua dependência e uma mútua desqualificação de senhores e escravos. A escravidão, segundo ele, com suas implicações políticas e econômicas, jurídicas e morais, impossibilitava não apenas o progresso material do País, mas impedía a formação da própria Nação. A questão deveria ser tomada a partir da inserção do Brasil no movimento capitalista internacional, o que significava instaurar aqui seus pressupostos: trabalho livre e cidadania. Nabuco afirmava que de nada adiantaria trocar os negros por qual-

quer outro povo, ainda que fossem colonos europeus, se não houvesse uma reforma social completa, passando pela reforma agrária, pela mudança de leis e costumes e pelo enquadramento de escravos e senhores em um regime de eqüidade, pelo qual ambos se tornassem cidadãos.

Brasileiro, filho de africanos forros, Dom Obá II d'África, ou Cândido da Fonseca Galvão, como foi batizado, nasceu na Vila dos Lençóis, no sertão da Bahia, por volta de 1845. Era, por direito de sangue, príncipe africano, neto do último soberano que manteve unido o grande Império de Oyo, na segunda metade do século XVIII. Príncipe guerreiro, lutou na Guerra do Paraguai, de onde saiu oficial honorário do Exército Brasileiro, por bravura. Tornou-se amigo pessoal, uma espécie de protegido do Imperador e assumiu, nos momentos decisivos do processo de abolição progressiva, o papel de elo entre as altas esferas do poder imperial e as massas populares que emergiam das relações escravistas. Defendeu uma visão alternativa da sociedade e do próprio processo histórico brasileiro.

Escravos, libertos e homens livres de cor, não apenas compartilhavam suas idéias, como contribuíam financeiramente para a publicação das mesmas e reuniam-se *nas quitandas ou em família* para ler os artigos. O combate ao racismo, a defesa da igualdade fundamental entre homens, foi um dos pontos mais importantes do pensamento e da prática, que explicava *por Deus mandar que quando o varão tiver valor não se olharia cor*. Contrariava não somente concepções senhoriais, mas a própria ciência *fin de siècle* com suas poderosas filosofias evolucionistas e etnocêntricas.

Mais consciente dos seus direitos, tendo como respaldo as vozes que se elevavam a seu favor no movimento abolicionista, particularmente após a campanha do Paraguai, o negro escravo intensificou seus esforços em direção à liberdade, tão justa e tão sonhada. Antecipando-se à Lei Áurea, de 13.05.1888, que aboliu a escravidão no Brasil, a Câmara Municipal de Araras (SP) reuniu-se extraordinariamente, em 08.04.1888 para comemorar a extinção do elemento escravo naquele município, a exemplo do

que já ocorrera em outras regiões do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente, como bem observou Ricardo Salles, diversos autores têm se dedicado a demolir os mitos que povoam a memória oficial da Guerra do Paraguai, e, criar outros tantos.

No período pós-guerra, diversos autores que dela participaram, procuraram contar a sua história. Se falaram de *episódios heróicos e militaristas*, assim chamados por Chiavenatto, sem relatarem as razões da guerra, é porque não as tinham como escopo. Falaram da guerra em si e não das suas causas. Não lhes cabe a pecha de mentirosos por isso. Caberia a outra sorte de historiadores apresentar, em outras obras, novos enfoques sobre o conflito.

O preconceito leva, muitas vezes, a conclusões precipitadas. Uma análise equilibrada e bastante fundamentada de Ricardo Salles, torna totalmente inconsistente a afirmação de que o declínio da população escrava, na segunda metade do século XIX, foi decorrente da Guerra do Paraguai.

Podemos sem dúvida alinhar, entre as consequências da Guerra do Paraguai, a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos no Brasil. Nos campos do Paraguai, sopraram definitivamente os ventos da liberdade. Numa longa, penosa e sofrida guerra inúmeros negros alforriados combataram, ombro a ombro com a elite do Exército, tão bravamente quanto os soldados recrutados, os Guardas Nacionais e os Voluntários da Pátria. Isso proporcionou aos oficiais inúmeros ensinamentos e deu-lhes a oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros.

As restrições, os constrangimentos e os preconceitos, de que foram vítimas os negros, até o raiar de 13 de maio de 1888, ainda não se desvaneceram de todo. Em todos os segmentos da sociedade a presença do negro brasileiro em posições de destaque ainda continua exceção. No Exército, contudo, nenhuma distinção de raça encontrou ressonância em suas fileiras, sendo a causa da abolição uma das bandeiras trazidas da campanha do Paraguai, levantada, solemnemente, pelo Clube Militar.

CASTIGO OU REDENÇÃO?

É sabido que a experiência de guerra exerceu profunda influência na modificação dos padrões de comportamento de significativa parcela da oficialidade.

Rui Barbosa, em artigo sob o título *A Coroa e a Guerra de Raças*, publicado no *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro), de 24 de abril de 1889, contava:

Há dias em casa de um oficial do Exército, nesta cidade, uma preta divisando na lâmina da espada empunhada pelo amo, que a brunia, as armas do Império, lançou-se a ela, ávida de beijar a coroa da rainha que a libertara. - "Não sejas parva", disse-lhe o honrado militar: "Quem te libertou foi esta arma, não se pres-

tando a ir filar negros fugidos o Cubatão."

Olavo Bilac, em conferência realizada em 1915, no Clube Militar, definiu, com muita propriedade, a participação do Exército na evolução do quadro abolicionista:

Vi que essas espadas, negando a sua força e o seu brilho à ganância dos mercadores de homens e defendendo a miséria dos escravizados, apoiaram a dedicação dos abolicionistas e apres-saram a vitória da sagrada campanha.

Vimos assim, em síntese, a participação do Exército na campanha humanitária mais estusiástica e a mais generosa de quantas se pregou no Brasil. Na verdade,

foi a vontade impessoal de todo o País, cuja consciência libertária foi impregnada de exemplos, pelas vozes dos mais audaciosos arautos e incendiada pela força contagiante da imprensa, que possibilitou a quebra das ferreas cadeias que manietavam uma parcela de nossa população.

Se a abolição envolveu em seu desdobramento imediato, falhas hoje facilmente apontadas, nos diz com muita propriedade Antônio Gonçalves Meira, para elas não concorreram as classes armadas, a abolição deveria acarretar, para que se completasse realmente, uma inversão comparável à da palavra servil vista num espelho, isto é, livres. ☺

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Guerra do Paraguai - Arquivo Histórico do Exército.

Guerra do Paraguai - Arquivo Histórico da Bahia.

Guerra do Paraguai - Arquivo Geral da PMRJ.

CERQUEIRA, Dionísio - *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.

Obras de fundamentação e referências

ALMEIDA, Antonio da Rocha - *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.

CARONE, Edgar - *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Disusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, José, Murilo de - *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Coleção Temas Brasileiros, Vol. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

_____. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

CHIAVENATTO, Júlio José - *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- COSTA, Emilia Viotti da - *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- _____. *A Abolição*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- DUARTE, Paulo de Queiroz - *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, volume I. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1981.
- DIÉGUES Júnior, Manoel - *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1980.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo - *O Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1993.
- FREITAS, Mário Martins de - *Reino Negro de Palmares*. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1988.
- FREYRE, Gilberto - *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1966.
- GRAHAM, Richard - *Patronage and Politics in Nineteenth Century, Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de - *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- MATTOS, Joaquim Francisco de - *A Guerra do Paraguai*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.
- MATTOSO, Kátia de Queirós - *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- MAURO, Fréderic - *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MONTEIRO, Tobias - *Pesquisas e Depoimentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- NABUCO, Joaquim - *La guerre del Paraguay*. Paris: Garnier Hermanos, Libreros - Editores, 1901.
- _____. *Um Estadista do Império*, Volume III. São Paulo: Ipê - Instituto Progresso Editorial SA, 1949.
- SALLES, Ricardo - *Guerra do Paraguai: Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SCHULZ, John - *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894*, São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano - *A Negregada Instituição: Os Capoeiras no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca, vol. 34. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.
- VIANNA, Oliveira - *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.
- WEHLING, Arno (coordenador) - *A Abolição do Cativeiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1988.

Artigos e Dissertações

- ALONSO, Angela M. - A voz dissonante de Joaquim Nabuco. In: *A Folha de São Paulo* de 19/03/1995, caderno Mais! P. 6.5.
- BENTO, Cláudio Moreira - "O Exército e a Abolição", in: WEHLING, Arno, *A Abolição do Cativeiro*, Rio de Janeiro: IHGB, 1988.
- IZECKSON, Vitor - *O Cerne da Discórdia*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Rio de Janeiro: IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro), 1992.
- MEIRA, Antônio Gonçalves - "As Forças Armadas e a Abolição". in: *Ombro a Ombro*, de junho de 1988
- RÉMOND, René - "Por que a história política?", in *Estudos Históricos*, vol. 7, nº 13, Rio de Janeiro: CPDOC/ UFRJ, 1994.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz - "Dois autores atormentados com o mundo tropical das raças mistas", in: *A Folha de São Paulo* de 19/03/1995, Caderno Mais! p.6.5.
- SILVA, Alberto Martins da - "A Abolição a Galharda Atuação do Exército", in: *Revista do Exército Brasileiro*, volume 125, Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1988.
- SILVA, Eduardo - "Um Príncipe Negro nas Ruas do Rio", in: *A Folha de São Paulo* de 19/03/1995, Caderno Mais! p.6.8.
- TAVARES, Aurélio de Lyra - "O Exército e a Abolição", in: *Revista do Exército Brasileiro*, volume 125. Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1988.

O Novo Ciclo da Guerra¹

Luiz Cláudio de S. Gomes*

A violência pelo fogo, inclusive urbana, possuirá uma solução eficaz?
A argumentação do autor, neste artigo, resulta afirmativa
a resposta às suas indagações.

Ahumanidade está prestes a atingir as portas do século XXI, e a pergunta que surge é: *E a Guerra, como vai ficar?* Os estudiosos da atualidade, com certeza, dirão: *ela nunca desaparecerá, mas está melhorando a cada dia.*

Parece um tanto falacioso afirmar que esse fenômeno da relação humana esteja evoluindo para melhor, todavia o ciclo que se iniciou, no último terço deste século, traz esta constatação. A filosofia da guerra total do General prussiano Karl von Clausewitz, que pregava a ação ilimitada da violência material sobre a qual não pairava nenhum princípio moderador e que maculou o século vinte com

inúmeras cenas de destruição em massa, está dando a vez ao retorno do pensamento milenar do filósofo chinês Sun Tzu.

É importante que se diga que Sun Tzu descreveu a estratégia operacional ideal como aquela que não necessitasse de combates para se atingir o objetivo militar de guerra. Dizia ele: *o chefe hábil na arte da guerra subjuga as tropas do inimigo sem luta; captura suas cidades sem sitiá-las; derruba seu reino sem operações militares prolongadas... sem perder um só homem; lutar e vencer em todas as batalhas não é a virtude suprema; esta consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater.*

É importante voltar alguns anos no tempo, para saber onde começa a transição e por que tal fato aconteceu.

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu abraçado por um novo conflito, o ideológico, onde a disputa ficaria liderada pelos vencedores, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O que se chamou Guerra Fria promoveu vários episódios de confronto entre as duas potências e materializou as chamadas corridas nuclear, armamentista e espacial, entre outras. Esse longo e nebuloso período de enfrentamento iria durar até a derrocada da URSS, no final da década de oitenta. Todavia, durante sua vigên-

* Tenente-Coronel de Comunicações e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECME

cia, motivado pela incessante pesquisa tecnológica armamentista, de ambos os lados, aconteceram inúmeros incrementos ao combate subnuclear com a finalidade de dar suporte, cada vez maior, ao poder militar dessas nações.

Entretanto, esse não é o fator chave que irá alterar os critérios da filosofia de combate, praticada no mundo até então. Percebe-se que a busca por indicadores modernos e multiplicadores de força eficientes surge como consequência da falta de liberdade de ação no emprego do artefato nuclear e pelo fato do fortalecimento, sem precedentes em outras épocas, da opinião pública.

Na História atual, é possível afirmar que a década de 70 é um divisor de águas marcante para a filosofia de guerra. Mas por que se apegar a essa década? O início dela marcou a História mundial com a derrota de um exército de Primeiro Mundo para um exército de Terceiro Mundo no sudeste asiático, apesar do imenso poderio nuclear ostentado pelo primeiro. Esse fato irá redundar em um redirecionamento da pesquisa doutrinária e armamentista das Forças Armadas norte-

americanas, dando início às mudanças que abrangem a filosofia atual da guerra.

Não há dúvidas que, nos nossos tempos, ganhou importância o pensamento do estudioso inglês Lindell Hart que foi grandemente influenciado por Sun Tzu e detalhou sua estratégia no que chamou de *Aproximação Indireta*. Para ele, o desequilíbrio do inimigo é a meta da estratégia operacional. Nesse nível, só se parte para enfrentar o inimigo após tê-lo desgastado, surpreendido e desequilibrado, mediante uma aproximação imprevista. O método de desequilibrar o inimigo, antes da batalha, pode ser obtido por ações no campo diplomático, por bloqueios diversos, por meio de destruição de objetivos vitais, pela penetração ou avanço em locais inesperados e por meio de um adequado emprego dos poderes naval e aéreo. A manobra terrestre será marcada por uma profunda penetração estratégica no dispositivo inimigo, com o objetivo de paralizá-lo, por intermédio da destruição de seu sistema de comunicações e de suas linhas de apoio logístico, com as conse-

qüências de natureza psicológica que advirão.

Lindell Hart foi extremamente coerente, quando afirmou que se deve infligir ao adversário menor dano permanente, pois o inimigo de hoje é o freguês de amanhã e o aliado do futuro, confirmado o pragmatismo que deve guiar as relações internacionais na época atual.

A mudança de mentalidade incorporou um vasto índice de novos termos ao segmento bélico da atualidade. Ouve-se falar com mais ênfase em tempo real, sincronização dos meios, operações em profundidade, campo de batalha não linear, interdição do campo de combate, manobra de flanco, dispositivo de expectativa, entre outros. No campo do material e das idéias, surgem a tendência ao emprego do soldado profissional, a necessidade do combate continuado com uso das tecnologias de visão noturna, a importância da asa rotativa, o crescente e vital emprego da Guerra Eletrônica, a eficiência da Comunicação Social, a utilização dos satélites como meio de busca de informações, a participação dos microproces-

O NOVO CICLO DA GUERRA

sadores, cada vez maior, e a condicionante impositiva da logística, como fator suporte das operações.

A nova edição do manual C 100-5, Operações, está repleta desse novo enfoque, impondo aos militares uma mudança de postura intelectual, como preparação para o combate da época atual.

Olhando mais além, aparece uma nova tendência, a *Antiletalidade* e, por isso, o pensamento militar precisa avançar, ainda mais, pois talvez essa seja a próxima fronteira da guerra.

O cerne dessa tendência está evidentemente na busca da preservação do homem e no abandono da teoria de destruição em massa. A valorização da opinião pública no contexto mundial, com predomínio de Estados democráticos, na atualidade, tornou impositivo que a mídia se tornasse um incansável órgão de vigilância para coibir e denunciar atrocidades e genocídios, praticados contra o ser humano.

Outro dado importante é que os altos custos dos esforços de guerra têm atrapalhado o desenvolvimento das nações e, como no passado, quando das tribos

evoluiu-se para as cidades-Estado, depois para os domínios feudais e, em seguida, para os Estados nacionais, a evolução histórica do mundo caminha diante de uma nova realidade, a formação de novas grandes comunidades, os blocos econômicos regionais, que certamente trabalharão para manter e aperfeiçoar o sistema econômico mundial em troca da eclosão de novos conflitos.

Quando se fala em *Antiletalidade* é preciso, antes de tudo, criar uma mentalidade por sua aceitação, provando que ela é viável e será a melhor forma de guiar homens em conflito a uma situação de armistício.

Para provar que existem inúmeros ganhos com essa filosofia, expõe-se a seguir alguns aspectos positivos de seu emprego:

- preservação de inúmeras vidas de ambos lados em confronto;

- preservação de uma incalculável montanha de recursos e itens materiais que são gastos com o modelo de guerra em vigor;

- excelente forma de tratar com as Forças Adversas, na Segurança Interna, quando existirão vários elementos nacionais, sendo

manipulados por lideranças inconsequentes;

- possibilidade de subjuguar o inimigo, permitindo ao mesmo retornar ao esforço de desenvolvimento, sem prejuízos e sem grandes perdas humanas e materiais.

Torna-se vital despertar a comunidade científica nacional para o fator *Antiletalidade* na criação de processos e armas que se incorporem aos itens já existentes, entretanto muito pouco explorados no País, até o momento. Este será um novo campo de pesquisas que exigirá a resposta e a participação do meio industrial e, acordem, pois certamente será um grande e promissor setor de negócios, visto que sua contribuição para humanidade se dará pela preservação da espécie e não pela sua destruição, como é o caso da indústria armamentista atual, e ainda poderá representar um expressivo vetor de contenção da violência urbana e de todos os moldes em que ela se apresenta no contexto mundial.

As expressões culturais da arte cinematográfica e da literatura têm, na maioria das vezes, se antecipado à capacidade criativa do homem, todavia no caso da

Antiletalidade, ocorre uma interação ao final deste milênio, pois a cultura fala e se expressa sobre um setor potencial que está sendo, secretamente, desenvolvido por aqueles povos que já perceberam o grande negócio que têm nas mãos.

Desta forma, na virada para o século XXI, o pensamento da guerra se volta para Sun Tzu, principalmente, pelo enorme incremento de tecnologia na arte do combate, que permitiu o afluxo de uma doutrina que prevê a aplicação de um poder adequado de combate para sufocar e desmoralizar o inimigo, fazendo-o perder a vontade de lutar rapidamente, com o mínimo de baixas possível.

Quando muitos pensadores militares consideravam que a filosofia de Sun Tzu era aplicável apenas nos conflitos de configuração irregular, ela está de volta, garantindo a comprovação de observações seculares daquele mestre chinês da arte da guerra, como as que se transcreve a seguir:

- não há, na história, notícia de um país que se tenha beneficiado com uma guerra prolongada;
- a oportunidade de derrotar o inimigo é fornecida pelo próprio inimigo;

- um exército sem sua equipagem está perdido; sem provisões, também; o mesmo acontece se perder as bases de suprimento;

- a rapidez é a essência da guerra. Tire partido da

Quando muitos pensadores militares consideravam que a filosofia de Sun Tzu era aplicável apenas nos conflitos de configuração irregular, ela está de volta, garantindo a comprovação de observações seculares daquele mestre chinês da arte da guerra.

falta de preparação do inimigo, marche por caminhos onde não é esperado e ataque pontos des protegidos;

- a batalha deve ser vencida muito mais pela manobra do que pelo choque armado;

- somente quando todos os recursos de pressão moral e psicológica estiverem esgotados, e o inimigo ainda possa apresentar resistência militar, deve ser usado o recurso da decisão pelas armas; no mais curto prazo; com o menor custo de vidas e de material,

infligindo ao inimigo o menor número de perdas.

O importante é que, na virada do século, a capacidade criativa do ser humano parece ter acordado para o determinismo da vida no planeta, e esse pensamento começa a alterar a arte da guerra. O período de transição para esse novo ciclo será longo, pois existem inúmeros Estados nacionais praticando ainda a doutrina do aniquilamento do prussiano Clausewitz, até porque estão submetidos a processos primários de desenvolvimento socioeconômico, estão desprotegidos culturalmente, sendo vítimas da voracidade inescrupulosa da indústria armamentista internacional e, ainda, porque sua entrada nessa nova realidade da guerra depende da obtenção de poderosas tecnologias pelo campo militar dessas nações.

A conjuntura continua a conspirar com a eclosão de novos conflitos, inclusive com a possibilidade de emprego de armas nucleares, como é o caso da Índia e do Paquistão, entretanto as pesquisas científicas caminham para uma conquista maior que é a efetivação da *Antiletalidade*.

Essa, talvez, será a maior conquista: combater e derrotar o inimigo sem causar sua destruição. Com certeza esse pensa-

mento irá ajudar a todos seguimentos de combate, tanto o da segurança externa como ao da interna, permitindo a nós todos

admitirmos que a guerra está melhorando e a violência pelo fogo, inclusive a urbana, possui uma solução eficaz.

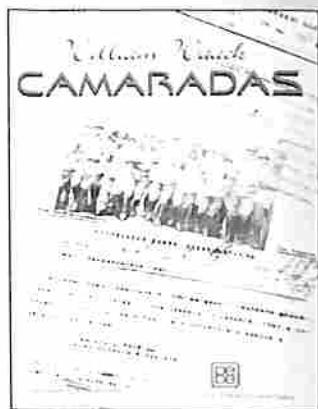
BIBLIOGRAFIA

- C 100-5 Operações - EME - Edição 1997.
C 124-1 Estratégia - EME - Edição 1997.
CARDOSO, Alberto Mendes, *Os Treze Momentos - Análise da obra de Sun Tzu* - Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1987.
CRONIN, Patrick M., "Síntese do Pensamento de Clausewitz," EUA, *Military Review* Ed Brasileira, 4º Trim., 1994.
LOPES, Gilson Gonçalves, "A Nova Doutrina do Exército Norte-Americano," EUA, *Military Review*, Ed Brasileira, 4º Trim., 1993.
MAYNARD, Wayne K., "A Nova Forma Norte-Americana de Combater," EUA, *Military Review* Ed Brasileira, 4º Trim., 1994.
"Síntese da Bibliografia e do Pensamento de Grandes Estrategistas" - Rio de Janeiro, ECEME, 1994.
TOFFLER, Alvin e Heidi, *Guerra e Antiguerra* - Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.

Camaradas

William Waack

Em *Camaradas* o autor expõe os resultados da pesquisa que realizou nos arquivos secretos da ex-União Soviética revelando, pela primeira vez, textos de preciosos documentos encontrados em Moscou e extratos de depoimentos de antigos militantes comunistas, capazes de esclarecerem inúmeras questões até hoje obscuras quanto ao frustrado levante de 1935.



Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: 0800-238365

O Batalhão de Força de Paz em Operações¹

Marcelo Rodrigues Goulart*

Resumo de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular, para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME.

Pode não ser guerra, mas, sem dúvida, não é paz.
Major-General S. L. Arnold, comandante das forças norte-americanas em operações de paz na Somália.

Na busca da estabilidade mundial, os organismos internacionais vêm recorrendo, cada vez mais, às operações de paz. Só nos últimos cinqüenta meses, a Organização das Nações Unidas (ONU) patrocinou mais missões de paz que há cinqüenta anos.

O Brasil é um tradicional participante desse tipo de iniciativa. No que tange à alocação de força armada, registra-se a presença do Batalhão Suez junto à Força de Emergência das Nações Unidas, durante dez anos, e do 1º Batalhão do, então, Regimento Escola de Infantaria na Força Interamericana

de Paz, em São Domingos, por dezesseis meses. Mais recentemente, foram formados o Contingente Brasileiro Junto à Operação das Nações Unidas em Moçambique (COBRAMOZ), com valor de uma companhia de fuzileiros, e o Contingente Brasileiro Junto à Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (COBRA-VEM), composto basicamente por um batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia. O COBRAMOZ operou em solo africano no segundo semestre de 1994, enquanto o COBRA-VEM, tendo partido no terceiro trimestre de 1995,

retornou ao Brasil em agosto de 1997.

Alinhando-se a essa tradição da política externa nacional, numa visão prospectiva do seu emprego, o Exército Brasileiro considera o incremento da participação da Força Terrestre em missões internacionais de paz, e as *Instruções Provisórias IP 100-30: Operações de Manutenção da Paz* constituem o resultado do esforço de atualização da doutrina relativa a esse tipo de atividades.

Com vistas à implementação das IP 100-30, no que se refere às tarefas de cunho operacional afetas ao Batalhão de Força de Paz (Btl F Paz), este ensaio envolverá a apresentação

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME

O BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ EM OPERAÇÕES

preliminar de um panorama abrangente da missão. Em seguida, discorrerá sobre a constituição da unidade e sobre os elementos que orientam sua atuação, para, em um terceiro estágio, detalhar a atividade operacional normalmente desempenhada pelos integrantes de uma força internacional de paz.

A MISSÃO DE PAZ

O conhecimento das características das missões de paz é fundamental para o estudo da atividade operacional das unidades nelas envolvidas. Sob esse enfoque, é necessário travar contato com os tipos de operações, a estrutura da missão e o ambiente em que ela se insere.

Tipos de Operações

Doutrinas nacionais podem apresentar diferenças quanto à classificação das operações de paz, em razão das experiências específicas de cada país ou da orientação de sua política externa. No entanto, são amplamente aceitos os conceitos relativos a Estabelecimento da Paz (*Peacemaking*), Manutenção da Paz (*Peace-*

keeping), Imposição da Paz (*Peace Enforcement*) e Consolidação da Paz (*Peace Building*).

O Estabelecimento da Paz e a Consolidação da Paz podem, ou não, envolver ações militares. O primeiro desses conceitos refere-se aos esforços encetados para esvaziar as disputas antes da escalada do conflito e, o último, às providências adotadas após o fim das hostilidades, tendo em vista o apoio aos que nela se envolveram, com o intuito de minimizar os efeitos nocivos da guerra e prevenir o retorno à luta.

A idéia central para a diferenciação dos outros dois conceitos é o grau de consentimento que as partes em luta conferem à missão de paz. Destarte, a Manutenção da Paz conta com um elevado grau de aceitação por parte de todas as facções envolvidas, enquanto que, na Imposição da Paz, é admissível uma baixa aceitação da operação por algum grupo em confronto ou pela totalidade deles.

O Estado Brasileiro, coerente com os preceitos constitucionais que balizam sua política externa, evita o envolvimento na Imposição da Paz. É conveniente obser-

var, no entanto, que a transitoriedade das atitudes adotadas pelas partes em confronto pode anular a plena aceitação da missão, acarretando alterações em sua caracterização.

Ademais, a transição de uma situação de Manutenção da Paz para o ambiente de Imposição da Paz pode acontecer na prática sem ser, pelo menos de imediato, formalizada em termos políticos. Por tudo isso, percebe-se que qualquer tropa que participa de operações de manutenção da paz pode ser levada a atuar sob condições de Imposição da Paz, pelo menos até que sua retirada da área seja viabilizada.

Estrutura da Missão

Cada uma das missões efetivadas pelas Nações Unidas tem sua estrutura definida em função do tipo da operação, das particularidades do processo de paz, e das características da região conflagrada. Apesar disso, é possível a identificação de elementos que, quase sempre, estão presentes em todas elas.

O Representante Especial do Secretário-Geral da ONU é o chefe da missão

de paz. Para o exercício de suas atribuições, essa autoridade se apoia em dois segmentos, um militar e outro administrativo. Além disso, é possível a existência de um contingente policial, de elementos ligados aos assuntos civis e à ajuda humanitária ou de encarregados de uma possível atividade eleitoral.

O segmento militar tem dois componentes básicos: a força propriamente dita e os observadores militares da ONU (*United Nations Military Observer - UNMO*).

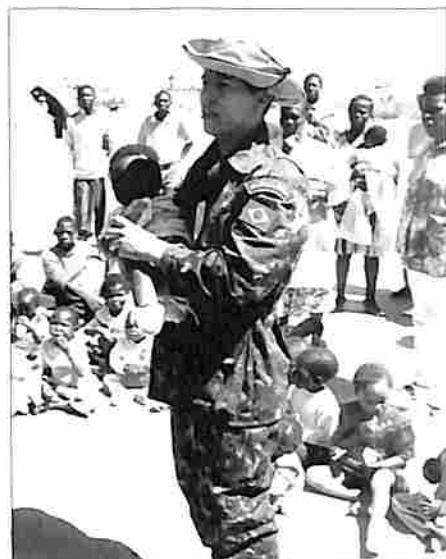
A força de paz é a maior parcela do segmento militar da missão. É integrada por contingentes de nacionalidades diversas, o que lhe confere caráter neutro diante das partes em luta. As tarefas desempenhadas por suas unidades podem ser resumidas na interposição entre os contendores, de forma a garantir o cumprimento dos acordos de paz e prevenir o retorno à luta, e no controle de áreas colocadas sob tutela internacional, para a proteção da população que nela reside.

Os observadores são militares desarmados que compõem equipes de quatro a doze homens, em que a imparcialidade estará tam-

bém caracterizada pela combinação de diversas nacionalidades. Sua atribuição básica é informar o que ocorre na área da missão, o que os leva a ligar-se com as partes em luta e a investigar ocorrências que possam caracterizar violações do cessar-fogo ou de acordos previamente firmados.

O contingente policial (*United Nations Civilian Police - UNCIVPOL*) tem como atribuições o acompanhamento da atividade policial das facções e a investigação de eventos de natureza criminal. Para tanto, a UNCIVPOL tem um modo de atuação semelhante ao dos observadores militares, desdobrando-se também em equipes multinacionais. Em algumas operações, UNMO e UNCIVPOL atuam sob um comando único, compondo equipes mistas.

O segmento administrativo da missão é integrado por funcionários civis das Nações Unidas, cabendo-lhe a realização do apoio logístico à operação. Já os elementos ligados aos assuntos civis e à ajuda huma-



"Amigo Bolacha" Sem que ninguém perceba colocam entre as pequenas mãos carentes parte de suas rações, por vezes bolachas. Foto Revista Verde-Oliva, N° 149.

nitária tratam da assistência à população, deslocada ou não. Eles coordenam o trabalho das diversas agências humanitárias da ONU e ligam-se com outras entidades de cunho assistencial.

A missão de paz articula seus elementos a partir de um quartel-general central, normalmente situado no município de maior expressão política da região. A área da missão é então dividida em setores, comandados por oficiais-generais ou coronéis. Cada uma dessas subdivisões é mobilizada com uma ou mais unidades da força, sempre de nacionalidades diferentes. Todos os elementos anteriormente descritos, ai-

se fazem representar, abrindo repartições junto ao quartel-general do setor ou desdobrando equipes junto às comunidades do interior da área.

Ambiente Operacional

A missão de paz, após seu estabelecimento na área conflagrada, passa a conviver com cenários complexos, onde prevalecem situações obscuras com elevado grau de imprevisibilidade. Ainda que a denominação desse gênero de atividades sugira o afastamento dos clássicos ambientes bélicos, apenas com raríssimas exceções seus participantes se vêem envoltos por um panorama de paz.

Características da região de operações

A natureza das missões de paz, às quais se vincula a ajuda humanitária, e o magnetismo exercido pelos centros populacionais sobre as partes em luta, fazem com que a maior parte das atividades da força multinacional se desenvolva em área urbana. Dessa forma, é inevitável, no curso das operações, um intenso trato com civis.

A primeira peculiaridade desse ambiente é a questão lingüística. Normalmente, existe a triade idiomática, em que a tropa fala uma língua e as partes em luta outra, nenhuma delas sendo o inglês que, por via de regra, orienta as relações no âmbito das missões de paz da ONU. Tal situação faz surgir o intérprete, civil local contratado pelo organismo internacional e integrante característico desse tipo de atividade.

A precariedade da área de operações é fato comum, no que se refere à infraestrutura de transportes, telecomunicações e outros serviços públicos. O caos reinante onera a missão de paz, na medida em que se torna muito difícil o aproveitamento de recursos locais para facilitar seu estabelecimento e sua atividade operacional.

Minas e armadilhas são ameaças cotidianas. As primeiras encontram-se dispostas de modo aleatório, em campos dos quais não se costuma guardar registros, o que torna complexa a tarefa de sua remoção. As armadilhas, preparadas com granadas ou explosivos, são posicionadas por uma das partes em luta, em casas abandonadas, como forma

de desestimular o retorno dos moradores dali expulsos, ou mesmo por estes, com o intuito de dificultar o uso de suas residências pela facção antagônica.

A ação dos franco-atiradores não costuma visar os integrantes da força multinacional nos momentos que se seguem ao estabelecimento da missão, particularmente quando se trata de uma operação de manutenção da paz. No entanto, uma possível deterioração do relacionamento da força de paz com as partes em luta os conduzirá, decerto, a atuar contra os representantes do organismo internacional.

Relacionamento das forças em presença

Missões de manutenção da paz costumam iniciar-se em um ambiente relativamente harmônico, onde as facções antagônicas mostram-se cooperativas, dispondo-se a cumprir sem maiores embaraços as disposições dos acordos previamente firmados. Não obstante, é comum que, durante as negociações, a boa vontade inicial ceda lugar à dissensão, em razão da falta de confiança mútua entre as

partes em luta. No decorso da operação, os freqüentes retrocessos atrasam o cronograma inicial, ensejando sucessivas renovações do mandato da missão e requerendo fortaleza de ânimo dos mediadores da ONU e paciênciia entre os partidos rivais. O caráter frustrante dessa situação pode levar à indisposição em relação à força de paz, havendo o risco de as forças antagônicas, no todo ou em parte, voltarem-se contra ela.

Porém, a morosidade das negociações não é o único motivo que pode redundar na agressão de integrantes da missão. Interesses escusos das partes em luta também têm poder para gerar esse resultado.

O jogo de interesses presentes faz com que ações hostis perpetradas contra a força de paz por uma das facções se constituam em trunfo para seu adversário. Portanto, qualquer dos partidos pode, em algum momento, tentar o ataque a elementos da força, no intuito de lançar a culpa por tal provocação sobre seu inimigo. Essa possibilidade torna-se mais palpável quando a tarefa de interposição leva a força multinacional a desdobrar-se entre os con-

tendores, muito próximo de suas posições, quando nem sempre é fácil determinar com isenção de onde partiu um projétil ou uma granada, ou, ainda, quem teria lançado minas.

Na Bósnia, foi repetidamente utilizado pelas milícias sérvias o expediente de proteger-se contra ataques aéreos da Organização do Tratado do Atlântico Norte por intermédio do aprisionamento de pessoal da Força de Proteção das Nações Unidas para a ex-Iugoslávia (*United Nations Protection Force - UNPROFOR*), fosse com a finalidade de pressionar aquela entidade por intermédio dos Estados contribuintes da missão, fosse para constituir escudos humanos nos alvos visados pelas aeronaves da organização. Além do mais, era comum o seqüestro de viaturas e outros itens, como coletes à prova de balas e equipamentos óticos, tomados preferencialmente do segmento desarmado da missão.

As viaturas da ONU permitiam que os seqüestreadores monitorassem as comunicações no âmbito da missão de paz por meio do equipamento-rádio, orgânico dos veículos. Além

disso, todo o material assim obtido poderia ser utilizado para burlar sistemas de vigilância, franqueando a uma das partes o acesso a áreas controladas pela força de paz ou por seu inimigo. Ainda em meados do ano de 1995, em Sarajevo, um comando do Exército sérvio da Bósnia logrou apossar-se, sem que fosse disparado um só tiro, de um posto de controle de trânsito da UNPROFOR, situado sobre uma das pontes do rio Miljacka e operado por tropa francesa. O ardil utilizado foi o de aproximar-se do posto com fardamento e equipamento utilizados por integrantes da missão, em viaturas brancas que haviam sido seqüestradas no passado. A reação do batalhão francês, pouco mais tarde, recuperou a posição à custa de alguns feridos entre seus homens e de outros tantos mortos do lado sérvio.

As restrições de movimento são uma das formas mais utilizadas pelas partes em luta para burlar o controle que os diversos vetores da missão devem exercer sobre suas áreas de responsabilidade. Pela atuação integrada de seus diferentes agentes, as facções em pre-

O BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ EM OPERAÇÕES

sença conseguem enganar, por exemplo, uma patrulha de observadores militares, parando-a com a polícia local por alguns poucos minutos e sob o plausível pretexto de conferência de documentação, enquanto, a algumas centenas de metros adiante, mascara-se o posicionamento irregular de uma peça de artilharia.

Após todas essas considerações acerca do ambiente operacional das missões de paz, é possível concluir pela ingenuidade do pensamento que propõe a inexistência de inimigos para a força multinacional. Na realidade, em algum ponto do tempo ou do espaço, suas unidades poderão travar contato com antagonismos, de gravidade suficiente para envolvê-las no clima característico de conflito de baixa intensidade.

O BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ

A organização das unidades que atuam em missões de paz é variada, em vista das condicionantes fixadas pelos tipos de operações e das características da região de atuação. Por essa razão, os parâmetros que orientam

sua constituição só podem ser definidos nos primeiros contatos entre as Nações Unidas e o Governo cedente da tropa.

Essa variação torna inadequado o aprofundamento na questão. Portanto, quanto à organização de um Batalhão de Força de Paz (Btl F Paz), este trabalho

O jogo de interesses faz com que ações hostis perpetradas contra a força de paz por uma das facções se constituam em trunfo para seu adversário.

limitar-se-á à apresentação, a título de ilustração, dos detalhes mais significativos na estrutura da unidade brasileira que atuou junto à terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III).

Organização do Batalhão

As diferenças na constituição das unidades destinadas às missões de paz podem ser comprovadas pela comparação dos contingentes brasileiros enviados ao exterior. O Batalhão Suez era composto por uma companhia de comando e

serviços, um pelotão de Polícia do Exército e três companhias de fuzileiros, perfazendo quinhentos e quarenta e cinco militares. Já o batalhão do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FAIBRAS) contava com um efetivo aproximado de novecentos homens, distribuídos por uma companhia de comando, uma companhia de serviços e três companhias de fuzileiros. O Btl F Paz que integrou o COBRAVEM dispunha de oitocentos profissionais, enquadrados em uma companhia de comando e apoio, uma companhia de serviços e quatro companhias de fuzileiros.

O exame da estrutura do *Batalhão Angola* - como ficou conhecida a unidade brasileira destacada junto à UNAVEM III - aponta várias singularidades. Verifica-se, por exemplo, a existência pouco ortodoxa das quatro peças de manobra e a presença de frações atípicas de uma organização militar de infantaria.

O apoio de fogo à unidade era provido pela companhia de comando e apoio, por intermédio de um pelotão de apoio composto por uma seção de morteiros e

uma seção anticarro. De forma complementar, a subunidade podia valer-se, ainda, da potência de fogo de seu pelotão de reconhecimento, motorizado com viaturas *Cascavel* e *Urutu* e integrado por elementos de cavalaria. Finalmente, entre outras frações comuns à atividade de comando, essa companhia enquadrava um pelotão de Polícia do Exército.

A companhia de serviços dispunha de um pelotão de engenharia, entre as frações que lhe são peculiares. Esse pelotão possuía um grupo de suprimento de água, um grupo de especialistas e um grupo de engenharia.

Cada companhia de fuzileiros era formada por um pelotão de comando e serviço, um grupo de comunicações e três pelotões de fuzileiros. Em razão da probabilidade de o batalhão destacar suas subunidades, o pelotão de comando e serviço contou com elementos de manutenção, transporte, aprovisionamento e saúde. Além disso, essa fração enquadrava um grupo de apoio de fogo com uma peça de canhão sem recuo, uma vez que a companhia de fuzileiros não dispunha de pelotão de apoio.

A doutrina da Força Terrestre reconhece que, por norma do organismo internacional, a força de paz deverá ser dotada com armamento leve, o que lhe conferirá limitada capacidade de reação.

Em várias passagens, as IP 100-30 mencionam a retirada do Btl F Paz no caso de as facções antagônicas reiniciarem as hostilidades. Contudo, é possível prever um atraso nessa retirada, já que a unidade tem por encargo a proteção dos elementos desarmados da ONU que atuam em sua área de responsabilidade. Pode ser, portanto, que aquela limitada capacidade de reação seja insuficiente para garantir a integridade física da tropa e dos que dependem de sua proteção.

De forma sintética, a doutrina do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) assim se refere à organização das unidades destinadas a operar em missões de paz:

... o maior desafio para qualquer força participante de operações de paz é ser suficientemente especializada para cumprir sua missão, pequena o bastante para desdobrar-se rapidamente e possuidora da

letalidade adequada para desencorajar hostilidade ou para lidar com uma situação de combate na eventualidade de a dissuasão falhar.

Missão do Batalhão

As operações de paz desenvolvem-se em diversas regiões do globo, o que faz com que os ambientes fisiográfico e sociocultural que cercam determinada força sejam diferentes daqueles em que se insere o contingente de outra missão. As condicionantes político-militares são igualmente variadas, dando lugar aos vários tipos de operações.

Diante dessa disparidade de parâmetros, torna-se complexo o estabelecimento de missões-tipo para as unidades de força de paz. Além disso, só após realizados os contatos políticos preliminares entre a ONU e as partes litigantes, firmados os pactos pertinentes e estabelecidas as metas da operação é que será possível o delineamento do que se espera de tal força. Todavia, cabe ao Btl F Paz, por via de regra, a separação das partes em luta e a verificação do cumprimento dos acordos celebrados.



Os soldados, nas viaturas, olhos atentos, sombreados pelas abas dos capacetes azuis.

A separação dos contendores ocorre com o estabelecimento de uma zona de separação, implicando o posicionamento da unidade em seu interior ou, simplesmente, a vigilância da faixa. Uma variação desse modo de atuação é o controle de uma zona desmilitarizada, que também se presta ao isolamento das partes em confronto, mas cuja finalidade primordial é a proteção da população civil residente em seu interior.

A verificação do cumprimento dos acordos é feita através do controle que o Btl F Paz exerce sobre sua área de responsabilidade. Ao monitorar a região, a unidade não só produz informações que caracterizam a adesão das facções aos tratados assinados como também proporciona segurança à atividade dos de-

mais integrantes da missão, das diversas agências da ONU e de outras entidades que praticam a ajuda humanitária.

Princípios Gerais de Atuação

O estudo de casos históricos de operações de paz e a análise das missões-tipo normalmente atribuídas ao seu componente armado permitem o isolamento de alguns princípios que regem a atuação dessa força. Esses preceitos são a *imparcialidade*, a *segurança*, a *negociação*, a *previsibilidade*, a *perseverança* e o *controle*.

A *negociação* deve ser o instrumento de trabalho de todos os integrantes do Btl F Paz. Na medida em que o uso da força é restrito, a capacidade de negociar assume papel fundamental na solução de impasses que as partes em luta ou a população local costumam antepor ao trabalho da unidade. Em tais ocasiões, serenidade e firmeza devem ser combinadas na busca do resultado desejado. A barreira linguística, nesses casos, é sempre um indesejável entra-

ve, requerendo a presença de intérpretes.

O maior vício que o batalhão pode apresentar é, sem dúvida, a inclinação na direção de uma das partes litigantes. A *imparcialidade* é um requisito básico para a aceitação da tropa por parte das facções rivais e pelo público civil, devendo ser demonstrada em todas as ocasiões.

O próximo princípio visa a impedir que uma das partes em luta confunda as atitudes ou movimentos dos *capacetes-azuis* com os de seu inimigo. Nesse sentido, ao contrário das operações de combate, onde a dissimulação e a surpresa são, com freqüência, fatores essenciais para a vitória, nas operações de manutenção da paz o comportamento da força deve ser sempre previsível.

A *previsibilidade* encerra dois aspectos interessantes: a proteção dos integrantes do Btl F Paz e o reforço de sua imparcialidade.

Ao desenvolver sua atividade operacional, os elementos da unidade acercam-se das posições das facções, seja por força da ação de interposição, seja mediante patrulhamento de linhas de confrontação. Para anular a tensão gerada por essa proxi-

midade e minimizar a possibilidade de acidentes, a tropa multinacional deve atuar de forma absolutamente inequívoca, evitando sua confusão com as milícias locais. Adicionalmente, as atitudes claras realçam o desinteresse do batalhão, afastando desconfianças quanto à sua neutralidade e acentuando-lhe o caráter imparcial.

Como foi visto anteriormente, antes que a missão de paz atinja os objetivos a que se propôs, é comum a sucessiva renovação de seu mandato. Assim, os contingentes nacionais, normalmente substituídos a cada seis meses, vêm e vão sem que ocorram diferenças significativas na situação política e militar da área. Essa circunstância, em conjunção com ambientes operacionais onde carências infra-estruturais de toda ordem aliam-se a grandes vazios demográficos, requer de todos os integrantes da força uma atitude mental positiva para evitar a depressão e a letargia. A perseverança permite, portanto, que os integrantes do Btl F Paz superem dificuldades dessa natureza.

O princípio da segurança diz respeito à proteção

dos integrantes do batalhão contra qualquer ato hostil, seja ele perpetrado pelas partes em luta, por indivíduos radicais contrários ao estabelecimento da missão ou por populares em busca da satisfação de suas necessidades básicas. Os comandantes não podem se deixar influenciar pela monotonia que costuma se abater sobre o dia-a-dia da missão, jamais descurando das medidas básicas de segurança. Da mesma forma, quando se considera a já aludida possibilidade de uma operação de manutenção da paz transformar-se em atividade de imposição da paz, verifica-se a propriedade das palavras dos coronéis norte-americanos John Abizaid e John Wood, que atuaram na Operação *Provide Comfort* com vistas à proteção da minoria curda iraquiana, quando advogam que:

A idéia de que o soldado de manutenção da paz deve apresentar uma apariência não-ameaçadora e estar, portanto, levemente armado e equipado, pode ser incoerente com as exigências da missão. As forças de manutenção da paz devem, sempre, ser adestradas para combater e equipadas para cumprir

com os requisitos da proteção da força.

O último dos preceitos aqui expostos é o *controle*, cuja abordagem será iniciada no próximo parágrafo em razão de sua estreita ligação com as regras de engajamento.

Regras de Engajamento

O controle diz respeito à capacidade da tropa em aplicar o poder militar apropriado para solucionar uma situação crítica, já que, nesse ambiente, o uso de força superior à estritamente necessária pode gerar consequências indesejáveis e irreversíveis. O enfoque dessa matéria varia com o tipo de operação, mas até mesmo na Imposição da Paz, em que se recorre com freqüência ao instrumento da coerção, existe a preocupação com o autodomínio dos integrantes da força. Contudo, as considerações doravante formuladas serão restritas à Manutenção da Paz, uma vez que o Estado brasileiro evita a participação nas operações de Imposição da Paz.

As regras de engajamento são a regulamentação do que se espera dos elementos do Btl F Paz em termos de

resposta a atos que atentem contra sua integridade física. São estabelecidas porque o uso descontrolado da força por parte da unidade poderia elevar o nível de tensão na área, afetando a imparcialidade da tropa ou conduzindo à retomada do conflito. Dessa forma, todos os integrantes do batalhão devem ter plena ciência das razões que determinam o estabelecimento das regras de engajamento, além de conhecê-las e praticá-las exaustivamente. A esse respeito, assim se expressa o Coronel João Cosenza, ex-comandante de companhia do batalhão do FAIBRAS:

Ao chegar à República Dominicana, o primeiro passo tomado foi o de acclimatar o nosso soldado ao ambiente operacional da área; convencê-lo de que a missão era de paz em um ambiente hostil e agressivo já foi algo difícil para o comandante de subunidade. Conscientizá-lo de que só poderia responder à agressão armada do inimigo depois de certificar-se de que o tiro era contra sua pessoa ou sua posição e após identificar o calibre da arma do opositor para então poder reagir ao agressor, tornou-se um pro-

blema muito sério para o comandante de subunidade.

Quando o ato hostil contra a tropa de paz é precedido de ameaça e, antes de se recorrer ao emprego da força, é preciso que se esgotem a negociação. Em todo caso são sempre pertinentes as medidas destinadas ao alerta

Os comandantes não podem se deixar influenciar pela monotonia que costuma se abater sobre o dia-a-dia da missão, jamais descurando das medidas básicas de segurança.

e à intimidação do agressor, como a repetida advertência verbal, seguida de disparos para o ar. Finalmente, quando empregada a força, que seja ela amplamente justificável e cuidadosamente controlada.

O conceito de retaliação não se aplica a esse gênero de atividade, enquanto que o emprego da força mínima é lugar-comum. Antes da abertura de fogo e desde que a situação o permita, os elementos do Btl F Paz devem adotar outros meios de coerção, como aqueles destinados

à contenção de distúrbios civis. No caso do uso de armas de fogo, é preciso que os atiradores sejam disciplinados e eficientes o bastante para não atingir nada além de seu alvo. De qualquer modo, o fim da ameaça deve corresponder à imediata paralisação da aplicação da força por parte dos *capacetes-azuis*.

A ATIVIDADE OPERACIONAL

As páginas anteriores mostraram que o papel a ser desempenhado pela força de paz resulta das gestões diplomáticas que precedem o estabelecimento da missão. Como consequência, é possível pressupor que alguns trabalhos são comuns a qualquer operação, enquanto outros podem inexistir em algumas delas.

A apresentação da atividade operacional desenvolvida pelo Btl F Paz será dividida em dois ramos: o primeiro reunindo as tarefas básicas e o segundo tratando de ações diversas. As tarefas básicas são trabalhos que podem ser encontrados em qualquer operação, enquanto as ações diversas tratam daqueles cuja prática é menos freqüente.

Tarefas Operacionais Básicas

Embora seja complexo o estabelecimento de missões-tipo para o Btl F Paz, é relativamente simples desdobrar sua atuação em uma série de tarefas básicas que, conjuntamente, asseguram o cumprimento de suas obrigações mais amplas. Esses trabalhos são, normalmente, expostos de forma detalhada nos procedimentos padronizados de operação que regulam a atividade militar no âmbito de cada missão.

Observação e patrulhamento

Para controlar sua área de responsabilidade, o Btl F Paz instala postos de observação (*observation post - OP*) ou lança patrulhas. Em ambos os casos, objetiva-se a produção de informações sobre a atividade das partes em luta, de forma a caracterizar sua adesão aos preceitos dos acordos celebrados.

Os postos de observação costumam ser assentados sobre os limites de uma zona de separação ou ao longo de uma linha de confrontação, situação mais delicada e potencialmente mais perigosa. Valem-se do relevo

para obter observação mais eficaz, que é otimizada pela construção de plataformas suspensas, em cujo ponto mais alto tremula permanentemente o pavilhão das Nações Unidas.

As patrulhas são meios dinâmicos de coleta de informações, podendo ser empregadas em áreas contempladas com postos de observação ou em regiões onde, por qualquer motivo, sua instalação não foi exequível. No primeiro caso, complementam a ação desses postos, percorrendo o espaço entre eles ou monitorando áreas que, por imposição do terreno, tenham fugido à sua vigilância.

Além da reunião de informações, o patrulhamento permite o contato com as facções rivais e com a população, a ligação com posições isoladas e a liberdade de trânsito na rede viária.

As patrulhas são normalmente realizadas a pé ou em viaturas, embora as aeronaves de asa móvel possam ser utilizadas quando o comando da missão atribuir horas de vôo ao Btl F Paz. O movimento a pé é utilizado onde as viaturas não podem transitar, seja em razão de detalhes fisiográficos, seja por causa da

sensibilidade da situação militar, como ocorre quando do patrulhamento de linhas de confrontação.

Na fase de planejamento, é interessante a previsão de percursos variados e horários desvinculados de um padrão rígido, de forma a impedir que as partes em confronto antecipem a passagem das patrulhas do batalhão. Esse cuidado, no entanto, não significa que o princípio da previsibilidade possa ser desconsiderado na tarefa de patrulhamento. Nessa atividade, em que o alcance das patrulhas aumenta sua exposição ou as aproxima de áreas sensíveis, esse princípio de atuação é ainda mais valorizado.

Assim, tanto no que se refere ao planejamento quanto no que concerne à execução, seja na esfera individual ou no âmbito coletivo, todas as medidas devem ser tomadas para impedir que as partes em luta confundam - ou aleguem ter confundido - os elementos do batalhão com seu inimigo. A limpeza das viaturas, para destacar a cor branca e a sigla UN; o uso constante do capacete azul; o porte da bandeira da ONU em cada veículo ou por um dos patrulheiros a

O BATALHÃO DE FORÇA DE PAZ EM OPERAÇÕES

pé e o trânsito com faróis acesos são algumas das providências que se prestam a esse fim.

Controle de trânsito

A operação de postos de controle de trânsito (*checkpoint - CP*) é outro recurso utilizado pelo Btl F Paz para controlar sua área de responsabilidade e materializar sua presença na região de operações. Adicionalmente, presta-se à obtenção de informações, ao impedimento do tráfego de pessoal ou material especificamente proibidos pelos acordos vigentes, à manutenção do livre trânsito nas vias de transporte ou ao bloqueio dessas vias, quando se fizer necessário.

Os CP podem ser fixos ou móveis. No primeiro caso, a fração encarregada de operar o posto de controle se estabelece no local, que assume características de um ponto forte, na medida em que é preparado para a defesa. No aspecto exterior da instalação reside, implicitamente, a desejável atitude dissuasória, veiculada pelos abrigos de sacos de areia, pelas fileiras de concertinas, pelas casamatas com

armamento coletivo e pelo posicionamento ostensivo de blindados.

O CP móvel, por outro lado, comprehende uma estrutura mais leve, posicionada em um determinado local de forma a surpreender os elementos que usam aquela rota. Dessa maneira, o período de desdobramento é curto, pois o posto perde a característica da surpresa após algumas horas de operação. É, no entanto, um processo muito eficaz de se exercer o controle da rede viária.

Uma vez que esses locais podem tornar-se palco de ações violentas, é imprescindível que os indivíduos que atuam junto aos postos de controle de trânsito comprehendam perfeitamente as regras de engajamento e disponham de um nível superior de disciplina, sem o que seria problemática a manutenção da calma sob circunstâncias críticas. Por tudo isso, é conveniente que o CP mantenha uma força de reação rápida para emprego em caso de ameaça iminente à integridade da instalação.

Nos postos de controle haverá sempre uma ativa interação com integrantes das partes em confronto e com populares, o que impõe a

permanência de intérpretes junto a essas instalações, bem como o posicionamento de letreiros, no idioma oficial da missão e na língua nativa, orientando o público quanto aos procedimentos a adotar. Em alguns casos e nos termos dos acordos que embasam o processo de paz, agentes da polícia local também podem se fazer presentes, atuando juntamente com a tropa. Como forma de dirimir a hostilidade gratuita, todos os integrantes do batalhão devem aprender e respeitar os costumes locais, manifestando, através de sua atitude, deferência e cordialidade com os nacionais.

Escolta

As escoltas provêm segurança a elementos desarmados que transitam por áreas de maior risco ou que transportam material visado pelas partes em luta e por eventuais bandos autônomos. Comboios de ajuda humanitária e dignitários da ONU valem-se regularmente de escoltas, ao passo que agentes desarmados da missão podem delas fazer uso ocasional, como ocorre com os observadores militares quando, por força de suas inves-

tigações, têm de percorrer trechos perigosos.

No sudeste africano, durante o mandato da Operação das Nações Unidas em Moçambique (*United Nations Operation in Mozambique - ONUMOZ*), tornou-se corriqueira a escolta de comboios ferroviários. Nesse caso, a tropa proporciona segurança ao deslocamento por meio de sua presença a bordo da composição ferroviária.

A fração que realiza uma escolta pode ser reforçada com elementos de engenharia e de manutenção. Suas viaturas devem ser blindadas, sendo de todo conveniente que disponham, também, de um eficiente sistema de comunicações, pois o contato entre os veículos e com o posto de comando que dirige a atividade é fundamental. Sempre que houver a previsão de passagem por postos de controle das partes em luta, torna-se necessária a presença de um intérprete.

Recolhimento de armamento

O recolhimento de armamento, munição e explosivos utilizados durante o conflito tem seus pormenores definidos nos acordos que, precedendo o início da

operação, determinam as obrigações dos protagonistas do processo de paz. Assim, esses instrumentos estabelecem detalhes fundamentais para a execução da tarefa, como seu cronograma, a especificação do que deve ser entregue, as condições de armazenamento e a destinação futura do material. Após seu recebimento nos pontos de coleta de armas (*weapon collection point - WCP*), o armamento é conduzido para os locais de armazenagem de armas (*weapon storage site - WSS*).

Há, ainda, a apreensão de material bélico existente em áreas onde sua permanência é proibida pelas cláusulas dos acordos vigentes, em seqüência à sua descoberta nos postos de controle de trânsito ou pelas patrulhas lançadas pelo Btl F Paz. Certamente, esse é um procedimento delicado, no qual é posta à prova a legitimidade da missão e que, por si só, justifica a necessidade de o batalhão dispor de poder de combate compatível com as ações que deva empreender.

O destino final do material recolhido pode variar entre a destruição sumária ou a incorporação às forças

armadas nacionais, quando instituídas. De qualquer forma, sua custódia é sempre um pesado ônus para as frações da unidade encarregadas da operação dos WCP e da guarda do WSS. Considerando a possibilidade de deterioração do relacionamento das facções com a força multinacional e diante dos retrocessos que podem ocorrer no desenrolar do processo de paz, é necessário que essas instalações sejam muito bem protegidas, de forma a inibir tentativas de recuperação do armamento ali retido.

Tarefas Operacionais Diversas

Aquartelamento da tropa

As discussões que precedem o início da operação de paz podem determinar o encaminhamento dos combatentes para áreas de reunião (*assembly area - AA*) ou áreas de aquartelamento (*quartering area - QA*). Ambas as denominações referem-se à mesma instalação, que oferece facilidades para o alojamento de grande efetivos.

Em Angola, o processo de paz previa o aquartelamento da tropa da UNITA,

para sua subsequente desmobilização ou integração às forças armadas nacionais. Na condição de força irregular, essa facção não dispunha de quartéis para suas unidades, o que levou a UNAVEM III a estabelecer várias áreas de aquartelamento no país.

Coube ao *Batalhão Angola* a administração de algumas QA, cada qual a cargo de uma de suas companhias de fuzileiros. Segundo os procedimentos padronizados de operação da UNAVEM III, o comando da área era atribuído ao comandante da companhia, embora o enquadramento disciplinar dos homens da UNITA fosse da alçada de um comandante de campo dessa facção.

A companhia de fuzileiros competia a segurança da área de aquartelamento, com ênfase para os depósitos de gêneros e para o ponto de coleta de armas. Seu comandante, por exercer também o comando da QA, tinha de se relacionar com o comandante de campo da UNITA e com funcionários civis da ONU encarregados da ajuda humanitária, da desmobilização, da logística, do transporte e da higiene da área.

Ações peculiares ao ambiente urbano

O Btl F Paz deve preparar-se para as tarefas inerentes ao cenário urbano, já que a maior parte de suas atividades tem lugar nesse tipo de ambiente. Assim, seus elementos devem ser adestrados no controle de distúrbios civis, nas operações de isolamento e busca, na defesa de pontos sensíveis e nas ações contra franco-atiradores. Sob tal enfoque, o combate em localidade deve ser igualmente considerado, pois o acirramento dos ânimos pode levar à ocorrência dessa hipótese.

Conforme já foi exposto, a simpatia ou a aversão de uma comunidade em relação à força multinacional subordina-se a parâmetros extremamente mutáveis. Situações de tensão tanto podem gerar-se dos mais ingênuos incidentes como podem ser induzidas pela facção que controla aquela sociedade.

Quando o batalhão ou suas frações enfrentarem ameaça proveniente de grupos sem organização, desarmados ou levemente armados, é importante a pronta ligação com as autoridades locais e a identificação dos

líderes da turba. No entanto, a falência da negociação e o recrudescimento da hostilidade podem conduzir à reação da tropa. Nesse caso, é essencial que tal resposta, sendo firme o bastante para garantir a dissuasão, guarde proporção com a ameaça. Assim, o emprego de força letal contra um grupo de populares armados de pedras e porretes pode comprometer a atuação da tropa junto àquela comunidade e, por extensão, à parte em luta à qual ela se liga.

O ambiente urbano encontrado nas operações de paz é extremamente intrincado, pois, não obstante a proximidade das facções rivais, coexiste de cada lado - e às vezes na terra de ninguém que separa os dois lados - o público civil. Em um quadro em que a força de paz esforça-se para distinguir áreas de segurança satisfatória, os franco-atiradores colocam-se à vontade para selecionar suas vítimas.

A ação desses indivíduos suscita cuidados especiais por parte dos elementos do Btl F Paz que transitam em sua área de atuação. A unidade deve submeter seus elementos ao treinamento de técnicas de ação imediata

contra o fogo de franco-atiradores, as quais devem guardar consonância com as regras de engajamento e considerar a hipótese de tal reação ter lugar em meio a um grupo de civis. Uma medida largamente empregada em Sarajevo era o posicionamento de equipes contra franco-atiradores nos pontos em que sua atuação era particularmente frequente. Essas equipes guardavam carros blindados dotados de canhões de vinte milímetros ou constituíam-se, simplesmente, de atiradores de elite armados com fuzis de meia polegada e auxiliados por telêmetros a laser. Quando o primeiro disparo era realizado contra os pedestres ou as viaturas que circulavam em suas adjacências, a equipe informava à célula de operações do setor, que autorizava a retaliação. A potência e a precisão do fogo devolvido eram sempre suficientes para silenciar o franco-atirador.

Durante os dezesseis meses nos quais o FAIBRAS atuou em território dominicano, tornou-se possível aquilatar a real importância das operações militares em terreno urbano para o desenrolar das missões de

paz. Ali, o destacamento brasileiro não só teve a oportunidade de praticar intensivamente as técnicas que facultam o controle de áreas edificadas, como foi conduzido, também, a engajar-se no combate com as partes em luta. Uma dessas ocasiões foi assim descrita

A simpatia ou a aversão de uma comunidade em relação à força multinacional subordina-se a parâmetros extremamente mutáveis. Situações de tensão tanto podem gerar-se dos mais ingênuos incidentes como podem ser induzidas pela facção que controla aquela sociedade.

pelo Major José Costa, em sua monografia a propósito dos ensinamentos colhidos pelo Exército Brasileiro quando da destinação de contingentes para atuar em Suez e São Domingos:

O isolamento de Ciudad Nueva constituiu-se numa operação de substituição de tropas americanas e a ampliação da Zona Internacional de Segurança. Nessa

missão registraram-se os fatos de maior monta, como os combates dos dias 15 e 16 de junho, onde tivemos os nossos primeiros feridos após violenta troca de tiros com os 'rebeldes', e na noite de 29 de agosto, onde tivemos um ferido, após serem disparados cerca de 17.000 tiros de armas leves.

CONCLUSÃO

Ao longo deste ensaio, foi constante a preocupação do autor no sentido de caracterizar, com realismo, o ambiente em que vivem os integrantes de uma unidade de força de paz. Sobretudo, procurou-se evidenciar a possibilidade de uma tropa destinada a atuar em ação de Manutenção da Paz ser conduzida à permanência, pelo menos temporária, no ambiente de Imposição da Paz.

Essa permanência deve ser considerada por ocasião da organização do Btl F Paz. Ainda que o organismo internacional defina os requisitos desejáveis para a unidade, cabe ao país cedente a maior parcela de preocupação com a segurança de seu contingente.

Como foi visto, a arte de organizar uma unidade de

força de paz reside na adequada combinação de agilidade e letalidade. A difícil conciliação desses requisitos sugere a constituição da unidade com base nos parâmetros utilizados para os batalhões de infantaria leve, em particular no que concerne à especificidade de seus morteiros e armamento anticarro. A alocação de blindados, sempre desejável, dependerá de como o terreno condiciona o transporte e o movimento de carros na região de operações.

A idéia conclusiva que deriva de todas essas considerações é clara: o Btl F Paz tem de estar em condições de combater, apesar de não lhe ser formalmente atribuí-

do um inimigo. Em decorrência disso e diante da natureza pacífica da operação, avulta a importância das regras de engajamento.

Este ensaio enfatizou a necessidade da prática exaustiva dessas normas. O treinamento deve habilitar o soldado a agir por reflexo, pois suas respostas deverão ser tão instantâneas como se pretende que sejam no combate regular, em que as regras de engajamento não têm tamanha rigidez. Durante seu adestramento, a tropa deve vivenciar a tensão que caracteriza os momentos mais críticos de uma operação de paz. Sem esse grau de realismo, que não é atingido senão por intermédio de situações

simuladas, é impossível a obtenção de resultados confiáveis.

As missões de paz representam uma preciosa oportunidade para a divulgação dos valores nacionais e da qualidade do soldado brasileiro. Este aspecto, somando-se a outros já enfatizados, justifica o critério e o realismo que devem orientar, respectivamente, a organização e o adestramento das unidades destinadas às operações multinacionais, como forma de lhes garantir um desempenho superior. Sempre que assim proceder, a Força Terrestre estará transformando o Batalhão de Força de Paz em um poderoso vetor de projeção do Brasil no cenário internacional. ☐

A Guerra

André Corvisier

A obra expende conceitos relevantes sobre as missões militares do Estado e suas obrigações em relação ao pessoal das Forças Armadas. Embasada em fatos históricos e em lúcida interpretação e projeção desses fatos, Corvisier realiza uma magnífica e abrangente análise do fenômeno "guerra" em todos os seus aspectos.

Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: 0800-238365

Maria Quitéria de Jesus

Manoel Soriano Neto *

O artigo apresenta dados biográficos da heroína da Independência do Brasil, as distinções concedidas pelo Exército à mulher-soldado do Brasil e justifica sua ascensão a patrono do Quadro Complementar de Oficiais.

RECORRÊNCIA HISTÓRICA

A “soldado Medeiros”

Logo após a proclamação de nossa Independência, a Junta Conciliadora de Defesa, de Cachoeira, na Bahia, conclamou os baianos do Recôncavo a se alistarem para assegurar a liberdade do Brasil.

Como nos ensina a escritora inglesa Mary Graham, *Maria Quitéria sentiu o coração arder no peito* e solicitou o consentimento do pai, Gonçalo Alves de Almeida, para ingressar nas fileiras das forças patrióticas que, celeramente, se formavam em solo baiano.

O velho pai da destemida moça negou a autorização pedida; porém, Maria Quitéria não desistiu de seu

intento e, com a cumplicidade de uma irmã e do cunhado José Cordeiro de Medeiros, abandonou o lar vestida com as roupas de José Medeiros, assentando praça num regimento de artilharia, passando depois para a infantaria, ocasião em que se integrou ao “Batalhão de Voluntários do Príncipe D. Pedro” ou “Batalhão de Periquitos”, assim cognominado por causa do verde bem acentuado das golas e dos punhos da farda dos seus componentes. Quando se apresentou para a guerra, ela deu o nome de “Medeiros”, em reconhecido agradecimento aos favores que sua irmã e o cunhado Medeiros lhe prestaram.

Destarte, iria surgir a legenda de Maria Quitéria de

Jesus, que escondeu a sua condição feminina, fato descoberto antes de a guerra terminar, passando à História o exemplo de bravura e extremado patriotismo do “soldado Medeiros”...

Honras e glórias de Maria Quitéria

Em incompleta e perfundatória síntese, alistaremos alguns dos gloriosos feitos de Maria Quitéria e as distinções por ela recebidas e que, não apenas por isso, a indicaram, merecidamente, para Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército:

- o engajamento como voluntária nas forças libertadoras, escondendo a sua condição de mulher, após abandonar a casa paterna e tudo o que lhe era mais significativo;

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

- o privilégio de ter sido a primeira mulher que assentou praça numa unidade militar em nosso País;
- o valor, a bravura e a intrepidez por ela demonstrados em sangrentos combates, como em Conceição, Pituba, Itapuã e na Foz do Paraguaçu, constatados em vários e enaltecedores elogios que lhe foram formulados;
- o recebimento das honras de 1º Cadete, que lhe foram outorgadas pelo General Pedro Labatut, comandante do Exército Imperial Nacional e Pacificador, como preito de reconhecimento àquela que se tornou a maior heroína do Brasil;
- a incumbência que lhe foi confiada, de ser um dos emissários que levariam a notícia da vitória baiana a D. Pedro, no Rio de Janeiro, quando ela foi condecorada pelo próprio Príncipe Regente;
- a concessão por D. Pedro, em 1823, do soldo de Alferes de Linha e da comenda de "Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro", à humilde baiana, que, como consta do Decreto Imperial, "*se alistaranaasfileirasdoExército, para debelar os inimigos da Pátria e se distinguir em ocasiões das mais arriscadas de combate,*

em que sempre se portara heroicamente";

- a oferta, ao final da campanha, pela Junta Conciliadora de Defesa, de Cachoeira, de uma bela espada, com todos os seus acessórios, "*à moça-cadete do Batalhão dos Periquitos*";

- a consagração pela historiografia nacional, que lhe conferiu honrosos epítetos como "Heroína da Independência do Brasil", "Cadete da Independência", "a Joana D'Arc Brasileira" e "a Mulher - Soldado do Brasil";

- a reverência da Força Terrestre, determinando, por meio do Aviso Ministerial nº 408, de 11 de maio de 1953, a inauguração, em todos os quartéis, do retrato de nossa "mulher-soldado", no dia 21 de agosto de 1953, o do centenário de falecimento de Maria Quitéria, homenagem que, por uma singularíssima e feliz coincidência histórica, seria prestada na "Semana do Soldado", no mesmo ano do sesquicentenário de nascimento de outro herói da Independência na Bahia e Patrono do Exército Brasileiro - o Duque de Caxias;

- o reconhecimento e a gratidão do Exército à intromorata sertaneja baiana, instituindo pela Portaria

Ministerial n.º 342, de 21 de agosto de 1953, a "Medalha de Maria Quitéria" e o respectivo diploma, a serem concedidos a *civis ou militares que tenham, em qualquer parte do território nacional, contribuído ativamente para o brilhantismo e a repercussão das homenagens cívicas, prestadas à gloriosa Cadete da Independência*";

- ainda o reconhecimento do Exército que, na edição de sua história, em 1972, justamente no ano do sesquicentenário da Independência, exalta, exponencialmente, a brava participação da intrépida guerreira nas lutas travadas na Bahia por nossa emancipação política;

- a denominação histórica de "Maria Quitéria" dada à primeira Turma do Quadro Complementar de Oficiais, que recebeu o segmento feminino pioneiro na Corporação, formada em 1992, na Escola de Administração do Exército, sediada em Salvador-Bahia;

- a instituição do extraordinário nome de Maria Quitéria de Jesus para Patrono do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), magna honorificência castrense, látorea assaz restrita que alçou a "Heroína da In-

dependência” à galeria dos memoráveis patronos das Armas, Quadros e Serviços do Exército Brasileiro; e mais: tal instituição foi também uma homenagem extensiva à mulher brasileira, que, desde sempre, deu soberas provas do mais lídimo sentimento de amor à pátria, na Insurreição Pernambucana (com Clara Camarão e as mulheres de Tejucupapo), durante a Guerra do Paraguai (com o estoicismo de Rosa da Fonseca e Ana Neri), com as enfermeiras da FEB e destas às atuais integrantes do QCO, do Quadro de Saúde e dos Colégios Militares, hoje perfeitamente congregadas à Força Terrestre Brasileira.

Acrescente-se, ainda, que o Decreto Presidencial, de 28 de junho de 1996, foi propositadamente publicado no DOU, de 1º de julho do ano fluente, no dia anterior ao da maior e mais tradicional festa baiana, o “Dois de Julho”, para que se desse o máximo de destaque ao importante marco histórico em que os baianos comemoraram a “Independência da Bahia”, porquanto, naquela data, em 1823, o “Exército Libertador”, do qual Maria Quitéria fazia parte, entrou vitoriosamente

em Salvador, abandonada, de véspera, pelos portugueses derrotados.

Caxias e Maria Quitéria

Em janeiro de 1823, D. Pedro criou o “Batalhão do Imperador”. Esse batalhão constituiu-se na tropa de elite do Exército Nacional que se formava: eram mais

de setecentos homens, escolhidos pessoalmente por Dom Pedro, entre os militares das diversas unidades da Corte. O comando coube ao Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio do ajudante e porta-bandeira da Organização, o Tenente Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. O Tenente Luís recebera o novo pavilhão do Império a ser conduzido pelo batalhão, das mãos de D. Pedro, em tocante solenidade ocorrida na Capela Imperial.

O recém-formado “Batalhão do Imperador” logo



Maria Quitéria de Jesus.

embarcou para terras baianas, onde participaria das lutas pela liberdade do Brasil, nas quais se distinguiu, pela bravura e destemor, o jovem Tenente Luís Alves, ficando célebre a tomada de uma casa-forte onde o inimigo se entrincheirara, tendo o futuro Patrono do Exército, no comando de uma companhia, se lançado ao assalto da posição, conquistando-a, não sem antes progredir sob nutrido fogo.

No mesmo cenário, Maria Quitéria se consagrava, atingindo os píncaros da glória, ao arrostar os perigos

da luta, com inexcedíveis patriotismo e coragem.

Em 2 de julho de 1823, entram triunfantes na capital baiana, o “Batalhão do Imperador”, com a Bandeira do Império conduzida pelas mãos firmes do Tenente Alves de Lima e Silva e o “Batalhão de Voluntários do Príncipe D. Pedro” (ou “de Periquitos”), onde aclamadíssima pela população, desfila garbosa, com um saio *high lander* escocês sobre o uniforme, Maria Quitéria de Jesus ...

O General Jonas Correia Neto, que pesquisou o assunto, não encontrou registros a respeito de um possível encontro entre o futuro Duque e Maria Quitéria durante a guerra, mas, por certo, como afirma aquele historiador militar, o Tenente Luís Alves soube dos notáveis feitos marciais da já famosa heroína baiana.

Quis o destino entretanto que, em 1953 - ano do sesquicentenário de nascimento de Caxias (25 Ago 1803) e do centenário da morte de Maria Quitéria (21 Ago 1853), as festividades dos dois eventos fossem simultâneas e comemoradas na “Semana do Soldado”. Assim, animicamente, foram unidas as existências

modelares de Caxias e Maria Quitéria, que estiveram no mesmo campo de honra, no velho e bendito solo baiano, que, como nenhum outro, abriga as testemunhas sagradas da história brasileira: os seus vários fortes, as suas inúmeras igrejas, as prístinas tradições, enfim.

E em 1996, não custa repetir, o Exército Brasileiro recuperou-a de um semi-anônimo, não condizente com os tantos e tamanhos serviços por ela prestados à pátria, o célebre nome de Maria Quitéria de Jesus, elevando-a ao panteão da glória da Força Terrestre, por instituí-la Patrono do Quadro Complementar de Oficiais.

A ESCOLHA DO PATRONO E AS REPERCUSSÕES DO FATO

Processo de escolha

O QCO, criado em 2 de outubro de 1989, não possuía Patrono. A Secretaria-Geral do Exército fez publicar, então, no *Noticiário do Exército*, de 2 de Outubro de 1994, uma nota em que solicitava a indicação de um Patrono para o novel Quadro da Força, cujas propostas deveriam ser encami-

nhadas ao Centro de Comunicação Social do Exército (C Doc Ex).

O Centro de Documentação do Exército, depois que as propostas foram apresentadas, foi incumbido de elaborar um estudo para a escolha, entre os indicados, do personagem mais representativo. Das várias sugestões feitas, sobrelevou o invulgar nome de Maria Quitéria de Jesus, tendo a Chefia do C Doc Ex se louvado, basicamente, numa alentada e competente exposição de motivos encaminhada pelas 1º Tenentes QCO Adriana Périco e Regina Benini Moézia de Lima, ambas da “Turma Maria Quitéria”, 1992, a primeira a receber o segmento feminino do Exército.

O nome de Maria Quitéria de Jesus foi escolhido pela Secretaria-Geral do Exército, após a Diretoria de Assuntos Culturais ter se manifestado favorável à prioridade estabelecida pelo C Doc Ex, e, posteriormente, aprovado pelo Sr Ministro, resultando na edição de um Decreto Presidencial, assinado em 28 de junho e publicado no DOU, de 1º de julho de 1996.

Diga-se, também, em complemento e para caracte-

rizar a participação dos integrantes do QCO no culto às tradições militares, que a letra da Canção do Quadro, aprovada pela Port. nº 14-SGEx, de 30 de novembro de 1995, é de autoria da 1º Tenente QCO Alyne Alves Trindade, igualmente da "Turma Maria Quitéria" com melodia do 1º Tenente Músico Jacy Ferreira, do Batalhão da Guarda Presidencial.

As repercussões da escolha

A escolha de Maria Quitéria para o rol de insignes patronos da Instituição repercutiu de forma a mais favorável, para os públicos interno e externo da Força.

Além da projeção positiva da imagem da Corporação, que soube valorizar a mulher brasileira, na relembrança da maior heroína da nação, este fato ainda adquiriu proeminente dimensão histórica.

Eis que o Exército Brasileiro elevou uma mulher, a primeira a assentar praça numa unidade militar em nosso País, às culminâncias de seus mais ínclitos soldados.

Entretanto, foi no Estado da Bahia, terra de nascimento de Maria Quitéria,

que a alvissareira notícia ganhou amplas proporções, junto aos poderes estadual, municipal e a imprensa, como nos deu conta o Comandante da 6ª Região Militar, General-de-Divisão Cândido Vargas de Freire. A publicação no Diário Oficial da União, do Decreto Presidencial instituindo Maria Quitéria, Patrono do QCO, no dia 1º de julho, véspera da grande festa da "Independência da Bahia", ensejou o pronunciamento, por parte de gradas autoridades, de referências altamente encomiásticas ao Exército. Assim, a Prefeita de Salvador, Lídice da Mata e a Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Dra. Consuelo Pondé, referiram-se muito especial e enaltecedoramente ao Exército Brasileiro, antes do início do desfile comemorativo da maior festa baiana. A Prefeita, em um trecho de seu discurso, declarou que *"o Exército é um dos precursores da busca da projeção a nível nacional do 'Dois de Julho', através do reconhecimento oficial de uma das figuras mais representativas da história baiana, bem como do reconhecimento do papel da mulher na sociedade brasileira".*

DUAS DÚVIDAS SURGIDAS

O nome da Patrono

Quanto ao nome de Maria Quitéria existem duas preferências: a dos que só admitem a grafia "Maria Quitéria de Jesus" e a dos que acrescentam, a esse nome, o sobrenome Medeiros, no louvável intuito de tornar o personagem mais popular, a fim de melhor engrandecê-lo, na lembrança do "soldado Medeiros" da luta da Independência.

Verifica-se, pois, a existência de dois entendimentos para o problema: aquele dos documentos, das biografias e dos pesquisadores de tomo da história-pátria, e o nunca desprezível, porém acessório, da historiografia vulgar (no sentido de mais generalizada) que às vezes, se conflita com a de maior precisão e de mais mérito científico.

Oficialmente, o nome original, de batismo, Maria Quitéria de Jesus, nunca foi modificado. Quando galardoadas por Dom Pedro, constou nos respectivos decretos, o nome recebido na pia batismal. Outra irrefutável prova documental, de suma importância, dado o seu valor histórico e que comprova o que de foi

antes expendido, é a certidão de óbito de Maria Quitéria, trazida a lume pelo historiador Pereira Reis Júnior.

Diga-se mais, que vários historiadores, corifeus de nossa historiografia, não aderiram ao vezo (repita-se, salutar, para a maior projeção de tão notável vulto nacional) do acréscimo de "Medeiros" ao nome de Maria Quitéria de Jesus, tais como: Veiga Cabral, Barão de Loreto, Jonas Correia Neto, Álvaro Reis e o mais gigante entre eles, Pedro Calmon, inesquecível Presidente do IHGB, também baiano como Maria Quitéria e um de seus maiores apologistas.

O Exército Brasileiro preservou o rigorismo ortodoxo e, oficialmente, não cedeu ao modismo de acoplar "Medeiros" ao nome de Maria Quitéria, como se pode constatar no texto do importante Aviso 408 / 53, do ano do centenário de falecimento da heroína e quando da publicação da *História do Exército Brasileiro - Perfil Militar de um Povo*, em 1972.

Em consequência, o nome correto da Patrono do QCO é o que consta do Decreto Presidencial que o instituiu. Tal certeza exsurge com esqueleto em vetusta

e fidedigna documentação pública, timbrada de oficial, em verazes dados biográficos e opiniões de eminentes historiadores, tudo muito bem entendido, de há muito, pela Força.

Todavia, afigura-se-nos mui merecido, para a perpetuação da memória do "soldado Medeiros"- que notabilizou Maria Quitéria - o uso afetivo, sentimental, deste sobrenome, ajuntado ao verdadeiro nome de nossa "mulher-soldado", como também consideraram, e consideram, tantos historiadores e publicistas. Porém, que tal procedimento se verifique somente em documentos de secundária importância, tais como artigos, apologias, gravuras, cartazes promocionais etc.

Patrono ou Patrona?

Nossos principais léxicos distinguem bem os dois vocábulos: patrona é cartucheira e também padroeira, protetora (no sentido religioso); patrono é protetor, defensor. Assim, as duas palavras apresentam denominações semelhantes sob o aspecto de religiosidade, mas apenas "patrono" possui a semântica castrense, pois também significa "defensor".

O Novo *Dicionário da Língua Portuguesa*, 1^a Edição, de 1975, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, dirime de vez a dúvida, preucionando, tão somente no verbete "patrono", o seguinte: "*s. m. , bras. , chefe militar ou personalidade civil escolhida como figura tutelar de uma força armada, de uma arma, de uma unidade, etc., cujo nome mantém vivas tradições militares e o culto cívico dos heróis: Caxias é o patrono do Exército, Tamandaré é o patrono da Marinha e Santos Dumont é o patrono da Aeronáutica.*"

Assim, tal e qual a impensoalidade dos postos e graduações hierárquicas, quando dizemos a "Capitão Fulana", podemos afirmar que Maria Quitéria de Jesus é a Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército.

CONCLUSÃO

Justa e merecidamente, o Exército Brasileiro foi resgatar das páginas de nossa rica e bela história militar, o legendário nome de Maria Quitéria de Jesus, florão de uma raça, patriota humilde de que em momento de transe da nacionalidade,

despojou-se de tudo o que lhe era precioso para lutar pelo Brasil.

Ela, que possuía de acrisolado patriotismo, quando tentava convencer o pai a lhe dar permissão para o alistamento militar, lhe dissera: "é verdade pai, que não tens um filho homem, mas lembrai-vos de que as baianas do Recôncavo manejam tão bem as armas de fogo e o exercício da caça não é mais nobre do que a causa da Pátria. Deixa-me, pai, deixai-me ir disfarçada empuhar as armas em tão justa guerra".

Feliz, portanto, o Brasil, que sempre contou com homens e mulheres resolutos e de acendrado sentimento de amor à terra natal, e que, ao

brado de "pátria em perigo", souberam como ninguém, nos Guararapes, em Pirajá, em Tuiuti e Itororó, em Monte Castelo, arriscar e sacrificar a própria vida em defesa da honra da nação.

Hoje, quando a cobiça internacional se volta para o nosso país, lembremo-nos dos paradigmáticos exemplos dos Patriarcas da Força Terrestre nos montes Guararapes e dos Patronos da Instituição - eterna e invencível, Maria Quitéria entre eles...

Lembremo-nos, ainda, de que o "Exército é a mais lídima e representativa das instituições nacionais, o verdadeiro índice do povo brasileiro", segundo magistral conceito do consagrado e saudoso sociólogo Gilberto Freire.

E, por derradeiro, em uma imersão na saudade do glorioso pretérito do Exército de Caxias, na ufania de que Maria Quitéria de Jesus é, hoje, um dos Patronos da Força, lembremo-nos de que quando um povo entra a esquecer, nos prazeres fugacíssimos da vida, dos vultos mais salientes, dos feitos marcantes de sua Gesta, daqueles que mais se sublimaram pelo saber, pela santidade, pelo heroísmo ou pelo martírio, ninguém deve maravilhar-se de vê-lo, um dia, desagregado, desvirilizado, desacreditado, e ainda por maior desdita, escravizado pelos outros povos. É a lição triste da História - "a mestra da vida", "a mestra das mestras"...

Eia, Avante!

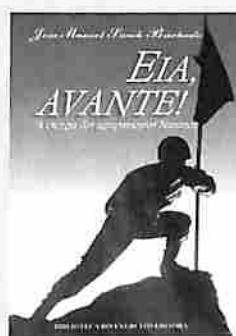
João Manoel Simch Brochado

O autor conta fatos diversos de seus quarenta anos de vida militar e comenta fatos políticos de que participou ou, sobre os quais leu, e utiliza esse material para comprometer o leitor com idéias, conceitos, discussões e polêmicas. Narra e comenta variados episódios e temas da história, da política, da literatura para provar seus pontos. A obra é resultado de pesquisa, análise e laborioso trabalho intelectual realizado por alguém que exerceu com competência a profissão militar e que pretende transmitir sua experiência, seu estímulo e sua fé às novas gerações.

Obra avulsa

**SEJA VOCÊ TAMBÉM
NOSSO ASSINANTE!**

Ligue grátis: 0800-238365



BIBLIEC Ano 117

*Luiz de Alencar Araripe**

Matéria extraída do texto da alocução proferida na Sessão Solene comemorativa do 117^a aniversário da Biblioteca do Exército, em 17 de dezembro de 1998.

No Salão de Honra da Biblioteca do Exército, o quadro a óleo de Álvaro Martins faz-nos retroceder mais de um século. O artista nos leva ao dia 2 de janeiro de 1882, à cerimônia de instalação da Biblioteca em uma sala do velho Quartel-General da Corte, no mesmo local onde está hoje o Palácio Duque de Caxias.

Sentado, tendo em torno a família real, D. Pedro II, o *Imperador Filósofo*, como o chamou Pedro Calmon¹, à vista de seu gosto mais para as coisas do intelecto que para as do poder. De pé, o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, cargo hoje correspondente a Ministro do Exército, Condeleiro Franklin Dória, futu-

ro Barão de Loreto, no vigor dos seus 46 anos, o olhar severo voltado para um jovem oficial que discursa. É o Tenente Tito Antônio do Amaral, proferindo sua fala de posse de bibliotecário da nova organização militar. Ao fundo, vultos de grandes figuras do Império. Um general de longos bigodes brancos, um eclesiástico com as vestes encarnadas e participantes anônimos do acontecimento.

O artista bem retrata a pompa e circunstância com que nasce a *Bibliotheca do Exército*, a *Bibliex*, a *Casa do Barão de Loreto*.

A ela pode-se aplicar o lugar comum de ter nascido em berço de ouro. Po-

rém, como toda construção humana, sua existência foi um alternar de triunfos e revezes, de fases de prestígio e de esquecimento, de grandes expectativas e de rudes desencantos. Não há por que tentar resumir mais de um século de vida de nossa instituição, muito bem descrito e comentado por seu ex-diretor (1954/1960), o ilustre Coronel Professor Umberto Peregrino, em *História da Biblioteca do Exército*.² Preferível será recordar flagrantes da sua existência – uns porque parece útil lembrar nos dias de hoje, outros, de importância menor, mas que são inéditos, conhecidos apenas em reduzido círculo, cuja divulgação é julgada oportuna.

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior

¹ Calmon, Pedro – *O Rei Filósofo - Vida de D. Pedro II*, Companhia Editora Nacional, 1938.

² Peregrino, Umberto Séabra Fagundes – *História da Biblioteca do Exército - Um capítulo da História Cultural do Brasil*

A FUNDAÇÃO Antecedentes

A fundação da Biblioteca ocorre dez anos após a Guerra da Tríplice Aliança. A Nação e seus governantes já haviam esquecido os sacrifícios feitos para repelir a mais séria agressão à sua soberania e integridade territorial. O Exército voltara a ser negligenciado no equipamento, na preparação dos quadros e da tropa, no soldo de seus homens. O Coronel J. B. Magalhães³ bem descreve a situação, as medidas adotadas pelos chefes militares para enfrentá-la e lista, dentre elas, a criação da Bibliex. O Imperador, necessariamente, apoiou seu Ministro da Guerra, não obstante comentar-se seu pouco apreço pela força de terra. Estavam em estado larvar os fatores que haveriam de gerar a Questão Militar e a República.

O Fundador

Franklin Américo de Menezes Dória é o primeiro dos homens providenciais da Biblioteca. Conselheiro, depois Barão de Loreto, foi figura de relevo do Império:

membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados e da Academia Brasileira de Letras; Deputado Provincial e Geral, Presidente do Piauí, do Maranhão e de



Pernambuco; Ministro da Guerra (1880) e do Império (1889). Foi poeta, orador e professor.

Por ocasião do centenário desta Casa, seu Diretor, o Coronel Aldílio Sarmiento Xavier, pediu a Pedro Calmon que escrevesse a biografia do, no seu dizer, *notável, porém pouco lembrado Barão de Loreto*.

Pedro Calmon, professor, historiador, membro do Conselho Editorial da Bibliex e baiano, como Dória, em

três meses entregava a biografia para publicação.⁴ Não se trata de obra meramente laudatória. Calmon pontilha seu livro com mordacidade e irreverência, minhas conhecidas pessoais, desde os tempos em que fui seu aluno na Faculdade Nacional de Direito.

Franklin Dória nasceu na Bahia, na casa-grande da fazenda do Loreto, na ilha do Frade, no Recôncavo Baiano, em 1836. Poeta desde a meninice, na maturidade conquistou a cadeira de *Retórica, Poética e Literatura Nacional* do Colégio Pedro II, em concurso a que assistiu o Imperador. Bacharel em Direito, exerceu com êxito a advocacia. Fez carreira na política.

Simpático, de boas maneiras, diz seu biógrafo, que o descreve através de fotografia extraída de álbum da Condessa de Barra: *barba curta emoldurando a face morena, cabelos cacheados na ponta, negros e grandes olhos, o nariz grego, a contrastar com a tez mestiça, vistoso tipo de rapaz enfiado pelo remoto caldeamento das raças ao sol generoso da Bahia*.

³ Magalhães, J. B., General - *A Evolução Militar do Brasil*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1998 - p. 295.

⁴ Calmon, Pedro - *Franklin Dória - Barão de Loreto*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1982.

Calmon assinala a importância, na carreira de Franklin Dória, do casamento com a filha mais velha do Senador Paranaúá, Maria Amanda, a Amandinha, como a chamavam. Amandinha merecia carinho particular da Família Imperial. Amiga da Princesa Isabel desde os tempos de criança, esta, numa brincadeira, atingira-a com um forcado. D. Pedro II proporcionou-lhe os cuidados dos melhores médicos, mas a menina acabou perdendo o globo ocular substituído por um olho postiço. *Com Amandinha, deixa-se absorver pelo serviço da Princesa Isabel*, diz Pedro Calmon.

Franklin Dória acompanhou o Conde d'Eu na viagem a Santos, Paranaguá e Desterro, hoje Florianópolis; foi vereador da Imperial Câmara e secretário da Imperatriz.

Em 1880, cai o ministério conservador e sobe o liberal, assumindo a Presidência do Conselho o amigo de Franklin, Conselheiro Saraiva. Franklin está deixando a presidência de Pernambuco e recebe o tí-

tulo de *Conselheiro* pelos serviços prestados. Ao chegar ao Rio, *Saraiva convidiou-o para dirigir os negócios do Exército!*, escreve Calmon com um ponto de exclamação. E acrescenta, com a mordacidade a que me referi: *E como se fosse pouco gerir carências militares, confiou-lhe, em 3 de novembro, em caráter interino, o Ministério de Estrangeiros*. Mais adiante, volta a alfinetar a nomeação do novo ministro: *Nada fizera antes que mostrasse aptidão para os assuntos militares.*⁵

Houve, no Império, um grande número de Ministros do Exército civis, mas o critério de sua nomeação era político, pouco tendo a ver com sua competência. No entanto, Franklin Dória recebe de chefes militares cumprimentos pela nomeação. Dentre eles, os do Coronel Floriano Peixoto, com quem privava em Pernambuco, e que lhe gabava o *tino administrativo*, do qual a *gerência dos negócios da classe* muito tinha a esperar. O filho do General Osório corrobora com esse juízo, e dá a nomeação de Franklin Dória como motivo para cessar a oposição ao governo.⁶

A Iniciativa do Conselheiro

Assim, chegamos a 17 de dezembro de 1881, menos de um ano após a posse do novo ministro e data do decreto de fundação da Biblioteca do Exército.

A iniciativa do Conselheiro faz lembrar a recomendação do Marechal-Conde de Lippe, constante da Memória remetida a Portugal, um século antes, em 1793. O Conde comandara as forças luso-britânicas em 1762, na guerra contra Espanha e França, sendo depois contratado pelo Marquês de Pombal para reorganizar o Exército português. Lippe ficou conhecido por seus draconianos *Artigos de Guerra*, mistura de código penal militar e regulamento disciplinar, em que, segundo costumes da época, eram previstos severos castigos corporais. Ao enunciado de grande número de delitos, alguns deles que seriam hoje transgressões disciplinares, seguia-se, em estilo curto e duro, a punição: *será arcabuzado*. Os *Artigos de Guerra* vieram para o Brasil, e vigoraram no Exército até a República. Vestígio bem-humorado de tão terrível sanção é o uso do

⁵ Calmon, Pedro - Ob. cit. p.129
⁶ Idem, p. 129

verbo *arcabuzar*, na gíria dos quartéis, com o significado de dar parte, punir disciplinarmente.

A essa face dura de disciplinador, o Conde unia qualidades de competente soldado e intelectual. Na sua *Memória*, preconizava a organização de bibliotecas nos corpos de tropa do Exército Português, porque *a leitura serve para formar-se o espírito militar e prover-se de idéias*. Nada haveria que acrescentar hoje a essa recomendação, que vinha acompanhada de uma relação de livros a serem adquiridos pelos militares portugueses.

Franklin Dória diz que a Biblioteca do Exército atende *interesse vital* da classe militar, *para o que compreenderá publicações de caráter militar e outras, concernentes a vários ramos de conhecimentos gerais*. O Regulamento da nova organização militar diz que ela visa proporcionar instrução a oficiais e praças do Exército, mas é franqueada ao público em geral. Rarefeito que era o ambiente cultural militar brasileiro, Dória manda adquirir livros e assinar revistas na Europa, em especial na França.

⁷ Peregrino, Umberto - Ob. cit. p. 50

⁸ Idem, p. 24

⁹ Além da *Revista do Exército Brasileiro*, *A Defesa Nacional* e a *Revista Militar de Ciência e Tecnologia* hoje são editadas pela Bibliex.

Dados estatísticos mostram o crescimento e a aceitação da Biblioteca. Fundada com 3.000 volumes, em 1882, recebeu nesse ano 2.000 visitantes, 1.600 deles paisanos, como ficou registrado; cinco anos depois, o número de volumes subiu para 10.000, além de mapas, plantas de fortificações e autógrafos. O número de leitores foi de 4.000. Em 1922, a Bibliex possuía 15.000 volumes.⁷

No mesmo ano e mês da instalação da Biblioteca, janeiro de 1882, um grupo de jovens oficiais funda a *Revista do Exército Brasileiro*, voltada para o *militar estudioso*, permitindo-lhe manter-se a par dos fatos de maior importância ao seu interesse e ilustração. O Ministro Franklin Dória disse ser a Revista recém-fundada, o complemento da biblioteca que estava criando; no entanto, um ano depois de sua fundação, os dirigentes da Revista lamentavam terem sido frustrados em suas esperanças, e resumiam: *hoje podemos dizer que no Exército Brasileiro não se lê*.⁸ Outras fases de desencanto semelhante aconteceram,

mas a *Revista do Exército Brasileiro* venceu-as, e hoje é editada trimestralmente pela Bibliex.⁹

Já a Biblioteca continava um sucesso. Quando cai o Império, o Barão de Loreto acompanha a família real no exílio. O Colégio Pedro II vira Ginásio Nacional e Loreto é expulso de sua congregação e demitido da cadeira vitalícia conquistada. Em 1890, voltou ao Brasil e ao exercício bem-sucedido da advocacia. Mais tarde, veio a obter na Justiça indemnização pela iniquidade praticada pela República. Em 1902, visita a instituição que fundou, e que continua a crescer. Em 1906, morre, e é sepultado no Cemitério São João Batista. O Ministro da Guerra, General Argolo, manda suspender o expediente na Bibliex.

A TEMPESTADE EM CÉU CLARO

No dia 6 de maio de 1922, como a tempestade em céu claro de que falam os aviadores, ocorreu o grande desastre, a morte súbita, inexplicável, da Biblioteca

do Exército. Um aviso do Ministro da Guerra do atrabalhado governo do Presidente Arthur Bernardes, Marechal Setembrino de Carvalho, fechou-a até ser convenientemente instalada em edifício próprio adequado a esse fim.

Os 15.000 livros e os documentos do acervo, muitos deles raros, foram espalhados por destinos vários. Um terço dessas obras preciosas viria a perder-se para sempre.

O Marechal Setembrino de Carvalho, há dois dias, teve sua fotografia inaugurada pelo Clube Militar de que foi, por duas vezes, presidente. Chegou ao último posto do Exército e nele desempenhou importantes cargos, além de ministro. Sua decisão de fechar a Biblioteca do Exército certamente não decorreu da necessidade de buscar *um edifício adequado*. Ela até hoje permanece inexplicada.

O fechamento é tão surpreendente quanto o fato de ter durado 12 anos, ao longo da administração de seis ministros da guerra, dentre eles o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, homem de conhecidos dotes de inteligência e cultura. E

mais tempo ainda permaneceria fechada, não fossem a determinação de um coronel de cavalaria e suas relações com o Ministro da Guerra, em 1937, no governo do Presidente Getúlio Vargas.

O RENASCIMENTO

Se ninguém parece saber porque a Biblioteca foi fechada em 1925, e porque assim permaneceu por longo tempo, o General Salm Miranda explica como renasceu, em 1937. Ele deixou registrado o que ouviu do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, sobre o Coronel Valentim Benício, seu Chefe de Gabinete, e a Biblioteca que fora recentemente recriada. Vale a pena reproduzir na íntegra as palavras do ministro, citadas pelo General Salm:¹⁰

o Benício veio a mim, contou-me como fora extinta a antiga Biblioteca, cujo acervo estava distribuído por destinos ignorados, falou-me da necessidade e na oportunidade de ser ela restaurada, em benefício da cultura do Exército, e me expôs a sua idéia de restaurá-la com o sentido novo e dinâmico de uma seção editora. E pediu o meu apoio. Eu lhe respondi: "Você tem carta branca, pode providenciar tudo com meu apoio". E ele meteu mãos à obra.

Aí estava sintetizada a concepção de Valentim Benício sobre a Biblioteca. Não se tratava, apenas, de restaurá-la, o que já seria muito, mas de restaurá-la com o sentido novo, dinâmico, de uma seção editora. Assim a viu, e assim a recriou o coronel.

Misto de *troupier* e de intelectual militar, o Coronel Waldyr da Costa Godolphim, ex-Diretor da Biblioteca (1969/73), escreveu a biografia do recriador da Bibliex. Vale recordar alguns traços do biografado.

Valentim Benício da Silva sentou praça, como soldado voluntário por três anos, no 30º Batalhão de Infantaria (20 de agosto de 1900). Percorreu todos os degraus de praça: anspeçada, cabo-de-esquadra, furriel, 2º Sargento, sargeanteante. Aluno da Escola Militar, dela foi excluído, quando de seu fechamento. Matriculou-se na Escola de Guerra, em Porto Alegre, de onde saiu aspirante a oficial, em 1908, para servir no 3º Regimen-

¹⁰ Godolphim, Waldyr da Costa, Coronel - Obra cit., p. 29

to de Artilharia de Campaña. Cursa a Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo, é promovido a 2º tenente, e mandado servir no 8º Regimento de Cavalaria. A cavalaria passou a ser a sua arma. Fez o curso de Estado-Maior e esteve à disposição da Missão Militar Francesa, que tantos serviços prestou à instrução do Exército na década de 20.

Adido Militar à Embaixada do Brasil na Argentina, conheceu a Biblioteca do Oficial, que lhe serviu de inspiração para recriar a Biblioteca do Exército. Comandou o 11º Regimento de Cavalaria Independente, em Ponta Porã. Foi conferencista do Estado-Maior do Exército, Comandante da Escola de Cavalaria, fundador e presidente da revista *Cavalaria*. Chefe de Gabinete do Ministro Dutra, ele deflagra e conduz o processo de ressurreição da Biblioteca do Exército, que começa com uma exposição de motivos ao ministro, e continua com a feitura do decreto de criação, o regulamento, a instalação, a presidência da Comissão Diretora e a consolidação da Biblioteca como o instrumen-

to de difusão cultural que é hoje.

A antiga Biblioteca do Exército renasce como Biblioteca Militar, e assim fica até 1949, quando volta a seu nome anterior. Muito mais importante do que a mudança de nome foi a idéia de Benício de ampliar-lhe a destinação, fazendo-a, também, uma editora, um clube do livro, como permanece até hoje. *O Catálogo de Publicações 1938/98* lista, por títulos, autores e assuntos, o que foi editado pela Biblioteca nos 60 anos de sua nova fase.¹¹

Competia a direção da Biblioteca a uma Comissão Diretora de 5 membros, três militares e dois civis. Seus primeiros integrantes foram o Coronel Paula Cidade, o jornalista e escritor Carlos Maul, o escritor e acadêmico Luiz Edmundo e o Capitão Severino Sombra, hoje um nonagenário vigoroso, Presidente da Universidade de Vassouras. O presidente natural da Comissão, de julho de 37 a abril de 1942, durante cinco anos, foi o Coronel e depois General Benício.

Um dos seus primeiros esforços, sempre com o in-

variável apoio do Ministro Dutra, foi reunir o acervo da antiga Biblioteca – livros, móveis, quadros, bustos, placa de fundação – que se achavam espalhados por diversas organizações militares e pela Biblioteca Nacional.

O original do decreto de criação da Biblioteca do Exército, assinado pelo Imperador D. Pedro II e referendado pelo Ministro Franklin Dória, somente regressou à casa em 1997, por iniciativa do seu Diretor, Coronel Luiz Paulo Maceado Carvalho, e a gentileza da direção do Museu Histórico Nacional.

Além da Biblioteca, o General Benício organizou a Secretaria Geral do Exército, órgão do qual foi o primeiro chefe. Sua foi a idéia de criar uma Diretoria de Assuntos Culturais, segundo informa seu colaborador, General Salm de Miranda.

Quase que ao mesmo tempo em que a Biblioteca, nasceu o Instituto de Geografia e História Militar, instalado em 15 de novembro de 1938, do qual Benício foi sócio fundador. Escreve o Coronel Godolphim: *o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a Biblioteca, desde esses atos, têm sido dos mais*

¹¹ Biblioteca do Exército Editora, *Catálogo de Publicações - 1938/1998*

unidos irmãos. Zelando sempre pelo mútuo desenvolvimento, cada um ampara o outro.

Nomeado Diretor pelo Ministro Zenildo Lucena, em 1994, e recentemente reeleito Presidente do Instituto, o Coronel Macedo de Carvalho corporifica, no mais alto grau, essa convergência de esforços das duas organizações, uma governamental e a outra privada.

Em tempos de rigores financeiros como os atuais, tal conjugação de esforços tem suas virtudes, e vem sendo apoiada pelo Ministro Zenildo. Haja vista que o Instituto, até hoje sem sede própria, nem fonte de renda outra que a anuidade de 120 reais de seus sócios, já teve meia dúzia de sedes ocupadas a título precário. Até recentemente, durante cerca de dois anos, realizou suas sessões no Instituto Geográfico e Histórico do Brasil. Atualmente, aloja-se na Casa de Deodoro, completamente reformada, sob a orientação do Presidente do Instituto e Diretor da Biblioteca do Exército. Contrato de comodato com o Ministério do Exército, garantir-lheá sede, senão permanente, pelo menos estável.

Algo semelhante acontece com *A Defesa Nacional*,

uma cooperativa incapaz de manter-se com recursos próprios, o que torna difícil sustentar o proclamado no seu editorial de fundação:

Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes. Esta Revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar as coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver e de darmos a nossa opinião a respeito.

O Coronel Fernando Oscar Weibert fala da surpresa com que, em meados da década de 70 (governo do Presidente Ernesto Geisel), recebeu o telefonema do General Alacyr Frederico Werner, Secretário Geral do Exército, convidando-o para dirigir a Bibliex. Weibert, modestamente, ponderou não formar dentre os intelectuais do Exército, e Werner respondeu-lhe estar de acordo com esse juízo; além do mais, necessitava de sua provada competência de administrador. O Ministro, General Fernando Belfort Bethlem, queria desenvolver a Bibliex, e Weibert seria o homem para isso. E realmente era.

O novo Diretor da Bibliex conduziu uma vigorosa campanha publicitária em diversos setores, inclusive pela TV Globo e pela TV Educativa, conjugada com a concessão de vantagens para os novos assinantes. Mais uma realização do seu Exército, diziam as inserções sobre os lançamentos de novos livros da Bibliex.

Os resultados foram extraordinários. Conta o Coronel Weibert que de todo o Brasil lhe chegavam pedidos de livros e de novas assinaturas. O General Lyra Tavares e o professor Pedro Calmon formavam dentre os acadêmicos assíduos no comparecimento aos eventos da Bibliex e, com eles, vinham outros acadêmicos. O número de assinantes, 12.259 em 1974, subiu para 14.004 no ano seguinte, atingindo o recorde de 23.412 em 1975. Brasileiros que até então ignoravam a Bibliex, tomavam-se de súbito entusiasmo por seus livros.

A Bibliex recebeu o prêmio *Destaque Marketing de 1976*, dado pela Associação Brasileira de Marketing. Em agradecimento pela colaboração das duas TV que haviam liderado o esforço de divulgação de seus livros, a Bibliex conferiu aos seus

diretores, Roberto Marinho e Gilson Amado, a Medalha Franklin Dória.

Passaram-se mais de vinte anos. Os livros editados pela Bibliex são de qualidade reconhecidamente muito boa e abrangem amplo espectro de assuntos. Mas eles não figuram nas resenhas literárias, nem têm sua publicação por outra forma divulgada. A censura nunca foi tão vigorosa e implacável como o patrulhamento.

O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Sobre outra atividade extremamente importante da Bibliex, julgo-me capacitado a dar depoimento válido, pois acompanhei-a em todos os seus estágios.

Refiro-me à obra em três volumes, e mais um, de mapas e esboços, editada em duas versões, uma em inglês, outra em português, obra que, sem favor e, mesmo, com incidência no chavão, merece o título de *monumental*.

O projeto de *O Exército na História do Brasil*, publicado em 1998, teve como base a *História do Exército Brasileiro*, a grande obra pioneira, planejada, elaborada

e editada pelo *Estado-Maior do Exército*, em 1972. Dentre o grande número de colaboradores dessa última, avultam duas figuras a quem muito deve a História Militar no Brasil, como o Coronel Francisco Ruas Santos, então Presidente da Comissão de História do Exército Brasileiro, responsável pelo Plano da Obra, e o General Antônio de Souza Júnior, o Diretor do Projeto no então Estado da Guanabara.

As diferenças entre *A História...* e *O Exército* não são apenas visuais. Enquanto que *A História* tinha como grande destinatário o próprio Exército, o livro de 1998, um projeto conjunto entre a Bibliex e o Grupo Odebrecht, destina-se a um público bem mais amplo, que inclui civis, nacionais e estrangeiros. O apoio da Odebrecht, com recursos financeiros e larga experiência na confecção de livros de arte, permitiu realizar-se obra de maior beleza e melhor qualidade artística e gráfica que a anterior. Escolheu-se o formato de livro de mesa e a apresentação de luxo, presente nas publicações Odebrecht.

Cada vez mais claras essas diferenças, buscou-se um nome para o novo livro.

Lembrando o conceito do Professor Pedro Calmon, de que a história do Exército confunde-se com a história do Brasil, foi proposto o nome logo por todos aceito - *O Exército na História do Brasil*.

O Exército na História do Brasil, como projeto conjunto que é, envolveu grande número de civis e militares: historiadores, pesquisadores, escritores, jornalistas, técnicos de variados domínios das artes gráficas e da editoração. Juntamente com os colaboradores de *A História...*, eles estão devidamente listados no primeiro volume do livro. Como Coordenador Geral aparece o nome do Coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, Diretor da Bibliex. Na realidade, além de coordenar o projeto, ele é o responsável por sua concepção, arquitetura, gerenciamento da execução e boa parte dela própria, além da proposta do título aprovado para o livro.

De volta do carnaval passado na Bahia, em 1995, trouxe o Coronel Macedo a notícia de que, graças ao General Agenor Homem de Carvalho, então Comandante da 6ª RM, havia se entrevistado como Diretor-Presi-

dente do Grupo Odebrecht, Dr. Emílio Odebrecht. Expusera-lhe a idéia de reeditar a *História do Exército Brasileiro*, e o Dr. Odebrecht imediatamente entusiasmou-se pela idéia e comprometeu-se a apoiá-la.

Obtida a autorização do Ministro do Exército, ele ligou-se aos altos dirigentes do Grupo, João Batista de Paiva Chaves, Coronel da Reserva, e Sr. Márcio Polidoro, este responsável pela comunicação empresarial e deflagrou o processo que resultaria no livro.

Testemunhei como o Coronel Macedo, auxiliado por seus subordinados da Bibliex, mergulhou em todas as atividades de produção. Promoveu e orientou pesquisas, escolheu gravuras, títulos, projetou capas, fez rescrever e rescreveu pessoalmente capítulos inteiros, fez a revisão final de toda a obra, texto e parte gráfica, introduzindo-lhe correções e melhoramentos, vencendo duras resistências, não raro. Tudo com a colaboração de civis e militares, como já foi dito, e com o decisivo apoio do Grupo Odebrecht.

Participante do projeto de *O Exército na História do Brasil*, sobre ele, aqui deixo este resumido depoi-

mento, eis que os esforços para publicarem estenderam-se por mais de dois anos, pontilhados de incidentes de percurso, o menor dos quais não terá sido o ultrapassamento de todas as previsões orçamentárias iniciais.

O CONSELHO EDITORIAL

O Conselho Editorial é o colegiado que decide, pelo voto dos conselheiros, sobre a conveniência, ou não, de um livro ser considerado para publicação pela Bibliex.

Logo nos meus primeiros dias de membro do Conselho, o Diretor da Bibliex entregou-me um livro para examinar, dizendo, de passagem:

- Este foi o Ministro quem mandou.

- O Ministro pode mandar publicar o que quiser, comentei, não vejo por que dar parecer sobre o que já está decidido.

O Diretor convenceu-me de que o Ministro não interferia no processamento de livros pela Bibliex. Se, por acaso, eu desse parecer contrário àquela obra, e se o Conselho aprovasse meu parecer, como só

exceptionalmente deixa de fazer, o livro não seria publicado, podia garantir. Era essa a postura do Ministro Zenildo.

O livro era muito bom, meu parecer foi aprovado pelo Conselho e o Diretor publicou-o. O episódio é conhecido pelos conselheiros e há de ter contribuído para torná-los imunes a pressões, e, certamente, orgulhosos do trabalho que lhes é confiado.

O Conselho é composto de dez membros, nomeados pelo Ministro do Exército, por indicação do Diretor da Bibliex que é, também, seu Presidente. São eles militares da reserva e da ativa, professores, diplomatas, homens de formação e experiência variada, com maiores ou menores títulos. Dentro eles, nunca será demais assinalar, nenhuma *prima-dona*. A convivência é fraterna, os debates vivos, a liberdade de opinar, de discordar só encontra limites nas normas de civilidade.

Cada conselheiro apresenta parecer escrito sobre a obra que lhe foi distribuída, constante de análise e conclusão sobre a conveniência ou não de publicá-la. Os demais conselheiros ouvem-lhe a exposição e o pa-

rever; questionam-no, se for o caso, e votam sobre se o livro pode ou não ser publicado pela Bibliex. O juízo decorre da qualidade do livro e de seu presumível interesse para o corpo de assinantes. O acesso às reuniões é restrito aos conselheiros, e somente a eles é dado conhecer o parecer do relator e os votos proferidos – medida de prudência, para resguardar os conselheiros, e principalmente o relator, da eventual fúria de autor de obra não aprovada.

Ao Diretor cabe selecionar, dentre os livros aprovados e somente dentre estes, os que, segundo a repartição de áreas traçada pela Diretoria, e o interesse do Exército, devam ser incluídos no programa editorial do ano. O Conselho reúne-se a cada dois meses, aprecia de 50 a 60 livros por ano, aprova em torno de 80% deles, dos quais somente cerca de 12 são publicados. O número de autores militares que submetem trabalhos é diminuto.

Foi das mais felizes a iniciativa do Diretor de realizar as reuniões do Conselho no Centro General Airoso, em Itaipava, cerca de uma hora e meia do Rio. Prova é que raras são as faltas às reuniões do Conselho.

Assíduo freqüentador de livrarias, em particular da Livraria Da Vinci, o Diretor realiza permanente busca, selecionando o que mais novo se publica, no Brasil e no mundo, nas áreas de possível interesse dos assinantes e do Exército. Assim, ouvindo as exposições de seus companheiros, os conselheiros têm uma notícia crítica sobre um amplo espectro de assuntos, predominando, naturalmente, aqueles de interesse mais direto para o militar, como História Militar do Brasil e Geral, Estratégia e Política Internacional. Recentemente recomendou a publicação, pela Biblioteca, de uma resenha sobre as obras aprovadas e não publicadas.

Um simples passeio visual sobre os programas editoriais divulgados com antecedência a cada fim de ano, mostra o alargamento do espectro de assuntos. É possível selecionar alguns livros para ilustrar esse alargamento, mesmo sabendo que selecionar importa omitir, mas isso não constitui grande falta, na medida em que permite o agradável exercício de apontar omissões.

Tomem-se como exemplos dois livros listados no

Programa Editorial de 1996. O primeiro, *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, livro da autoria de Sir Richard Francis Burton, extraordinário espécime de soldado, aventureiro e intelectual da era vitoriana, muito bem retratado na apresentação do livro, por sinal enriquecido com grande número de fotografias descobertas pelo Diretor da Biblioteca e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, na viagem que ele fez ao Paraguai, em 1997. O segundo, *O Soldado e o Estado*, de Samuel Huntington, é obra de Sociologia, Direito, Política e Ideologia, que veio figurar dentre os 75 livros importantes publicados nos últimos 75 anos, elaborada pela revista *Foreign Affairs*. O intelectual militar e o civil, em especial, não podem deixar de ler este livro, no momento em que se discutem a defesa nacional, o papel militar na sociedade democrática, o Ministério da Defesa e outros temas relativos à preservação da soberania e da integridade nacional no mundo da superpotência única.

Dando-se um salto para 1999, encontramos no Programa Editorial deste ano o

livro mais bem documentado e objetivo que já se publicou sobre a Intentona de 1935, *Camaradas*, de William Waack. De dois eminentes historiadores, um deles francês, André Corvisier, a Bibliex publicará *A Guerra*, e do inglês John Keegan, a *Máscara do Comando*. Outros livros sobre a guerra programados para 99 são *Manstein - Campanhas e Julgamento* (Reginald T. Paget), *As Origens da Guerra no Ocidente* (Doyne Dawson), *Chefes, Líderes e Pensadores Militares* (Michael Lee Lang), *Problemas Estratégicos Contemporâneos* (Phillipe Moreau Defargues), *As Guerras do Futuro* (Bevin Alexander), *Geopolítica Meios e Fins* (The rezinha de Castro). Publicados serão, também, *Os Lusíadas*, no dizer da Bibliex, *um preito a quem se imortalizou cantando as obras valerosas de sua Pátria, ao mesmo tempo em que contribuía para consolidar a integração nacional; e Seiscentas léguas a Pé* (Acyr Vaz Guimarães), uma pesquisa sobre a Campanha do Apa, na Guerra da Tríplice Aliança. Vivemos tempos em que muito se fala na perda da identidade do militar e se questiona até a necessidade

de termos uma política de defesa nacional, já que os nossos vizinhos não pretendem e nem podem nos agredir; e que contra as grandes potências não há como defender-se. A conclusão é que os grandes inimigos do Brasil são a fome, a doença, a ignorância, o analfabetismo. Talvez por isso mesmo se faça mais necessário do que nunca pensar a guerra.

Entre 1996 e 1999, a Bibliex, embora mantendo a concentração sobre temas de caráter direta ou indiretamente militar, publicou obras de interesse geral, como *Psicanálise do Pensamento Conservador* (Eduardo Mascarenhas), *Democracia nas Américas* (Alexis de Tocqueville), *O Brasil e a Globalização* (Francisco de Assis Grieco), *O Príncipe - comentado por Napoleão* (Nicolau Maquiavel).

O MINISTÉRIO DA DEFESA E A BIBLIOTECA

A criação do Ministério da Defesa (MD) é um elemento novo, perturbador, para quem durante toda a vida militar acostumou-se a pensar dentro dos limitados e confortáveis domínios da sua força armada. Assim,

criado o MD, uma das dificuldades maiores para implantá-lo serão as diferenças culturais a separar os militares das três forças, em especial os oficiais.

Os planejadores de Brasília, lembre-se, construíram o Clube das Forças Armadas, a primeira e única medida material de integração dos oficiais das três forças, incluindo suas famílias. Após a Revolução de 1964, esse clube foi extinto, construindo cada força um clube para seus oficiais. Os contatos entre os oficiais de forças diferentes continuaram como no Rio de Janeiro – corretos e distantes.

O processo institucional de integração do pessoal, essencial à constituição do Ministério da Defesa, será forçosamente facilitado pela integração no campo social e no cultural. Vale dizer, há que estimulá-los, com medidas tais como a recriação do Clube das Forças Armadas e a utilização da Bibliex, feita Biblioteca das Forças Armadas, ampliadas as suas três vocações, de biblioteca, editora e executora de eventos culturais.

Um rápido olhar sobre os programas editoriais da Bibliex dos últimos anos mostrará que a maioria das

obras publicadas é de interesse comum às três Forças e ao público civil: livros sobre História do Brasil, História Militar Geral, Geopolítica, Relações Internacionais, Economia; os de interesse específico da Força de Terra constituem diminuta minoria, conforme expõe o quadro a seguir:

bém escasso número de militares do Exército que escrevem sobre assuntos de sua especialidade profissional. Haja vista que o Prêmio Tasso Fragoso, restabelecido em 1998, foi concedido ao livro *A Revolta da Armada*, de autoria do ilustre historiador Almirante Hélio Leônicio Martins. É de se prever

são previsíveis, e aquelas do setor cultural não serão pequenas. A maior destas será como preservar as tradições e os aspectos legítimos da cultura de cada Força. A publicação de coleções diversificadas ou, talvez, a existência de um departamento de editoriais, que atenda aos interesses específicos de cada

ANO	Total de obras	OBRAS DE INTERESSE ESPECÍFICO DO MILITAR DO EXÉRCITO
1994	7	<i>A Missão Militar Francesa no Brasil</i> – Jayme de Araújo Bastos Filho (observe-se, no entanto, que o livro cuida do início da aviação militar no Brasil)
1995	?	–
1996	9	Nenhum
1997	11	<i>Campanha do Noroeste da Itália</i> – Willis Critemberger
1998	12	<i>Formação do Oficial do Exército</i> – Jeovah Motta (reedição do livro publicado em 1976) <i>Evolução Militar do Brasil</i> – J. B. Magalhães (reedição do livro publicado em 1968)
1999	2	<i>Seiscentas Léguas a Pé</i> – Acyr Vaz Guimarães <i>Manstein – Campanhas e Julgamento</i> – Reginald T. Paget.

Poucos militares, mesmo dentre os afeitos à leitura, tiveram a oportunidade de ler sobre assuntos específicos de outra Força. No caso da Bibliex, vale a ressalva de que a escassez de obras de interesse específico das Forças de Terra decorre do tam-

que a existência de uma biblioteca das Forças Armadas estimule os militares, e também os civis, a escrever sobre assuntos de sua especialidade, estabelecendo entre eles saudável emulação.

As dificuldades da integração, em todos os setores,

Força, resolveria a questão de promover-se a integração e manter-se a unidade na diversidade.

Ouvi de fino diplomata nosso a deliciosa expressão *coragem do aposentado*, para significar a bravura no criticar de quem está na ina-

tividade. É dessa coragem que lanço mão, mas para aplaudir, sem receio de interpretações maliciosas. E o faço, em especial, para dar o meu testemunho sobre o apoio que o Ministro Zenildo de Lucena, a despeito dos recursos desesperadamente escassos do Ministério do Exército, vem dando às atividades culturais da Bibliex. Ele demonstra, assim, o reconhecimento da importância da Casa do Barão de Loreto na preservação das tradições e no aperfeiçoamento dos recursos humanos da Força de Terra. Que me desculpem o Diretor da Biblioteca e o General Diretor de Assuntos Culturais por esta deliberada e imprudente intromissão em seus domínios, mas creio que ambos endossariam o que venho de afirmar.

O EMPRESÁRIO E CRUZADO

A Bibliex exige de seu Diretor talentos de empresário e fé iluminada de cruzado. Talentos de empresário para descobrir recursos onde todos jurariam que não existem e para gerenciá-los, de forma a atender à

dupla vocação, de biblioteca e editora, clube do livro. Ele terá que triunfar nessas duas frentes e, mais ainda, engajar a Bibliex em atividades cívicas e culturais, seminários, simpósios, comemorações de efemérides, mesmo quando o alargar de empreendimentos se afigure temerário. Tudo isso negociando o caminho dentre sensibilidades exaltadas, tão comuns no campo intelectual.

Ao lado da visão pragmática de empresário, pede-se-lhe a fé iluminada do cruzado, a capacidade de acreditar, de pensar grande, de ousar, de bater-se pela causa de que se revestiam os cavaleiros andantes. E, também, de transmitir a sua fé a superiores e subordinados, alistando-os para a sua caminhada.

Ao percorrer-se, hoje, as instalações da Casa do Barão de Loreto, além do novo e confortável auditório, dotado de modernos recursos de tradução simultânea e de utilização de meios audiovisuais, encontraremos salas de trabalho e a biblioteca de consulta recentemente remodeladas e reequipadas, nas quais se nota o uso extensivo da informática, o

visitante se dá conta da simetria entre as realizações da Bibliex no campo intelectual e as condições de trabalho que as estimulam. E tudo em tempos de escassos recursos, convém assinalar.

É que, dentro da figura do atual Diretor disputam espaço a alma de cavaleiro a sonhar grande, e a do empresário, que faz do sonho realidade. Ele poderá dizer, como o Fausto de Goethe, *duas almas no meu peito habitam*. Não raro, haverá momentos que a alma inquieta do primeiro sonha demasiado grande e se faz incômoda à do segundo. Talvez seja para, nesses momentos de conflito, manter intocado o espírito de cruzado, que ele mandou colocar no Salão de Reuniões do Conselho Editorial com *lança em cabido, adarga antiga, e mais, espadagão afiado, a reluzente, a armadura que lá vemos hoje*.

Contrariando, talvez, o pragmatismo castrense, que não vê com bons olhos lundatórios públicos, estas considerações finais não poderiam ficar de fora ao discorrer-se sobre o tema proposto. BIBLIEC ANO 117. Questão de justiça. 

A Batalha de Krusk

*Almir dos Santos**

Trata-se de uma apreciação sucinta da batalha que realmente representou, como ressalta o autor, o fim da Alemanha Nazista.

A Segunda Guerra Mundial começou em 1º de setembro de 1939 e, até o final de dezembro de 1942, a Alemanha só fez colecionar vitórias. Derrotou a Polônia, expulsou os ingleses do continente europeu, ocupou a Noruega, a Bélgica e a Holanda, derrotou a França, e só não tomou Moscou porque Hitler mandou parar a ofensiva, quando o Exército alemão já estava a 400km da cidade. Quando recomeçou o ataque não deu mais tempo: um inverno rigoroso parou a máquina de guerra alemã.

A primeira grande derrota alemã só aconteceu em janeiro de 1943, na cidade de Stalingrado. Os alemães perderam, nessa cidade, o VI Exército, do General Paulus: 250 mil homens, 750 aviões,

1,5 mil tanques e 7 mil cañhões. A batalha de Stalingrado foi também a primeira vitória do Exército soviético, por isso mesmo superdimensionada pelos historiadores russos, todos pertencentes ao partido comunista, que tinham muito mais compromissos com o partido do que com a verdade.

Seu efeito foi muito mais simbólico do que real, embora, de maneira alguma, ela represente o início da derrota nazista. A prova disso foi que, logo depois à rendição do General Paulus, a *Wehrmacht* mostrou que ainda possuía uma apaixonante máquina de guerra. Entretanto, essa batalha teve consequências que não podem ser esquecidas. Vale lembrar o imenso efeito psicológico que teve no sofrido povo russo, elevando o

moral de todos: povo e exército à comprovação de que os alemães não eram invencíveis e podiam ser derrotados. Além disso, no lado alemão, formou-se o sentimento que Hitler abandonara suas tropas à própria sorte e que começava a mostrar sinais de insanidade, e, ainda entre os alemães, caiu por terra a convicção de muitos militares, inclusive do Marechal Keitel, Chefe do EMFA, de que Hitler era o maior general de todos os tempos (Gröfaz).

Em novembro de 1942, dois meses antes da queda de Stalingrado, os generais alemães já temiam uma grande tragédia naquela cidade em escombros. Esse foi o motivo de o Marechal Erich von Manstein, juntamente com o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Zeitzler, terem escrito um

* Professor da Escola Naval.

memorando ao ditador nazi sta sugerindo a criação do posto de Comandante Supremo do Leste. Na realidade o que eles queriam era eliminar as ingerências de Hitler nas decisões estratégicas e nas ordens operacionais. Essa intromissão estava sendo a razão pela qual o VI Exército ainda permanecia dentro de Stalingrado. Mas, o encontro de Manstein com o *Fuehrer* foi um fracasso total. Como político experiente e desconfiando que Manstein sonhava em ser o comandante supremo de toda Frente Oriental o ditador respondeu: *nem eu mesmo consigo que os marechais me obedeçam? O senhor imagina que eles lhe obedeceriam mais prontamente? Eu ainda posso demiti-los, e o senhor? Ninguém mais tem autoridade para isso.* Manstein e Zeitzler mostraram a Hitler que, se os russos derrotassem os alemães em Stalingrado e avançassem para Rostov, eles poderiam isolar, no Cáucaso, os 400 mil alemães pertencentes aos I e XVII Exércitos, o que seria uma tragédia total, pois a Alemanha perderia três exércitos e, consequentemente, a guerra. Apesar do desespero de Manstein e Zeitzler, o dita-

dor, não demonstrou a menor preocupação. Disse apenas que, quando a neve baixasse, o VI Exército alemão do General Paulus dizimaria os russos em Stalingrado. Sem permitir a retirada, as baixas alemãs dentro de Stalingrado iam assumindo índices alarmantes. Os órgãos máximos da guerra, o EME e o EMFA, desesperados com a situação, em memorandos sucessivos, sugeriam a Hitler que permitisse a retirada do VI Exército de dentro da cidade. Mas o ditador estava irredutível.

No começo de dezembro, porém, a situação começou a se complicar ainda mais para a Alemanha. O Exército Vermelho fechara o cerco em Stalingrado prendendo todo VI Exército dentro da cidade, e o General Zhukov tinha ordenado que os exércitos russos do Cáucaso atacassem os alemães que se dirigiam para as regiões petrolíferas. O Alto Comando da *Wehrmacht* ficou surpreso com a quantidade de armas que os russos ainda possuíam no Cáucaso. A situação tomou-se desesperada. Manstein, então, retornou a Hitler e informou que o VI Exército estava irremediavelmente perdido, por

isso implorava para que o General Kleist, que comandava os exércitos alemães no Cáucaso, recebesse permissão de recuar para a península de Kuban, de onde poderia fugir para a Criméia. Hitler reagiu furioso, alegando que precisava daquele petróleo, garantiu que o VI Exército venceria a batalha, pois receberia suprimentos de avião, e ainda ordenou que Kleist contra-atacasse imediatamente.

Nesse período de incerteza para os alemães, devendo à queda de braço entre Hitler e seus generais, o General Paulus se rendeu em Stalingrado. Imediatamente o *Stavka*, (uma espécie de comando político da guerra na URSS) propôs um ataque em cinco frentes no sul da Rússia. O General Zhukov, o estrategista de Stalingrado, se posicionou contra, mostrando que não podiam repetir o mesmo erro da primavera de 1942, quando uma ofensiva em várias frentes terminara em tragédia. A ofensiva devia se concentrar em uma ou duas frentes no máximo, tentando prender os alemães no Cáucaso. Mas os russos adoravam grandes ofensivas. Stalin apoiou o *Stavka* e o ataque começou.

Com a neve extremamente alta, a máquina de guerra nazista perdia seu poder de ataque; com isso o Exército Vermelho começou a colecionar vitórias aparentes. Os alemães recuaram e cidades importantes, como: Stavropol, Kotelnikov, Karkov, Kursk e Rostov, foram recuperadas. Com isso os alemães ficaram presos no Cáucaso.

Em todo Exército alemão a revolta tornou-se muito grande. Um grupo de jovens oficiais, liderados pelo Coronel von Treschow, resolveu agir por conta própria. Com a aprovação do general Beck, antigo chefe do EME e com o conhecimento do General Oster, do serviço de informações e contra-informações, uma bomba foi colocada no avião do ditador quando ele visitou Smolensk, em março de 1943. Mas, infelizmente, a bomba não explodiu.

O Marechal Manstein, que não tomara conhecimento do atentado, percebeu, no começo de março de 1943, que a fúria soviética começava a perder intensidade. Como o General Zhukov tinha alertado aos burocratas de Moscou, os suprimentos começavam a chegar ao fim. De repente,

a frente do Exército Vermelho parou por falta de tudo. Aproveitando-se da neve mais baixa, com os blindados já com sessenta por cento de sua mobilidade, Manstein ordenou o contra-ataque. O mundo pôde então ver que os alemães ainda possuíam uma descomunal máquina de guerra. Na primeira batalha, depois da derrota surpreendente em Stalingrado, o Exército alemão, de maneira esmagadora, destruiu o I Exército de Guardas soviético, de 400 mil homens, retomando a cidades de Karkov, Belgorod e a importantíssima Rostov. A partir daí, em todas as frentes os russos passaram a ser dizimados. Foi um massacre.

Para aproveitar a situação, Manstein, propôs atacar Kursk e eliminar o perigo que os russos ali localizados representavam para os flancos dos exércitos alemães do Centro e do Sul. O Marechal Kluge, Comandante do Grupo de Exércitos do Centro, sugeriu cautela, uma vez que, com o gelo derretido, havia muita lama. Ficou então acertado que assim que as estradas se cassem, começaria o grande ataque.

Quando o EME informou a Hitler os planos de

Manstein, ele ordenou que a ofensiva deveria esperar os novos tanques: o panzer V (o Pantera) e o panzer VI (o Tigre), que entrariam em operação em maio. Discorrendo totalmente do adiamento, Manstein, viajou para o quartel-general de *Fuehrer* na Prússia Oriental e tentou convencer o ditador que a ofensiva tinha de ser naquele momento pois, com a derrota alemã no norte da África, ela poderia coincidir com a invasão anglo-americana, que inevitavelmente ocorreria no continente europeu. O outro argumento de Manstein era que não se podia dar aos russos tempo de recomponrem suas perdas. Hitler permaneceu irredutível. Sobre o encontro, o General Guderian, criador das divisões blindadas escreveu: *Manstein, como sempre acontece nos seus encontros com Hitler, não consegue dizer o que pensa.*

Stalin foi informado dos planos alemães por dois diferentes serviços de espionagem: o *Lucy*, que operava nos territórios ocupados pelos nazistas, e pelo *Ultra* dos britânicos. Imediatamente mandou chamar Zhukov, que estava no norte da União Soviética tenta-

do levantar o cerco a Lenigrado. O marechal, após estudar a situação, foi contra a idéia do *Stavka* que queria executar, imediatamente, um ataque preventivo. Ele preferia criar um poderoso sistema defensivo para desgastar os alemães e depois sim, contra-atacar. Apesar de não suportar a idéia de ficar na defensiva, Stalin, dessa vez, preferiu o plano de Zhukov.

Na sua nova estratégia, pela primeira vez, o número de regimentos de artilharia ultrapassavam os de infantaria. Ao longo da estrada de ferro Orel-Kursk, com 100 km, ele posicionou 148 canhões em cada 1,5km. Nas proximidades de Kursk, colocou: 9 mil peças de artilharia e 6 mil canhões anti-tanques.

Enquanto os russos preparam esse poderoso sistema defensivo, Hitler mandava adiar o ataque de maio para junho e depois para julho, dando aos russos exatamente o tempo que precisavam.

A 5 de julho de 1943, o II, o IV e o IX Exércitos alemães, num total de 700 mil homens, partiram para o ataque. Começava a batalha de Kursk. Inicia-se também um horripilante banho de

sangue. Ambos os lados perderam mais de cinqüenta por cento dos combatentes iniciais, perfazendo um total de 800 mil baixas.

Com uma produção de 2 mil tanques por mês, os russos já possuíam muito mais blindados do que os alemães, cuja a produção não chegava a 500. Não se tem um valor exato do número de blindados que participaram da batalha, mas de uma coisa não há menor dúvida: foi a maior batalha de tanques de todos os tempos. Foi o confronto de quatro novos modelos, os *Panteras* e os *Tigres*, alemães, contra: os T-34 (com novos canhões e nova blindagem) e KV-85, russos.

Quando os três exércitos alemães iniciaram o seu avanço, puderam constatar que as defesas soviéticas eram muito mais consistentes do que supunham. Apesar dos bombardeios constantes da *Luftwaffe*, o fogo da artilharia soviética não diminuía e produzia grandes perdas nos blindados e muitas baixas na infantaria. Depois de uma semana, os alemães, chegaram à conclusão que as reservas soviéticas eram inexauríveis. No confronto direto entre os blindados, os russos levavam

sempre a vantagem em número de unidades, de 4 para 1. O EME também constatou que os alemães estavam perdendo 350 tanques e tendo 10 mil mortos, por dia. Outra constatação foi que os tanques *Panteras* possuíam pouca mobilidade e que os *Tigres*, apesar de ser bem melhores do que os blindados russos, estavam sendo mal-utilizados, uma vez que seus operadores não tinham tido tempo suficiente de treinamento.

A 13 de julho, os aliados invadiram a Sicília e os italianos se recusaram a lutar contra eles. Ao informar isso aos generais da frente russa, Hitler já mostrava sinais de desânimo. No dia 16, os soviéticos iniciaram um poderoso contra-ataque em três frentes sob comando dos Generais Sokolovsky, Popov e Rokossovsky. A situação tornou-se desesperadora para os alemães. Com a artilharia soviética destruindo divisões inteiras de blindados e ainda produzindo um verdadeiro extermínio na infantaria, Hitler, deprimido e pressionado, tanto pelo EMFA como pelo EME, não teve outra alternativa senão ordenar a retirada e reconhecer que perdera a batalha. Com essa retirada os russos

reconquistaram Belgorod, Prokhorovka e Karkov.

No começo de setembro, a *Wehrmacht* chegou a uma terrível constatação: na frente de luta, os alemães estavam apenas com 2.300 tanques e os russos ainda possuíam 8.000. As estatísticas ainda indicavam as perdas de 28 divisões e a morte de 350 mil homens.

Completamente arrasado, Hitler permitiu ao Marechal Kluge que abandonasse Smolensk, Bryansk, Roslavl e Orel, conquistadas espetacularmente em 1941. Em setembro o Exército Vermelho reconquistava Rostov fechando a única saída do Cáucaso. Em outubro, Hitler concordou que o General Kleist se retirasse para a Criméia pela península de Kuban através do mar, exatamente como os ingleses em Dunquerque, abandonando de vez a idéia de conquistar o petróleo russo.

A retirada de Kuban foi uma obra de arte de organização tática. O General Kleist salvou todo o seu exército. A única coisa que deixou para os russos foi alguns poucos quilos de ração para cavalo.

A partir de Kursk, a Rússia assumiu a ofensiva da guerra só parando em Ber-

lim, em maio de 1945. Desse forma, a batalha de Kursk e não a de Stalingrado, representa, realmente, o início do fim da Alemanha nazista.

Kursk foi a maior vitória do Exército russo em todos os tempos. O mundo

*Depois de Kursk,
Stalin passou a ter,
no mundo, o mesmo
prestígio e respeito
de Roosevelt e
Churchill.*

inteiro teve de reconhecer que foi um feito notável do Exército Vermelho. O próprio Stalin, sempre tão cauteloso nos elogios, por temer a concorrência no comando do Império, teve de aceitar que, apesar do expurgo que fizera nas Forças Armadas, ainda ficara com um gênio militar: o marechal Georgi Zhukov. De um simples figurante, o marechal tomara-se a estrela principal do teatro de operações da Grande Guerra Patriótica. Pela segunda vez, ele foi condecorado com a "Ordem de Suvorov".

Depois de Kursk, Stalin passou a ter, no mundo, o mesmo prestígio e respeito de Roosevelt e Churchill. Em todos os países, políti-

cos, intelectuais, cientistas sociais e historiadores se encantavam com a liderança daquele que fizera com que o seu povo, depois de sofrer o que sofreu, chegasse aonde chegou. Pelo nível de crueldade que os nazistas infringiram aos territórios ocupados, nenhum país teria resistido mais do que os seis meses previstos por Hitler.

Depois da guerra, porém, todos puderam saber como Stalin conseguiu aquele milagre. Todos os homens nascidos de 1905 a 1918, foram convocados, uns para o Exército, outros para as fábricas. A lei marcial foi implantada em todo país e os fuzilamentos tornaram-se uma rotina diária, para os derrotistas, os amedrontados e os que recuavam na frente de batalha. A jornada de trabalho passou a ser de 12 horas por dia, fora as horas extras, que não eram pagas, e as folgas, uma em cada dez dias.

Os alemães ocuparam as terras produtivas e se apossaram de quase todo o gado: bovino, suíno e eqüino. O Governo tomou os tratores das fazendas para convertê-los em tanques. Com isso, a produção de alimento atingiu níveis baixíssimos. O

povo começou a passar fome e a sofrer de inanição. Cada cidadão russo passou a viver com uma única roupa, um único calçado, morando em barracões e fazendo rodízio de camas com outras pessoas. Esses barracões estavam sempre cheios de trabalhadores que dormiam esperando a hora de retornar ao serviço. A promiscuidade, a sujeira e as doenças tomavam conta dessas moradias. As necessidades fisiológicas e o sexo eram realizados dentro de um ambiente onde não haviam portas, ocupado por uma

pessoa a cada 1,25 metro quadrado. Era uma imundície total. Aqueles homens e mulheres perderam todos os valores de civilidade; tornaram-se animais. Aos que ficaram nas fazendas e aos operários, foram dadas metas altíssimas de produção. Os que não as alcançavam eram acusados de sabotadores e passavam a trabalhar como escravos em campos de concentração, com muito menos comida. A vida média nesses campos era de três anos e as condenações de dez. Na realidade todos que iam para "Gulag" morriam.

Não há menor dúvida que o povo russo foi o que mais sofreu nesta guerra pois teve de enfrentar Hitler e Stalin. Sem a força desse povo não teríamos vencido o nazismo. A guerra fria impediu que o meu país reconhecesse isso. Hoje, cinquenta anos depois, eu reconheço e digo a vocês: muito obrigado.

Essa frase, dita pelo presidente americano Bill Clinton em Moscou, quando das comemorações dos 50 anos da vitória sobre o nazismo, levou às lágrimas o presidente russo Boris Yeltzin.

Nota aos Assinantes



**A DEFESA
NACIONAL**

**Periodicidade
da Revista**

A Defesa Nacional dispõe de duas fontes de recursos financeiros principais: as assinaturas e a publicidade.

As assinaturas, apesar de permanentemente estimuladas, jamais conseguiram, por si só, atender às necessidades de custeio da revista, enquanto a publicidade, oriunda, sobretudo, de empresas estatais, foi diminuindo sua participação a partir de 1984, até tornar-se crítica com o programa de privatizações governamental em curso. Por sua vez, o ajuste fiscal em andamento tem reduzido a capacidade de apoio que a Biblioteca do Exército sempre lhe tem prestado.

Como decorrência, em face de tais circunstâncias, a periodicidade da revista passa a ser quadromestral, a partir do corrente ano de 1999 e até que se reequacione o problema de custeio de sua publicação.

Comentários

INTELLECTUAL, MILITAR, HISTÓRIA E SOCIEDADE

L. P. Macedo de Carvalho*

A Nação que faz uma grande diferença entre seus intelectuais e seus soldados terá o pensamento feito por corardes e a guerra por imbecis.

Tucídides

Há cem anos o termo *intelectual* era encontrado no dicionário Larousse como adjetivo pejorativo. Zola, ao mudar a História com o *affaire Dreyfus*, apresentando o artigo mais importante já escrito na imprensa, *J'accuse...*, lança o conceito substantivado de pessoa que se ocupa, por gosto ou profissão, das coisas do intelecto, do espírito, do trabalho mental – o ser combativo que acredita em causas.

O militar, quase sempre voltado para si mesmo e para a rotina da vida castrense, por força da natureza corporativa de sua profissão, tende a se estiolar intelectualmente. Raoul Girardet, o já consagrado historiador e

sociólogo francês, em *A Sociedade Militar de 1815 a Nossos Dias*, diz: *o oficial que compra livros, que os lê, que os comenta e que ventilá-las idéias gerais é pouco considerado pelos seus colegas e menos ainda por seus superiores*. Criou-se, assim, desde priscas eras, um mito de que existe incompatibilidade entre ser intelectual e bom profissional das armas. Por isso, é comum, quando se pretende depreciar um militar culto atribuir-lhe a pecha de *intelectual*. Porém, vale ressaltar, sem estudo e leitura não se adquire cultura nem se desenvolve a criatividade, a chave para o sucesso de qualquer profissional.

Por outro lado, resta ainda indefinido, e às vezes contestado, o papel social do oficial enfatizado pelo Marechal Lyautey no passado, segundo o qual ele *antes de tudo é um educador*. Lembra também, oportunamente, Ortega y Gasset que *o homem é o homem e suas circunstâncias*.

Portanto, segue oscilando o debate entre as

percepções que se tem do militar e do seu papel na sociedade, segundo as circunstâncias e a situação vivida pela nação a que serve, em tempo de guerra ou de paz, diante de clima de intranqüilidade ou de tranqüilidade, em períodos de prosperidade ou recessão, do estado de ânimo do povo traduzido por conformismo ou reação.

Particularmente para o militar, parece que de todos os paradoxos de Chesterton, o mais inaceitável é: *a História nos ensina que a História não nos ensina nada*.

Pertencer à sociedade humana situar-se em relação a seu passado, pois todos nós somos levados a tomar consciência do ocorrido em tempos idos por convivermos com pessoas mais velhas que nos transmitem suas experiências ao longo da vida. O passado é, pois, uma dimensão permanente da consciência humana e uma constante da existência das instituições. Lamentável é que não se possa transmitir as lições da História de uma geração para outra. O problema é analisar a natureza desse sentido do já vi-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior

vido e localizar, no tempo e no espaço, suas projeções e transformações. O passado é essencialmente o padrão para o presente, já que o futuro é imprevisível. Todavia, o domínio do passado não significa imobilidade. É perfeitamente compatível com visões cíclicas de mudanças e incompatível com a idéia de progresso contínuo. Rejeitar sistematicamente o passado se justifica, apenas, quando a inovação é considerada tanto inevitável quanto desejável, ou seja, representa evolução. Deve-se perscrutar o acontecido para se evitar a repetição de erros. É também importante atentar-se para a realidade permanente dos desafios crescentes do presente, a fim de se projetar melhores dias futuros.

História é o conhecimento do passado e para isso serve. E somente o domínio do passado enseja as sociedades se autoconhecerem e assumirem o que são e poderão ser.

Sendo o soldado ator e autor da História, explica-se assim a acentuada correlação positiva existente entre ela, o intelectual e o militar.

Dessa forma, é lícito recordar a mensagem legada

por Charles de Gaulle no seu livro *Vers l'Armée de Métier: Diante do porvir desconhecido, o espírito humano busca refúgio e acredita achá-lo, geralmente, no que já passou. Como o político consulta os precedentes ou o jurista os costumes, o soldado se esforça por tirar dos feitos há pouco realizados as regras próprias para o guiar nos atos do dia seguinte.*

Para se compreender o papel do militar na sociedade, não se pode ignorar o desenrolar da História.

Por mais incrível que pareça, a História centrada nos fatos, pura e simplesmente, é hoje encarada com alguma desconfiança. O cruzamento dos discursos e a análise do particular para desacreditar as elucidações genéricas arrimadas em fatos dominou a historiografia, rotulando depreciativamente os seguidores das grandes narrativas como positivistas.

A História escrita, como o é atualmente, para atender a interesses nem sempre confessáveis de grupos raciais, religiosos, sexuais, econômicos, sociais, ideológicos ou políticos, não pode ser boa nem confiável. O historiador pode ser

tão perigoso quanto um físico nuclear, quando passa a justificar ideologicamente um regime de governo ou produz saber mistificado para inocentar, ou transformá-los em heróicos, por exemplo, atos terroristas inaceitáveis pela sociedade e que carecem de moralidade.

A História é um poderoso instrumento ideológico que pode modelar nosso sentido de identidade, nosso futuro nacional ou nosso propósito social, alertava José Honório Rodrigues.

Está bem claro o papel do militar de nação desenvolvida, com estruturas políticas consolidadas e projeções de poder nítidas sobre o mapa-mundi. Sua missão é preparar-se para fazer a guerra e empreendê-la, com o propósito de defender os interesses do Estado a que serve em qualquer lugar, a qualquer tempo e de qualquer forma.

Difícil é a missão do soldado de nação fraca, em luta pelo desenvolvimento, necessitando vencer maiores contradições internas e enfrentar pressões externas.

Hoje parece tão convincente a orquestração da mídia sobre a disfundida inuti-

lidade das forças armadas que até muita gente fardada, abalada em suas convicções quanto à destinação do soldado, passa a justificar o papel do militar na sociedade como se já não fosse ele indispensável à defesa da nação e a aceitar missões incompatíveis com os valores que caracterizam o profissional das armas.

Os homens e as nações não constituem meras entidades abstratas manobráveis ao sabor de estranhos apetites insaciáveis. Em razão disso, devem resguardar-se sempre das generalizações de experiências restritas. Convém, entretanto, igualmente não as ignorar por completo.

As forças armadas são um corpo vivo, parte essencial da nação. Nos tempos de paz, podem se transformar e se revigorar, mas também se estiolar malgrado aparências enganosas. O estudo do pensamento militar, da evolução da arte da guerra, das instituições castrenses, das relações entre o estamento militar e a sociedade e, particularmente, dos valores do soldado a serem mantidos é de suma importância.

O militar tem sido ao longo dos tempos e é ins-

trumento da política. Seja como homem de Estado, seja como braço armado do poder político sofre as agruras e as limitações impostas pela sociedade.

A missão do soldado, quer intervindo contra os perturbadores da ordem ou servindo de mediador entre contendores, torna-se cada vez mais delicada. Todos os seus atos não cessam de ser constantemente questionados. Como ficar indiferente a esse ingrato papel continuamente alvo de inúmeras críticas da mídia com repercussão sobre sua imagem na sociedade?

Há necessidade de se dar uma definição atualizada da função militar neste mundo em permanente mutação. É preciso tanto se conhecer o papel das forças armadas como essencial ao Estado quanto a psicologia de seus integrantes nos tempos de crise ou de normalidade. Impõe-se conhecer nas diversas fases da História, de prestígio ou impopularidade, o comportamento e as reações do militar no convívio com a sociedade, por vezes íntimo ou distanciado, sua atuação nas disputas políticas internas e internacionais, ora ativa ora alheia. Paralelamente, deve-

se buscar o entendimento das reações da sociedade face à instituição militar, seja ao procurar o bafejo do seu prestígio para proteger-se ou, inversamente, seja isolando-se para escapar a seu jugo.

É vital a necessidade de o militar compreender a evolução política, social e tecnológica de sua época no preparo para a guerra ou para a manutenção da paz.

Em síntese, o conhecimento é a arma por excelência e primordial do soldado moderno no amplo e intrincado cenário mundial do limiar do terceiro milênio.

É imperativo aceitar com indulgência a missão e o papel do militar em uma sociedade que passa por bruscas e sensíveis mudanças na antevisão das incertezas do mundo de amanhã.

Enquanto não se verificar um entendimento mútuo entre o militar e a sociedade do que um espera do outro, haverá desconfianças, conflitos e prejuízos.

Urge uma reflexão cuidadosa sobre a posição do soldado na sociedade de massa processo de transformação para o porvir ainda indefinido.

O BRASIL E A ARGENTINA UNIDOS NA EDIFICAÇÃO DO MERCOSUL

*Manoel Pio Correa Júnior**

Tenho neste momento o raro e infinito prazer de ver, na construção do MERCOSUL, a concretização de um velho sonho.

Possuo dizer sem receio de contradição, porque existem disso testemunhas, que este sonho nasceu em 1959, quando eu ocupava o cargo de Chefe do Departamento Político do Itamaraty. Ele nasceu entre amistosas tertúlias mantidas com o então Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Manuel Muñiz.

A idéia nasceu da constatação de que, entre o paralelo geográfico de Vitória ao Norte e o de Bahia Blanca ao Sul, estende-se de oceano a oceano, do Atlântico ao Pacífico, uma faixa de terras oferecendo condições, não idênticas, mas perfeitamente comparáveis, de desenvolvimento econômico, de produtividade agrícola e industrial, de capacidade de consumo, e até de mentalidade e de costumes. Nessa faixa acham-se concentrados

80% do PNB do Brasil, 80% do PNB da Argentina, 80% do PNB do Chile, e obviamente os 100% do PNB do Uruguai. Na sua vertente Atlântica, que é territorialmente a mais considerável, a região tem como eixo Norte-Sul uma grande artéria fluvial: o sistema Paraná-Paraguai. Acabamos de definir assim a Bacia do Prata, que une os destinos dos países ribeirinhos. Estava traçado o esboço do MERCOSUL, como Carlos Muñiz e eu o sonhávamos em 1959, há quase 40 anos atrás.

Claro está que não nos passava então pela cabeça a idéia de um organismo abrangendo toda a América Latina, como foram a ALALC e sua sucessora a ALADI, monstros inoperantes que, durante décadas, arrastaram uma existência escassamente útil, condenada à impotência pela heterogeneidade das partes, por interesses conflitantes e inconciliáveis, e por uma burocacia bizantina. Hoje, felizmente, podemos construir sobre os escombros da ALALC/ALADI uma estrutura coerente, sólida, lógica e manejável que será o MERCOSUL. Com raízes históricas, até, na *política do ABC* - Argentina, Brasil e

Chile, outrora praticada com êxito pelo Itamaraty.

A Bacia do Prata, na qual há de situar-se um pólo principal do desenvolvimento de todo o Cone Sul, oferece às energias humanas o apoio de poderosas fontes de energia natural com recursos hidrelétricos sem paralelo no mundo, com um potencial calculado em 60.000 megawatts, dos quais dois terços já explorados, nas gigantescas usinas de Itaipu, com seus 12.600MW atuais, do conjunto Jupiá/Ilha Solteira com 2.600, as três usinas do Parnaíba com 4.000, e várias outras. Até o ano 2000 vai-se-lhes acrescentar a plena capacidade de Yaciretá, de Corpus, e de treze outras mais, além do Salto Grande do rio Uruguai. Deveremos levar em conta que no século XXI será conveniente reduzir nossa dependência dos recursos hidrelétricos, dentro de nova matriz energética voltada grandemente para a utilização do abundante gás natural da região, forma da geração que não agride o meio ambiente e pode ser colocada junto aos centros de consumo, sem depender de longínquos recursos hidrelétricos.

No capítulo do potencial energético, também pos-

* Diplomata.

sui o MERCOSUL vastíssimas reservas de petróleo. Entre as jazidas já em exploração os campos submarinos da Bacia de Campos, *Albacora* e *Marlin*, em breve atingirão uma produção de um milhão de barris diárias, o que não excluirá a importação de petróleo argentino pelo Brasil, como já está ocorrendo dentro de uma política que tende a buscar abastecimento em outros países do continente, de preferência aos do Oriente Médio. O gás natural da região permitirá, ou trossim, uma reforma do parque industrial de nossos países, de maneira a utilizar o gás naquelas atividades nas quais ele pode substituir o combustível líquido. Sempre restarão para o petróleo funções nas quais seus derivados são insubstituíveis, como na propulsão marítima e terrestre, bem como múltiplas formas de utilização nas indústrias petroquímicas, de importância vital para nossa economia.

Nas extensas regiões abrangidas pela *faixa de ouro* entre os paralelos já referidos, existe um enorme potencial para um desenvolvimento prodigioso a curto prazo, com possibilidades multiplicadas por um esfor-

ço coordenado entre os países da área, aproveitando aquilo que já foi realizado por iniciativa individual de cada país. Assim, no setor elétrico, algumas das maiores usinas do mundo já estão construídas aqui. Falta apenas um sistema de conversão que permita superar o obstáculo, para o uso em comum pelos vários países, das diferentes freqüências em quilociclos. Ainda no capítulo energético, o gás natural da Argentina e da Bolívia oferece à toda região um combustível econômico e não-poluente.

Existe aqui um ponto muito importante, que deveria merecer a atenção imediata de nossos Governos.

O regime pluviométrico é diferente no Brasil e na Argentina. A estação das fortes chuvas, em uma grande parte do Brasil, corresponde ao tempo de chuvas escassas na Argentina. Há meses em que as usinas hidrelétricas brasileiras recebem mais água do que podem aproveitar, sendo obrigadas a desperdiçar o potencial energético da água que é despejada pelos vertedouros sem passar pelas tubulações das turbinas. Em outros meses, ao contrário, cai por falta de água sua geração de energia.

Parece-me que seria inteiramente lógico estudar e implementar um plano de intercâmbio de energia entre a Argentina e o Brasil, como já existe, em pequena escala, na faixa fronteiriça entre o Uruguai e o Brasil, em virtude de um acordo negociado e firmado por mim há mais de trinta anos. Não seria coisa difícil nem excessivamente cara vincular a rede termelétrica e hidrelétrica argentina ao sistema brasileiro. Seria suficiente a instalação, nos pontos de conexão, de plantas transformadoras da corrente de cinquenta quilociclos para a de sessenta quilociclos e vice-versa. Uma estação deste tipo já existe em Itaipu, para que o Brasil possa aproveitar o excedente da produção das nove máquinas geradoras que, na usina de Itaipu Binacional, pertencem ao Paraguai. O custo de tais facilidades é muito abordável. As distâncias, em termos de extensão das linhas de transmissão, tampouco seriam consideráveis: desde Yaciretá até Itá, no Rio Grande do Sul, que seria um ponto de conexão lógico, são exatamente 357 quilômetros.

Os sistemas de transporte, em toda a área, necessi-

tam, sem dúvida, maior desenvolvimento; mas basicamente já existe, sobretudo na Argentina, uma estrutura ferroviária de considerável extensão. Também aqui é necessário superar erros do passado e unificar a bitola das ferrovias. A intercomunicação rodoviária não sofre dificuldades desse tipo, e já movimenta grandes tonelagens de carga. Nossos grandes rios internacionais oferecem a possibilidade de transportar, a baixo custo, a produção agrícola e mineral da Bacia do Prata.

No subsolo da bacia, nas entranhas da terra, dormem reservas de mais de 1.200 milhões de toneladas de minério de ferro de excelente qualidade. Será essa uma abundante fonte de matéria-prima para as indústrias siderúrgicas do Cone Sul. Também ali encontra-se a maior reserva de manganês de todo o Hemisfério Ocidental.

A esses necessários ingredientes, a essas imensas possibilidades presentes ou latentes, acrescenta-se neste momento a vontade política de nossos Governos em favor de uma plena cooperação, de um enérgico esforço comum no sentido da estruturação de um MERCOSUL intersecante com

um Sistema da Bacia do Prata, oferecendo ao mundo o espetáculo de um Mercado Regional lógico, viável, e capaz de dialogar proficuamente com qualquer outro sistema regional nessa nova geografia econômica em que se divide o mundo.

O MERCOSUL já existe, já existe politicamente, e já se vai estruturando economicamente com razoável rapidez. O âmago do MERCOSUL, porém, é sem sombra de dúvida a relação bilateral entre o Brasil e a Argentina, que oferece consistência, impulso e motivo para o desenvolvimento global da região. Pois bem, é confortador constatar que o comércio bilateral Brasil-Argentina vem, nos últimos anos, aumentando em forma exponencial. As exportações brasileiras para a Argentina cresceram, entre 1990 e 1995, de pouco mais de 600 milhões de dólares para mais de 4 bilhões de dólares anuais; enquanto que as exportações da Argentina para o Brasil subiam em idêntica proporção, de 1.400 para 5.500 milhões de dólares. Mais importante talvez do que isso, nesse desenvolvimento do comércio entre os dois países esteve presente o fator de complementa-

ção. Vejamos o que mostram as cifras da indústria automobilística: as montadoras brasileiras, Autolatina, Mercedes-Benz, General Motors e Scania vendem à Argentina e compram da Argentina em volume considerável. Agora mesmo a Peugeot vai instalar uma fábrica em Curitiba para produzir em forma conjugada com a fábrica Peugeot que já funciona em Córdoba.

Estamos, portanto, no bom caminho; mas esse caminho corre no campo da microeconomia. A vontade política terá que buscar, dentro de uma continuidade flexível segundo as circunstâncias conjunturais, mas constante e invariável em suas linhas mestras, as sinergias que se oferecem para a construção de uma forte economia regional.

Quando fui professor do Instituto Rio Branco, eu costumava repetir aos futuros diplomatas do Brasil uma frase de Napoleão: "A política dos Estados é a sua geografia". A geografia, que une indissoluvelmente nossos destinos, indica as linhas sinergéticas que deverão ser aproveitadas.

Essas linhas sinergéticas traduzir-se-ão, antes de tudo, por linhas de comunicação

essenciais: marítimas, fluviais e terrestres. No planejamento estratégico das ligações necessárias entre os nossos "vasos comunicantes", será preciso, para manter níveis aceitáveis de custo de transportes, levar em conta que o transporte rodoviário custa mais do dobro do transporte ferroviário, e este último mais do dobro do transporte aquaviário, seja fluvial ou marítimo.

A primeira e principal linha que será preciso desenvolver-se entre o Brasil e a Argentina será uma rota marítima entre portos dos dois países, o que já resultará mais fácil desde que novos dispositivos legais permitem diminuir substancialmente os custos de operação de nossos portos.

O passo seguinte será melhorar a malha ferroviária, construindo, por exemplo, em território brasileiro uma ligação direta entre Paso de los Libres/Uruguaiana e o excelente porto do Rio Grande, completando o percurso desde Córdoba, via Santa Fé, a Paso de los Libres, já existente no território argentino. O porto do Rio Grande permite receber navios da categoria *Cape Size*, ou seja ao redor das 130.000 toneladas de porte

bruto. Rio Grande, São Sebastião e Vitória são os únicos portos atlânticos dentro da *faixa de ouro* capazes de receber navios desse porte, que é economicamente adequado para o transporte de graneis. O porto de Tubarão, ao lado de Vitória, pode mesmo receber navios de até 300.000 TPB; no futuro, o porto de Sepetiba e o novo porto a ser construído na costa de Santa Catarina, sobre a Baía de Babitonga, nas vizinhanças do atual porto de S. Francisco do Sul, terão ainda maior profundidade. Os graneis ou os containers embarcados em Bahia Blanca e Buenos Aires, em navios de classe *Panamax*, ao redor de 70.000 TPB, poderão ser baldeados naqueles portos para navios maiores, barateando os fretes das exportações argentinas de grãos.

Por via fluvial, o sistema Tietê-Paraná, já em serviço, liga o coração do Estado de São Paulo com Buenos Aires. Os rios e canais, na expressão francesa, são *des chemins qui marchent*. Esses caminhos serão um dia tão importantes para nossas economias quanto é o Reno para a Europa Ocidental.

Ambos os nossos países têm registrado progressos espetaculares nos últimos cin-

quenta anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse meio século assistimos a verdadeiros milagres. No Brasil, por exemplo (e o mesmo sucedeu na Argentina), o consumo de energia elétrica triplicou em dez anos. O PNB do Brasil é igual aos PNB somados da Coréia do Sul mais Hong Kong mais Taiwan mais as Filipinas – esses quatro *tigres asiáticos* que nos são dados em exemplo por muita gente.

Em ambos os países, Brasil e Argentina, fizemos enormes progressos, fizemos muito: mas muito, muitíssimo ainda falta por fazer. Nós brasileiros podemos orgulhar-nos de ser hoje a nona economia do mundo, com um PIB de 500 bilhões de dólares. Se lográssemos manter um aumento anual de 7%, que já foi a nossa cifra histórica neste século, em dez anos estariamos ingressando no *trillion dollar club*. Aliás, se adotássemos para o cálculo do PIB o critério usado pelo FMI, que é o dos preços mundiais em vez dos preços domésticos, estariam já hoje roçando a marca dos 800 bilhões de dólares. No entanto, não somos senão o vigésimo país no ranking dos exportadores; nossas exportações não

representam mais do que um insignificante 1,5%, um e meio por cento do comércio mundial. Isso é a prova de que nossa economia continua demasiadamente interiorizada, excessivamente dependente do mercado interno.

Fui várias vezes, no passado, testemunha indignada de tentativas de procurar novos mercados para o Brasil. Essas tentativas tinham suas origens em parte em utopias e em parte em políticas demagógicas insensatas, buscando o acercamento com países do Terceiro Mundo. Essas políticas custaram-nos muito dinheiro sem obter nenhum proveito econômico nem político. O nosso grande Presidente Castello Branco encontrou para julgar aquelas políticas a fórmula exata e lapidar: o *Terceiro Mundo*, disse ele, é *um universo mendicante com o qual nada temos a ver*.

Graças a Deus, nenhum país latino-americano, com uma única possível exceção, pode ser considerado como parte do Terceiro Mundo. Somos todos herdeiros de antigas tradições européias de alta civilização, com fundas raízes no mundo ocidental com todos os seus valores.

Os bons mercados são os grandes mercados de países

solventes. Ora, para conquistar os grandes mercados do mundo o MERCOSUL oferece uma ótima base de apoio e um precioso instrumento para multiplicar nossas forças e melhorar nosso poder de negociação.

Tampouco aqui devemos fazer-nos ilusões: para que vejamos vitoriosos nos torneios mundiais de exportação teremos que ser competitivos. Já se foi o tempo em que mão-de-obra barata representava um *handicap* favorável. Isso ainda será certo talvez para artigos pouco sofisticados; mas não é com esse tipo de produtos que poderemos adquirir uma forte presença no mercado mundial. O Estado do Rio de Janeiro afirmou-se como o principal fornecedor de camisetas e bonés para as campanhas eleitorais nos Estados Unidos, mas não é com camisetas e bonés que se pode conquistar uma posição de prestígio e de poder no comércio internacional.

Temos ambos, o Brasil e a Argentina, a felicidade de sermos produtores, em escala maiúscula, de alimentos dos quais outros povos dependem para sua sobrevivência: carnes e grãos. Com estes, gozamos de uma posição confortável nas bolsas

de *commodities* do mundo inteiro. Temos, porém, que ampliar e consolidar nossas posições como fornecedores de artigos manufaturados e de bens de capital. Já demos a prova de que, até mesmo em circunstâncias desfavoráveis como as dos anos 80, somos capazes de fazer milagres - naquela *década perdida* a geração de eletricidade no Brasil aumentou em 70%, a produção de aço até 35% a de celulose e papel 50%, a de petróleo triplicou.

É, porém, no setor de artigos manufaturados e de bens de capital que teremos que fazer o maior esforço, pois é ali que encontramos a concorrência mais forte. Teremos que ser cada vez mais competitivos em preço e qualidade com as maiores potências industriais do mundo, para fazer-nos junto a elas, e dentro delas, um lugar ao sol. Isso implicará uma constante modernização dos métodos de produção.

Naturalmente, serão necessários investimentos consideráveis em robotização e em aquisição de máquinas operatrizes programáveis; e também surgirão problemas trabalhistas, já que a automação industrial significa redundância de mão-de-

obra. Nossos países devem, pois, preparar-se para gerar o volume de poupanças necessário para financiar a modernização do parque industrial; e preparar-se para criar postos de emprego para a mão-de-obra tornada redundante. Esses postos de trabalho serão encontrados principalmente no setor terciário, fornecedor de serviços que serão procurados, além de todos os outros segmentos da sociedade, por um operariado de alta qualidade, bem remunerado, e também por correntes turísticas estrangeiras. Não esqueçamos que a indústria de hotelaria e das viagens é a mais poderosa do mundo, manejando mais dinheiro do que a própria indústria do petróleo. Ora, tanto o Brasil como a Argentina têm muito que oferecer ao turismo interno e externo, como também aos empresários que seu desenvolvimento atrairá; ainda estamos em um estágio muito rudimentar da exploração de nossos atrativos turísticos.

É para mim uma grande felicidade ver realizar-se a união do Brasil com a Argentina com um mesmo propósito, em uma mesma política, para o bem de ambos os povos, preparando-

se para ocupar, unidos no MERCOSUL, uma posição de relevo no cenário mundial do século vindouro, que já se perfila no horizonte.

Só duas coisas podem ameaçar o êxito do MERCOSUL. Uma seria a desgraça de uma "alquilização" que lhe impusesse a adesão de outros países, diferentes do molde de relativa homogeneidade do conjunto ABCU plus Bacia do Prata. A outra seria a catástrofe da imposição da camisa-de-força de uma entidade política supranacional carregada de burocracia à moda de Bruxelas e de demagogia à moda de Estrasburgo. Deus nos livre, Senhores Conselheiros, dessas duas maldições: um latino-americанизmo econômico utópico e um europeísmo político paralizante. O exemplo europeu existe, está visível: ninguém consegue aplicar o modelo de Maastricht, ninguém pode agüentar a vã verborragia do Parlamento europeu oco e sem prestígio.

Sigamos, em nome de Deus, a trilha já tão bem traçada de um MERCOSUL viável e manejável!

Transcrito da *Carta Mensal*
43(512): 71-78 de novembro de
1997.

A DEFESA NACIONAL E A TECNOLOGIA

*Aldo Alvim**

 Todas as mudanças políticas e econômicas do mundo têm por base descobertas tecnológicas. Por isto os grupos dominantes desenvolvem todos os esforços de sufocar novas tecnologias. Eles só aliviam as pressões em época de guerra, onde vencer o inimigo é mais importante. Por isso, muitas pessoas acreditam que as guerras trazem desenvolvimentos.

Roma se manteve no poder por mil anos porque sufocava toda tecnologia que ameaçasse seu poder. A Grande Revolução mundial ocorreu no século XV, com a tecnologia asiática introduzida na Europa pela invasão árabe. Por isso, Portugal e a Espanha, núcleos da cultura árabe, desenvolveram as Grandes Navegações e dominaram os mares por duzentos anos. Os árabes trouxeram a pólvora, o papel, a bússola, o astrolábio, a imprensa, a álgebra e os algarismos árabicos.

Os ingleses, sucessores dos ibéricos, começaram o

* Tenente-Coronel.

que se chama agora substituição das importações, criando indústrias para produzir esses produtos, de menor qualidade que os asiáticos, mas por um preço muito menor. Para dominar os mares, os ingleses, inventaram o navio de guerra que suplantou os navios mercantes armados dos ibéricos. Os ingleses inventaram o encouraçado, com canhões de 450mm e tripulados por milhares de homens. Na Primeira Guerra Mundial, sua tecnologia parecia insuperável mas, na Segunda Guerra, eram trambolhos sendo a *prima-dona* o porta-aviões. Atualmente, os porta-aviões são trambolhos; a vedete é o míssel. O míssel é pequeno, preciso, pode ser lançado de qualquer veículo ou rampa terrestre e pode ser construído pela maioria dos países emergentes, como Brasil, Argentina, muitos árabes e asiáticos. O míssel acabou com o domínio das grandes frotas de guerra dos países dominantes. Ela ainda existe, mas são canastrões com seus dias contados.

A arma do sufoco tecnológico é a patente de invenção e a legislação de privilégios unilaterais. Isto é, privilegia mais os grupos dominantes que propriamente ao inventor. A patente de inven-

ção só vale por 15 anos. É um tempo muito curto para o inventor criar, fazer divulgação e conseguir explorar sua idéia, quase sempre dependendo de investimentos que ele não tem. Isso também acontece com as grandes organizações, mas elas têm dinheiro para os investimentos e para contratar verdadeiros exércitos de advogados, não só para garantir seus direitos como sufocar o dos outros. Por isso um dito popular americano diz: *A razão por existirem mais advogados que ratos nos institutos de pesquisa é que existem no mercado muito mais advogados que ratos, e os advogados fazem coisas que nem os ratos fazem.* Outra maneira de sufocar as patentes emergentes é feita com o sistema de cobrança das taxas, que exige do inventor inicial anuidades elevadas, mesmo que ele nada esteja ganhando. Pela falta de pagamento, as patentes caem em domínio público, isto é, em poder das grandes organizações. O lógico seria que a cobrança das taxas fosse feita em função dos ganhos e não por números fixos, o que só beneficia as grandes organizações e prejudica a Receita Pública e ao inventor iniciante.

Só a tecnologia pode dar progresso à humanidade, mas pode também quebrar grandes organizações. Por isso, elas estão vigilantes, sufocando todas tecnologias que possam ameaçá-las. O maior de todos os sufocos é feito na indústria do petróleo e automobilista. Primeiro sufocando o transporte de massas e fazendo que as cidades fiquem cada vez mais congestionadas e poluídas. Quanto ao petróleo o sufoco é mais grave, onde via de regra são usadas armas políticas e militares. Embora tenham sido descobertos motores, chamados de combustão elétrica ou de células de combustível, que não poluem e são quatro vezes mais econômicos que os de combustão por petróleo, só permitem o seu uso em naves espaciais, onde é impossível usar os motores de combustão interna ou externa. O motivo desse sufoco é simples: proteger os bilhões de dólares que estão investidos na indústria automobilista e do petróleo. O pior é que a delapidação do petróleo, além de causar problemas ambientais gravíssimos, gasta a petroquímica das futuras gerações.

Outra indústria gigante que procura proteger seus privilégios e sufocar os emer-

gentes é a de medicamentos. Como as patentes só valem por período limitado, elas inventaram a marca do medicamento, cuja proteção é por tempo ilimitado. Além disso, produtos que podem ser feitos por qualquer laboratório são discriminados de sua produção e propaganda, como acontece com os soros. As meningites que tinham 100% de cura, tratadas com soro, são agora tratadas com antibióticos que não têm este percentual curativo e são muito mais caros que o soro. Outro sufoco é nas terapias eletromagnéticas, de possibilidades ilimitadas e que poderiam vencer doenças como a AIDS, o câncer e muitas outras doenças, refratárias às terapias usuais. Até a simples menção dessas possibilidades terapêuticas é bloqueada.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A PAZ MUNDIAL

*Manuel Cambeses Júnior**

 Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu de uma particular tradição idealista norte-americana.

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da ESG.

Essa tradição que sempre fez sentir ao Presidente Woodrow Wilson tão próximo de Deus e igualmente claro no que diz respeito ao rumo que deviam seguir os assuntos internacionais. A mesma tradição abrigou, também, Franklin D. Roosevelt, durante a Cúpula de Yalta, ao fazer inumeráveis concessões a Stalin, no que concerne à Europa Oriental, com o propósito de conseguir a anuência para a criação da ONU. A melhor manifestação do idealismo de Roosevelt ficou registrada em uma célebre frase de seu Secretário de Estado, Cordell Hull, com respeito ao papel que caberia a essa organização. Segundo ele: *já não haverá necessidade de esferas de influência, de alianças, de balanças de poder ou de nenhum outro acordo especial que, durante um passado infeliz, as nações requereram para salvaguardar a sua segurança.* Em outras palavras, a Organização das Nações Unidas podia transformar-se em garantia da paz e da segurança coletivas, sem a ajuda de nenhum dos mecanismos utilizados em outras épocas, ao longo dos séculos.

Foram precisamente esse extremado idealismo e essa

sobrecarga de expectativas que conduziram a uma amarga decepção posterior, com respeito às Nações Unidas. Abba Eban, famoso ex-Ministro das Relações Exteriores de Israel, em um instigante artigo publicado na revista *Foreign Affairs* (edição setembro/outubro de 1995), fazia referência a esse ponto. Segundo ele, a tese da segurança coletiva que coroou a formação da ONU, e da qual era cabal expressão a citação de Cordell Hull, não resultava realista.

De acordo com Eban, a visão de que a ONU poderia garantir a paz mundial se assentava em seis preceitos básicos, sem nenhum deles levar em conta as duras realidades da convivência internacional. O primeiro deles assinalava que os Estados identificariam a sua própria segurança com a segurança mundial e que, nesse sentido, estariam dispostos a se envolverem em situações que resultariam remotas a seus próprios interesses nacionais. O segundo, que os Estados estariam com capacidade de se colocarem de acordo com o que constitui um ato de agressão em cada situação particular. O terceiro, que o agressor se

tornaria tão débil ou solitário que seria possível enfrentá-lo com forças internacionais superiores. O quarto, que os Estados em seu desejo de preservar a ordem e a paz mundiais, estariam dispostos a castigar a seus aliados mais próximos da mesma maneira que o fariam com seus adversários. O quinto, que os Estados aceitariam renunciar ao seu poder de decisão independente para colocar suas Forças Armadas à disposição da ONU em áreas nas quais o seu interesse nacional não estivesse em jogo. O sexto, que o debate público dentro dos parâmetros de um organismo internacional, resultaria em um método mais eficaz para alcançar acordos de paz do que a negociação discreta entre as partes interessadas.

Segundo Eban, ao estabelecer-se os seis preceitos básicos, evidenciou-se desconhecer o egoísmo intrínseco dos Estados e sobrevalorizou-se a capacidade de um órgão coletivo para alcançar a paz. É evidente que essa afirmativa corresponde muito mais à realidade internacional do que o mito de segurança coletiva sobre a qual repousa a ONU. Durante os 45 anos seguintes à criação

desse organismo, foram os acordos alcançados pelas superpotências, e não a ação coletiva do mesmo, que conseguiram impor a paz na maioria das situações de conflito.

Efetivamente, a lógica da bipolaridade entranhava a possibilidade de controlar, a partir dos acordos entre as próprias superpotências, a intensidade e a duração dos conflitos gerados pela Guerra Fria. Quando a tensão derivada de um confrontamento local ou regional ultrapassava certos níveis, os Estados Unidos e a União Soviética podiam impor sobre os contendores uma conciliação negociada. Somente depois que se produziam esses acordos de cúpula é que o Conselho de Segurança da ONU podia entrar em cena, como instrumento executor de decisões alcançadas a outro nível. A crise de Suez, em 1956, a do Líbano, em 1958, a do Congo, em 1960, ou a do Oriente Médio, em 1973, evidenciaram essa realidade.

A exceção dessa regra ocorreu com a Guerra da Coréia, em 1950. Isso devendo ao abandono temporário do Conselho de Segurança por parte da União Soviética, permitindo que os Esta-

dos Unidos e seus aliados manejassem a segurança coletiva à sua própria maneira.

Logicamente, se já é extremamente difícil garantir a paz, a partir dos seis pontos aludidos por Abba Eban, muito mais penoso o era quando qualquer um dos membros permanentes do Conselho de Segurança podia paralisar as ações deste, em função de seus próprios interesses.

Somente após a profunda crise e o posterior colapso do comunismo, brotaram as condições para impor a segurança coletiva a partir da ação hegemônica de somente um de seus membros - os Estados Unidos. Porém, novamente nesse caso, o Conselho de Segurança da ONU passou a atuar como simples instrumento a serviço de fins definidos fora de seu seio. Não obstante, tanto Washington como os outros membros do Conselho entraram prontamente em processo de grandes dúvidas com respeito ao que estavam dispostos a arriscar para sustentar a paz em todos os quadrantes do mundo. E mais ainda, não tiveram a capacidade de encontrar um consenso sobre as linhas de ação a seguir em diversas ocasiões críticas.

Todavia, hoje, como sempre foi desde o início dos tempos, os grandes eventos do mundo continuam dominados pelas esferas de influência, as alianças e os balanços de poder e não simplesmente como acreditava Cordell Hull, pela ação de um organismo coletivo. Ademais, não se deve esquecer a impressionante lista de eventos a serviço da paz que, desde 1945 até hoje, tiveram lugar à margem da ONU. Poderíamos citar fatos históricos como os seguintes: o fim do bloqueio de Berlim, o Tratado de Roma

(constitutivo da Comunidade Européia), o fim da Guerra de Independência da Argélia, a abertura norte-americana para a China, o Tratado Salt I, os acordos do Canal do Panamá, a Ostpolitik de Willy Brandt, o estabelecimento do Zimbawe, a Conferência de Helsinki e a Conferência sobre Segurança e Cooperação Européia, os Tratados de Paz Egito-Israel, o Tratado de Paz Jordânia-Israel, o Acordo Israel-OLP e o diálogo Inglaterra-IRA.

Em virtude dos recentes acontecimentos no Iraque, a

ONU evidenciou sinais contraditórios de debilidade e de fortaleza. Debilidade ante a incapacidade de o Conselho de Segurança por-se de acordo com a relação à linha de ação a ser adotada; e de fortaleza, na medida em que seu Secretário-Geral se apresentou como uma alternativa afetiva de paz, suscetível de abortar um conflito iminente. Hoje, como há 52 anos, a Organização das Nações Unidas continua a ser freqüentemente testada como instrumento adequado e efetivo para alcançar a tão almejada paz mundial. ☀

Tempestade do Deserto

Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus

"Tempestade do Deserto" é a história da Guerra do Golfo (agosto de 1990 a fevereiro de 1991, travada entre a coligação de países constituída pela ONU e liderada pelos Estados Unidos contra o Iraque. O livro editado pelo Centro de História Militar do Exército dos Estados Unidos, em 1995, apresenta o poderio militar dos EUA nos anos 90 e contém grande repertório de informações sobre o confronto.

Escrito em linguagem simples, direta e clara, como são as obras militares, e com uma apresentação muito atraente e bem cuidada, "Tempestade do Deserto" é do maior interesse para profissionais e leitores dedicados ao estudo de História Militar.



Tendo em vista o grande sucesso deste lançamento, a Bibliex aumentou a tiragem desta obra no Editorial de 1998 para atender a grande procura. Por pouco tempo ainda teremos à disposição pequeno número de Assinaturas. Não perca esta oportunidade.

Ligue grátis: 0800-238365

Informações

A CONFLITUALIDADE NO ORIENTE MÉDIO

Indubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo, de 1991. Porem, mesmo com seu predomínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não consegue obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante, mas também existem vários pólos políticos que conferem à multipolaridade um significado e um peso indiscutível. A *pax americana* posterior a 1991 não se assemelha a *pax romana* anterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Desde Sun Tzu até Clausewitz, passando por Tucídides e Tito Lívio, a guerra é um fato político.

O acordo alcançado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e o Presidente Saddam Hussein conseguiu abortar a incursão aérea sobre o Iraque. Entretanto, o problema derivado da pos-

se de armas biológicas e químicas, por parte do Iraque, está longe de ser resolvido. E mais ainda, os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio permanecem presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O *Pan-arabismo*, o conflito árabe-israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais: eis as causas fundamentais da instabilidade e da conflitualidade dessa zona do mundo.

O *Pan-arabismo* é resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta em nível de unidades nacionais, teve de transladar-se a dois extratos diferentes. De um lado ao clã, à tribo, à família. De outro, ao contrário, para

uma entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude desse fenômeno, conhecido como *Pan-arabismo*, as fronteiras estatais são vistas como divisões artificiais que não fazem mais do que separar a um mesmo povo.

O fenômeno *Pan-arábico* tem trazido consigo consequências e as seguintes tendências: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais Estados árabes em virtude da justificativa brindada por essa noção supraestatal; a consideração das riquezas da região como propriedade mancomunada de todos os países árabes e os subsequentes ressentimentos que derivam ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificação do arabismo com o sunismo, ou seja, a raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que,

a seguir, haveria de chamar-se Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar *rédeas soltas* à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada Declaração Balfour e nas exigências do movimento sionista que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado dessa guerra foi que Israel ficou de posse de territórios mais extensos dos que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no *Plano de Partição da Palestina* aprovado pela ONU. Dessa maneira, ao problema da introdução de um corpo estranho na região, vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação, por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada

em permanente fator de combustão.

O *problema palestino* teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181 que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu a independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe. Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O emir Abdullah anexou a Cisjordânia, a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre estas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel conquistou Gaza e a Cisjordânia. A partir desse momento, a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a recair sob a responsabilidade israelense.

O *fundamentalismo islâmico* é resultado do caráter totalizador do credo corâmi-

co, sempre propício aos excessos. A *Sharia*, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta à suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e lhe brindam com um *nicho de certezas* frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Irã, abriu as portas a um modelo de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor a *Jahiliyya*, ou seja, a apostasia e a barbárie, são identificados não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com os regimes pró-ocidentais da região.

As *controvérsias étnico-territoriais* são resultado de traçados artificiais nos quais ingleses e franceses delinearam as fronteiras da região, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma ori-

gem se viram separados por novos limites estatais. Desse forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que podia fazer o mesmo com o Kuwait. Irã e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região os problemas territoriais se reproduzem, gerando rústicas e confrontos. Por sua vez a pressão irredutível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre a Turquia, Irã e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio contém em suas entradas dois terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e tensões que afloram a todo momento, demonstram estar

calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida uma trégua à conflitualidade reincidente nesta conturbada região do planeta.

Coronel-Aviador Manuel Cambeses Junior, do Corpo Permanente da ESG.

OS CONFLITOS AFRICANOS

Senegal

Nestes 17 anos, os choques entre as tropas senegalesas e os separatistas de Casamansa já fizeram milhares de mortos. O cessar-fogo de 1995 jamais resultou em negociações. Após um período de 18 meses, os combates recomeçaram.

Guiné-Bissau

Parte do Exército se sublevou em junho contra a demissão de seu chefe. Apesar da intervenção das tropas do Senegal e da Guiné, o Presidente Vieira não conseguiu conter a rebelião.

Serra Leoa

Forças internacionais, lideradas pela Nigéria, recon-

duziram o Presidente Kebabah ao poder. Mas a luta com o movimento rebelde Frente Revolucionária Unida (RUF) continua ativa.

Nigéria

A região do delta do Níger, rica em petróleo, está à beira de uma guerra civil. Apesar da forte presença do Exército, os conflitos interétnicos se multiplicam.

Angola

O Presidente José Eduardo dos Santos e a Unita, movimento rebelde liderado por Jonas Savimbi, assinaram em 1994 o Tratado de Lusaka, que deveria pôr fim a uma guerra civil de 20 anos, que tinha resultado em 500 mil mortes. Mas os combates aos poucos ressurgiram e há dois meses tornaram-se mais intensos.

República Centro-Africana

Governado pelo Presidente Patassé, o país enfrentou três tentativas de golpe em 1996, que levaram a uma intervenção militar interafricana.

República Democrática do Congo

Laurent Kabila, que chegou ao poder em 1997, enfrenta desde agosto uma re-

belião alimentada por Ruanda e Uganda. Graças à intervenção de Angola e do Zimbábue, o governo de Kinshasa ganhou a batalha no Oeste, mas rebeldes conservam suas posições no Leste.

Sudão

Uma guerra civil opõe o governo de Cartum a rebeldes do Sul do país liderados por John Garang desde meados dos anos 80. O conflito é uma das principais causas da fome no Sul.

Lesoto

Cinquenta e oito pessoas morreram nos combates, no fim de setembro, entre militares golpistas deste reino da África austral e as tropas da África do Sul e de Botsuana.

Etiópia-Eritréia

As tropas etíopes combatem, desde maio deste ano, as forças eritreias na região de fronteira. O governo de Adis Abeba acusa a Eritréia - que se tornou independente em 1993 - de ter invadido parte do território da Etiópia.

Somália

Desde 1991, diversos clãs disputam o governo do país. A comunidade internacional se retirou da Somália em 1994, reconhecendo o fracasso de sua intervenção militar.

Uganda

O Presidente Yoweri Museveni enfrenta rebeliões no Norte e no Sudoeste do país e acusa o Sudão de dar apoio a seus inimigos.

Ruanda

Desde que ascendeu ao poder, depois do genocídio de 1994, a Frente Patriótica ruandesa não conseguiu pacificar o país. Os massacres de civis continuam, principalmente no Noroeste, onde as milícias hutus são mais ativas.

Burundi

A guerra civil que opõe o governo tutsi de Pierre Buyoya às milícias hutus já matou mais de 150 mil pessoas - civis, na maior parte - desde o fim de 1993. As populações rurais foram reagrupadas em campos controlados pelos militares.

Matéria extraída do *Jornal do Brasil*, edição de 11.10.98. ☐

Geopolítica Princípios, Meios e Fins

Therezinha de Castro

Manual de geopolítica moderno, escrito em linguagem clara e cartesiana, o livro é de inestimável valor e utilidade para as universidades, escolas de estado-maior e todos os que se interessam pelos estudos geopolíticos. Como visão perspectiva e prospectiva da dinâmica que assume o processo geopolítico, a autora demonstra a sua erudição e capacidade de pesquisa e análise, introduzindo classificação inédita nos estudos geopolíticos.

Esta é uma das 12 excelentes obras que compõem o Programa Editorial de 1999 da Biblioteca do Exército Editora — BIBLIEEX

SEJA VOCÊ TAMBÉM NOSSO ASSINANTE!

Ligue grátis: 0800-238365

Destaques da Imprensa

FIM DE SÉCULO

Se revistas prestigiosas abarcam todo o milênio numa só edição, não será tão absurdo resumir um século, mais modestamente, num artigo. E a fisionomia do século XX está mais do que pronta. O século XXI pode começar no ano 2001, mas esta é a última passagem de ano antes da Grande Passagem, a do cabalístico ano 2000.

Nova York, terá sido a capital deste século, como Paris foi a do século XIX. Seu oceano central foi o Atlântico, lugar a ser ocupado pelo Pacífico – dizem – no século que vem. Sua arte foi o cinema, sua língua, o inglês. Seus marcos foram duas guerras de proporções nunca vistas e dois experimentos coletivistas brutais e fracassados.

Junto com a Coca-Cola os emblemas desses experimentos – a foice e o martelo e a cruz gamada – ficarão aderidos à memória do século que termina. Serão visitos, talvez, como momento de imaturidade da então nascente sociedade de massas, ainda incapaz de equili-

brar seus impulsos de destruição e conservação.

Chama a atenção que, num século no qual a civilização técnica adquiriu tanta proeminência, seus impactos sobre a vida cotidiana se concentrem nos primeiros 25 anos, época de difusão da luz elétrica, do fonógrafo e depois do rádio, do próprio cinema, do carro, do avião – o apogeu, enfim, da revolução mecânica.

No que é visível, este final de século desaponta as fantasias da ficção científica. Muitas se tornaram tecnicamente realizáveis, mas implausíveis. As que se concretizaram – Internet, celular, TV a cabo – correspondem apenas a uma parte do mundo prometido, por exemplo, no seriado “Os Jetsons”, de meados dos anos 60.

Sob a superfície dos acontecimentos, num século que descobriu a trepidação do que é imediato, urgente, processos subterrâneos e persistentes mudaram o perfil da humanidade. Avanços médicos e sanitários contribuíram para quase quadruplicar a população em cem anos; todos os indi-

cadores sociais melhoraram exponencialmente.

Tudo indica que a civilização tecnológica se expande em escala geométrica e que essa expansão acarreta melhoria nos níveis de vida de forma mais ou menos independente dos regimes sociais ou políticos. Esse seria o saldo “otimista” do século XX. O saldo “pessimista” é que os problemas de fundo permanecem.

Os mecanismos de produção de riqueza – a competição, o lucro – parecem incompatíveis, especialmente neste momento, com os mecanismos que permitiram compartilhá-la. Por mais que tenha surgido um esboço de consciência internacional, as relações entre nações e grupos seguem baseadas em recursos de força.

O século XX começou com três grandes utopias – o socialismo, a psicanálise e a arte moderna –, que prometiam libertar da escassez, do sofrimento mental (em grande parte, ao menos) e do conformismo. Com todos os seus méritos inegáveis – o antibiótico, a vacina Sabin! –, essas são metas que ficam para um feliz século XXI.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 31.12.98, e assinada por seu colunista Otávio Frias Filho).

CEM ANOS DEPOIS

*D*em 1898 as perspectivas financeiras do Brasil eram péssimas. É só mudar o segundo algarismo para que a sentença categórica, extraída de obra de divulgação da história brasileira, possa servir, sem tirar nem pôr, para descrever o ano que findamos (e o que iniciamos).

As semelhanças não se limitam ao atacado, mas proliferaram no varejo. Faz um século, o país quebrado, sem crédito externo assinava o *Funding Loan*, negociado em Londres por Campos Sales, antes de assumir a Presidência em 15 de novembro, como era então costume.

A diferença é que se negociaava diretamente com os banqueiros de Londres, no caso o Banco Rothschild, e antes com seu emissário ao Brasil, mister Tootal (o que deu origem à pilharia de que teríamos enfim a *moratória total*). Hoje os acordos são negociados e assinados com o Fundo Monetário. Os neoliberais, que não gostam de

intermediários, devem achar um desperdício ter-se abandonado a salutar disciplina imposta pelos banqueiros.

As condições eram, de fato, draconianas. Em garantia do novo empréstimo, o Governo hipotecava a receita da alfândega do Rio de Janeiro e, se necessário, os outros portos. Ficava proibido contrair novos empréstimos por três anos e as autoridades se obrigavam a retirar de circulação uma quantidade de papel-moeda equivalente aos títulos do empréstimo.

Eis como um autor conceitudo descreve a operação: *Coube a Campos Sales 'sancrar'* (aspas no original) as finanças, executando as políticas a que o País se comprometera com o *Funding Loan*: deflação, equilíbrio orçamentário, restauração do imposto pago em ouro nas alfândegas (...), cortou-se drasticamente o gasto público (que em 1902 estava 44% mais baixo do que em 1897/98), como o destinado ao investimento público, que em 1902 reduzira-se à terceira parte dos níveis já baixos de 1898.

E o analista conclui: *O resultado de tal contenção foi, naturalmente, uma crise interna sem paralelo na*

história econômica do Brasil. Não apenas se 'corrigira' (aspas no original) *a euforia industrial-financeira do período militar da República, como se procedera a uma quebra de quase metade do sistema bancário e à queda de 30% nos preços.*

Mas as semelhanças não se detêm aí, pois o problema subjacente vinha de longe. O mesmo autor que tomamos por guia observa: *Vêem-se, pois, delineadas e confrontadas desde o início da República duas correntes distintas. À primeira 'industrializante' – e freqüentemente especulativa, inflacionista e cavadora de negócios, embora no fundamento portadora de valores de progresso (...), – contrapunha-se uma segunda corrente, mais sólida e conservadora. A crítica ao encilhamento, aos déficits crescentes, à 'artificialidade' da indústria nacional que importava insumos e estafava o consumidor nacional (...) opunham-se os bens-pensantes porta-vozes da 'fonte da riqueza nacional': os cafeicultores (...que...) viam com suspeição o favoritismo à indústria e (sua) repercussão no (...) mais sagrado para (...as...) consciências: o crédito externo e a taxa de câmbio.*

Não é, como poderia parecer, a controvérsia entre o presidente do Banco Central e o ex-Ministro das Comunicações, entre o modelo de estabilização atual, de um lado, e partidários do Ministério do Desenvolvimento do outro. Tudo o que descrevemos passou-se há cem anos e qualquer semelhança com eventos ou personalidades atuais é mera coincidência. A seqüência dos fatos é realmente inversa, lembrando nosso autor que era fácil a crítica à posição industrializante, já que as políticas anteriores tinham favorecido o protecionismo a banqueiros, sob o pretexto da defesa de indústrias endividadas. De acordo com a mesma fonte, haveria até certa ingenuidade na crença de Rui Barbosa de que: *A República se consolidará entre nós em bases seguras, quando o seu funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial.*

A fim de terminar com tudo isso, inaugura-se, como passou a ser recorrente em nossa história contemporânea, uma dessas fases de sangue, suor e lágrimas, supostamente necessárias para acabar, de vez por todas, com as distorções e desequilíbri-

os. Assim como a Primeira Guerra Mundial ia ser a guerra para acabar com todas as guerras. Em Minas, por exemplo, não se conseguindo implantar o imposto territorial devido à resistência dos fazendeiros, o Governo corta despesas impiedosamente, reduz salários, fecha centenas de escolas. A ponto tal, conta João Camilo de Oliveira Torres em *História de Minas Gerais*, que o presidente do Estado, Silviano Brandão, como no Fado Tropical, chorava ao assinar decretos, pois compreendia vivamente que estava levando o mal a amplos setores do povo, mas não lhe restava outro meio.

Voltemos, enfim, para concluir, ao autor do texto aqui citado repetidamente. Ele não é outro senão o professor Fernando Henrique Cardoso, escrevendo em 1975 para a *História da Civilização Brasileira*. A história que ele descreve tem um final feliz. Os governos paulistas de Prudente de Moraes e Campos Sales põem um paradeiro à diretriz industrialista, proclama-se a ortodoxia monetarista como norma e prepara-se a ascensão de Rodrigues Alves. Este, sem ter de fazer face a con-

tendores de monta (o radicalismo dito de classe média continua a opor-se à oligarquia, mas não tem forças para contestar o êxito econômico do Governo), espalha pelo país (...) uma aura de modernidade e cientismo pragmático (...). Só que agora, uma vez mais, a revolução se faz dentro da ordem e esta já não se define pelo ardor cívico (...), mas pela racionalidade empresária (...). Uma nova classe constituirá-se não apenas em bloco de sustentação do Poder, mas em segmento dirigente da República.

Movidos pelo espírito natalino, só nos resta desejar que a História se repita.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 26.12.98, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD).

INJUSTIÇAS DA VIDA

Uma das tragédias do século, disse a historiadora Barbara Tuchman, é a perda de fé no progresso. Ninguém mais acredita que amanhã será melhor do que hoje. Em artigo na *Foreign Policy* (BID), sobre injustiças da vida a vice-presiden-

te do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Nancy Birdsall, coloca à disposição dos interessados extensa relação de estudos cujo traço comum são as desigualdades do mundo. Entre países e entre pessoas, e já não poupano bolsões de riquezas, os Estados Unidos e a Europa.

Desde os anos 70 a renda de 1% de americanos mais ricos cresceu 100 vezes. A Inglaterra assume padrões de Terceiro Mundo na distribuição de riquezas. No final do século passado a renda média nos países ricos era nove vezes maior do que nos pobres. Hoje é 60. Birdsall cita o ditado *os ricos se tornam mais ricos e os pobres ganham filhos*. As populações miseráveis aumentaram de 250% em meio século, as afluentes, de menos de 50%. Oitenta por cento da espécie humana vive em regiões com 20% da renda global. A amargura de Tuchman se volta sobretudo para o seu país, os Estados Unidos, onde as desigualdades alargam não apenas porque os de cima não param de enriquecer. Caem os salários dos de baixo, o que é mais perturbador. O salário médio de homem branco com educação secundária

perdeu 15% entre 1973 e 1993 e cresceu o contingente dos entre 23 e 54 anos com menos de 10 mil dólares por ano. Talvez pela primeira vez na história dos Estados Unidos incrementos educacionais produzem iniquidades em vez de reduzi-las. Boa formação é pré-requisito para êxito na vida, mas ela depende de contas bancárias, e as escolas encarem continuamente, os pobres ficam em desvantagem.

Os estudos vão compondo geografias de injustiças, umas, menos cruéis, pisoteando outras, no fundo do poço da escala humana de impiedades, na qual o Brasil aparece entre os mais afundados. O fato, uma característica contemporânea, é que nada escapa. Os ricos se tornam mais ricos nos países ricos e pobres. *O homem pode tornar-se outro fracasso da natureza*, predisse Tuchman, pensando sobretudo na idéia de que a economia teria como tarefa *organizar o progresso* e acabou se tornando instrumento de baixo-astral universal, da perda de fé no futuro. Galbraith lembra que a função histórica dos governos, na civilização ocidental, foi a de reduzir desigualdades.

O que acontece com o pacto de estabilidade da União Européia, os parâmetros do Tratado de Maastricht, fechado em preocupações fiscais, camisa-de-força asfixiando ações no campo social? Compromete essa função, segundo a vice-presidente do BID. Resultam, por exemplo, em altos índices de desemprego. A evocação de Galbraith carrega na intimidade uma das maiores conquistas deste século, o *welfare state*, o estado de bem-estar social. Embora limitado ao Primeiro Mundo, ele mostrou que é possível construir um universo sem pobreza. As conversas de hoje são de impossibilidade, de que as injustiças desabam sobre nós, cada vez mais gordas, como fatalidade e quem quiser que vá se queixar ao bispo.

Na Europa, queixas batem nas urnas. Um partido de esquerda (é o seu nome) tirou votos da social-democracia da Suécia, punida por desgarrar-se do *welfare state*. Analistas de todas as latitudes concordam em que o tranco sueco perturba a visão de uma Europa sob domínio de um centro-esquerda moderado, mais para o centro, em perfeita comunhão com as forças do mer-

cado. Schröeder, o vencedor na Alemanha, estaria disposto a rever as regras da integração, levado por pressões sociais. Birdsall trata com ironia o fato de que as desigualdades dispararam juntamente com o *triunfo da democracia*. Um flagelo pós-Guerra Fria.

A abertura dos mercados, diz ela, supunha nova era de liberdades e oportunidades e *aconteceu o contrário*. A democracia conseguirá redimir-se? Ou rolarão o populismo e o isolacionismo autodestrutivos? Questões em aberto.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 19.10.98, e assinada pelo jornalista Newton Carlos).

TEMPOS DE UTOPIA

Vale a pena dar um salto atrás de 100 anos, já que um pouco de história não faz mal a ninguém. No gozo das delícias de sua *Belle Époque*, triunfa o Ocidente; a arte, a ciência e a técnica atingiam níveis jamais vistos; os autores, descobridores e inventores punham-se a serviço do progresso e do último século do milênio, raríssimos conscientes de que seus ta-

lentos seriam manipulados para o embelezamento e pujança do imperialismo sobre povos e territórios alheios. A feiúra do mundo, reforçada pelo neo-escravagismo, ficava com as periferias e colônias, legitimadas por consenso entre as potências ou longínquos conflitos d'álém mar, teatros experimentais de uma Paz Armada.

Hegemônica era a Inglaterra, pela extensão de seus domínios de sol-a-sol e pelo enorme quantitativo de investimentos em todos os quadrantes, algo perto de 50% de sua formação bruta de capital entre 1870 e 1914. Aqui no Sul, num Rio de Janeiro imundo, sujeito à febre amarela e à peste bubônica, desenrolava-se a transição cafeicultora de Prudente de Moraes-Campos Sales, tudo amarrado ao *Funding Loan* da praça londrina, o nosso FMI daqueles tempos.

A propósito, existe sobre o assunto um estudo magnífico do Presidente Fernando Henrique Cardoso, escrito quando dirigia o Cebrap. Ao optar pelos barões do café, em detrimento do industrialismo incipiente preconizado pelos militares positivistas dos primórdios

republicanos, Prudente fez uma concessão institucional ao radicalismo globalizante das vantagens comparativas impostas, condenando-nos ao agrarismo monocultor por mais de meio século (recorda-se que só em 1965-66 o café deixou de contar como prato de resistência na pauta das exportações brasileiras). Ao iniciar seu quadriênio, Campos Sales teve de aplicar as doses amargas do receituário inglês: correção das receitas fiscais, do câmbio, do déficit orçamentário, trazendo-nos deflação e aumento de impostos. Tal como na Tailândia dos últimos 16 meses, o Brasil de então registrou uma queda vertiginosa do consumo, consequente à descapitalização bancária e ao enxugamento de liquidezes, e passou a exportar mais em volume que em valor. Os livros de contabilidade pública puderam assim consignar o saneamento das finanças, permitindo ao conselheiro Rodrigues Alves "civilizar" a Capital Federal à francesa, por obra e graça de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, versões tropicais de Haussmann e Pasteur...

Muita coisa mudou desde então. Para começar, quem passou a dar as cartas

em 1918 foram os EUA, cuja tardia e limitada participação na I Guerra Mundial lhes atribuiu a função de credores do mundo; conduzindo a II Guerra em todas as frentes, viraram superpotência; e, diante do colapso soviético, nação hegemônica - *puisque il faut l'appeler par son nom*, diria La Fontaine. Se a cada crise corresponde um processo reformista e a cada impasse um conflito armado de proporções condizentes, o momento de pôr-se um fim a esse ritmo binário já se faz muito por esperar e quase tudo fica na dependência dos ânimos e da estratégia de Washington. Sob o ponto de vista financeiro, a hegemonia americana tem a falha de viver em déficit e arcar com a maior dívida externa do planeta, ditando-lhe comportamentos aberrantes. Ao começar a presente década, esse déficit (US\$ 961 bilhões) esbatia-se nos superávits do Japão (US\$ 533 bilhões), da Alemanha (US\$ 396 bilhões) e dos tigres asiáticos (US\$ 103 bilhões). Progredindo os contrastes mercantis da superpotência com Tóquio, os europeus-ocidentais tomaram distância, encolheram-se, sob inúteis protestos alemães.

As economias mais pobres, como sempre, pagaram o preço, pois os reajustamentos unilaterais a elas decretados tornaram-se a regra, satisfazendo o sistema G7, via FMI/Banco Mundial. Estas duas instituições, por exemplo, cultivavam o aviltamento das moedas mais fracas e, não mais que de repente, passaram a sobrevalorizá-las por meio do PPC (poder paritário de compra), um equalizador de recálculo simbólico e demagógico. Pura ficção, na qual muitos embarcaram envaidecidos (os chineses recusaram-se), para cair na dolarização. A partir daí, revisaram-se as contas do sistema e as dívidas externas bateram no gongo, fatores de uma contabilidade de juros elêusica, aumentando de US\$ 900 bilhões em 1982 para US\$ 2,5 trilhões agora, metade destas cifras gastas nos seus anexados serviços. Mais grave, quantitativos aproximados tornaram-se moeda corrente no percurso diário de fundos e derivativos, com algum ou sem quase nenhum lastro. Se o comércio mundial de mercadorias ou serviços efetivos não atinge US\$ 4 trilhões/ano, o de dinheiro fica entre uns US\$ 70 trilhões /ano, o de di-

nheiro fica entre uns US\$ 70 trilhões e US\$ 100 trilhões!

Só se divisam duas maneiras de a humanidade sair do atoleiro e entrar bem melhor no terceiro milênio. A primeira é abandonar a idéia de gerir a crise e procurar resolvê-la de vez, porque são as conquistas tecnológicas e sociais - não mais os regimes de partido único - que pedem a reconstrução do mundo. A segunda é fechar as casas de tavolagem nos mercados, porque as apostas digitalizadas põem a perigo a vida das nações. Sem tirar nem pôr, equivalem aos jogos do bicho e da roleta, em que o apostador "cerca" os números (por isso, *to hedge a bet* significa apostar dos dois lados, pre-cavendo-se de prejuízos com medidas compensatórias, mas quer também dizer esconder-se, furtar-se à obrigação ou fugir ao dever).

Eles nada têm a ver com a globalização, que se pratica desde o século XV bem ou mal-aventuradas, com os atropelos naturais do ofício coletivo de viver. Na globalização cabe de tudo, inclusive as terceiras vias e as esquerdas inteligentes de um Massimo D'Alema ou um Oskar Lafontaine. A nova era é a da utopia verdadeira,

benjaminiana, i.e., do despertar dos sonhos criativos. Neles não se aposte e com eles não se guerreia.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 19.11.98, e assinada por Arnaldo Carrilho, Embaixador do Brasil na Tailândia.)

SOBRE OS MILITARES

A prisão do sinistro General Videla, na Argentina, acusado de ser responsável pelo seqüestro de crianças e de outros delitos, suscita uma comparação acerca das relações entre civis e militares naquele país e no Brasil.

A transição argentina do regime autoritário para a democracia foi bem mais traumática do que a brasileira e deixou seqüelas maiores. Em primeiro lugar, embora violências sejam violências, independentemente das estatísticas, convém notar que a ação dos militares argentinos teve uma amplitude e uma virulência sem paralelo em nosso País.

Além disso, enquanto no Brasil ocorreu uma lenta transição, a ditadura argentina sofreu um colapso súbito, decorrente da fracassada aventura guerreira das

Malvinas. Se o caso brasileiro tem suas vantagens, revela também problemas. Como mostra uma pesquisa recente, realizada em vários países da América Latina, os índices de rejeição à volta de uma ditadura, presumivelmente militar, são mais altos na Argentina do que no Brasil.

Guardadas as diferenças, há em um e outro país um esforço por parte dos militares de virar a página do passado, embora sem chegar a uma crítica profunda dos males gerados pela intervenção militar. E há também, mais no Brasil do que na Argentina, um desejo nos meios civis, mesmo entre as pessoas atingidas desta ou daquela maneira pela repressão, de não se fixar nas imagens dolorosas de um passado penoso.

Esse passado serve sobretudo para que lembremos, com uma nota otimista, a distância percorrida, em poucos anos, de uma situação caracterizada pelo arbítrio à vigência do regime democrático. Um indício curioso desse avanço está no fato de que, a não ser nos círculos castrenses e entre os especialistas, ninguém se lembra do nome do Ministro do Exército. Não porque

ele não tenha qualidades, e sim porque, voltado para a sua missão específica, deixou de ter a importância dramática que teve em décadas ainda recentes.

Os militares, pela natureza de sua socialização e pelos objetivos da instituição a que pertencem, são ciosos defensores da ordem. Pelas mesmas razões, tendem a respeitar as leis do país, entre elas as que garantem as liberdades civis e políticas. O problema das intervenções militares reside no desequilíbrio entre os valores da ordem e da liberdade. A primeira é um princípio básico de sobrevivência de qualquer regime político; quando ameaçada, justifica, na ótica militar, a quebra da legalidade.

Governos civis responsáveis, que garantam tanto a ordem quanto a liberdade e sejam capazes de representar o Brasil, com dignidade, no campo das relações internacionais, asseguram a permanência das Forças Armadas no âmbito de sua missão constitucional, como é de seu dever. Oxalá possamos consolidar cada vez mais o caminho percorrido e continuar esquecendo o nome do Ministro do Exército.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 22.06.98, e assinada por seu colunista Boris Fausto).

A DEFESA NACIONAL HOJE

*C*om o fim da Guerra Fria, a divisão do mundo em dois blocos antagônicos, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, deixou de ter sentido, assim como a chamada terceira posição, caracterizada pelo não-alinhamento. Alguns falam de uma confrontação Norte-Sul, polarizando, de um lado, os interesses dos países ricos e, de outro, os dos países pobres.

Por ocupar uma posição semiperiférica (intermediária entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos) no sistema mundial de poder, o Brasil é particularmente vulnerável a pressões (inclusive militares) externas e necessita valorizar sua defesa, sem o que a sua sobrevivência como Estado uno e soberano, no século XXI, estará ameaçada.

No futuro, as potências hegemônicas escolherão seus aliados e inimigos por critérios de interesse nacional e não de ideologia. Não é possível ignorar as impli-

cações da política de poder das grandes potências, no mundo pós-bipolar, para a segurança dos países periféricos ou semiperiféricos.

Uma potência média, como o Brasil, não teria condições de enfrentar sozinha uma guerra convencional contra uma coalizão militar que incluisse uma grande potência, caso estivessem em jogo interesses vitais desta potência, mas tal possibilidade é extremamente remota. O preparo de nosso poder militar deve antes visar à dissuasão de conflitos envolvendo objetivos limitados, em que apenas interesses secundários ou não-vitais do adversário estejam em jogo.

Na nova realidade dos conflitos de baixa e média intensidade, não podemos ficar atrelados aos interesses de nenhuma potência hegemônica. Somos uma Nação pacífica, sem objetivos expansionistas, mas não podemos abrir mão de nossa soberania e de nossos interesses legítimos. Portanto, nossa estratégia militar autônoma, ainda que defensiva em sua concepção, deve admitir ações ofensivas e defensivas nos níveis correspondentes ao emprego de forças.

Com o fim da Guerra Fria, as hipóteses de guerra revolucionária e de confrontação global entre as superpotências tornaram-se obsoletas. Além disso, a hipótese de um conflito regional clássico na América do Sul, envolvendo o Brasil e seus vizinhos, é cada vez mais remota, embora haja a possibilidade de conflitos envolvendo outros países do continente.

Podemos formular resumidamente, sem individualizar cenários, ameaças ou inimigos potenciais, seis diretrizes ou hipóteses gerais, capazes de orientar o preparo de nosso poder militar:

- 1) defesa das fronteiras terrestres, em situações de conflito de baixa intensidade associado à guerrilha ou a atividade ilícitas;
- 2) dissuasão de intervenções ou pressões militares contra o Brasil, por potências extracontinentais;
- 3) dissuasão de conflitos e antagonismos regionais que ameacem a segurança e os interesses do Brasil;
- 4) defesa dos interesses marítimos do Brasil;
- 5) garantia da integridade nacional e da ordem pública interna, e desempenho de atividades de defesa civil;
- 6) garantia da ordem e da vida humana no exterior, em co-

DESTAQUES DA IMPRENSA

operação e sob mandato internacional.

As hipóteses 2 e 3 configuram situações menos prováveis (mas não impossíveis), enquanto as demais são possíveis ou prováveis, conforme a evolução da conjuntura. As hipóteses 2, 3 e 6 são as mais exigentes quanto ao grau de preparo, e poderiam servir de parâmetro, uma vez que as medidas adotadas para fazer frente às mesmas cobririam as exigências das outras. Adotar como base apenas as hipóteses 3, 4 e 5 corresponderia a transformar as Forças Armadas em milícias de segurança interna - como, aliás, convém aos interesses das potências hegemônicas.

As relações interestatais são fundamentalmente relações de poder, mas o Brasil temia em não despertar para tal realidade. Nossas autoridades, parte da imprensa e vários segmentos da opinião pública insistem em ver o mundo sob a ótica do idealismo pacifista.

A razão de ser das Forças Armadas, em qualquer país, é o combate a um inimigo externo, e o Brasil não pode ser uma exceção à regra. A idéia de que as Forças Armadas, num país como o Brasil, só existe para

dar golpes de Estado e derubar governos, e que, portanto, é bom acabar logo com elas, a fim de preservar a democracia, reflete, por inércia, a realidade político-ideológica do período de bipolaridade mundial de poder há pouco encerrado e durante o qual as duas superpotências hegemônicas impunham (se necessário, pela força) suas ideologias nacionais a seus respectivos aliados e clientes.

Tal lógica não é mais válida num mundo multipolar com diferenciação segmentada de poder. Portanto, se não revertermos o processo de sucateamento das Forças Armadas, estaremos colocando em risco a soberania, a integridade territorial e a própria unidade do Brasil. As políticas de extirpação (redução de efetivos e orçamento) e de transmutação (direcionamento para atividades civis) têm caracterizado as relações civis-militares em nosso País. Tais políticas, típicas do controle civil subjetivo, levam à desprofissionalização e à politização dos militares.

A preservação da democracia no País é essencial, por ser a opção da maioria e também por uma razão de ordem prática: evitar que o

Brasil se transforme num alvo conveniente para aventuras militares das grandes potências. Para tanto, é necessário maximizar o profissionalismo militar e a eficácia da defesa nacional, por meio do controle civil objetivo sobre as Forças Armadas.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 5.11.98, e assinada por Eduardo Italo Pesce, professor da UERJ)

FORÇAS ARMADAS E DEFESA NACIONAL

No Brasil, a sociedade civil não costuma demonstrar interesse pelos assuntos ligados à defesa nacional. Entretanto, a criação do Ministério da Defesa poderá resultar numa transformação das relações civis-militares no País. Acreditamos que este ministério deveria dar prioridade ao emprego das três forças singulares (Marinha, Exército e Força Aérea) em operações conjuntas e combinadas. Esperamos, porém, que sua criação não resulte em qualquer modificação na destinação constitucional das Forças Armadas. Desde o fim da Guerra Fria, as grandes potências vêm pro-

curando preservar a capacidade combatente e a base de mobilização de suas respectivas Forças Armadas, mesmo tendo diminuído o tamanho de suas máquinas militares. Ao mesmo tempo, porém, os países periféricos, em particular os da América Latina, vêm sendo pressionados a reduzir drasticamente suas Forças Armadas regulares ou empregá-las no combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

Ao longo da história do Brasil, sempre houve tendência a menosprezar a importância da defesa nacional (política de extirpação) e atribuir todo tipo de missão alternativa às Forças Armadas (política de transmutação). Isso resultou na desprofissionalização e politização dos militares – não intencionalmente, mas por mera questão de sobrevivência. *O grande medo de um Exército sem funções de defesa externa é o de sua inutilidade até mesmo como instrumento de política interna*, afirmou Edmundo Campos Coelho. Segundo Samuel P. Huntington, os grupos políticos civis que buscam maximizar seu próprio poder em assuntos militares, ainda que à custa da eficácia da defesa nacional, visam à obtenção do controle

civil subjetivo sobre as Forças Armadas. Já a situação de equilíbrio, que visa à maximização da segurança externa e do profissionalismo militar, sem prejuízo para a democracia e os demais valores da sociedade, é denominada controle civil objetivo. A finalidade das relações civis-militares, num Estado democrático, é a obtenção e manutenção de tal equilíbrio.

Ao contrário do controle subjetivo, que procura *desmilitarizar os militares*, tornando-os um espelho do Estado, o controle objetivo procura *militarizar os militares* tornando-os um instrumento do Estado. Isto significa que as Forças Armadas devem estar essencialmente voltadas para a defesa nacional. Para tanto, os militares devem dedicar-se às suas atividades profissionais específicas, e não devem envolver-se em atividades de natureza civil, que não sejam do interesse direto da defesa nacional. Segundo Harold Lasswell, os países desenvolvidos e politicamente estáveis possuem Forças Armadas de tipo profissional, voltadas para a segurança externa enquanto que os países periféricos têm geralmente Forças Armadas pretorianas, militaristas ou ce-

saristas. O profissionalismo militar é inseparável da eficácia da defesa nacional e incompatível com o sucateamento material e orçamentário das Forças Armadas.

A credibilidade da defesa nacional requer uma política de defesa claramente definida e uma estratégia militar autônoma, além de um nível razoável de investimentos no setor. Terá o Brasil atingido (ou poderá vir a atingir, a curto prazo) o estágio de evolução das instituições que possibilita o controle civil objetivo sobre as Forças Armadas? Só resta esperar que o ajuste fiscal não inviabilize a modernização do Poder Militar brasileiro – não só quanto ao urgente reaparelhamento material como em relação à adequação da estrutura organizacional às necessidades do século XXI.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 22.12.98, e assinada pelo professor Eduardo Italo Pesce, da UERJ).

UM POUSO EM IAUARETÊ

ra o ano de 1985. Morria Tancredo. Entrávamos num difícil período de contorção da História. Às gigan-

tescas esperanças da abertura somavam-se as imensas demandas impossíveis. Em meio às pressões políticas, greves e agitações sociais, surgiu um problema que passou de raspão no noticiário dos jornais. Uma coluna de mais de cem guerrilheiros das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) entrara em território brasileiro, em São Gabriel da Cachoeira, e fizera reféns em busca de abastecimento.

Uma rápida ação militar conjugada das nossas Forças Armadas deslocou para aquela região um contingente que imediatamente resolreu o problema. Era um fato isolado? Foi o que tivemos de analisar. Atrás desse incidente, estava uma questão estratégica que tínhamos de equacionar. O Brasil, ao longo de sua história, esqueceu os vastos espaços do Norte, de seus limites amazônicos, para fixar-se nas hipóteses de guerra e ameaças no Sul. Implantamos unidades poderosas ao longo de nossas fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Nas nossas escolas de Estado-Maior ensinava-se que dessa direção vinha o perigo. O Mercosul e a integração iriam mudar essa visão. O que acontece-

ra em São Gabriel da Cachoeira me fazia raciocinar que o perigo, agora, vinha do norte. A zona em ebulação era o Caribe, com Cuba, Nicarágua, Guatemala e Colômbia, onde grupos terroristas, associados ao narcotráfico, agiam na proximidade do nosso território. Virgílio Barco, então presidente da Colômbia, desencadeara feroz combate a esses grupos, que, acossados, fugiam, e os espaços de que eles dispunham para esconder-se eram as vastas regiões desabitadas e não vigiadas das fronteiras secas do Brasil.

Era necessário e urgente um plano de integração das calhas norte dos rios Amazonas e Solimões. Um programa que transformasse aquelas fronteiras mortas em fronteiras vivas, com atendimento às populações locais e programas de saúde, educação, previdência e assistência social. Estabelecemos pólos em Benjamin Constant, Tabatinga, Alto Solimões, São Gabriel da Cachoeira e muitos outros. Nascia o Projeto Calha Norte. Per-guntaram-me, quando em 1988 visitei a Colômbia, se a inspiração do projeto era militar. Respondi que a inspiração viera do Barão do Rio Branco, que alertava se-

rem os problemas de fronteira os mais graves para as relações entre países. Eles não desaparecem, ficam latentes. Precisávamos, já que não tínhamos disputas territoriais em nossos limites, transformar essas fronteiras em áreas de convivência e aproximação.

O incidente em Iauaretê não deve nem de longe ser passionalizado. Não vejo nenhum problema constitucional em o Brasil permitir ações de pouso de aeronaves militares em nosso território. Isso jamais caracteriza "passagem de tropas". O Brasil já colaborou com a Colômbia naquela região, por intermédio da Comara, órgão da Sudam, no apoio aeroportuário para a construção da base de Mitu, palco dos conflitos. O que não devemos fazer é apoiar ações antiguerilha, estas sim de exclusiva responsabilidade da Colômbia.

Não somos os Estados Unidos, com a cultura de guerra para desencadear conflitos pelo pouso para abastecimento de helicópteros com feridos em Iauaretê. Isso se resolve numa nota diplomática. Fizemos a paz do Peru e Equador e não devemos aparecer como intolerantes.

O atual episódio não tem dimensão nem densidade e pode ter a conotação de estarmos insensíveis ao terror e ao narcotráfico.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 6.11.98, e assinada pelo senador José Sarney)

O PROBLEMA DA DEFESA

A recente nomeação do senador Élcio Alvares para cargo de Ministro da Defesa e a prevista criação do novo ministério, englobando preexistentes ministérios militares, apresenta problemas muito mais graves do que os que chamaram a inicial atenção do público. Sentindo-se desprestigiados, pelo fato de a nomeação do titular da nova pasta ter antecipado sua formal criação, os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica se demitiram, deixando aos sucessores o encargo de se ajustarem à futura organização. A bem da disciplina militar, entretanto, reiteraram seu enquadramento hierárquico. Creio se possa dizer, sem nenhuma retórica, que não há no Brasil de hoje nenhum problema militar, no sentido de resistências explí-

citas ou implícitas, por parte das Forças Armadas, a sua subordinação ao poder civil, o que já ocorre relativamente ao Presidente da República. O que existe, atualmente, é um problema militar de muito maior envergadura, consistente na necessidade de formulação de uma doutrina e de uma política de defesa nacional efetivamente aptas a preservarem a integridade de nossa soberania, ante a eventualidade de agressões externas por parte de potências de alta tecnologia.

Duas coisas podem ser consideradas como objeto de geral consenso, no mundo contemporâneo, em matéria de defesa nacional: a de que o conjunto de recursos com essa destinação deve ser eficazmente coordenado por uma única superestrutura - o Ministério da Defesa - e a de que convém, para acentuar a subordinação do poder militar ao poder civil - condição essencial de um regime democrático - que o Ministro da Defesa seja um civil. Isto, entretanto, sem prejuízo de que um militar extremamente qualificado (pessoalmente penso no Almirante Mário César Flores) possa vir a ser o titular da pasta. A subordinação do poder militar ao civil, embora realçada pela circuns-

tância de um civil exercer a pasta da Defesa, não depende desse aspecto episódico e sim de uma disciplina efetivamente internalizada pelas Forças Armadas e exigida pela nação.

O problema militar do Brasil é totalmente alheio à condição civil ou militar do Ministro da Defesa e sim relacionado com a necessidade de se conceber e implementar uma doutrina e uma política de defesa nacional efetivamente aptas a exercer um poder dissuasório suficiente para evitar que grandes potências se aventuram à ameaça, ou à efetivação, de uma agressão militar a nosso País. Esse poder dissuasório atualmente não existe. As Forças Armadas brasileiras têm capacidade para dissuadir e, eventualmente, repelir, de relativamente modesta capacitação tecnológica. Estes, ou bem são países amigos do nosso contorno geográfico, cujos riscos de ameaça militar são praticamente nulos, ou países distantes do Terceiro Mundo, que dificilmente se situariam em linha de confrontação bélica com o Brasil. Não se delineia, no atual horizonte de possibilidades, nenhum risco de agressão militar ao Brasil por

parte de uma grande potência. É indiscutível, entretanto, que o Brasil não pode confiar à sorte sua defesa nacional. Nem pode deixar, enquanto o mundo for como presentemente é, de adotar por conta própria as medidas para tal necessárias. Que fazer? Que fazer para que o futuro Ministério de Defesa Nacional não seja, apenas, como presentemente vai ocorrer, uma superestrutura burocrática de Forças Militares de parada?

Até antes da Guerra do Golfo nossos melhores estrategistas perfilavam o princípio de que o país precisaria se dotar das condições necessárias para infligir, a qualquer possível agressor, um número de casualidades superiores às que a opinião pública do agressor considerasse tolerável. Estimava-se esse número em termos de 20 mil homens. Foi para não incorrer em tais riscos que os Estados Unidos se retiraram da Somália e não interviveram na Bósnia. O Brasil de hoje ainda não está preparado para infundir internacionalmente, de forma crível, a convicção de que disporia de condições para infligir esse *número crítico* de casualidades. Mas dispõe de possibilidades de se equipar para tal. A Guerra do Golfo,

entretanto, em larga medida invalidou a estratégia de *casualidades críticas*. Para um país de muito alta tecnologia é possível, atualmente, infligir penalidades inaceitáveis a qualquer país não preparado para impedi-las, mediante bombardeios aeroespaciais, com mísseis inteligentes, dos pontos que escolher do território agredido, sem perda de um só homem. É essa ameaça potencial - remota mas não inexistente - que o futuro Ministério da Defesa, para não ser um Ministério de Parada, deverá enfrentar.

Ultrapassaria os limites de um artigo como este qualquer intento de sugerir soluções específicas para esse risco. Quatro observações, entretanto, merecem ser apresentadas. A primeira diz respeito à possibilidade de um país como o Brasil dispor de um sistema de mísseis antimísseis dotados de razoável eficiência. A segunda, mais importante, diz respeito à absoluta necessidade, para países como o nosso, de montar sistemas gerais e regionais (Mercosul) de alianças defensivas, que elevem, significativamente, a incolumidade internacional dos partícipes. A terceira, ainda mais relevante, se refere ao fato de que, nas atu-

ais condições internacionais de democracia de massas, a principal defesa contra atos abusivos de grandes potências se encontra na opinião pública dessas próprias potências e na arte de saber mobilizá-la. Quem derrotou os Estados Unidos, na Guerra do Vietnã, foi a imagem, televisões americanas, daquela pequena menina vietnamita fugindo, nua, apavorada, de um bombardeio de napalm de sua aldeia. A mais importante de todas as considerações diz respeito à necessidade de se construir, tão cedo quanto possível, uma nova ordem mundial multipolar, sob a égide das Nações Unidas. Algo que não pode ser atingido a curto prazo mas que deve ser, desde agora, objeto de uma ativa e incansável campanha internacional por parte do Brasil e do Mercosul.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 10.1.99 e assinada pelo cientista político Hélio Jaguaribe)

A PIRÂMIDE MILITAR

uando participava de um café-da-manhã, no Clube Naval, com o Presidente da República e oficiais-gene-

rais das três Forças, o Ministro da Marinha, Almirante César Pereira, deixou claro que a criação do Ministério da Defesa não tem a unanimidade dos militares. Não se tratou, como logo se percebeu, de nenhum ultimato ou advertência, mas apenas ponderação, vinda dos setores castrenses, de que o assunto ainda deve ser objeto de amadurecimento, dadas as profundas implicações pressupostas.

Longe de provocar questões de lealdade, a fala do ministro colocou os pontos nos is, e enfatizou a necessidade de mais estudos para evitar desacertos futuros: *A voz soaria falsa, se buscassem dizer, apenas na forma e no conteúdo, as palavras de consenso absoluto.* Tal pensamento não é novidade nas Forças Armadas. Ainda em 1994, o Ministro do Exército, General Zenildo Zoroastro de Lucena, reconheceu que a criação do Ministério da Defesa era recomendável, mas pedia prudência, ponderou que a condução do processo de unificação dos poderes militares se desse de maneira lenta, conciliando normas, procedimentos e peculiaridades de cada uma das Forças. O Ministro da Aeronáutica, Lélio Lobo, em

depoimento na Câmara dos Deputados, também observou que a superposição de atividades geraria *problemas econômicos*.

Desde então os ministros militares, mesmo quando ressaltavam seu apoio à proposta, lembravam que a unificação deveria começar aos poucos, pela parte logística, para vencer resistências. Alguns militares temiam que a criação do ministério resultasse na perda de identidade de cada Força.

O sistema de saúde, como exemplo de dificuldade a superar, hoje administrado separadamente nas Forças Armadas, deverá ser reformulado para se transformar numa espécie de *SUS de caserna*. A partir da implantação do Ministério da Defesa, a rede de hospitais e ambulatórios militares espalhados por todo o País passará a ter administração centralizada. Outra necessidade é um sistema único de inteligência que, vinculado a uma só pasta, voltaria a servir, também, espera-se que de maneira eficiente e imediata, ao Presidente da República.

O Brasil é o único país da América Latina, e um dos poucos do mundo (20 em 182), que ainda mantém

ministérios militares na sua estrutura administrativa. Mas a criação do Ministério da Defesa necessita consumir muita discussão na cúpula militar a respeito da distância que separa uma boa idéia e a prática do dia-a-dia.

As Forças Armadas brasileiras, com um contingente de 280 mil militares, têm um dos menores orçamentos relativos do mundo. Soldados ganham menos de um salário mínimo. Por falta de dinheiro, os pilotos da FAB cumprem atualmente 140 mil horas de vôo; há poucos anos, voavam, no mínimo, 220 mil horas. Também por economia as instruções de tiro e os exercícios militares envolvendo veículos motorizados foram limitados ao extremamente necessário. No Exército, há 163 mil militares espalhados pelo país, número inexpressivo para uma nação de dimensões continentais.

Como escreveu recentemente no *Jornal do Brasil* o presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, L.P. Macedo Carvalho, o problema da integração das Forças Armadas numa única pirâmide é talvez um dos mais complexos de todas as questões organi-

zacionais tanto administrativa como politicamente. Há séculos, desde o Rubicão até o Paranoá, o permanente desafio político tem sido como manter o controle civil subjetivo dos militares sem resultar em maior poder concentrado noutros grupos mais belicosos. Disse ainda Macedo Carvalho: *A fórmula mais simples de minimizar o poder militar parece residir em drásticos cortes nos orçamentos das Forças Armadas e reduzir o prestígio dos militares na sociedade, incluindo pagamento de vencimentos aviltantes. Não constitui novidade alguma. Esta é a receita eficaz apontada por Huntington em "O Soldado e o Estado", a partir dos idos anos 50.*

O EMFA, criado em 1946, jamais teve a devida expressão nos círculos político-militares nacionais. Só 20 anos depois, em 67, a integração das Forças Armadas voltou a ser considerada com a promulgação do Decreto-Lei 200, cujo texto preconizava estudos visando a criação do Ministério das Forças Armadas. O Presidente Castello Branco, preocupado com o agravamento da crise gerada com o problema da aviação embarcada, e

mais preocupado ainda em manter a união das Forças Armadas, jogou para a frente a integração dos ministérios militares. Proposta em 88 pela nova Constituição, teve pouca receptividade e continuou arquivada. Mas no bojo da reforma constitucional, na véspera da reeleição, o Planalto fez ressurgir, como promessa de campanha, a criação do Ministério da Defesa.

Evidentemente o Ministério da Defesa não deve ser encarado como símbolo da queda do regime militar ou da transformação do soldado em marionete nas mãos dos políticos, como ressaltou Macedo Carvalho, mas o cargo de ministro, agora definitivamente confiado a um civil, requer autoridade, competência e equilíbrio para enfrentar desafios administrativos, diplomáticos, econômicos, estratégicos, políticos, de relações humanas e técnicos. Pandiá Calógeras exemplifica a feliz administração de soldados por um civil, embora se atribua, os louros colhidos na época ao Marechal Hermes da Fonseca.

Sem devida maturação, é ingenuidade acreditar que a criação do Ministério da Defesa acabará com as dis-

putas normais entre as Forças. Exigirá a ampliação da guerra de papéis, com tramitação de memorandos, ofícios, estudos, relatórios, pareceres, e assim por diante. Exigirá maior número de coordenadores, oficiais de ligação, grupos de trabalho, comissões e mais comissões. Em si, a criação do Ministério da Defesa não traduz menosprezo pelas Forças Armadas. Independente do sistema presidencialista ou parlamentarista. A solução também não está em copiar modelos estrangeiros, mas em considerar, acima de tudo, as peculiaridades brasileiras, tradições, cultura e mentalidade.

O Presidente Fernando Henrique perguntou no início do ano: *É fácil fazer um Ministério da Defesa?* E ele mesmo respondeu: *Não é, mas eu vou fazer e ninguém está vendendo crise, queixas ou reclamações.*

Por tudo isto, é oportunno agir com vagar, não pelo receio de despertar a cólera das legiões, mas de fazer as coisas com a prudência requerida, sem medo de oussar, mas também sem medo de errar. Se o Ministério da Defesa propiciar maior economia (o que alguns questionam), eficiência e raciona-

lidade, será desejável. Caso contrário, cairá no vazio, com descrédito para o Governo.

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 27.12.98)

ESPÍRITO DE CORPO

A ausência do Ministro nomeado da Defesa no almoço de terça-feira, no Palácio da Alvorada, entre o Presidente Fernando Henrique e os ministros militares mostra o tamanho do mal-estar provocado no Governo desde o anúncio da criação da nova pasta. Os ministros militares, que apresentaram renúncia antecipada por ocasião da passagem do primeiro mandato presidencial para o segundo, manifestaram assim seu estado de espírito em relação à nomeação do senador Élcio Álvares para ministro civil, de transição, do novo Ministério, antes da aprovação do projeto de lei complementar que extinguirá os Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em todo o episódio da criação do Ministério da Defesa, a exemplo do que já acontece com a maioria absolutíssima dos países do

mundo (162 num total de 182, entre eles todos os da América do Sul), avulta o fato de que a questão em curso no Brasil é mais de forma que de conteúdo. Na semana passada, o Almirante César Pereira, Ministro demissionário da Marinha, mesmo deixando claro que não havia nada de fundamentalmente contrário à criação do novo ministério, advertiu que o Ministério da Defesa não tinha a unanimidade dos militares. Motivo principal: necessidade de realização de mais estudos, para evitar desacertos futuros.

No decorrer da última semana viu-se que os três ministros admitiram certa decepção com o processo de escolha do Ministro da Defesa. Eles esperavam que o presidente desse tratamento especial à pasta, nomeando ou um ex-chefe de Estado, ou o vice-presidente ou mesmo uma eminência parda em assuntos militares - não um político escolhido dentro da quota partidária na composição das forças que apóiam o Governo.

Num artigo publicado em maio no *Jornal do Brasil*, o presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, L. P. Macedo Carvalho, historiou o longo pro-

cesso de formação do ministério único na Inglaterra, idéia que vem do tempo do conservador Disraeli, em 1856, no reinado da rainha Vitória. Os ingleses são de fato os precursores do controle unificado das três armas, mas só conseguiram implantá-la na gestão do trabalhista Clement Atlee, sucessor de Churchill, em 1946. Assim mesmo, como lembra o historiador, o Exército inglês, a Royal Navy e a RAF continuaram desfrutando de grande liberdade de manobra. Extensos debates ainda se seguiram, durante os quais se expôs o risco de perda do espírito de corpo de cada uma das forças. Só em 1962 o conservador Macmillan obteve de fato a integração completa das Forças Armadas, abolindo o tradicional cargo de primeiro-lorde do Almirantado, cassando a autonomia das três forças e instalando a direção unificada no edifício de White Hall.

Na verdade, o que se deve buscar, ponderou Macedo Carvalho, não é a promoção do controle civil subjetivo, mas do objetivo, traduzido pela maximização do professionalismismo militar, ou seja, pelo equilíbrio do poder político entre militares e civis. Não foi outra a tarefa do pri-

meiro ministro civil da Defesa no Brasil, único até agora, Pandiá Calógeras, nos primórdios da República, e assim mesmo tendo por trás, colhendo os louros, a figura do Marechal Hermes da Fonseca.

O tema, portanto, não é novidade no Brasil. Sua discussão é que ainda não completou o ciclo de amadurecimento, à luz dos modernos conceitos mundiais de Defesa. Desencadeada esta discussão e concedido o tratamento especial reivindicado pelos militares, a criação do Ministério da Defesa traduz a tendência natural. O que os militares requerem é a devida complementação das discussões, a análise das opiniões contrárias, o levantamento exaustivo das vantagens e das desvantagens. Não se observa entre os militares nenhum preconceito pela nomeação de civil, em detrimento de militar, ou vice-versa - desde que o ministro possa tocar a pasta com habilidade, sem precipitar acontecimentos ou queimar navios para trás.

Como disse Macedo Carvalho, a expressão militar do Poder Nacional é parte de um todo indivisível e integra o Executivo. *Está na moda falar em desmilitarização. Mas*

as instituições militares constituem o braço armado da política nacional e suas missões constitucionais são universais e perenes, variando apenas as prioridades a elas atribuídas em função do regime que garantem e da conjuntura atravessada.

Por tudo isto, a solução não está em copiar modelos estrangeiros. Há a considerar acima de tudo as peculiaridades locais, as tradições, cultura e mentalidade, para determinar o que convém aos brasileiros. O tema reclama tratamento racional e isento de paixões, sobretudo sem matizes políticas partidárias fora do alvo a ser atingido. Como disse o General Benedito Bezerra Leonel, do EMFA, em depoimento à Comissão de Relações Exteriores da Câmara, em junho, já existe a estrutura organizacional do Ministério da Defesa, *mas é preciso prosseguir com cuidado para evitar traumas.*

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 1º.1.99)

O ALERTA DO EPISÓDIO PINOCHET

episódio Pinochet sugere uma questão fundamental: qual é realmente seu

completo significado? Não se trata de aendar juízo de mérito sobre o que teria feito o general em sua ditadura no Chile, mas de conjecturar sobre a internacionalização do Direito.

O crime atribuído a Pinochet foi o de desrespeito aos direitos humanos - um delito em tese preocupante, conspurcado no episódio pelo vedetismo do juiz espanhol, associado à penitência da Inglaterra por seu aval às ditaduras de contenção ao comunismo (teria sido possível o episódio, no tempo em que a URSS e o comunismo eram temidos?) e ao apoio dos chilenos que, conscientes da dificuldade de fazê-lo no Chile, aceitaram o ajuste de contas *por procuração*.

E se amanhã uma autoridade de um país qualquer vier a ser objeto de episódio similar, por outro tipo de crime, tido como transnacional ou de interesse da humanidade? Por exemplo: desrespeito grave ao meio ambiente, com reflexos supranacionais, apoio ao, ou complacência com o terrorismo internacional, leniência ou cumplicidade com os delitos transnacionais no campo das drogas. Note-se que a criminalização desses

assuntos vem sendo aventada rotineiramente na mídia e em vários foros internacionais; mais dia, menos dia, ela estará atuante como está hoje a criminalização do desrespeito aos direitos humanos que, diga-se de passagem, merece alguns reparos. Se não, vejamos:

Virou moda a afirmação de que o episódio Pinochet acabou com a tranquilidade dos ditadores. Bobagem! Isto só se aplica aos ditadores de países fracos ou sem interesse para os fortes.

Seria possível episódio similar com a alta autoridade da China, onde o desrespeito aos direitos humanos é rotina, ou da Turquia, país da OTAN fronteiro à Rússia, ao Irã e o Iraque, onde os curdos estão sendo duramente reprimidos? Já os ex-ditadores sul e centro-americanos, que prestaram serviços à contenção do comunismo, mas hoje são desnecessários aos que os apoiam, convém que evitem a Europa, inclusive a "virtuosa" Inglaterra que só criminalizou o tráfico de escravos quando a escravidão passou a ser inconveniente aos interesses da indústria inglesa!

O episódio Pinochet merece cuidados porque a

universalização do direito só faz sentido quando é eqüitativa. E não há como fazê-la eqüitativa inexistindo um poder capaz de implementá-la; pelo contrário, existem poderes nacionais cuja superioridade os torna árbitros do castigo dos fracos e imunes a qualquer ação contra si. A posição norte-americana nesta questão, sem firulas éticas ou de simulação de direito, ao menos não é hipócrita e não mascara com malabarismos jurídicos a realidade do poder, haja visitos o caso Noriega, "homem forte" do Panamá envolvido com drogas, tirado à força do Panamá para ser julgado nos EUA, e a resistência dos EUA à institucionalização de Tribunal Internacional para crimes tidos como supranacionais, a que obviamente não se submeterão.

Sempre independentemente das razões que o motivaram (aqui não avalizadas), o episódio Pinochet deixa transparecer a tendência atual de enfraquecimento da soberania dos "menos fortes", uma tendência ao agrado do poder na nova ordem mundial, por vezes facilitada por injunções internas (como foi o caso) que fragilizam a resistência a ela.

Até onde vai evoluir e o que realmente significa esta tendência? Ela ficará contida na defesa dos direitos humanos, racional e justa se abrangente, eqüitativa e não contaminada por paixões e ressentimentos, ou vai se estender a outras áreas gradativamente mais aceitas como do interesse não apenas nacional, mas de toda a humanidade (as áreas já citadas neste artigo e talvez outras), nas quais, cedo ou tarde, os delitos não controlados no nível nacional serão transnacionalizados? O episódio refletiu a aurora do direito da nova ordem, o ocaso do velho direito dos estados-nações soberanos, ou ambos?

Em suma, em vez de aceitar a sistemática deslanchada pelo juiz espanhol, complementada pela leniência penitente inglesa e estimulada pelas brasas de incêndios político-ideológicos recentes, não seria mais prudente meditar antes sobre as dúvidas acima? É provável que venha a ser dotada alguma forma de tratamento internacional (diferente do episódio Pinochet, com sua justiça espanhola) para crimes entendidos como transcendendo a lei nacional, mas seus efeitos não deixa-

rão incólumes os conceitos de soberania, fronteiras e território. Se isto realmente vier a acontecer, convém que aconteça sob cuidadosa racionalidade e não pela via do atropelo da discutível extraterritorialidade da Justiça dos fortes.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 10.12.98, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores)

O FIM DE UMA HISTÓRIA QUE NÃO SE ACABA

 Quando Francis Fukuyama publicou *O Fim da História* o mundo vivia embalado pelo sucesso da remodelagem da Grã Bretanha no governo Thatcher, Ronald Reagan era o *Grande Comunicador*, a União Soviética desmoronava e o reformismo de Deng Xiaoping na China parecia sem freios.

Os tempos mudaram e a história parece insistir em continuar viva, ou pelo menos inacabada. Um exame cuidadoso dos destroços que ficaram pelo caminho na década de 80 e nesta década pode provar que Fukuyama estava parcialmente certo: a história não acabou, mas insiste em morrer e ressus-

citar depois de sucessivos cortes com o passado.

Primeiro corte: a inviabilidade da volta aos regimes autoritários, sejam eles de direita ou de esquerda. Ainda quando sobrevivam almas estalinistas e fascistas, quem defenderia publicamente a ressurreição do AI-5 trinta anos depois de sua edição? Ou do bolchevismo, em plena era da Internet e da enorme permeabilidade dos meios de comunicação?

Segundo corte: o caráter quase anárquico dos parlamentos não tem mais sustentação no voto popular. A opinião pública pode estar ficando mais madurecida do que suspeitam os políticos profissionais e seus retratistas. Mônica Lewinsky não elegeu republicanos moralistas nos Estados Unidos, e a baderna em Brasília sobre as contas públicas inevitavelmente deixará cicatrizes na imagem de lideranças.

Terceiro corte: os sindicatos reconhecem que é impossível ignorar a competição e o aumento global da produtividade que transborda pelas fronteiras. Quando, por exemplo, a Espanha socialista aderiu ao mercado comum europeu, o Governo teve que se abrir à con-

corrência de fábricas mais eficientes na Alemanha e na França. Os sindicatos caíram de joelhos no meio da negociação. Se recusassem a integração com a Europa a Espanha afundaria. Depois de aceitar regras dolorosas de transição Felipe González continuou no poder por muitos anos. Como fica nesse contexto o apelo marxista à união dos proletários de todo o mundo?

A história de Fukuyama terá um capítulo regional escrito neste fim de semana no Rio de Janeiro, onde se reúne a cúpula do Mercosul. O grande mercado interno latino-americano é o Brasil, um mercado que todos amcionam, mas que está longe de passar uma imagem de estabilidade e previsibilidade.

Mesmo assim, enquanto fervem aqui dentro as histórias dos grampos e a discussão sobre quem controla quem ou o quê na telefonia, mais de um analista em Nova Iorque dá recomendações de *strong buy* (compre que é muito bom) para os papéis representativos de empresas brasileiras (ADRs) negociadas nas bolsas.

O que pode parecer terra arrasada no Rio é visto lá fora como um gigantesco

potencial para investimentos, demanda e alavancagem do consumo nas telecomunicações. Não é só o dinheiro ou o controle acionário que está em jogo. Detrás de cada mesa de decisões há um gerente interessado em saber quem irá empregar mais gente e fornecer mais equipamentos para uma indústria emergente de telecomunicações.

A história segundo Fukuyama pode portanto chegar ao fim, mas terá sua ressurreição anunciada de muitas formas. A mais sensível dessas ressurreições é a que mexe com a geração de empregos e é exatamente nesse ponto que o aparelho político brasileiro está fracassando. A velocidade com que a produtividade industrial aumenta é muito maior que a capacidade das elites políticas para se reciclam, criando ambientes estáveis e previsíveis para os investimentos. Esse fiasco político não passará sem nomes.

Vale lembrar que enquanto fervia o caso Lewinsky, em nenhum momento o Banco da Reserva Federal ou o Escritório de Gerenciamento do Orçamento dos Estados Unidos saíram dos trilhos, nem os deputados ten-

taram subverter o equilíbrio entre receitas e despesas. O Brasil poderia copiar alguns desses bons exemplos alheios em que a regra da sobrevivência econômica do país passa por uma muralha chinesa entre o direito dos políticos de atirarem em seu próprio pé ou atirarem, também, contra o barco daqueles que apenas trabalham, suam e produzem.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 6.12.98, e assinada pelo editor Neno Spinola).

A ENERGIA QUE BROTA DO POVO

Na era da globalização e do monopólio americano do poder, só um barulho importuno perturba o sonho higiênico do neoliberal: o ruído que sobe da sociedade civil organizada. No seu contundente *Neoliberalismo em Choque*, Haroldo Campos nos diz que: *O neoliberal... sonha... um mundo executivo / de megaempresários / duros e puros / mós sem dó / mais atentos ao lucro / que ao salário /... um admirável / mundo fixo de argentários e multinacionais /... um mundo 'privé'*

/... à prova de balas /... durando para sempre – festa / estática (ainda que se sustente / sobre fictas / palafitas / e estas sobre uma lata / de lixo).

Mas, embora seja verdade, como diz a propaganda de Godzila, que *tamanho faz diferença* felizmente para nós, o sonho do perpétuo *status quo* não vai durar para sempre e pode até ser que já tenha começado a acabar.

Um dos mais barulhentos despertadores do sonho onde *sempremente nada mude* vem desses novos atores que, não sendo governos nem partidos, são formados por simples grupos de mulheres e homens comuns que sonham sonhos diferentes e se organizam para sentar-se, sem ser convidados, à mesa em que se joga o destino dos povos.

Quando se escrever no futuro a história deste fim de século, se dirá que as duas idéias-força que caracterizaram os últimos 30 anos foram os direitos humanos e a proteção do meio ambiente. E se terá de reconhecer que a promoção desses dois sonhos foi feita não pelos governos, mas pelas organizações não-governamentais (ONGs), entre as quais a

Anistia Internacional e o Greenpeace, que adquiriram status simbólico. Foram elas que, junto a milhares de outras, obrigaram os governos a relutantemente se mexer.

É fenômeno marcante e particular à segunda metade do século XX a emergência desses protagonistas inéditos, que romperam, mal-criadamente o monopólio ciumentamente exercido pelos governos sobre os assuntos internacionais. E de maneira sugestiva o fizeram fora dos canais usuais da representação política os partidos, os parlamentos e também do exterior de todas as instituições do *establishment*: igrejas, sindicatos, universidades.

Há matéria aqui para refletir sobre o descrédito em que mergulharam essas instituições, mas não como razão para pessimismo. Ao contrário, temos razões de sobra para nos alegrar com a capacidade da gente comum de inventar novos canais e instrumentos de ação, de certa forma ressuscitando a velha democracia direta dos gregos. E, demonstrando, de passagem, que a democracia continua a ser idéia perigosa, sempre capaz de rebrotar de estiagens e geadas.

Três episódios significativos revelaram, nos meses recentes, a energia que adormece no seio da sociedade e pode ser subitamente libertada pela iniciativa de grupos de cidadãos motivados e organizados:

1) o torpedeamento das negociações do código de investimentos;

2) a assinatura do tratado de proibição das minas antipessoais;

3) a conferência de Roma na qual se estabeleceu o tribunal criminal internacional.

O primeiro caso foi notável porque as ONGs conseguiram se servir da Internet, instrumento por excelência da globalização para revertê-la contra uma das metas preferidas da mesma globalização: tornar o mundo seguro para as transnacionais. A história já foi contada, mas não custa nada repeti-la. Em aditamento ao que obtiveram na Rodada Uruguai em liberalização comercial, os países industrializados resolveram repetir a façanha em investimentos, desta vez no seu clube *privé* a OCDE, onde só entra país rico.

Iniciaram, assim, a negociação de vasto código de investimentos, não apenas para garantí-los, como seria

legítimo, contra o risco de expropriação injustificada, mas concedendo às transnacionais todos os direitos, sem contrapartida de um mínimo de deveres e amarrando as mãos dos governos receptores dos investimentos em relação à possibilidade de dirigi-los de acordo com prioridades nacionais.

A negociação era conduzida sob *rigoroso hermetismo*, como se dizia na Buenos Aires do meu tempo, com a pretensão, uma vez concluído o texto, de convidar países como o nosso a assinar em cruz na linha pontilhada. Acontece que algumas ONGs, tanto de nações avançadas como de subdesenvolvidas, resolveram mover pela Internet campanha extremamente articulada, por meio da qual divulgaram o texto provisório e cada pormenor da negociação, despertando a opinião pública para os desequilíbrios e perigos da iniciativa e obtendo pronunciamento condenatório do Parlamento europeu. A negociação teve de ser suspensa em maio e recebeu agora o golpe de misericórdia com a decisão da França de abandonar o barco.

O extraordinário do episódio é que se logrou, pela primeira vez, furar o blo-

queio de informação armado por todos os meios de imprensa em torno de assuntos como esse e que até agora impedira que a opinião pública dos próprios países ricos se desse conta do que estava acontecendo.

A vantagem da Internet é que ela não depende dos donos de jornais, rádio ou televisão e pode ser usada por qualquer pessoa com *um computador na mão e uma idéia na cabeça*. Criou-se, assim, um espaço público, não dominado pelo di-

nheiro, uma espécie de *ágora* dos gregos, a praça pública na qual se podem debater os grandes temas da democracia direta do futuro.

Da mesma forma, nos dois exemplos do tratado antiminas e da corte penal internacional, como nos investimentos, as ONGs obtiveram o apoio de alguns governos, mas tiveram de lutar contra a vontade dos detentores do poder, prevalecendo mesmo sobre essa oposição.

Para a sociedade como a brasileira, injustamente

acusada de passividade e anomia, mas na verdade vítima há séculos de manipulação e opressão, esse desenvolvimento cria a esperança de podermos enfim começar a nos organizar contra os donos do poder e os moedeiros falsos da informação e do *marketing político*.

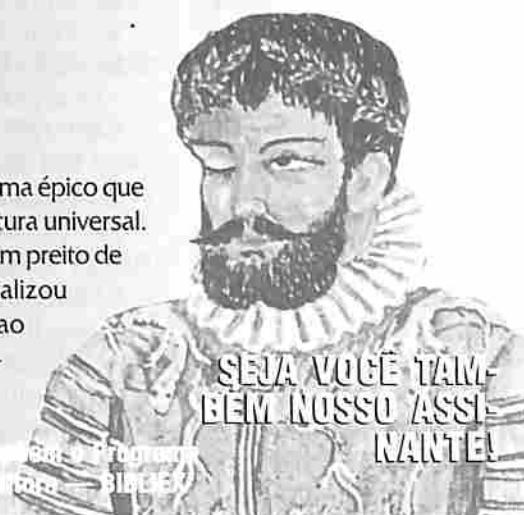
(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 7.11.98, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD). ☽

Os Lusíadas

Luís de Camões

Camões cantou a história de seu povo num poema épico que se tornou um dos pontos culminantes da literatura universal. Ao reeditar este clássico, a BIBLIEC rende mais um preito de louvor e admiração à glória de quem se imortalizou cantando as "obras valerosas" da sua pátria, ao mesmo tempo em que contribuía para consolidar a integração nacional.

Esta é uma das 12 excelentes obras que



Índice Remissivo

ANO LXXXIV (janeiro de 1998 a dezembro de 1998)



Titulos*

ALEMANHA: DO CARNAVAL À QUARESMA - Ricúpero, Rubens, nº 779, p. 169 e 170

ALEXANDRE DE GUSMÃO - Henriques, Elber de Mello, nº 782, p. 137 a 142

ARTE DA GUERRA - RESENHA, A - Pai, Leocir Dal, nº 779, p. 128 a 130

BALANÇO DE FIM DE SÉCULO - Santos, Angela Moulin Penalva, nº 780, p. 155 e 156

BRASIL, A ALEMANHA, A EUROPA E O NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL, O - Filho, Amerino Raposo, nº 782, p. 21 a 41

BRASIL E A DINÂMICA DOS EIXOS NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO INTERNACIONAL, O - Castro, Therezinha de, nº 782, p. 43 a 61

CANUDOS E O EXÉRCITO - Sena, Davis Ribeiro de, nº 782, p. 124 a 128

CANUDOS E O JACOBINISMO - Litrento, Oliveiros, nº 782, p. 128 e 129

CAPACETES AZUIS PARA O BRASIL - Corrêa, M. Pio, nº 781, p. 157 a 159

CARTA DE UM SEM-NADA - Dines, Alberto, nº 782, p. 148 e 149

CASO DO EX-SOLDADO, O - Flores, Mário Cesar, nº 779, p. 150 a 152

CINCO SÉCULOS DO DESCOBRIMENTO - Maciel, Marco, nº 779, p. 127 e 128

COMANDAR - Castro, Sebastião José Ramos de, nº 782, p. 129 a 131

COMBATE EM LOCALIDADE - Forjaz, Cláudio Ricardo Hehl, nº 779, p. 105 a 125

CORREDORES INTEROCÉANICOS - UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA ESTRATÉGIA E DA SEGURANÇA NACIONAL, OS - Lisana, Jorge Pardo, nº 779, p. 51 a 66

CRIMINALIDADE E SENSAÇÃO - Campos, Roberto, nº 780, p. 149 a 151

CRISE NOS BALCÃS, A - Junior, Manuel Cambeses, nº 782, p. 142 a 144

DEFESA DE QUE E DE QUEM - Sarney, José, nº 779, p. 163 e 164

DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO - Friede, Reis, nº 781, p. 105 a 113

DESMONTE PRIVATIVISTA - Carvalho, Joaquim, Francisco e Lopes, José Leite, nº 782, p. 165 a 167

DESORDEM DO MUNDO, A - Ricúpero, Rubens, nº 782, p. 149 e 151

* O asterisco (*) indica matéria não assinada.

- DIREÇÃO E COMANDO SUPREMO DA GUERRA VISTOS POR LUDEMORFF - Ferreira, Gil Gomes Dias, nº 780, p. 83 a 94**
- DIREITO COMO CIÊNCIA, O - Friede, Reis, nº 779, p. 133 a 137**
- DITADURA DA AUDIÊNCIA, A - Lopes, Marilene, nº 782, 157 e 158**
- DOIS FANÁTICOS - Mattos, Carlos de Meira, nº 779, p. 149 e 150**
- DOIS MUNDOS MUÇULMANOS - Challita, Mansour, nº 781, p. 156 e 157**
- DOUGLAS MAC ARTHUR: GENERAL ESTADISTA OU DEMAGOGO PERIGOSO? - Santos, Almir, nº 782, p. 97 a 106**
- DOUTRINA DA LIDERANÇA MILITAR E SUA APLICAÇÃO PELOS QUADROS DA FORÇA TERRESTRE : UM ENFOQUE MODERNO, A - Guimarães, Milton, nº 781, p. 57 a 64**
- DUQUE DE CAXIAS E SUA PROJEÇÃO COMO MINISTRO DA GUERRA, O - Bento, Claudio Moreira, nº 781, p. 25 a 37**
- EDITORIAL (A CASA DO TREM) - (*), nº 779, p. 1 e 2**
- EDITORIAL (QUATRO LEGADOS DE GUARARAPES) - (*), nº 780, p. 1**
- EDITORIAL (DIA DA INDEPENDÊNCIA) - (*), nº 781, p. 1**
- EDITORIAL - (BIBLIEIX 60 ANOS), nº 782, p. 1**
- ENDERECO DO BRASIL, O - Vilaça, Marcos Vinícius, nº 781, p. 147 a 149**
- ENGESSAMENTO DA AMAZÔNIA - Denys, Rubens Bayma, nº 779, p. 41 a 50**
- ESCRAVIDÃO, DA PRÉ-HISTÓRIA AO NEOLIBERALISMO - Corrêa, Paulo Henrique da Rocha, nº 781, p. 127 a 131**
- ESPECIALISTA EM HUMANIDADE - Ricúpero, Rubens, nº 781, p. 161 a 163**
- ESPÉCIE AMEAÇADA, UMA? - Ricúpero, Rubens, nº 779, p. 155 e 156**
- ESPECIFICIDADES DA CARREIRA MILITAR - (*), nº 779, p. 152 e 153**
- ESTRATÉGIA E HISTÓRIA MILITAR - Carvalho, L. P. Macedo, nº 781, p. 19 a 24**
- ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA DA GUERRA DO PARAGUAI, A - Martins, Hélio Leôncio, nº 779, p. 77 a 104**
- EXEMPLO DO FUTEBOL, O - (*), 781, p. 147**
- EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ (FIP), A - INTERVENÇÃO DA OEA NA REPÚBLICA DOMINICANA EM 1965, A - Mattos, Carlos de Meira, nº 779, p. 21 a 25**
- FALTA POUCO PARA CONCLUIR A LIGAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA-PACÍFICO - Dantas, Marcos Ribeiro, nº 780, p. 121 a 130**
- FARRA DO BOI, A - Sarney, José, nº 781, p. 163 e 164**
- FUTURO, O PASSADO, O - Sarney, José, nº 782, p. 147**
- GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA - O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES MULITATERAIS - Lafer, Celso, nº 780, p. 33 a 40**
- GLOBALIZAÇÃO E NACIONALIDADE - Santos, Jorge Calvário dos, nº 780, p. 41 a 57**
- GLOBALIZAÇÃO ONTEM E HOJE - Sardemberg, Ronaldo Mota, nº 779, p. 158 a 160**
- GLOBALIZAÇÃO REVISITADA, A - Campos, Roberto, nº 782, p. 145 e 147**
- GLOBALIZAÇÃO: SOBERANIA E PODER NACIONAL, A - Grieco, Francisco de Assis, nº 782, p. 63 a 70**
- GUERRA CIVIL ESPANHOLA, A - Neves, Luiz Felipe da Silva, nº 782, p. 85 a 95**
- GUERRAS HOLANDESAS (1624-1654), AS - Bento, Claudio Moreira, nº 780, p. 5 a 25**
- HOMEM E O AMBIENTE, O - Werthein, Jorge, nº 779, p. 162 e 163**
- HOMEM E O MAR, O - Hayar, Frederico, nº 780, p. 166 e 167**
- HOMEM E O SÁBADO, O - Sarney, José, nº 779, p. 160**
- IDADE DA PEDRA - (*), nº 781, p. 153 e 154**
- IGUATEMI: DO ROMPIMENTO DE TORDESILHAS AOS NOSSOS DIAS - Sena, Davis Ribeiro de, nº 780, p. 132 a 137**

ÍNDICE REMISSIVO

- IMUTÁVEL IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA, A - Hansen, David G. , nº 781, p. 47 a 56
- ÍNDIO CAMARÃO, O - Lysias A. , nº 780, p. 27 a 32
- INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO - Barros, Márcio de Moura, nº 781, p. 115 a 126
- JOGO PESADO - (*), nº 782, p. 161 e 162
- JORNAIS PARAGUAIOS NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA, OS - Silva, Alberto Martins da, nº 780, p. 103 a 111
- JUÍZES E MILITARES - Garcia, Pedro Carlos Sampaio, nº 780, p. 152 a 154
- JUSTIÇA E O CUSTO DA VIOLÊNCIA, A - Malcher, Gama, nº 781, p. 159 a 161
- LINGUAGEM DOS POLÍTICOS, A - Challita, Mansur, nº 780, p. 151 e 152
- LIVRO SOBRE AS BATALHAS DOS GUARARAPES, UM - (*), nº 781, p. 139 a 142
- LUTA CONTRA A BURECRACIA, A - Carneiro, João Geraldo Piquet, nº 779, p. 165 a 168
- MINISTÉRIO DA DEFESA EM DEBATE - Carvalho, L. P. Macedo, nº 782, p. 151 a 153
- MODERNIZAÇÃO DO ESTADO - Cavalcanti, Joaquim Francisco Freitas, nº 780, p. 113 a 120
- MOVIMENTO MILITAR DE NOVEMBRO DE 1955, O
- Denys, Rubens Bayma, nº 782, p. 5 a 20
- MÚLTIPLAS FUNÇÕES DO DIRIGÍVEL, AS - Fellipes, Marcello Augusto de, nº 779, p. 140 a 148
- NEUTRALIDADE CARA - (*), nº 780, p. 161 a 163
- NOSSAS MARIAS QUITÉRIAS - Leonzo, Nanci, nº 782, p. 71 a 83
- NOVAS FORMAS DE LUTA PELA HEGEMONIA - Gorbachev, Mikhail, nº 780, p. 163 a 165
- NOVAS GUERRAS - Carlos, Newton, nº 780, p. 154 e 155
- NOVO HOLOCAUSTO : O NEOLIBERALISMO, O - Sarney, José, nº 781, p. 149 e 150
- OITENTA ANOS - Carlos, Newton, nº 779, p. 161
- OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO - O DESAFIO DAS FONTES ENERGÉTICAS PRIMÁRIAS - Mattos, João Metello, nº 181, p. 135 a 137
- ORQUESTRA DESAFINADA - Carlos, Newton, nº 782, p. 158 e 159
- PARTE DE COMBATE DO GENERAL FRANCISCO BARRETO DE MENEZES SOBRE A BATALHA DOS GUARARAPES EM 1648 - (*), nº 782, p. 133 e 135
- PARADOXOS DA CLASSE MÉDIA, OS - Ramal, Andreia Cecília, nº 782, p. 162 e 163
- PATRULHA NUNCA MAIS - (*), nº 780, p. 147
- PENSANDO A POLÍTICA DE DEFESA ATÉ 2010 - Costa, Darc, nº 781, p. 5 a 18
- POLÍTICA MILITAR E DESMILITARIZAÇÃO DE SERVIÇOS - Genuíno, José, nº 780, p. 147 a 149
- PONTA DA LÍNGUA INCLITA E BELA, NA - Niskier, Arnaldo, nº 781, p. 154 a 156
- POR QUE ME UFANO - Passarinho, Jarbas, nº 779, p. 153 e 154
- PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, O ESTADISTA - Mattos, Carlos de Meira, nº 782, p. 121 a 123
- PROBLEMÁTICA DO LIBERALISMO DEMOCRÁTICO NO PENSAMENTO DE ALEXIS DE TOQUEVILLE, 1805/1859, A - Rodrigues, Ricardo Vélez, nº 781, p. 75 a 103
- PROCESSO POLÍTICO ANGOLANO, DA INDEPENDÊNCIA AOS DIAS ATUAIS: UMA VISÃO CONJUNTURAL, O - Nascimento, Paulo Roberto Lababuru, nº 781, p. 65 a 73
- PRUDÊNCIA COM O MERCOSUL - Chacon, Vamireh, nº 782, p. 154 e 155
- QUEM TEM MEDO DE MISTER SOROS - Sarney, José, nº 780, p. 157
- QUE O BRASIL PODE GASTAR COM DEFESA, O - Pesce, Eduardo Italo, nº 781, p. 165 a 167

- QUESTÃO IANOMAMI, A - Denys, Rubens Bayma, nº 780, p. 95 a 102
- RAIZES DO FUTURO - (*), nº 782, p. 163 a 165
- RECRUTAMENTO MILITAR NO BRASIL NO PERÍODO POMBALINO, O - Curado, Sylvino da Cruz, nº 779, p. 27 a 39
- REFLEXÕES SOBRE O ANO 2000 - Maciel, Marco, nº 780, p. 131 e 132
- REFLEXÕES TAILANDESAS EM MACRO - Carrilho, Arnaldo, nº 781, p. 164 e 165
- REFORMAS CONSTITUCIONAIS, DAS - Friede, Reis, nº 782, p. 107 a 119
- REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: DICOTOMIA GEOPOLÍTICA - Castro, Therezinha de, nº 781, p. 39 a 45
- RUBICÃO AO PARANOÁ, DO - Carvalho, L. P. Mace- do, nº 781, p. 150 e 151
- RUI BARBOSA E O EXÉRCITO, DISCURSO NO CLUBE MILITAR A 26 DE JUNHO DE 1921 - (*), nº 781, p. 142 A 145
- RÚSSIA: DO COMUNISMO AO FEDERALISMO - Castro, Therezinha de, nº 779, p. 5 a 19
- SAGA DE UMA NAÇÃO, A - Junior, Manuel Cambeses, nº 782, p. 131 e 132
- SATÉLITES E TRANSMISSÃO DE DADOS - Silva, Mar- cello Praça Gomes da, nº 780, p. 141 e 146
- SETE PILARES DA SABEDO- RIA E AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS, OS - Nascimento, Ronaldo Paz do, nº 779, p. 67 a 75
- SINAL DE EMERGÊNCIA - (*), nº 779, p. 164 e 165
- SISTEMA PREVIDENCIÁ- RIO E OS MILITARES, O - Pereira, Rômulo Bini, nº 779, p. 154 e 155
- SOBRE A ORDEM DAS PA- LAVRAS NO PORTUGU- ÊS - Mello, Glastone Chaves de, nº 780, p. 137 a 139
- SOLDADOS DA CAMPANHA DAS ÍNDIAS OCIDEN- TAIS - Souza, Marcos da Cunha e, nº 780, p. 33 a 40
- S.O.S. AMAZÔNIA - Marza- gão, Augusto, nº 779, p. 157 e 158
- SUBVERSÃO DA HISTÓRIA, A - Antunes, Cláudia, nº 782, p. 168 e 169
- TAMANHO ÓTIMO DA CRI- SE - Ricúpero, Rubens, nº 782, p. 155 a 157
- TEMPESTADE NA ÁSIA, A - Branco, Domingos Caste- llo, nº 779, p. 168 e 169
- TEMPESTADE SOBRE A ÁSIA - Ricúpero, Rubens, nº 780, p. 165 e 166
- TEMPO PARA DECIDIR A REFORMA DO CONSE- LHO DE SEGURANÇA DA ONU - Gareis, Sven Bernhard, nº 781, p. 131 a 135
- TENDÊNCIAS DO AMA- NHÃ ESTRATÉGICO - Flores, Mário Cesar, nº 780, p. 157 a 160
- TRAGÉDIA E FARSA NO CAMBOJA - Carrilho, Ar- naldo, nº 782, p. 159 e 160
- TROFÉU DE GUERRA AO COPO DE GELÉIA, DO - A DESSACRALIZAÇÃO DO ACERVO NO TEM- PLO DA MEMÓRIA - Castro, Adler Homero Fon- seca de, nº 780, p. 71 a 81
- ÚLTIMA TRÉGUA, A - (*), nº 782, p. 160 e 161
- USO MILITAR DE JANGADA NO BRASIL - UM EXEM- PLO, O Bento, Cláudio Moreira, nº 779, p. 139 e 140
- VIETNÃ A KOSOVO, DO - Carlos, Newton, nº 782, p. 153 e 154
- VILAGRAN CABRITA - O HERÓI DA ILHA DA REDENÇÃO - Bento, Cláudio Moreira, nº 782, p. 136 e 137
- VISÃO SUMÁRIA DA HISTÓ- RIA MILITAR E O SEU EN- SINO NA AMAN, UMA - Neto, Manoel Soriano, nº 779, p. 130 a 133
- VISÕES SOBRE A GEOPOLÍTI- CA AMERICANA - Leal, Carlos Ivan Simonsen, nº 780, p. 160 e 161
- VOLTANDO A FINS E MEIOS - Dupas, Roberto, nº 782, p. 167 e 168; nº 781, p. 151 a 153

Autores

ANTUNES, Cláudia - *A Sub- versão da História* (nº 782, p. 168 e 169)

ÍNDICE REMISSIVO

- BARROS, Márcio de Moura - *Intendência do Exército* (nº 781, p. 115 a 126)
- BENTO, Cláudio Moreira - *O Duque de Caxias e sua Projeção como Ministro da Guerra* (nº 781, p. 25 a 37); *As Guerras Holandesas, 1624 - 1654* (nº 780, p. 5 a 25); *O Uso Militar da Jan-gada no Brasil - um Exem-plo* (nº 779, p. 139 e 140) e *Vilagran Cabrita - O Herói da Ilha da Redenção* (nº 782, p. 136 e 137)
- BRANCO, Domingos Castello - *A Tempestade na Ásia* (nº 779, p. 168 e 169)
- CAMPOS, Roberto - *Criminalliade e Sensatez* (nº 780, p. 149 a 151) e *A Globaliza-ção Revisitada* (nº 782, p. 145 a 147)
- CARLOS, Newton - *Nova-Guerras* (nº 780, p. 154 e 155); *Oitenta Anos* (nº 779, p. 161); *Orquestra Desafinada* (nº 782, p. 158 e 159) e *Do Vietnã a Kosovo* (nº 782, p. 153 e 154)
- CARNEIRO, João Geraldo Pi-quet - *A Luta Contra a Burocracia* (nº 779, p. 165 a 168)
- CARRILHO, Arnaldo - *Refle-xões Tailandesas em Macro* (nº 781, p. 164 e 165) e *Tragédia e Farra no Camboja* (nº 782, p. 159 e 160)
- CARVALHO, Joaquim Francis-co de - *Desmonte Privati-vista* (nº 782, p. 165 a 167)
- CARVALHO, L. P. Macedo - *Estratégia e História Mili-tar* (nº 781, p. 19 a 24); *Mi-nistério da Defesa em De-bate* (nº 782, p. 151 a 153) e *Do Rubicão ao Paranoá* (nº 781, p. 150 e 151)
- CASTRO, Adler Homero Fon-seca de - *Do Troféu de Guerra ao Copo de Geléia - a Dessa-cratalização do Acer-vo no Templo da Memória* (nº 780, p. 71 a 81)
- CASTRO, Sebastião José Ra-mos de - *Comandar* (nº 782, p. 129 a 131)
- CASTRO, Therezinha de - *O Brasil e a Dinâmica dos Eixos no Processo de Evo-lução Internacioal* (nº 782, p. 43 a 61); *República Po-pular da China: Dicotomia Geopolítica* (nº 781, p. 39 a 45) e *Rússia: do Comunis-mo ao Federalismo* (nº 779, p. 5 a 19)
- CAVALCANTI, Joaquim Fran-cisco Freitas - *Moderniza-ção do Estado* (nº 780, p. 113 a 120)
- CHACON, Vemireh - *Prudênci-a com o Mercosul* (nº 782, p. 154 e 155)
- CHALLITA, Mansour - *A Lin-guagem dos Políticos* (nº 780, p. 151 e 152) e *Dois Mundos Muçulmanos* (nº 781, p. 156 e 157)
- CORRÊA, Paulo Henrique da Rocha - *Escravidão, da Pré-história ao Neoliberalismo* (nº 781, p. 127 a 131)
- COSTA, Darc - *Pensando a Política de Defesa até 2010* (nº 781, p. 5 a 18)
- CURADO, Sylvino da Cruz - *O Recrutamento Militar no Brasil no Período Pombali-no* (nº 779, p. 27 a 39)
- DANTAS, Marcos Ribeiro - *Fal-ta Pouco para Concluir a Ligaçāo Brasil-Bolívia-Paci-fico* (nº 780, p. 121 a 130)
- DENYS, Rubens Bayma - *En-gessamento da Amazônia* (nº 779, p. 41 a 50); *O Mo-vimento militar de Novem-bro de 1955* (nº 782, p. 5 a 20) e *A Questão Ianomami* (nº 780, p. 95 a 102)
- DINES, Alberto - *Carta de um Sem-nada* (nº 782, p. 148 e 149)
- DUPAS, Roberto - *Voltando a Fins e Meios* (nº 782, p. 167 e 168) e nº 781, p. 151 e 153)
- FELLIPES, Marcello Augusto dc - *As Múltiplas Funções do Dirigível* (nº 779, p. 140 a 148)
- FERREIRA, Gil Gomes Dias - *Direção e Comando da Guerra Vistos por Luden-dorff* (nº 780, p. 83 a 94)
- FILHO, Amerino Raposo - *O Brasil, a Alemanha, a Euro-pa e o Novo Cenário Inter-nacional* (nº 782, p. 21 a 41)
- FLORES, Mário Cesar - *O Caso do Ex-soldado* (nº 779, p. 150 a 152) e *Tendê-nças do Amanhā Estratégí-co* (nº 780, p. 157 a 160)
- FORJAZ, Cláudio Ricardo Hehl - *Combate em Loca-lidade* (nº 779, p. 105 a 125)
- FRIEDE, Reis - *Democracia e Estado de Direito* (nº 781, p. 105 a 113); *o Direito como Ciência* (nº 778, p.

- 133 a 137) e *Das Reformas Constitucionais* (nº 782, p. 107 a 119)
- GARCIA, Pedro Carlos Sam-paio - *Juízes e Militares* (nº 780, p. 152 a 154)
- GAREIS, Sven Bernhard - *Tempo para Decidir a Reforma do Conselho de Segurança da ONU* (nº 781, p. 131 a 135)
- GENUÍNO, José - *Política Militar e Desmilitarização de Serviços* (nº 780, p. 147 a 149)
- GORBACHEV, Mikhail - *Nova Formas de Luta pela Hegemonia* (nº 780, p. 163 a 165)
- GRIECO, Francisco de Assis - *A Globalização: Soberania e Poder Nacional* (nº 782, p. 63 a 70)
- GUIMARÃES, Milton - *A Doutrina da Liderança Militar e sua Aplicação pelos Quadros da Força Terrestre: um Enfoque Moderno* (nº 781, p. 57 a 64)
- HANSEN, David G. - *A Imutável Importância da Geografia* (nº 781, p. 47 a 56)
- HENRIQUES, Elber de Mello - *Alexandre de Gusmão* (nº 782, p. 137 a 142)
- JUNIOR, Manuel Cambeses - *A Crise nos Bálcãs* (nº 782, p. 142 a 144) e *A Saga de Uma Nação* (nº 782, p. 131 e 132)
- LAFER, Celso - *Globalização da Economia - o Papel das Organizações Multilaterais* (nº 780, p. 59 a 70)
- LEAL, Carlos Ivan Simonsen - *Visões sobre a Geopolítica Americana* (nº 780, p. 160 a 161)
- LEONZO, Nanci - *Nossas Marias Quitérias* (nº 782, p. 71 a 83)
- LISANA, Jorge Pardo - *Os Corredores Oceânicos - uma Visão sob a Perspectiva Estratégica e a Segurança Nacional* (nº 779, p. 51 a 66)
- LITRENTO, Oliveiros - *Canudos e o Jacobinismo* (nº 128 e 129)
- LOPES, José Leite - *Desmonte Privativista* (nº 780, p. 165 a 167)
- LOPES, Marilene - *A Ditadura da Audiência* (nº 782, p. 157 e 158)
- MACIEL, Marco - *Cinco Séculos do Descobrimento* (nº 779, p. 127 e 128); *Reflexões sobre o Ano 2000* (nº 780, p. 131 e 132)
- MALCHER, Gama - *A Justiça e o Custo da Violência* (nº 781, p. 159 a 161)
- MARTINS, Hélio Leônicio - *A Estratégia Naval Brasileira da Guerra do Paraguai* (nº 779, p. 77 a 104)
- MARZAGÃO, Augusto - *S.O.S. Amazônia* (nº 779, p. 157 e 158)
- MATTOS, Carlos de Meira - *Dois Fanáticos* (nº 779, p. 149 e 150); *A Experiência Brasileira na Força Interamericana de Paz (FIP) - Intervenção da OEA na República Dominicana em 1965* (nº 779, p. 21 a 25) e
- Presidente Castello Branco, o Estadista (nº 782, p. 121 a 123)
- MATTOS, João Metello de - *Oportunidade para o Desenvolvimento Brasileiro - o Desafio das Fontes Energéticas Primárias* (nº 181, p. 135 a 137)
- MAYOR, Frederico - *O Homem e o Mar* (nº 780, p. 166 e 167)
- NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu - *O Processo Político Angolano, da Independência aos Dias Atuais* (nº 781, p. 65 a 73)
- NASCIMENTO, Ronaldo Paz do - *Os Sete Pilares da Sabedoria e as Operações Psicológicas* (nº 779, p. 67 a 75)
- NETO, Manoel Soriano - *Uma Visão Sumária da História Militar e o seu Ensino na AMAN* (nº 779, p. 130 a 133)
- NEVES, Luiz Felipe da Silva - *A Guerra Civil Espanhola* (nº 782, p. 85 a 95)
- NISKIER, Arnaldo - *Na Ponta da Língua Inculta e Bela* (nº 781, p. 154 a 156)
- PAI, Leocir Dal - *A Arte da Guerra - Resenha* (nº 779, p. 128 a 130)
- PASSARINHO, Jarbas - *Por Que me Ufano* (nº 779, p. 153 e 154)
- PEREIRA, Rômulo Bini - *O Sistema Previdenciário e os Militares* (nº 779, p. 154 e 155)

ÍNDICE REMISSIVO

- PESCE, Eduardo Italo - *O que o Brasil pode Gastar com a Defesa* (nº 781, p. 165 a 167)
- ROMAL, Andrea Cecília - *Os Paradoxos da Classe Média* (nº 782, p. 162 e 163)
- RICÚPERO, Rubens - *Alemanha: do Carnaval à Quaresma* (nº 779, p. 169 e 170); *A Desordem do Mundo* (nº 782, p. 149 a 151); *Especialista em Humanidade* (nº 781, p. 161 a 163); *Uma Espécie Ameaçada?* (nº 779, p. 155 e 156); *O Tamanho Ótimo da Crise* (nº 782, p. 155 a 157) e *Tempestade sobre a Ásia* (nº 780, p. 165 e 166)
- RODRIGUES, Lysias A. - *O Índio Camarão* (nº 780, p. 27 a 32)
- RODRIGUES, Ricardo Vélez - *A Problemática do Liberalismo Democrático no Pen-*
- samento de Alexis de Tocqueville, 1805/1859 (nº 781, p. 75 a 103)
- SANTOS, Almir - *Douglas Mac Arthur: General Estadista ou Demagogo Perigoso?* (nº 782, p. 97 a 106)
- SANTOS, Angela Moulin Penalva - *Balanço de Fim de Século* (nº 780, p. 155 e 156)
- SANTOS, Jorge Calvário dos - *Globalização e Nacionalidade* (nº 780, p. 41 a 57)
- SARDEMBERG, Ronaldo Mota - *Globalização Ontem e Hoje* (nº 779, p. 158 a 160)
- SARNEY, José - *Defesa de Que e de Quem* (nº 779, p. 163 e 164); *A Farra do Boi* (nº 781, p. 163 e 164); *O Futuro e o Passado* (nº 782, p. 147); *O Homem e o Sábad*o (nº 779, p. 160); *O Novo Holocausto: o Neoliberalismo* (nº 781, p. 149 e 150) e
- Quem tem medo de Miserter Soros (nº 780, p. 157)
- SENA, Davis Ribeiro de - *Canudos e o Exército* (nº 782, p. 124 a 128); *Iguatemi: do Rompimento de Tordesilhas aos Nossos Dias* (nº 780, p. 132 a 137)
- SILVA, Alberto Martins da - *Os Jornais Paraguaios na Guerra da Tríplice Aliança* (nº 780, p. 103 a 111)
- SILVA, Marcello Praça Gomes da - *Satélites e Transmissão de Dados* (nº 780, p. 141 e 146)
- SOUZA, Marcos da Cunha e - *Soldados de Companhia das Índias Ocidentais* (nº 780, p. 33 a 40)
- VILAÇA, Marcos Vinícius - *O Endereço do Brasil* (nº 781, p. 147 a 149)
- WERTHEIN, Jorge - *O Homem e o Ambiente* (nº 779, p. 162 e 163)

Caro Leitor

Se você já é Assinante da BIBLIEC, não esqueça de atualizar sempre seu endereço

Ligue para 0800-238365





*Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!*

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — 1999

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO **Exército Brasileiro**

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnicos-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.



Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

Coleção General Benício (12 livros)

<input type="checkbox"/> Integral	R\$ 150,00
<input type="checkbox"/> 02 vezes	R\$ 75,00
<input type="checkbox"/> 03 vezes	R\$ 50,00

Revistas

<input type="checkbox"/> Exército Brasileiro	R\$ 20,00
<input type="checkbox"/> A Defesa Nacional	R\$ 20,00
<input type="checkbox"/> Ciência & Tecnologia	R\$ 20,00

Envie cheque bancário ou dos correios, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua Assinatura

Dados cadastrais

Nome		Profissão	
Militar	<input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva	OM	Posto/Grad
Endereço		Nº	Complemento
Rua			
Cidade	UF	CEP	Tel.
E-mail		Fax.	

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias – 3º andar.
CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ

Assinaturas 0800 238365 (grábs) ou (021) 519-5715 – Fax: (021) 519-5569

Home Page: <http://www.biblex.eb.br> E-mail: biblex@ism.com.br

*Faça de um amigo
um novo sócio,
presenteie-o
com uma assinatura*



Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

PROGRAMA EDITORIAL

1999

Por incrível preço e buscando sempre oferecer aos seus leitores um elenco de obras atuais, a BIBLIEC lanza o seu programa para 1999. São 12 (doze) excelentes livros entregues a domicílio e por custo baixíssimo, além da vantagem de pagamento parcelado.

Camaradas

William Waack

Em *Camaradas* o autor expõe os resultados da pesquisa que realizou nos arquivos secretos da ex-União Soviética revelando, pela primeira vez, textos de preciosos documentos encontrados em Moscou e extratos de depoimentos de antigos militantes comunistas, capazes de esclarecerem inúmeras questões até hoje obscuras quanto ao frustrado levante de 1935.

Seiscentas Léguas a Pé

Acyr Vaz Guimarães

Baseada em extensa e rigorosa pesquisa desenvolvida com abundância e precisão de dados fornecidos por Acyr Vaz Guimarães sobre a Campanha do Apa, a obra, com certeza, preencherá muitas lacunas nos conhecimentos dos estudiosos da Guerra do Paraguai. Em linguagem simples e envolvente, à cunha da guerra, a fome, a peste, tudo é retratado sem exceção, sobressaindo sempre o homem.

A Guerra

André Corvisier

A obra expõe conceitos relevantes sobre as missões militares do Estado e suas obrigações em relação ao pessoal das Forças Armadas. Embasada em fatos históricos e em lúcida interpretação e projeção desses fatos, Corvisier realiza uma magnífica e abrangente análise do fenômeno 'guerra' em todos os seus aspectos.

Manstein – Campanhas e Julgamento

Reginald T. Paget

Paget, através das alternativas do julgamento do Marechal-de-Campo Erich Von Manstein, que faz preceder dos aspectos mais relevantes de sua atuação durante a II Guerra Mundial, convence o leitor, usando uma argumentação repassada de lógica admirável e contundente, sobre a farsa ostensivamente preparada como vindita de vencedores sobre vencidos.

As Origens da Guerra no Ocidente

Doyne Dawson

Oferecendo uma cuidadosa reconsideração do que nos dizem as fontes clássicas sobre o pensamento ocidental em matéria de guerra e paz, *As Origens da Guerra no Ocidente* traz uma contribuição definitiva à compreensão de um dos aspectos mais preocupantes da cultura ocidental. A abordagem gira em torno de três temas maiores: - o aspecto

moral, com a guerra sendo um instrumento da justiça humana e divina; o aspecto internacional, encarando-a como instrumento da política externa; e o aspecto constitucional, em que a guerra aparece como instrumento da política interna.

A Máscara do Comando

John Keegan

Apresentado em estilo atraente e com ousada técnica de abordagem histórica, o livro desse renomado escritor atende a um amplo espectro de leitores civis ou militares, profissionais ou amadores, bem como servirá de referência para aqueles que se dedicam à historiografia militar. Obra inédita em língua portuguesa, analisa grandes chefes militares em diferentes épocas. Inicia com Alexandre, o Grande, na Grécia, atravessa a história com Wellington, Grant e Hitler, conclui com a chegada ao Comando do Mundo Nuclear.

Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos

Aluízio Napoleão

Excente obra em que os fatos são narrados com fluência e propriedade. A documentação apresentada é, em sua maioria, inédita. Em estilo escorreito e agradável, este livro induz o leitor a perceber, de imediato, a inteligência e o patriotismo com que Rio Branco se houve no desdobramento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Chefes, Líderes e Pensadores Militares

Michael Lee Lanning

Livro contendo notas biográficas e valiosas informações sobre a vida e a obra de cento e dez importantes chefes, líderes e pensadores militares, de reconhecida atuação através dos tempos. Constitui-se em adequada fonte de pesquisa ao alcance dos estudiosos da História Militar.

Problemas Estratégicos Contemporâneos

Philippe Moreau Defarges

Escrito em linguagem clara e muito bem estruturada, o livro trata do que Defarges chama 'a problemática moderna da estratégia' - antes e depois da arma nuclear. Focaliza o Terceiro Mundo sob o ponto de vista das estratégias: como tra-

tro de operações das estratégias disponíveis e do desarmamento, aí incluído o desarmamento nuclear. Esta obra é um manual para a orientação do estudo sobre os grandes problemas estratégicos contemporâneos.

Os Lusíadas

Luis de Camões

Camões cantou a história de seu povo num poema épico que se tornou um dos pontos culminantes da literatura universal. Ao reeditar este clássico, a BIBLIEC rende mais um preito de louvor e admiração à glória de quem se immortalizou cantando as 'obras valerosas' da sua pátria, ao mesmo tempo em que contribui para consolidar a integração nacional.

As Guerras do Futuro

Bevin Alexander

Na nova Era vislumbrada por Bevin não ocorrerão mais conflitos globais demorados, do tipo II Guerra Mundial. Ocorrerão sim, e muitos, conflitos inadequadamente chamados de baixa intensidade, com objetivos específicos e limitados, porém empregando meios modernos e poderosos de destruição. O grande ensinamento que fica da sua leitura é que, quando uma guerra se prolonga demasiadamente, tornando excessivos seus custos em vidas humanas e recursos financeiros, ela está virtualmente perdida.

Geopolítica Princípios, Meios e Fins

Therezinha de Castro

Manual de geopolítica moderno, escrito em linguagem clara e cartesiana, o livro é de inestimável valor e utilidade para as universidades, escolas de estado-maior e todos os que se interessam pelos estudos geopolíticos. Com visão perspectiva e prospectiva da dinâmica que assume o processo geopolítico, a autora demonstra a sua erudição e capacidade de pesquisa e análise, introduzindo classificação inédita nos estudos geopolíticos.

ASSINATURAS ANUAIS

Coleção General Benício:

R\$ 150,00 (descontados em folha ou pagáveis com cheque em três vezes)

Revistas:

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia: BRASIL - R\$ 20,00
EXTERIOR - US\$ 30,00

LIGAÇÃO GRATUITA DE
TODO BRASIL:
0800-23 83 65



